



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ALEX DE SOUZA IVO**

**O SINDICALISMO PETROLEIRO E A QUESTÃO NACIONAL, ENTRE A  
DEMOCRACIA E A DITADURA (BAHIA, 1957 – 1968)**

**SALVADOR**  
**2019**

ALEX DE SOUZA IVO

**O SINDICALISMO PETROLEIRO E A QUESTÃO NACIONAL, ENTRE A  
DEMOCRACIA E A DITADURA (BAHIA, 1957 – 1968)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz

Salvador

2019

---

I96 Ivo, Alex de Souza  
O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura  
(Bahia, 1957 – 1968) / Alex de Souza Ivo. – 2019.  
214 f. : il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz  
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, Salvador, 2019.

1. Sindicalismo - Brasil. 2. Petrobras – Movimento sindical - Bahia. 3. Ditadura.  
4. Nacionalismo. 5. Bahia - História - 1957-1968. I. Cruz, Maria Cecília Velasco e. II.  
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 345.81025

---

ALEX DE SOUZA IVO

**O SINDICALISMO PETROLEIRO E A QUESTÃO NACIONAL ENTRE A  
DEMOCRACIA E A DITADURA (BAHIA, 1957 – 1968)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz (orientadora)  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Aldrin Armstrong Silva Castellucci  
Universidade do Estado da Bahia

---

Prof. Dr. André Kaysel Velasco e Cruz  
Universidade Estadual de Campinas

---

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa  
Universidade Federal da Bahia



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		INSCRIÇÃO	NÍVEL DO CURSO
Alex de Souza Ivo (TÍTULO DO TRABALHO)		212116627	Doutorado
O SINDICALISMO PETROLEIRO E A QUESTÃO NACIONAL, ENTRE A DEMOCRACIA E A DITADURA (BAHIA, 1957-1968)			
EXAMINADOR	ASSINATURA	CPF	
Maria Cecília Velasco e Cruz (UFBA - orientadora)		30.050.407-5	
Iraneidson Santos Costa (UFBA)		408.775.055-5	
Aldrin Armstrong Silva Castellucci (UNEB)		514.871.015-20	
André Kayser Velasco e Cruz (Unicamp)		310873588-54	
Antonio Luigi Negro (UFBA)		3411532710	

**ATA**

Aos dezoito dias mês de fevereiro do ano de 2019, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Alex de Souza Ivo**, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria Cecília Velasco e Cruz, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

**PARECER GERAL**

A tese atende plenamente os pré-requisitos de análise e pesquisa originais, representando uma grande contribuição à sua temática. Recomendamos a publicação, levando-se em consideração as sugestões da banca.

SSA, 18/02/2019: Assinatura do aluno:

SSA, 18/02/2019: Assinatura da orientadora:

**Dedico este trabalho a Iracy, Daniele e  
Francisco.**

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar uma jornada tão longa, o ato de agradecer acaba sendo uma forma de registrar o reconhecimento a algumas pessoas que, mesmo de uma forma muito simples estiveram presentes nesta caminhada.

Num momento em que as instituições públicas estão sob grave ameaça, é mais do que justo recordar da enorme importância de alguma delas para a conclusão deste trabalho. Primeiro, à Universidade Federal da Bahia, onde eu fiz toda a minha formação acadêmica, mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em História, que além de acolher minha pesquisa, soube compreender as imensas dificuldades que encontrei durante a realização deste trabalho. À CAPES, que financiou parte destes estudos, através da concessão de uma bolsa de doutorado sanduíche. Ao Instituto Federal da Bahia, instituição da qual faço parte do quadro docente há dez anos e me liberou de minhas atividades durante parte do período de escrita desta tese.

À minha orientadora, professora Maria Cecília Velasco e Cruz, que desde o mestrado acompanha o meu trabalho. Seu rigor, sua disposição para o diálogo e sua interminável paciência foram fundamentais para garantir um rumo interessante para esta tese.

Em minha trajetória acadêmica, pude dialogar com diversos professores do Departamento de História da UFBA. Muitos deles, mesmo aqueles que atuam em áreas distintas à deste estudo, colaboraram enormemente para a minha formação e ajudaram a maturar a discussão apresentada nesta tese. Agradeço em especial aos professores Carlos Zacarias, Evergton Sales, João José Reis, Lígia Bellini e Muniz Ferreira. O professor Manuel Loff (Universidade do Porto) acolheu de forma muito gentil a co-orientação deste trabalho durante o estágio de doutorado sanduíche. Nossas discussões sobre memória e história foram bastante relevantes.

No exame de qualificação contei com a leitura criteriosa e a competente arguição do professor Antonio Luigi Negro e da professora Laura de Oliveira. Suas observações me ajudaram a apurar minha reflexão neste trabalho.

Durante a pesquisa nos arquivos situados na cidade do Rio de Janeiro, em diferentes momentos, contei com o simpático acolhimento e a agradável companhia de alguns amigos e parentes. Assim, agradeço a Jônea França, Leandro Souza e Moisés Cerqueira.

Agradeço a Rafaela Cardoso e Elenilson Santos pela valiosa e eficaz contribuição no levantamento de fontes para esta pesquisa. O amigo Rogério Pinto sempre esteve à disposição para tirar minhas dúvidas com a língua inglesa.

No período que estive em Portugal, dividi papos acadêmicos, boas gargalhadas e algumas garrafas de vinho com os amigos que por algum tempo transformaram as terras lusitanas em uma “pequena Bahia”. Camila Amaral, Erivaldo Sales, Emily Machado, Naira Mota, Leonardo Coutinho, Ediana Mendes, Cândido, Marcelo “Tuk”, Moreno Pacheco e Carlos Francisco fizeram parte desta história.

A escrita de uma tese também nos afasta temporariamente de alguns amigos. Assim, peço desculpas e a agradeço a compreensão de Aline Farias, Ana Livia, Denise Silva, Wesley Francisco e Zélia Neto por todas as vezes que “fraudei” os nossos encontros. Por favor, podem voltar a me fazer os convites. Prometo que estarei mais presente a partir de agora!

As estudantes do Campus Camaçari do Instituto Federal da Bahia agradeço pela compreensão com a demora na entrega das avaliações, à paciência com a cara de sono e a falta de humor provocadas pelo cansaço e, especialmente, pelo sorriso e empolgação juvenil que me fazem continuar acreditando na educação pública e em dias melhores.

Aos trabalhadores do petróleo, especialmente aqueles organizados na Abraspet, agradeço por compartilharem comigo suas histórias. A Gilvan e Edmo Lima agradeço pela disponibilização do acesso aos documentos do acervo pessoal de Mário Lima.

À família Abayomi agradeço pelo incentivo e pelo companheirismo que não são de hoje. Marta Lícia sempre emprestou o seu olhar sensível para fazer sugestões sobre este trabalho. Paulo de Jesus leu e comentou as versões preliminares do texto, sempre com bastante paciência e uma percepção muito apurada sobre a dinâmica dos movimentos sociais. Os pequenos Záila e Zende emprestaram seus sorrisos e sua sinceridade infantil para alegrar muitos dos momentos difíceis desta caminhada. Agora não tenho mais escapatória, vamos batizar os “pivetes”!

Nos familiares sempre encontrei muito apoio e compreensão. Por isso agradeço a todos eles e especialmente aos tios Pedro e Nilza pelo afeto desde a mais tenra idade. Com o casamento conheci outra família e encontrei em dona Alaíde uma nova avó e em Cátia uma nova tia. Com Jerônimo e Sílvio compartilhei gargalhadas e muita cerveja.

Agradeço ao meu sobrinho Otávio e à minha sobrinha Gabriela. Sempre muito carinhosos e já começando a voar com as próprias asas. A Luciana e Tatiane, minhas duas



irmãs, agradeço pelo convívio, pelo companheirismo e pelo braço sempre estendido em todas as vezes que eu precisei de ajuda. Esta tese não sairia sem o apoio de vocês.

Por fim, devo agradecer às três pessoas mais importantes desta longa caminhada. Começarei por Iracy, minha mãe. Não existem palavras para descrever meu respeito, carinho e gratidão. Neste momento, é impossível não lembrar quando há dezoito anos, saímos de casa para realizar um sonho muito difícil para tantos jovens com a minha história: fazer a matrícula na UFBA. O tempo passou e estamos aqui vencendo mais uma barreira. Com Daniele, compartilho os dias, os sonhos e as lutas. Nestes anos de convivência, carinho e respeito, fizemos muitas coisas boas, inclusive um filho. O pequeno e peralta Francisco enche meus dias de alegria. Com ele, a cada nova descoberta e a cada novo desafio aprendo um sentido diferente para a palavra amor.

Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros.  
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles, considero a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,  
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem  
vista da janela,  
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,  
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por  
serafins.  
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os  
homens presentes, a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade, *Mãos dadas*.

## RESUMO

Esta tese trata do movimento sindical petroleiro na Bahia entre os anos de 1957 e 1968. A análise abarca o intervalo de tempo que vai da fundação do Stiep-Ba até a segunda leva de intervenções feita pela Ditadura Militar contra as entidades sindicais dos petroleiros baianos, voltada mais especificamente contra o Sindipetro-Ba. Nosso foco analítico está voltado para a abordagem que as agremiações operárias fizeram da questão nacional. Neste estudo, argumentamos que a conjuntura da década de 1950 ajudou a moldar a identidade sindical dos trabalhadores do petróleo, constituindo características que resistiram tanto às práticas mais repressivas e violentas perpetradas pelos militares quanto aos mecanismos mais sutis e sofisticados voltados para o controle operário. O estudo está amparado por um diversificado conjunto documental, que mescla depoimentos orais, obras memorialísticas, registros da imprensa, atas sindicais, registros produzidos pelos órgãos de controle e repressão, dentre outros.

**Palavras-chave:** Sindicatos; Petrobras; Nacionalismo; Ditadura Militar.

## ABSTRACT

This doctoral thesis is a study of the petroleum trade union movement in Bahia between the years of 1957 and 1968. The analysis board the time span from the foundation of Stiep-Ba (Trade Union of Workers of the Oil Extraction Industry, section Bahia), until the second intervention made by the Military Dictatorship against the trade unions of the Bahian oil tankers, directed more specifically against Sindipetro-Ba (Petroleum Workers' Union, section Bahia). The analytical focus is focused on the approach that the workers' associations have made of the national question. In this study, we argue that the conjuncture of the 1950s helped shape the trade union identity of oil workers, constituting characteristics that resisted both the most repressive and violent practices perpetrated by the military and the more subtle and sophisticated mechanisms aimed at controlling the laborers. The study is supported by a diverse set of documents, which combine oral testimonies, memorial works, press records, union records, records produced by the control and repression organs, among others.

**Keywords:** Unions; Petrobras; Nationalism; Military dictatorship.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ação Popular (AP)

Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

Aliança Eleitoral pela Família (ALEF)

Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO)

Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Associação de Engenheiros da Petrobras do Rio de Janeiro e da Guanabara (AEPERG)

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Banco Nacional de Habitação (BNH)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP)

Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)

Centro de Inteligência do Exército (CIE)

Centro Industrial de Aratu (CIA)

Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (CENAP)

Comissão Geral de Investigações (CGI)

Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS)

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Confederação Nacional de Círculos Operários (CNCO)

Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria (CNTI)

Conselho Nacional do Petróleo (CNP)

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Delegacia Regional do Trabalho (DRT)

Divisão de Informações (DIVIN)

Escola Superior de Guerra (ESG)

Fábrica Nacional de Motores (FNM)

Federação dos Trabalhadores na Indústria (FTI)

Federação Internacional dos Trabalhadores do Petróleo e das Indústrias Químicas (FITPIQ)

Federação Nacional Livre dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo (FENAPE)

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Inquéritos Policiais Militares (IPM)

Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL)

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

Juventude Operária Católica (JOC)

Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA)

Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Política Operária (POLOP)

Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)

Região de Produção da Bahia (RPBA)

Refinaria de Duque de Caxias (REDUC)

Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM)

Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI)

Serviço Social da Indústria (SESI)

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo no Estado da Bahia (Sindipetro-Ba)

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia (Stiep-Ba)

Sociedade de Engenheiros de Petróleo do Recôncavo (SEPR)

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

União Democrática Nacional (UDN)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

## **LISTA DE MAPAS E IMAGENS**

**IMAGEM 1 FOLHA DE DEFESA FORNECIDA PELA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES DA PETROBRAS AOS OPERÁRIOS INVESTIGADOS.....102**



## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1: TIPOLOGIA DOS MOTIVOS DAS DEMISSÕES APLICADAS AOS TRABALHADORES PELA CGI.....</b>	<b>99</b>
<b>TABELA 2 PROPORÇÃO ENTRE TRABALHADORES INVESTIGADOS E DEDITIDOS NA PETROBRAS.....</b>	<b>119</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1:</b>	
<b>BATIZADO NAS RUAS: OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍTICA SINDICAL DOS PETROLEIROS.....</b>	<b>33</b>
A questão do petróleo e o nacionalismo popular.....	35
Os primeiros embates do sindicalismo petroleiro na Bahia.....	45
O nacionalismo ganha força.....	59
<b>CAPÍTULO 2:</b>	
<b>ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PETROLEIROS: DA LUTA PELAS REFORMAS DE BASE AO GOLPE DE 1964.....</b>	<b>70</b>
Mobilização operária e avanço da campanha anticomunista.....	72
O golpe de 1964 e a repressão aos trabalhadores.....	87
<b>CAPÍTULO 3:</b>	
<b>A POLÍTICA DA DITADURA PARA A INTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES DO PETRÓLEO.....</b>	<b>109</b>
Forjando novas relações e novos homens: uma profilaxia contra os inocentes úteis.....	111
Um sindicalismo para os novos tempos.....	127
A Petrobras e a Campanha do Operário Padrão.....	137
<b>CAPÍTULO 4:</b>	
<b>O SINDICALISMO PETROLEIRO NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR.....</b>	<b>156</b>
Novas direções sindicais e sua tentativa de adequação aos novos tempos.....	158
A hora do enfrentamento: o 1968 operário na Petrobras.....	173
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>193</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>201</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>212</b>

## INTRODUÇÃO

Em sua edição de agosto de 1963, a *Revista de Mataripe* traçou o perfil do sindicalista Osvaldo Marques de Oliveira<sup>1</sup>. Para isso, o periódico apresentou dados biográficos, hábitos cotidianos de trabalho e explorou ainda as relações familiares do trabalhador. Àquela altura, Marques exercia a função de tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Destilação e Refino do Petróleo no Estado da Bahia (Sindipetro-Ba), órgão responsável por representar os operários lotados na Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM). Sua história no movimento sindical, no entanto, havia começado há pelo menos nove anos e tinha grande relevância para a militância sindical dos trabalhadores do petróleo. Osvaldo Marques participava ativamente da movimentação responsável por dar origem ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia (Stiep-Ba), primeira entidade de representação política dos petroleiros baianos. Por este e muitos outros motivos, ele era talvez o dirigente sindical mais respeitado entre os trabalhadores do petróleo da Bahia.

Antes de ingressar na indústria do petróleo, Marques se dividia entre o ofício de alfaiate e os bancos escolares. Diga-se de passagem, enquanto estudante, nosso personagem havia participado de comícios e reuniões em defesa do monopólio estatal do petróleo. Mais tarde, ele chegou a tentar o vestibular para o curso de Engenharia, mas não obteve êxito. Somente depois disso, decidiu concorrer a uma vaga para a então chamada Refinaria Nacional de Petróleo, sendo aprovado na seleção e finalmente ingressando no ano de 1951 em seus quadros, no cargo de auxiliar de segurança. Assim, na condição de trabalhador do petróleo, ele acompanhou os debates acerca da criação da Petrobras e presenciou a realização, em Mataripe, de um jantar em comemoração pela aprovação da Lei nº 2004/1953<sup>2</sup>. A efeméride, no entanto, foi exclusiva para dirigentes e técnicos, não contando com a presença de nenhum operário dentre os convidados.

Segundo a reportagem, este fato deixou Osvaldo descontente. Para ele, esta era a prova de que instituição do monopólio estatal do petróleo e a consequente criação da

---

<sup>1</sup> “Um condutor de petroleiros rumo ao caminho da emancipação nacional”. *Revista de Mataripe*, ano 1, nº 2, julho de 1963, fls. 19-22. A *Revista de Mataripe* era uma publicação editada sob a responsabilidade da Refinaria Landulpho Alves – Mataripe. A dificuldade de acesso aos acervos da Petrobras não nos permitiu identificar por quanto tempo o periódico circulou.

<sup>2</sup> Lei de criação da empresa Petróleo Brasileiro S/A, Petrobras.

Petrobras não modificariam os costumes autoritários arraigados no ambiente de trabalho da nascente indústria petrolífera brasileira. Em sua opinião, mudanças democratizantes no ambiente de trabalho só viriam através de um longo caminho de lutas, quando os próprios operários, através dos seus sindicatos, assumissem a condução e o protagonismo de suas próprias histórias.

O texto da revista apresenta diversas falas do próprio Osvaldo, que por trazerem à tona uma série de características do movimento sindical petroleiro nos primeiros anos da década de 1960, são elementos fundamentais para a compreensão do nosso objeto deste estudo. Em um determinado momento, abordando a sua dedicação à causa dos trabalhadores da Petrobras, o líder sindical fez a seguinte afirmação:

*“Continuo imbuído dos mesmos propósitos que me levaram à criação do Sindipetro: a conscientização de todos os trabalhadores de petróleo, tanto da luta como [sic] do trabalho pela emancipação econômica e política da Nação, bem como da defesa dos seus direitos e reivindicações. E não podia ser de outro modo. Participei ativamente da campanha pela implantação da Lei 2004, fui às ruas enfrentando a reação e a brutalidade, pelo monopólio e pela Petrobras. Da mesma forma que não vacilei em liderar os companheiros para a deflagração da nossa primeira greve pela equiparação salarial com os companheiros de Cubatão. De uma coisa eu me orgulho: a confiança que os petroleiros depositam em mim, pois têm certeza que estarei sempre à frente de movimentos objetivos e justos, sejam em defesa da independência do nosso povo, sejam na vigilância dos direitos dos trabalhadores”<sup>3</sup>.*

O fragmento acima revela que o líder operário e seus companheiros de geração não faziam distinção entre a luta por questões mais práticas do movimento sindical e a defesa do monopólio estatal do petróleo. Esta marca não estava expressa apenas na fala de Osvaldo Marques. Segundo a publicação oficial do Sindipetro-Ba, este órgão de classe não deveria ser considerado “apenas um solicitador de reivindicações salariais, mas acima de tudo um defensor intransigente dos ideais nacionalistas”<sup>4</sup>. Desta forma, desde os seus primeiros passos, o sindicalismo petroleiro formulou um discurso que associava a obtenção de direitos sociais ao fortalecimento da Petrobras. Esta marca atravessou conjunturas políticas bastante distintas e foi posta em prática por diferentes gerações de militantes, mesmo quando estas apresentavam aparentes divergências de concepção política e estratégia de organização e luta

---

<sup>3</sup> “Um condutor de petroleiros rumo ao caminho da emancipação nacional”, fl. 21.

<sup>4</sup> “Prestação de contas do ano de 1961”. *Sindipetro (Jornal)*, janeiro de 1962.

que as tornavam supostamente inconciliáveis. Com isso, o debate sobre a chamada questão nacional tornou-se central no discurso do movimento sindical petroleiro. No fim das contas, ele se converteu em um dos segmentos da classe trabalhadora brasileira que mais discutiu as grandes questões políticas do país.

Isto significa que, historicamente, o sindicalismo petroleiro apresentou como sua característica mais visível a associação entre a defesa dos seus trabalhadores e a luta pelo caráter estatal da Petrobras. Ou seja, a participação incisiva nos principais debates políticos da companhia e do país e o entendimento de que uma empresa forte é o principal meio de garantir direitos e condições de trabalho dignas aos seus funcionários ultrapassaram o momento específico de sua criação. Estas marcas, evidentemente, adquiriram intensidades variadas, que foram condicionadas tanto pela conjuntura quanto pela linha política seguida pelos distintos grupos que assumiram a direção destas entidades sindicais. Assim, estamos diante de organizações sindicais que articulam o discurso classista com a defesa de questões nacionais. Além disso, em geral, elas conseguem se inserir com razoável desenvoltura nos mais relevantes debates políticos nacionais, como a questão da política econômica, da exploração mineral e, até mesmo, dos princípios e normas estabelecidos pela Constituição Federal.

O nosso argumento é que esta característica tem profunda ligação com o cenário político brasileiro que antecedeu o golpe Civil-Militar de 1964. Entretanto, identificamos sua sobrevivência a este contexto histórico específico. O forte apelo exercido pela pauta nacionalista e pela bandeira das reformas de base sobre os movimentos sociais nas décadas de 1950 e 1960 cumpriu a função de conferir uma unidade discursiva ao movimento sindical nascente no setor petrolífero. Além disso, cimentou um sentimento de pertencimento à empresa que se transformou numa relevante marca identitária dos trabalhadores da Petrobras. É evidente que o reconhecimento da existência desta identidade não nos leva a conceber os petroleiros como um segmento operário homogêneo, muito menos a essencializar uma experiência histórica tão rica. Sabemos que tratamos de uma categoria plural, contendo, inclusive, pessoas com concepções políticas e visões totalmente distintas. Concebemos, contudo, que esta marca teve força suficiente para conferir unidade a uma prática sindical, e que por isto ela foi capaz de sobreviver ao grande processo de repressão desencadeado em 1964, mantendo sua relevância, inclusive, durante os momentos mais críticos da história do país.

Neste ponto, cabe destacar a importância do diálogo com o trabalho “Entre a nação e a revolução”, do cientista político André Kaysel. Neste estudo, o autor aborda a relação entre o marxismo e o nacionalismo no Brasil e no Peru. Suas inquietações partiram da constatação da dificuldade que os pensadores e militantes marxistas latino-americanos tiveram em lidar com a presença das correntes nacionalistas no continente, denominadas genericamente como populistas. De um modo geral, tais autores não conseguiram compreender as especificidades do processo inconcluso de formação das nações na América Latina e sua enorme dificuldade em incorporar amplos setores da população à sua vida social, política e econômica. Nestes países, via de regra, as lutas pela independência e a consolidação dos Estados nacionais não resultaram na constituição de uma vida política formalmente plena para os seus grupos subalternos (a exemplo dos negros, mestiços e sertanejos no Brasil e dos indígenas e camponeses no Peru). Com isso, as fortes demandas por inclusão por parte destes contingentes populacionais se arrastaram até o século XX e ajudaram a conformar a ação de importantes grupos políticos e ideológicos, influenciando a práticas de diversos movimentos sociais.

Esta particularidade deu origem a ideologias e discursos políticos bastante específicos, nos quais classe e nação não constituem elementos totalmente antagônicos, mas em determinados momentos complementares. Esta forma bastante peculiar de nacionalismo foi denominada pelo autor como *nacionalismo popular*. Inspirado nas formulações de Gramsci, Kaysel entendeu que esta corrente ideológica tinha como pressupostos centrais a ênfase na defesa da soberania nacional consubstanciada na luta anti-imperialista, a luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais e a constante utilização da noção de desenvolvimento econômico como meios fundamentais para a consolidação da cidadania no continente. A luta anti-imperialista advogada pelo nacionalismo popular seria travada por uma aliança policlassista nacional, que teria os trabalhadores organizados como personagens principais deste combate. Para Kaysel, o *nacionalismo popular* conseguiu, no caso específico brasileiro, vocalizar um conjunto de formulações e demandas sociais bastante específicas. Em outras palavras, tais formulações conseguiram executar a combinação entre nacionalismo e reformismo social, colocando o desenvolvimento das potencialidades econômicas do país e a defesa do seu patrimônio como pontos centrais de sua luta política.

Além disso, cumpre observar que o *nacionalismo popular* era uma corrente ideológica radical e de inclinações reformistas ou até mesmo revolucionárias. Em muitas circunstâncias essa vertente foi chamada de populismo, nacional-estatismo, nacional-

democrática ou até mesmo nacional popular. A oposição à adoção a qualquer dos termos acima mencionados não pode ser confundida como uma mera questão semântica. Segundo o autor, nenhum dos referidos conceitos foi capaz de escapar de imprecisões que dificultaram a compreensão de um conjunto de formulações políticas nacionalistas da América Latina. Ademais, não conseguiram garantir a percepção do papel ativo dos movimentos sociais e da intelectualidade e de suas aproximações e conflitos com os grupos controladores do Estado nas mais distintas conjunturas<sup>5</sup>

Para a discussão específica da realidade política brasileira, é possível precisar que o nacionalismo popular conseguiu apresentar um discurso contra-hegemônico, responsável por mobilizar as principais forças de esquerda do país, em princípios da década de 1960, em torno das reformas de base. Esse movimento, muito embora tenha tido o seu embrião no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), extrapolou os limites de uma única organização partidária. Na década de 1960, socialistas, trabalhistas, comunistas e até mesmo militantes de outras agremiações assumiram discursos e práticas que nos permitem falar de uma coalizão nacionalista. Nosso entendimento, portanto, é que o conceito de *nacionalismo popular*, tal como proposto por Kaysel, fornece um lastro fundamental para a compreensão do sindicalismo petroleiro, especialmente no que tange ao entrelaçamento entre as identidades de classe e nação.

Cabe sublinhar que Kaysel, em sua análise, estabelece uma contraposição direta aos adeptos da chamada teoria do populismo<sup>6</sup>. Evidentemente, não tentaremos aqui fazer uma longa discussão sobre a história do conceito e do seu uso, afinal, não são poucos os estudos dedicados a esta tarefa<sup>7</sup>. Cumpre observar simplesmente que ele se tornou uma espécie de termo maldito, eivado por uma grande carga pejorativa e estigmatizada<sup>8</sup>. Possivelmente, este

---

<sup>5</sup> André Kaysel. *Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964)*. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>6</sup> As obras mais importantes da teoria do populismo, normalmente utilizadas para explicar a realidade brasileira entre os anos de 1945-1964 são: Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, 5º Ed. Octávio Ianni. *A formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo: Editora Ática, 1989. Octávio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>7</sup> Angela de Castro Gomes. “Reflexões em torno de trabalhismo e populismo”. *Varia História*, nº 28, dezembro de 2002, pp. 55-68. André Kaysel. *Entre a nação e a revolução*, pp. 49-59.

<sup>8</sup> Os mais novos estudos em da história política brasileira e a história social do trabalho debateram o conceito de populismo e à sua utilização para descrever a realidade política do país, a organização e as lutas dos trabalhadores. Muito embora não haja um consenso acerca da adequação do uso do conceito, é inegável que tais estudos conseguiram superar a imagem de uma classe trabalhadora pouco afeita a lutar pelos seus reais interesses e facilmente manipulável por lideranças demagogas. Ver: Antonio Luigi Negro. “Paternalismo, populismo e história social”. In: *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 20/21, 2004, p. 9-37. Alexandre Fortes. “Formação de classe e participação política: E.P. Thompson e o populismo”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 17, nº 31, julho 2010. Jorge Ferreira (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

já seria um motivo bastante razoável para a rejeição da teoria do populismo como um instrumento analítico eficaz para a compreensão de um momento específico da história política brasileira, mas há algumas outras questões que precisam ser observadas.

A primeira delas diz respeito ao fato de que esta chave explicativa resulta de uma interpretação traumatizada da experiência histórica brasileira anterior a 1964. Em artigo escrito logo após o Golpe de 1964, Francisco Weffort sustentou que a causa do insucesso da breve experiência democrática brasileira estava no modelo de política de massas. Para ele, as “massas populares” eram uma espécie de “parceiro-fantasma no jogo político”<sup>9</sup>. Tal condição, explica a sua irrelevância no momento da queda do governo Goulart. As massas urbanas e os sindicatos pouco fizeram e, salvo raras exceções, estiveram ausentes no enfrentamento aos golpistas<sup>10</sup>. A responsabilidade pela vitória das forças golpistas recaía sobre os ombros dos trabalhadores organizados, supostamente incapazes de fazer frente à movimentação que vitimou um governo legal e legítimo desencadeando uma impressionante onda de violência exatamente contra as organizações destes trabalhadores e de suas principais lideranças. Em síntese, para o autor, os trabalhadores brasileiros tinham, naquele momento, uma consciência de classe obscurecida, o que os impedia de agirem “corretamente” dentro da política<sup>11</sup>.

Em grossas linhas, é possível afirmar que os adeptos da teoria do populismo analisaram os trabalhadores e suas organizações políticas demonstrando uma excessiva preocupação em apontar suas supostas ausências e carências. De toda sorte, o próprio Weffort procurou apontar os principais aspectos desta experiência sindical, que conforme o autor ficou melhor delineada em meados da década de 1950. Segundo suas próprias palavras o sindicalismo populista se caracterizava pela:

*“no plano da orientação subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas ‘organizações paralelas’, formadas por iniciativas de esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do*

---

Marcelo Badaró Mattos [Et. Al.]. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, pp. 13-41.

<sup>9</sup> Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*, p. 13.

<sup>10</sup> Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*, pp. 14-15. A própria ideia de definir a classe trabalhadora ou as classes populares como “massa” parte de premissas interpretativas por demais problemáticas. O termo sugere, de acordo com Thompson, que essas classes sociais agiam sem racionalidade, impulsionadas por agentes externos ou então através de instintos. Cf: Edward Palmer Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (caps. 3 e 4). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

<sup>11</sup> Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*, p. 60.



*Estado; no plano político, subordinava-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas*<sup>12</sup>.

Chama bastante atenção no fragmento apresentado acima, o quanto que para Weffort as decisões políticas tomadas pelo movimento sindical nos anos anteriores ao golpe de 1964 foram verdadeiras “subordinações” de seus reais interesses. Em outras palavras, suas opções políticas são sempre desvios em relação aos reais interesses de classe.

As críticas apresentadas por Kaysel a tais pressupostos são, em nossa avaliação, bastante adequadas e significativas. Suas formulações abrem um interessante flanco para os estudos dedicados à análise do movimento sindical nos primeiros anos da década de 1960. Em seu estudo, ele defende que as identidades de classe e de nação não são necessariamente excludentes. Para ele, alianças classistas são absolutamente normais e o policlassismo é uma realidade para a esquerda, afinal, “qualquer movimento de esquerda bem sucedido, reformista ou revolucionário, teve que fazer um apelo político que transcendesse os limites de uma classe específica”<sup>13</sup>. Assim, o nacionalismo popular conseguiu se constituir como uma importante fonte de discurso contra hegemônico em um determinado período da realidade brasileira. Conforme demonstrou Kaysel, em meados da década de 1950 foi consolidada uma “afinidade entre as demandas redistributivas dos trabalhadores e as reivindicações nacionalistas por soberania nacional”<sup>14</sup>.

No âmbito dos movimentos sociais, quem melhor revelou esta simbiose entre classe e nação foi o sindicalismo petroleiro. Conforme já afirmamos, o conjunto de aspirações sociais e discursos políticos do nascente movimento sindical petroleiro objetivava articular exatamente essas duas dimensões reivindicativas. Desde suas primeiras aparições públicas, agremiações como Stiep-Ba e Sindipetro-Ba tiveram esta questão no seu horizonte de ações. Uma geração de intelectuais, defensores das teorias tradicionais do populismo, advogou que classe e nação eram bandeiras inconciliáveis e prejudiciais ao movimento sindical. Logo, para esta corrente de pensamento e toda uma geração de estudiosos influenciada por ela, as manifestações nacionalistas e a conseqüente luta pelas reformas de base foram formulações e lutas maculadas pela crença equivocada no papel do Estado para a solução dos conflitos de classe.

---

<sup>12</sup> Francisco Weffort. “Origens do sindicalismo populista no Brasil”. CEBRAP, São Paulo, nº 4, 1973, p. 67.

<sup>13</sup> André Kaysel. *Entre a nação e a revolução*, p. 81.

<sup>14</sup> André Kaysel. *Entre a nação e a revolução*, p. 234.

Para entender melhor os fundamentos desta posição analítica, é esclarecedor observarmos o que Francisco de Oliveira escreveu sobre a atuação sindical dos petroleiros. Ao analisar a sociedade baiana, seu desenvolvimento econômico durante o século XX e os decorrentes conflitos de classe, o sociólogo demonstrou sua grande decepção com a forma pela qual esse sindicalismo fora constituído. Em suas palavras, os petroleiros substituíram classe por nação e isso os levou a constituir um “simulacro de representação” classista, incapaz de fazer frente às forças conservadoras do país. O encastelamento dos líderes sindicais os levava a um completo afastamento em relação às demandas provenientes da base e isso explicaria a derrocada do próprio modelo sindical<sup>15</sup>.

Em síntese, a formulação de Oliveira é totalmente tributária das ideias de Weffort, sobretudo quando este define as forças populares atuantes no pré 1964 como um “parceiro fantasma” do jogo político populista<sup>16</sup>. Para ele, nesse momento da história do país, a força dos trabalhadores mobilizados em defesa das reformas de base foi projetada como uma possibilidade, mas se apresentou como totalmente débil no enfrentamento que a história lhe impôs. Para a teoria do populismo, a defesa nacionalista explicaria a ausência de resistência à repressão encetada contra os trabalhadores pelo golpe de 1964.

A compreensão da trajetória do movimento sindical petroleiro aqui apresentada segue caminho totalmente diverso à análise de Oliveira. Entendemos que esta parcela do movimento sindical estabeleceu uma dinâmica histórica e formulações discursivas próprias, bastante peculiares quando comparadas com os demais segmentos do movimento operário. Este é o motivo que nos levou a optar por analisar as continuidades discursivas de duas diferentes gerações de militantes sindicais. A pesquisa voltada para a ação de um conjunto de ativistas que teve um contato direto com a repressão e suas nefastas implicações, mas mesmo assim manteve as linhas centrais de ação e discurso das direções depositadas em 1964 reforça a percepção de que a identidade sindical dos petroleiros no Brasil foi forjada nos anos iniciais da história de suas agremiações.

Tal afirmação nos coloca em contraposição a maior parte dos autores que se dedicaram ao estudo dos trabalhadores do petróleo e de suas organizações sindicais. Porém, antes abordar esta questão, cumpre observar que embora a Petrobras tenha uma importância fundamental para a industrialização brasileira e seus trabalhadores tenham mantido posturas

---

<sup>15</sup> Francisco de Oliveira. *O Elo Perdido – classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 58-63.

<sup>16</sup> Francisco Weffort. *O populismo na política da brasileira*, p. 13.

bastante combativas, os estudos sobre a sua realidade ainda são escassos<sup>17</sup>. Deste modo, torcemos para que a recente liberação do acesso aos documentos produzidos pela Divisão de Informações da Petrobras ajude a reverter este quadro, permitindo o surgimento de pesquisas tematicamente mais variadas e mais consistentes.

Sem nenhuma dose de exagero, pode-se dizer que boa parte da bibliografia produzida sobre a história dos petroleiros segue o caminho aberto pelo trabalho ensaístico de Francisco de Oliveira. Ou seja, tais estudos tendem a enxergar com maus olhos a experiência histórica dos petroleiros nos anos anteriores à década de 1980. Esse é o caso, por exemplo, dos principais trabalhos dedicados à análise do movimento dos trabalhadores lotados na Refinaria de Paulínia (SP). “Aprendendo na luta”, nascido da dissertação de mestrado de Carlos Lucena, busca demonstrar o processo de acúmulo político dos petroleiros da Refinaria de Paulínia, nas décadas de 1980 e 1990. Para o autor, antes do advento da greve de 1983, não houve nenhuma experiência digna de ser notada. Somente a partir do surgimento do novo sindicalismo, os trabalhadores da citada unidade da Petrobras passaram a adquirir consciência, superando o corporativismo que grassava desde as origens sindicais. De acordo com sua análise, a consolidação dos grupos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) frente do Sindipetro-Paulínia representou o ponto de chegada na aprendizagem do movimento operário petroleiro. Afinal, com o sindicalismo cutista os trabalhadores do petróleo teriam passado a ter uma entidade defensora da luta proletária universal<sup>18</sup>. Em sua tese de doutoramento, mesmo fazendo menção à onda de perseguições ocorridas em 1964, Lucena não estabelece nenhuma ligação entre ela e uma ação mais autônoma dos trabalhadores da Petrobras<sup>19</sup>. Seguindo a mesma linha e também dedicado à abordar a realidade da refinaria paulista, temos o trabalho de Vinícius Caldeira Brant. Nesse estudo, o tom laudatório ao novo sindicalismo é ainda mais evidente. Ainda no prefácio da obra, Wilson Santarosa, então presidente do Sindipetro-Paulínia, afirma que a greve petroleira de 1983 abriu caminho para a instalação do “sindicalismo autêntico e combativo no país”<sup>20</sup>.

Além de estudos sobre os trabalhadores das refinarias paulistas, temos algumas obras voltadas para o estudo dos operários lotados na Bahia. O primeiro trabalho de caráter

---

<sup>17</sup> Ver: Larissa Correia; Paulo Fontes. “‘As falas de Jerônimo’: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da Ditadura Militar brasileira”. In: Alejandra Esteves [et. al.] (orgs.). *Mundos do trabalho e ditaduras no Cone sul (1964-1990)* Rio de Janeiro, Multifoco, 2018, pp. 119-149.

<sup>18</sup> Carlos Alberto Lucena. *Aprendendo na luta: a história do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997, p. 84.

<sup>19</sup> Carlos Alberto Lucena. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas: Editores Associados, Uberlândia, EDUFU, 2004.

<sup>20</sup> Vinícius Caldeira Brant (Coord.). *Paulínia: petróleo e política*. São Paulo: CEBRAP, 1990, p. 9.

eminentemente empírico a adentrar esta seara foi feito por Franklin Oliveira Junior. Em “A usina dos sonhos”, o autor apresentou aos leitores os primeiros anos da atuação sindical petroleira na Bahia<sup>21</sup>. Com bastante mérito na coleta de documentação, Oliveira Junior encontra uma organização sindical atuante e articulada no cenário político nacional. O autor apresenta uma narrativa encadeada dos principais fatos e ações do movimento sindical petroleiro, contudo, o trabalho não realiza grandes investidas nas questões analíticas relevantes para o seu objeto de estudo. Este problema foi, em certa medida, eclipsado por um consistente amparo documental. Neste sentido, o leitor de sua obra acaba por encontrar preciosas informações factuais sobre a história do sindicalismo petroleiro.

Em nossa dissertação de mestrado, tratamos de um período semelhante ao pesquisado por Franklin Oliveira. A preocupação principal daquele estudo foi em mostrar como o principal foco de insatisfações dos petroleiros baianos estava concentrado no poder excessivo dos engenheiros e na série de regalias que estes possuíam. Essas queixas ganhavam ainda mais força através de uma oposição entre baianos e “estrangeiros”, delineada no próprio ambiente de trabalho. Em seguida, em certa medida já abrindo uma divergência com os estudos calcados na noção do pacto populista, constatei que a razão do sucesso político dos sindicatos em questão estava na sua capacidade de perceber e solucionar as demandas provenientes do chamado chão da fábrica. Essa sensibilidade permitiu que os dirigentes sindicais mobilizassem os trabalhadores para as lutas políticas da época, pois eles avaliaram que defender a empresa era um meio de garantir os seus direitos enquanto trabalhadores<sup>22</sup>.

Ainda tratando o caso específico da Bahia, temos “L’action syndicale des travailleurs do pétrole”<sup>23</sup>, tese de doutoramento em Sociologia defendida por Paulo Sérgio da Costa Neves. Nesse trabalho, o autor analisa as agremiações políticas dos petroleiros baianos desde a sua origem até a quebra do monopólio estatal do petróleo. Trata-se de uma obra com diversas contribuições, contudo, para essa breve discussão, procuraremos abordar apenas as suas formulações referentes ao debate populismo, melhor explicitadas em um artigo intitulado

---

<sup>21</sup> Franklin Oliveira Jr. *A usina dos sonhos – sindicalismo petroleiro na Bahia*. Salvador: EGBA, 1996.

<sup>22</sup> Alex de Souza Ivo. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo*, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

<sup>23</sup> Paulo Sérgio da Costa Neves. *L’action syndicale des travailleurs du pétrole à Bahia, Brésil*. Lyon: Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Université Lumière: Lyon 2, Lyon, 1999.

“Sindicalismo, populismo e nacionalismo”, texto no qual o cientista social explicita as principais teses apresentadas em seu trabalho de doutorado<sup>24</sup>.

Para o autor, populismo é o referencial que permite explicar a trajetória dos sindicatos petroleiros na Bahia. As oposições entre combatividade e burocratização ficam evidentes em sua análise. Ao tratar, por exemplo, das conquistas dos petroleiros na década de 1960, o autor atribui o sucesso ao “poder político que os dirigentes sindicais obtinham no interior do Estado ou da empresa”. Para ele, as mobilizações que volta e meia aconteciam serviam apenas para provar aos dirigentes da estatal o poder dos sindicalistas<sup>25</sup>. Neves afirma que, após o golpe e o conseqüente colapso do populismo, houve uma espécie de anomalia na categoria. A primeira delas foi a movimentação realizada pela geração de 1968, chamada por ele em sua tese de “o retorno dos populistas”. Mais tarde, já na década de 1980, fenômeno semelhante aconteceu. Desta vez, com a lei de anistia, e o retorno dos sindicalistas demitidos durante a Ditadura, os “populistas” voltaram a disputar o controle do Sindipetro-Ba, obtendo grande sucesso. Segundo suas palavras, essa prática extemporânea passou a ser justificada, por causa da transformação dos perseguidos políticos de 1964 em heróis. As disputas políticas existentes entre duas diferentes gerações de militantes são avaliadas pelo estudioso de forma maniqueísta. É como se o pesquisador tomasse parte de um debate, escolhesse o lado que mais simpatizasse e passasse a defendê-lo em seu trabalho acadêmico.

Quebrando este campo analítico, cabe apresentar, no entanto, a existência de duas investigações relevantes. A primeira foi realizada por Frederico Lisbôa Romão, na esfera da Sociologia do Trabalho. Funcionário da empresa, Romão realizou um estudo de grande fôlego sobre a greve de 1995<sup>26</sup>. Com grande refinamento teórico e analítico, o pesquisador não se limitou a discutir o movimento paredista como um evento isolado. Ao realizar um arrazoado dos principais momentos das organizações sindicais petroleiras, o estudioso identificou que a forma como a empresa fora criada fincou as bases que deram origem a uma cultura sindical que constantemente ampara seu discurso e suas práticas na defesa da estatal. O que para muitos pesquisadores é o signo do atraso, para Romão é uma característica construída através de questões históricas, na qual os próprios trabalhadores tiveram papel ativo, ao forjarem uma

---

<sup>24</sup> Paulo Sérgio da Costa Neves. “Sindicalismo, populismo e nacionalismo: os sindicatos dos trabalhadores da indústria petrolífera na Bahia, Brasil, entre 1960 e 1990”. In: *Ponta de Lança: história, memória & cultura*. São Cristóvão, vol. 3, nº 5, out. 2009/abr. 2010, pp. 25-42.

<sup>25</sup> Idem, p. 34-35.

<sup>26</sup> Frederico Lisbôa Romão. *A greve do fim do mundo – petroleiros 1995: expressão fenomênica da crise do fordismo no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia), UNICAMP: Campinas, 2006.

identidade de defesa da empresa, que atravessou diferentes conjunturas<sup>27</sup>. Todavia, como seu foco analítico era a greve de 1995, Romão não forneceu maiores detalhes factuais sobre como a identidade sindical dos trabalhadores do petróleo foi formada, deixando o caminho aberto para novas pesquisas.

Caminho que, de certo modo, já havia sido trilhado por Eduardo Scaletsky. Através de uma consistente pesquisa documental, Scaletsky desata os nós da oposição existente entre operários e engenheiros, que constantemente assumiam a gerência da empresa e, por conseguinte, a condição de patrão. Para isso, o autor adota o conceito de bifacialidade, desenvolvido por Carmen Alveal Contreras. Ela advoga o fato de que uma empresa estatal conserva um lado empresarial que explora mais-valia como qualquer outra e, do outro lado, existe a sua dimensão política. Com isso, gradativamente, os sindicatos petroleiros assumiram um discurso que os colocava como os reais defensores da empresa, responsáveis por combater governos ilegítimos ou então se aliarem àqueles governantes que adotavam medidas consideradas favoráveis à soberania nacional e ao fortalecimento da Petrobras. No caso da Petrobras, ela trouxe consigo a marca da defesa dos interesses nacionais<sup>28</sup>.

Para ele, a identidade de classe dos trabalhadores da Petrobras – e o próprio uso do termo “petroleiros” para designar os operários do petróleo – é uma realidade consolidada somente no início da década de 1980, quando da eclosão da greve petroleira de 1983. Antes disso, conforme sustenta o autor, existia um profundo silêncio sobre a questão da identidade nacional e das lutas dela decorrentes, fato representado pela ausência de menções dos seus depoentes à *Campanha do Petróleo* como um marco importante na vida dos trabalhadores da companhia. Tais constatações são resultado dos dois conjuntos de entrevistas utilizados pelo autor em seu estudo. Scaletsky trabalhou basicamente com depoimentos de gerentes da companhia<sup>29</sup> e com militantes operários empregados na Refinaria de Paulínia (inaugurada em

---

<sup>27</sup> Idem, p. 181-182.

<sup>28</sup> Eduardo Carnos Scaletsky. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003. Edelmira del Carmen Alveal Contreras. *Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1994.

<sup>29</sup> Antes disso, conforme sustenta seu conjunto de fontes documentais, existia um profundo silêncio sobre a questão da identidade nacional, representado pela falta de menções à *Campanha do Petróleo*<sup>29</sup>. Em nossa avaliação, tais constatações são resultado dos dois conjuntos de entrevistas utilizados pelo autor em seu estudo. O primeiro deles surgiu do convênio celebrado entre a Petrobras e o CPDOC-FGV entre os anos de 1987 e 1990, que deu origem ao Projeto “Memória do Setor Petrolífero no Brasil: a história da Petrobras”. Nele, os entrevistados foram, em geral, pessoas que ocupavam cargos de chefia dentro da empresa e que não tiveram participação direta no movimento sindical. De outro lado, os sindicalistas entrevistados por Scaletsky eram todos ligados ao *novo sindicalismo*, logo, não surpreende o que suas falas tenham obscurecido um longo histórico de lutas travado pelas gerações anteriores de militantes sindicais. Além disso, parte considerável de seus depoentes trabalhava na Refinaria de Paulínia, inaugurada somente em 1972, e consequentemente este grupo sequer teve contato direto com as mobilizações sindicais que antecederam o AI-5.

1972), e ligados à corrente chamada de *novo sindicalismo*. O primeiro grupo não nutria simpatia pela militância política atuante no pré 1964 e, conseqüentemente, tendeu a considerar os expurgos realizados pelo golpe Civil-Militar como o principal marco memorialístico de sua relação com a companhia. O segundo conjunto de depoentes, além de ter uma visão de movimento sindical que tendia a desqualificar a experiência operária dos seus antecessores, atuava em uma unidade da empresa que, por ser muito nova, não tinha presenciado as lutas políticas desenvolvidas até 1968.

De modo diverso, ao longo desta tese, procuraremos demonstrar que esta é uma conclusão equivocada. Os debates relacionados à questão nacional estiveram presentes e adquiriram uma relevância ímpar para o movimento sindical petroleiro desde os primeiros momentos de sua história. Ou seja, já nos primeiros anos da década de 1960, as entidades de representação dos trabalhadores do petróleo não se furtavam em debater os assuntos mais relevantes da empresa e da política nacional. Em 1964, os primeiros sindicalistas petroleiros pagaram um preço muito alto por isso. As gerações seguintes, por sua vez, mantiveram acesa esta chama, mesmo nos momentos de intensa repressão.

\*\*\*

No primeiro capítulo desta tese discutimos a conjuntura de surgimento do sindicalismo petroleiro, suas primeiras mobilizações e lutas dentro dos muros da Petrobras e também os seus passos iniciais em direção à inserção nos debates da política nacional. Demonstramos como os debates acerca da implantação da indústria do petróleo no Brasil ganharam a proporção de um grande tema nacional. O clima desencadeado pelos debates que levaram à instituição do monopólio estatal do petróleo, obviamente, chegou aos espaços de trabalho da Petrobras e conformou a identidade do movimento sindical dos seus trabalhadores. Assim, observamos ainda que as direções do Stiep-Ba e Sindipetro-Ba adotaram um caminho de intervenção ativa nos grandes temas políticos do país. Terminamos o capítulo analisando a greve de janeiro de 1962 e a conseqüente ascensão do advogado socialista Francisco Mangabeira ao cargo de presidente da Petrobras. Neste momento, identificamos a entrada definitiva das duas entidades sindicais nas ações em defesa das chamadas reformas de base.

No segundo capítulo, procuramos demonstrar quais os caminhos percorridos por Stiep-Ba e Sindipetro-Ba entre fevereiro de 1962 e abril de 1964. O foco da discussão é o fortalecimento do poder de mobilização destas duas agremiações e o acirramento do discurso anticomunista envolvente. Nesta seara, três episódios são fundamentais. O primeiro deles é a chamada crise dos técnicos, quando funcionários graduados da estatal iniciaram um movimento destinado a destituir Francisco Mangabeira da presidência da empresa. Os sindicatos operários foram fundamentais para garantir a permanência do mandatário da empresa em seu posto e saíram bastante fortalecidos deste embate. Em seguida, analisamos mais um momento de ganho de força das entidades sindicais petroleiras: as eleições de 1962, momento em que as duas principais lideranças petroleiras da Bahia lançaram suas candidaturas a cargos legislativos e saem vitoriosos das urnas. O terceiro acontecimento é o acirramento nas páginas da imprensa local de uma campanha anticomunista contra a direção da Petrobras na Bahia e os sindicatos de seus trabalhadores. O capítulo é finalizado com uma análise do golpe de 1964 e as implicações da onda repressiva desencadeada contra os operários da companhia.

O capítulo seguinte aborda as estratégias de controle empreendidas pela Ditadura, objetivando tanto obter o consentimento dos trabalhadores do petróleo quanto criar novas bases para a prática sindical. Neste sentido, ganha destaque a chamada estratégia psicossocial, um modelo de ação destinado a convencer os trabalhadores que não tiveram envolvimento direto com a política sindical anterior ao golpe de 1964 sobre a necessidade das medidas adotadas contra os trabalhadores que receberam alguma punição e garantir a sua adesão à nova ordem imposta na empresa. Além disso, tratamos da política de formação de líderes sindicais, prática realizada através da celebração de convênios entre o governo brasileiro e entidades sindicais norte-americanas. Por fim, discutimos a inserção da Petrobras e dos seus trabalhadores no concurso do Operário Padrão, uma iniciativa do Serviço Social da Indústria (SESI) destinada construir e difundir a imagem ideal do trabalhador brasileiro, adequado aos ditames do novo regime. Esta experiência, não obstante tenha sido uma importante forma de demonstração da vitalidade do projeto ditatorial, não esteve imune às críticas operárias.

No quarto capítulo examinamos as ações do movimento sindical petroleiro durante os quatro primeiros anos de Ditadura. Apresentamos os principais momentos do processo de imposição de intervenções contra o Stiep-Ba e o Sindipetro-Ba e voltamos nossa atenção para a trajetória das primeiras direções sindicais eleitas após o golpe de 1964. Neste cenário, focalizamos a chamada “Campanha pelo Monopólio”, ação desencadeada pelas



entidades baianas e destinada a convencer as autoridades do país a proteger a Petrobras e o monopólio estatal do petróleo quando da publicação da Constituição de 1967. Encerrando o capítulo, apresentamos a chamada geração sindical de 1968. Ela, além de empreender um amplo processo de mobilização e colocar em xeque a autoridade dos gestores da Petrobras, incorpora a defesa da empresa e do seu caráter público e a crítica à política da Ditadura como sua principal bandeira de luta. Seu destino foi o mesmo da geração que lhe antecedeu. Através da cassação da diretoria sindical e da demissão de todos os seus membros, os militares voltaram a empregar métodos repressivos e conseguiram retirar as novas lideranças de circulação.

Por fim, nas considerações finais mencionamos o profundo silêncio vivido pelo movimento sindical petroleiro na década de 1970 e fazemos uma breve alusão à greve de 1983, momento de retomada das grandes mobilizações pela categoria. Tendo estes acontecimentos como gancho, apresentamos algumas perspectivas para análises futuras abertas por nosso estudo.

# CAPÍTULO 1

## BATIZADO NAS RUAS:

### OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍTICA SINDICAL DOS PETROLEIROS

Parabéns, parabéns, brasileiros  
Que trabalham com amor e devoção  
Operários da pátria, engenheiros  
Soldados da nossa redenção

Evocando os heróis da Bahia  
Proseguistes nas lutas de atrás  
Vossos louros já são garantias  
E não há quem nos conteste jamais

O Brasil, Norte a Sul  
Norte a Sul vos conclama  
A lutar e a vencer muito mais  
Em defesa de um povo que ama

Petrobras, Petrobras, Petrobras!<sup>30</sup>

Entre os meses de junho e julho de 2016 a Federação Única dos Petroleiros (FUP) divulgou junto aos trabalhadores da Petrobras uma série de boletins informativos cujo conteúdo trazia críticas às novas diretrizes da empresa<sup>31</sup>. A principal federação de trabalhadores do petróleo do país voltava a carga contra as propostas de Pedro Parente, recém-empossado no cargo de presidente da companhia. As críticas eram dirigidas também às possíveis mudanças na legislação que regulamenta a exploração das reservas petrolíferas do pré-sal<sup>32</sup>. Em suma, os líderes sindicais se opunham à chamada política de desinvestimento da empresa, que consistia na venda de uma série de ativos da estatal, estratégia considerada pelos seus gestores como a única maneira de garantir a confiança do mercado financeiro e a

---

<sup>30</sup> “Marcha da redenção”, de *Petrolinha Pimentel e Silval Silva*. Cf: MARTINS, Franklin. *Quem foi que inventou o Brasil – A música popular conta a história da república (Vol. 1 – de 1902 a 1964)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

<sup>31</sup> Ver boletins “Primeira Mão”, disponível em: <http://www.fup.org.br/publicacoes/primeira-mao>. Acesso em 23/01/2018.

<sup>32</sup> O pré-sal é uma sequência de rochas submarinas, cuja origem remonta há mais de 100 milhões de anos e constitui numa das mais importantes jazidas de petróleo descoberta no presente século. A chamada província petrolífera do pré-sal, compreende uma área que mede aproximadamente 149 mil km<sup>2</sup>, ocupando faixas do litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. Sua produção, em junho de 2017, atingiu a marca de 1,35 milhões de barris por dia. Fonte: <http://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/o-pre-sal/caracteristicas> e <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>. Acesso em 23/01/2018.

retomada do fortalecimento da companhia. No outro flanco da disputa, os sindicalistas manifestavam insatisfação em relação ao projeto de lei do Senado nº 131/2015, do senador José Serra (PSDB-SP). Nele, propunha-se uma alteração na lei responsável por estabelecer o regime de partilha para a exploração do pré-sal (Lei nº 12.351/2010)<sup>33</sup> com o fito de retirar as garantias legais que concediam à Petrobras o direito de explorar o percentual mínimo de 30% de cada campo petrolífero do pré-sal<sup>34</sup>.

A campanha movida pelos líderes do sindicalismo petroleiro visava colocar em xeque as principais diretrizes do presidente Michel Temer para a Petrobras. Alçado ao poder através de um golpe parlamentar<sup>35</sup>, que contou com amplo apoio e participação direta da imprensa empresarial brasileira e de setores do poder judiciário, o governo do emedebista demonstrou grande pressa em empreender uma série de reformas voltadas, dentre outros, ao objetivo de diminuir a participação do Estado em diversos setores da economia. Para diversas lideranças do seu governo, a única solução para a principal empresa estatal do país, içada ao centro do furacão político em razão das ações da controversa Operação Lava-Jato, seria a diminuição de seu tamanho, com a entrega de boa parte do seu conjunto de operações à iniciativa privada. O movimento sindical petroleiro, por sua vez, mesmo vivendo uma conjuntura de acentuada diminuição em sua capacidade de mobilização, procurou assumir o protagonismo na luta contra essas medidas, tentando juntar sua voz a outros setores do movimento social para fazer frente às mudanças em curso.

É importante sublinhar que ao seguir esse caminho de enfrentamento e de atuação política, a FUP está revivendo alguns dos aspectos mais marcantes da história do movimento sindical petroleiro. Essa marca foi constituída ainda nos primeiros anos do sindicalismo na Petrobras e consiste num elemento preponderante para a compreensão da sua relação tanto com o governo do presidente João Goulart (1961-1964) quanto com a ditadura instaurada em abril de 1964. Esse paradigma de prática sindical teve seus fundamentos lançados numa conjuntura de intensos debates acerca dos rumos do país e de grande mobilização do movimento sindical. Neste capítulo, lançaremos um olhar um pouco mais apurado sobre o surgimento da Petrobras, os esforços empreendidos pelos seus trabalhadores lotados na Bahia

---

<sup>33</sup> A referida lei, sancionada pelo presidente Lula em 23/12/2010.

<sup>34</sup> Aprovado pelas duas casas legislativas, o projeto foi sancionado, sem vetos, pelo presidente Michel Temer. A Lei nº 13.365, de 29/11/2017, alterou os artigos 2º, 4º, 9º, 10, 14, 15, 20 e 30 da Lei nº 12/351 de 22/12/2010.

<sup>35</sup> Mesmo sendo um acontecimento muito recente na história do país, já é possível observar um conjunto de obras que sustentam a tese de que a derrubada do governo Dilma Rousseff se apresenta como o Golpe. Ver: Hebe Matos; Tânia Bessone; Beatriz Mamigonian (Orgs.). *Historiadores pela democracia: o Golpe de 2016 – a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016. Jessé Souza. *A radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016. Renato Rovai (Org.). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

para fundar suas entidades sindicais, bem como suas primeiras ações no cenário político dos anos iniciais da década de 1960.

### **1.1 – A questão do petróleo e o nacionalismo popular**

Um observador apressado pode acreditar que o debate sobre a exploração e a produção de derivados do petróleo em qualquer país se reduz a questões de ordem técnica. Em tese, bastaria a realização de estudos no campo da Geologia, o envio de profissionais e equipamentos para os locais escolhidos, a realização de perfurações no solo e, uma vez encontrado o *ouro negro*, o exame da viabilidade comercial do poço em questão. Após esse momento, teria início a extração do óleo, e a produção e comercialização dos seus derivados. O assunto, entretanto, não é tão simples assim, pois envolve intensos debates sobre geopolítica, o perfil industrial de cada nação, aspectos da segurança nacional, modelos de desenvolvimento e, por fim, mas não menos importante, uma grande dose de paixão.

O caso brasileiro não fugiu a essa regra<sup>36</sup>. Paixão, política e petróleo sempre caminharam de mãos dadas. Mesmo havendo uma relativa dificuldade em precisar quando se deram os primeiros esforços para a extração do petróleo no território brasileiro<sup>37</sup>, é possível afirmar, com uma boa dose de segurança, que o assunto adquiriu grande relevância durante a década de 1930. Foi neste período que um projeto de industrialização para o país foi colocado em pauta e, conseqüentemente, a questão do desenvolvimento da indústria de base e da produção de fontes energéticas indispensáveis ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais entraram na ordem dia.

Evidentemente, não se pretende realizar aqui uma discussão pormenorizada sobre os caminhos trilhados até a criação da Petrobras em 1953, afinal há um conjunto significativo de obras voltadas para esse tema<sup>38</sup>. Para os objetivos desse estudo, o importante é enfatizar

---

<sup>36</sup> Para uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento e a instalação da indústria petrolífera no Brasil e em outros países da América Latina, ver: George Philip. *Oil and politics in Latin America: nationalist movement and state companies*. Cambridge University Press: Cambridge, 2006.

<sup>37</sup> No que tange à realidade baiana, há um estudo que localiza ainda no século XIX os primeiros esforços e discussões voltados para a extração do petróleo e outros combustíveis minerais no Estado. Ver: Cid Teixeira; Fernando Orbelaender; Daniel Rebouças. *História do petróleo na Bahia*. Salvador: EPP Publicações e Publicidade, 2010.

<sup>38</sup> Para este assunto, ver: Ilmar Penna Marinho Junior. *Petróleo: política e poder*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989. Gabriel Cohn. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. Peter Seaborn Smith. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Brasília: Editora da UNB, 1978. José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quagliano. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro:

como essa questão se transformou em algo que transcendeu os círculos mais restritos dos profissionais especializados e do poder político. Em outras palavras, pretendemos analisar como a discussão sobre o petróleo ganhou as ruas e revelou um potencial de mobilização capaz de chegar até o movimento dos trabalhadores da empresa, contribuindo para legar a eles uma espécie de responsabilidade política que, em maior ou menor escala, atingiu diferentes gerações em conjunturas totalmente distintas.

Para melhor compreender esta questão, é relevante levar em consideração uma característica fundamental da indústria do petróleo: a tendência mundial à concentração da extração e da produção de derivados nas mãos de um número restrito de empresas. Tal fato pode ser observado já na primeira metade do século XX, quando as chamadas *majors* internacionais começaram uma marcha em busca do controle dos mercados internacionais de combustíveis<sup>39</sup>. No Brasil, estes grupos foram denominados de trustes. Tratava-se de empresas como a Esso, a Shell e a Texaco. Já na década de 1930, elas controlavam o mercado brasileiro.

Paralelamente à consolidação do seu poder, começaram a ganhar força as vozes que lhe atribuíam a responsabilidade por uma série de ações de boicote ao desenvolvimento brasileiro, a partir do controle de suas reservas petrolíferas e da submissão dos interesses nacionais aos desejos privados internacionais. De acordo com Teixeira, alguns livros foram traduzidos para o português e ajudaram a dar publicidade à referida tese<sup>40</sup>. Com isso, atribuiu-se ainda a alguns técnicos de órgãos governamentais a responsabilidade de favorecer as empresas estrangeiras e boicotar a exploração feita por brasileiros.

No Brasil, o surgimento das primeiras correntes a advogar uma saída nacionalista para a exploração do petróleo coincide com uma série de mudanças no âmbito da legislação e da criação de novos órgãos governamentais ligados à exploração mineral. Em primeiro lugar, o governo Vargas retirou dos estados a competência para conceder autorizações para pesquisa e extração de recursos minerais no país. Em seguida, o presidente criou o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão responsável tanto por realizar a exploração mineral no território nacional quanto por executar a fiscalização das empresas que porventura

---

CPDOC – Petrobras, 1993. John Wirth. *A política do desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

<sup>39</sup> Pierre Costa. “A evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral”. In: Frédéric Monié; Jacob Binsztok (Orgs.). *Geografia e geopolítica do petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, pp. 70-71.

<sup>40</sup> Cid Teixeira; Fernando Orbelander; Daniel Rebouças. *História do petróleo na Bahia*, p. 167. Os autores citam como exemplo os livros *A luta pelo petróleo*, de Essad Bay e *A guerra secreta pelo petróleo*, escrita por Anton Zischka.

exercessem tal trabalho. Estas duas iniciativas, contudo, se mostraram pouco eficazes. Com isso, a grande novidade ocorrida nos primeiros anos do governo de Vargas foi a promulgação do Código de Minas, em julho de 1934. Este novo ordenamento legal transferia a propriedade do subsolo das mãos do proprietário do solo para o controle da União. Com isso, o governo tirava a questão dos recursos minerais do domínio privado e transformava o assunto em questão pública. Conforme assevera Cohn, a legislação procurava resguardar as riquezas do subsolo brasileiro dos interesses do capital privado nacional e internacional<sup>41</sup>.

Contudo, o grande salto de publicidade e de exarcebação dos ânimos ligados à questão do petróleo viria com a entrada em cena do escritor Monteiro Lobato. O interesse do literato pelo tema ficou explícito quando ele assumiu um cargo na direção da Companhia Petróleo do Brasil, fundada, em 1932, pelo engenheiro eletricitista Edson de Carvalho<sup>42</sup>. Mesmo contando com poucos recursos, a empresa começou a perfurar poços no estado de Alagoas, contrariando os pareceres dos órgãos oficiais que apresentavam perspectivas pouco animadoras em relação à prospecção de petróleo na dita região.

Nessa circunstância, Lobato se valeu do seu talento de escritor para acusar o envolvimento do governo num grande plano de sabotagem contra a companhia. Inúmeros artigos foram publicados nos principais órgãos de imprensa brasileiros e sua militância no tema atingiu o ápice com a publicação de “O escândalo do petróleo”, em 1936. A obra, segundo aponta John Wirth, constitui um marco no nacionalismo brasileiro. Deixando de lado questões técnicas, Monteiro Lobato usou um vocabulário eficaz e de fácil assimilação pela população. Os principais alvos de seu ataque foram as companhias estrangeiras e o próprio governo brasileiro. Para ele, havia uma conspiração em curso, e ela era a principal responsável por impedir o sucesso dos empresários locais, deixando as riquezas do país nas mãos dos estrangeiros<sup>43</sup>. No ano posterior à publicação do livro, Getúlio Vargas comandou um golpe de estado e deu início à ditadura do Estado Novo. Por essa razão, o debate público acerca do tema ficou travado, mas após a redemocratização e a ascensão de Eurico Gaspar Dutra à presidência do país, as sementes lançadas por Lobato logo mostraram que haviam germinado. Cabe dizer, contudo, que nesse intervalo de tempo ocorreram dois fatos também bastante relevantes para a exploração do petróleo no país.

---

<sup>41</sup> Gabriel Cohn. *Petróleo e Nacionalismo*, p. 17.

<sup>42</sup> Peter Seaborn Smith. *Petróleo e política no Brasil moderno*, p. 40.

<sup>43</sup> John Wirth. *A política do desenvolvimento na Era Vargas*, p. 122.

O primeiro deles foi a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938. Ligado diretamente ao presidente da República, o Conselho passou a exercer as funções outrora de responsabilidade do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mas com dotações orçamentárias maiores quando comparado com seu antecessor. Seu primeiro presidente foi o general Júlio Caetano Horta Barbosa. Historicamente ligado às correntes positivistas atuantes nas Forças Armadas brasileiras, Horta Barbosa, além de exercer importantes cargos eletivos no Clube Militar, esteve integrado, durante a sua carreira no Exército, a uma série de ações voltadas para o reconhecimento e a defesa do território nacional<sup>44</sup>.

A presença de um militar com perfil nacionalista no comando do CNP representou uma relevante inflexão na percepção do governo em relação ao assunto. A partir de então, o petróleo deixava de ser preocupação do Ministério da Agricultura e entrava oficialmente na alçada das Forças Armadas. Em outras palavras, o *ouro negro* virou questão de segurança nacional. Diga-se de passagem, Horta Barbosa já defendia essa necessidade desde 1936 quando entregou ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, um memorial intitulado “O petróleo e a defesa nacional”, advogando que um país totalmente dependente de petróleo estrangeiro era militarmente fraco, e por isso a instalação de uma indústria do petróleo brasileira seria um imperativo<sup>45</sup>. Assim, pela primeira vez, agentes do próprio estado brasileiro colocaram em pauta a importância da adoção de uma política de monopólio estatal para o petróleo.

O segundo fato relevante foi a descoberta de petróleo em solo baiano. Em janeiro de 1939, equipes de perfuração que atuavam no bairro do Lobato, subúrbio de Salvador, finalmente trouxeram petróleo à superfície. Essa descoberta levou o CNP a concentrar os seus esforços de perfuração na capital baiana, na Ilha de Itaparica e no Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Não obstante toda a dificuldade motivada pela carência de pessoal e de recursos, no final de 1946, a produção local deslanchou e conseguiu atingir o total de 4.200 barris por dia<sup>46</sup>. Essa quantidade, embora muito aquém do consumo nacional, serviu para motivar a continuidade das atividades locais de prospecção, bem como impulsionou os primeiros passos do governo nacional no campo do refino do petróleo.

---

<sup>44</sup> Ver o verbete: Júlio Caetano Horta Barbosa. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Cd-Rom: CPDOC/FGV.

<sup>45</sup> John Wirth. *A política do desenvolvimento na Era Vargas*, p. 124.

<sup>46</sup> Alex Ivo. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, pp. 21-23.

Ao mesmo tempo, durante a maior parte da vigência do Estado Novo, a política oficial para o petróleo preconizou a adoção de medidas que buscavam aumentar as salvaguardas ao recurso mineral brasileiro. O suprimento nacional de petróleo foi declarado assunto de utilidade pública e, em 1940, o Código de Minas foi atualizado, aumentando os dispositivos legais de cunho nacionalista. Ao mesmo tempo, a pressão dos grupos internacionais se intensificava. Em pelo menos três ocasiões, a Standart Oil propôs alterações à legislação do petróleo brasileira, sob a alegação de que ela impunha uma série de entraves à exploração do mineral<sup>47</sup>. A partir de 1943, a pressão dos grupos liberais tiveram resultado e as posições nacionalistas perderam espaço junto ao CNP. Com isso, o general Horta Barbosa foi demitido do seu cargo, sendo substituído pelo engenheiro Plínio Catanhede<sup>48</sup>. Teria início uma era de predomínio de posições liberais, mas o assunto não tardaria a adquirir novos contornos.

Com o fim do Estado Novo, os debates abertos tornaram a ganhar relevância e a questão do petróleo voltou a ser pública. Foi exatamente neste contexto que Eurico Gaspar Dutra formulou suas diretrizes para a política do petróleo. Em fevereiro de 1947, o presidente constituiu uma comissão para tratar da questão. Oito meses depois, seus trabalhos foram concluídos, resultando no chamado “Estatuto do Petróleo”, enviado ao Congresso em fevereiro do ano seguinte. Em grossas linhas, a proposta rejeitava o monopólio estatal, prevendo a associação entre as companhias internacionais de petróleo, as empresas privadas nacionais e o Estado brasileiro, que regularia, através do CNP, o desenvolvimento da indústria. O apoio de uma ampla coalizão no Congresso dava a impressão de que Dutra aprovaria facilmente seu projeto, mas o assunto não seria debatido apenas no âmbito do Poder Legislativo. Afinal, a questão do petróleo já estava nas ruas.

Em 1947, uma série de debates patrocinados pelo Clube Militar foi fundamental para generalizar este debate. A discussão colocou o assunto na boca do povo e com isso o grande público teve acesso aos principais argumentos dos adeptos da solução liberal e também dos defensores do monopólio. Com isso, segundo as palavras de Wirth, “quase todo mundo, do tecnocrata ao cidadão preocupado, passou a discutir petróleo”<sup>49</sup>. Ou seja, mais do que nunca o *ouro negro* virou um tema francamente discutido pela sociedade brasileira.

---

<sup>47</sup> Peter Seaborn Smith. *Petróleo e política no Brasil moderno*, pp. 52-60. John Wirth. *A política do desenvolvimento na Era Vargas*, pp. 137-139.

<sup>48</sup> Ilmar Penna Marinho Junior. *Petróleo, política e poder*, pp. 246-247.

<sup>49</sup> John Wirth. *A política do desenvolvimento na Era Vargas*, p. 149.



O primeiro a ser convidado para o ciclo de discussões do Clube Militar foi o general Juarez Távora. Ele havia sido um dos responsáveis pela elaboração do Estatuto do Petróleo, e dizia que um rígido nacionalismo impediria o avanço da exploração petrolífera, afastando qualquer tipo de ajuda estrangeira. Em sua opinião, a conjuntura política internacional colocava o Brasil na órbita de influência dos Estados Unidos, logo, seria natural o governo brasileiro buscar sua ajuda, sobretudo no campo tecnológico. Em resumo, Távora defendia uma solução de cunho liberal, totalmente associada às grandes empresas estrangeiras. A repercussão de suas declarações levou o Clube Militar a convidar um palestrante com posição diversa. Deste modo, o general Horta Barbosa tomou parte na discussão para advogar uma solução estatizante. Para ele, não havia possibilidade de conciliação entre os interesses de uma nação subdesenvolvida e o dos trustes petrolíferos. Conforme sua avaliação, a escassez de capitais era um problema nacional grave e só seria solucionado através do investimento na produção de derivados do petróleo, cujos lucros seriam redirecionados para a extração do óleo.

Os meses seguintes foram ainda mais decisivos na mobilização em favor de uma solução nacionalista para o petróleo. Primeiro, o semanário carioca *Jornal de Debates* assumiu o papel de porta voz da causa. Mais tarde, em abril de 1948, com o Estatuto do Petróleo já sendo discutido há dois meses no Congresso Nacional, nasceu o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP). Com isso, muito rapidamente a defesa do monopólio estatal do petróleo tornou-se um movimento de massas e, como toda mobilização desse tipo, foi capaz de reunir as mais diferentes organizações políticas e também os mais distintos setores do movimento social. Militares, positivistas, democratas, nacionalistas, comunistas, socialistas, estudantes, operários e jornalistas cerraram fileiras em torno da mesma bandeira. Em certa medida, ao transformar as petrolíferas estrangeiras em seu principal alvo, o movimento resgatava o tom e características presentes no discurso de Monteiro Lobato. É importante observar, entretanto, que a divergência entre o movimento e o escritor residia na solução derradeira para o assunto. Afinal, Lobato não era favorável ao monopólio estatal. Sua militância era a favor exploração do mineral por empresários brasileiros. O tom apaixonado de ambos os discursos, contudo, guardava muitas semelhanças.

As companhias estrangeiras de petróleo, evidentemente, continuaram empreendendo seus esforços buscando impedir a adoção de uma política de cunho monopolista. Segundo Azevedo e Silva, as companhias Standart Oil e Esso dedicaram consideráveis recursos financeiros para veicular campanhas publicitárias em importantes

jornais, defendendo seus pontos de vista. A Esso, por exemplo, destacava sua competência técnica e minimizava a importância da dimensão estratégica para a exploração e a comercialização do petróleo. A base do seu discurso era de que ela detinha os meios necessários para solucionar a questão, e só não conseguia ajudar os brasileiros por causa das decisões dos governantes do país<sup>50</sup>.

Voltando a abordar especificamente o projeto de Dutra, cabe dizer que ele não foi rejeitado apenas pelos adeptos da solução nacionalista. Os representantes da Shell e da Standard Oil também eram contrários às principais diretrizes apresentadas pelo “Estatuto do Petróleo”. Para as grandes companhias não seria proveitoso entrar em um negócio cujo controle não lhes caberia e que ainda as deixaria expostas aos ditames impostos pelas orientações governamentais. Com tantos obstáculos, não causa surpresa o fato de o referido estatuto ter sido facilmente rejeitado, deixando para o futuro presidente do Brasil a responsabilidade de encontrar o caminho mais adequado para solucionar o problema do petróleo.

Não há dúvida de que essa foi a primeira grande conquista obtida pelos militantes da Campanha do Petróleo. A rejeição ao projeto de Dutra deixava claro para todos que este debate não poderia passar ao largo da associação entre petróleo e nacionalismo. Além disso, o Centro do Petróleo se tornou uma força política reconhecida e respeitada. Com isso, qualquer formulação governamental relacionada ao assunto precisaria levar em consideração um diálogo com as suas propostas e um cálculo político acerca de seu poder de mobilização.

O pleito presidencial de 1950 trouxe de volta para o centro do cenário político nacional a figura de Getúlio Vargas. Responsável pela construção da Usina de Volta Redonda, certamente o mais ousado projeto de industrialização nacional, Vargas parecia ser o homem certo para lidar com tema. O grande problema residia no fato de a conjuntura brasileira e mundial terem mudado bastante em relação ao momento da implantação da indústria siderúrgica nacional. No caso brasileiro, uma ampla mobilização se encontrava em curso, com forte tendência a rejeitar qualquer alternativa que não resultasse numa exploração estatal do petróleo. Por outro lado, a Guerra Fria já era uma realidade e a sua intensificação aumentava em diversos setores da população latino-americana a sensação de que os interesses das suas nações não eram compatíveis com os projetos das grandes empresas capitalistas, muito menos

---

<sup>50</sup> Angelissa Azevedo e Silva. “A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional”. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (Orgs.). *As esquerdas no Brasil (Vol 2) – Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 328-329.

com os desejos dos Estados Unidos, a nação mais poderosa do continente americano. Com isso, uma solução que buscasse a convergência dos interesses de brasileiros e americanos, em moldes semelhantes à encontrada para a produção de aço no país<sup>51</sup>, sequer foi cogitada. Muito habilidoso, Getúlio Vargas sabia para onde os ventos estavam apontando e começou a direcionar suas velas para os rumos do nacionalismo. Cada vez mais, o político gaúcho procurava identificar sua imagem às iniciativas de proteção e garantia de direitos sociais aos trabalhadores, conjugadas com a defesa da soberania nacional.

Uma vez eleito, o antigo chefe do Estado Novo passou a tratar o tema de forma pragmática. Havia duas dimensões do problema que precisavam de uma solução: a econômica e a política. Para o primeiro aspecto, encarregou a sua equipe de assessoria econômica, chefiada pelo economista baiano Rômulo Almeida, a elaboração de um projeto que conseguisse resolver o problema de abastecimento de petróleo e seus derivados no Brasil e diminuísse, em curto espaço de tempo, o desequilíbrio da balança comercial brasileira. Em relação ao segundo, Vargas tratou de alardear que preparava um projeto de cunho nacionalista, ao mesmo tempo em que fazia concessões à iniciativa privada, num nítido aceno aos membros da União Democrática Nacional (UDN).

A adoção de uma engenharia política tão complicada não seria evidentemente nada fácil. Por essa razão, é possível verificar uma série de ações dedicadas a conter aquele que fora o principal responsável pela rejeição ao projeto de Dutra: o agora denominado Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)<sup>52</sup>. Um fato marcante aconteceu quando o Departamento Federal de Segurança Pública solicitou ao Ministério da Justiça a suspensão das atividades do Centro<sup>53</sup>. Dentro deste mesmo espírito, em 1952, o diretor da Divisão de Polícia Política remeteu um telegrama ao general Felicíssimo Cardoso, presidente do Centro, solicitando o reagendamento da realização da III Convenção Nacional em Defesa do Petróleo, pensada para acontecer entre 5 e 8 de julho. O evento coincidiria com a visita ao Brasil do secretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Dean Acheson. As autoridades do país temiam o acirramento dos ânimos causasse algum incidente diplomático e por isso tentaram evitar o acontecimento do conclave. Caso o pedido não fosse atendido, a polícia ameaçava proibir a sua realização. O incidente

---

<sup>51</sup> Regina Lúcia de Moraes Morel. *A ferro e fogo: construção e crise da 'família siderúrgica' – o caso de Volta Redonda*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, pp. 2-40.

<sup>52</sup> Em outubro de 1949, exatamente um ano e meio após sua fundação, houve uma mudança no nome da entidade. Seus principais líderes, buscando uma ampliação de sua rede de ação, a rebatizaram como Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional.

<sup>53</sup> José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quagliano. *A questão do petróleo no Brasil*, p. 100.

causou um grande embaraço ao governo, pois os parlamentares de oposição levaram o assunto ao plenário da Câmara dos Deputados, fazendo com que a bancada governista fornecesse explicações sobre a questão. No fim, a convenção de fato aconteceu na data prevista e não há nenhum sinal de mal estar entre os governos de Brasil e Estados Unidos<sup>54</sup>.

De fato, a proposta de Vargas encontrou divergências na Câmara dos Deputados. Entretanto, nenhuma delas visava conter os dispositivos monopolistas do projeto. Em vez disso, parlamentares das mais distintas agremiações procuraram apresentar emendas e até mesmo redigiram projetos alternativos que visavam aumentar as salvaguardas contra uma possível introdução do capital estrangeiro na empresa que seria criada. Até mesmo a UDN, conhecida pela defesa de posições liberais, abraçou as teses monopolistas. O resultado de toda essa ação foi a criação da Petrobras como uma empresa de economia mista, controlada pelo Estado, responsável pela pesquisa, lavra e refino do petróleo nacional. A explicação mais plausível para esse resultado é de que a campanha em defesa de uma política nacionalista para o petróleo havia de fato sensibilizado a população do país. À época, era ponto comum na sociedade brasileira que uma alternativa liberalizante conduziria a uma penetração indesejável do capital privado internacional. Havia, é claro, pessoas e grupos que viam esta penetração com bons olhos, mas as vozes defensoras do monopólio estatal tinham muito mais força.

Segundo a análise de Cohn, apesar do fato de que Vargas e de seu corpo técnico, a oposição parlamentar e os próprios militantes da Campanha do Petróleo tivessem tomado parte no conjunto de acontecimentos que levaram à criação da Petrobras, não é possível creditar a nenhuma destas forças a primazia, nem a condição de responsável incontestado pela criação da empresa e pela instituição do monopólio estatal do petróleo<sup>55</sup>. A seu ver, a solução encontrada consistiu na fórmula mais adequada para equilibrar todo esse conjunto de interesses e posições políticas apresentados no decorrer dos debates. Essa constatação, contudo, não nos impede de enfatizar o papel significativo desempenhado pelos militantes da campanha O petróleo é nosso. A sua vitória adquiriu um peso simbólico ainda visível nos dias de hoje.

Sem dúvidas, a criação da Petrobras foi um marco na sociedade brasileira. A empresa foi o ponto de chegada de um conjunto de mobilizações e discussões que remontam ainda à década de 1930, momento bastante significativo para a industrialização do país e,

---

<sup>54</sup> Gabriel Cohn. *Petróleo e nacionalismo*, pp. 151-152. Peter Seaborn Smith. *Petróleo e política no Brasil moderno*, pp. 99-103.

<sup>55</sup> Gabriel Cohn. *Petróleo e nacionalismo*, p. 185.

consequentemente, para o modelo de suas relações capitalistas e da própria configuração da luta de classes no país. Por isso, a conjuntura também é determinante para a constituição das identidades operárias e de suas organizações políticas. De forma objetiva, todo esse debate em torno da questão do petróleo incidirá sobre a nascente categoria dos trabalhadores do petróleo, legando à suas entidades sindicais especificidades que precisam ser compreendidas à luz dessa conjuntura nacional.

As discussões sobre a origem da Petrobras guarda ainda outra relevância para os argumentos apresentados neste estudo, afinal, a mobilização em defesa do monopólio estatal do petróleo se constitui em um fator determinante para uma guinada na ideologia nacionalista brasileira. Esse fenômeno, é importante ressaltar, acabou imprimindo uma marca bastante significativa nas próprias organizações de esquerda do país e, consequentemente, sobre o seu movimento sindical.

Ao analisar o desenvolvimento das formulações políticas nacionalistas no Brasil republicano, André Kaysel identificou duas vertentes dessa ideologia durante a experiência histórica brasileira. A primeira delas, chamada pelo autor de *nacionalismo autoritário*, predominou entre as décadas de 1920 e 1940. Seus pressupostos preconizavam que, em razão do caráter amorfo da sociedade brasileira, caberia ao Estado, através do seu poder centralizador e de sua autoridade, agir para lhe conferir algum sentido. Seu objetivo era construir a nação de cima para baixo<sup>56</sup>. Já a segunda corrente nacionalista, surgida na década de 1950, tinha uma significativa conotação progressista. Por isso Kaysel optou por chamá-la de *nacionalismo popular*. Suas principais características eram a ênfase na defesa da soberania nacional consubstanciada na luta anti-imperialista, a luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais e a constante utilização da noção de desenvolvimento econômico, debates que desembocaram na defesa das chamadas reformas de base, no início da década de 1960. Diferentemente do *nacionalismo autoritário*, o *nacionalismo popular* dava à participação popular um papel fundamental na construção dos rumos do país.

Segundo o autor, essa inflexão advém de uma série de fatores dentre os quais se destacam as contradições políticas nacionais, a emergência dos movimentos populares e a conjuntura da Guerra Fria. No que tange à produção intelectual, organização e difusão de ideias, Kaysel acentua o papel do grupo de intelectuais reunidos, a partir de 1952, no parque nacional de Itatiaia. Num curto espaço de tempo, esses pensadores fundaram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão ligado ao Ministério da Educação e dedicado à

---

<sup>56</sup> André Kaysel. *Entre a nação e a revolução*, pp. 203-207.

pesquisa e ao ensino de pós-graduação. O ISEB se constituiu como o principal esteio intelectual do nacionalismo brasileiro nascido na década de 1950. Suas formulações nacionalistas, contudo, não ficaram restritas aos pensadores e à academia. Na verdade, as vozes que vinham das ruas foram agentes fundamentais na difusão e popularização da corrente política advogada pelo Instituto. Nesse sentido, a mobilização em defesa do monopólio estatal do petróleo é um objeto central para a discussão do nacionalismo popular. O fato de tanto o surgimento do ISEB quanto o ápice da Campanha do Petróleo terem ocorrido concomitantemente não é uma simples coincidência.

A luta por uma solução monopolista para a questão do petróleo foi a grande voz desta expressão nacionalista. Suas articulações foram, segundo as palavras de Caio Prado Junior, “um dos maiores, senão o maior passo dado no Brasil pela consciência anti-imperialista”<sup>57</sup>. Para o intelectual paulista, o movimento conseguiu ir além da relevante missão de unir, sob uma mesma luta, pessoas que não possuíam *a priori* nenhuma grande afinidade ideológica. Seu mais destacado mérito foi se apresentar como um movimento imune às influências sectárias mais exacerbadas. Além disso, a Campanha do Petróleo foi capaz de realizar uma eficiente análise da realidade nacional e obteve ainda sucesso no que diz respeito ao seu objetivo principal. Por fim, a pauta nacionalista e o tema do petróleo foram capazes de agregar a militância brasileira durante cerca de uma década, constituindo-se como um ponto incontornável nas discussões sobre os rumos do país.

Assim, o movimento dos trabalhadores do petróleo nasceu numa conjuntura bastante rica e crucial para a formação de sua identidade. As entidades sindicais baianas assumiram papel ativo nesse conjunto de lutas, razão pela qual foram vitimadas de forma tão incontestável e impiedosa pela violência do golpe de 1964. Contudo, para entendermos melhor essa questão é indispensável voltar a atenção para o surgimento dessas agremiações sindicais, enfatizando, num primeiro momento, suas primeiras lutas e o início de sua inserção em disputas políticas mais amplas.

## **1.2 Os primeiros embates do sindicalismo petrolero na Bahia**

---

Os passos iniciais para a formação dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo no estado da Bahia foram dados através da criação da Associação Profissional dos Trabalhadores

---

<sup>57</sup> Caio Prado Junior. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 195.

da Indústria do Petróleo do Estado da Bahia, em outubro de 1954, coincidindo com o início das operações da Petrobras<sup>58</sup>. A oficialização da referida associação cumpria uma exigência legal do Ministério do Trabalho para a efetivação do registro e autorização do funcionamento de uma entidade sindical. As assembleias para a formalização da entidade ocorreram em 17 e 26 de outubro, na cidade de Candeias<sup>59</sup>. Certamente, os operários presentes nestas reuniões não faziam ideia do que estava por vir. Constava em seu horizonte de ações, a luta por melhorias salariais, a obtenção de melhores condições de trabalho, o combate aos desmandos das chefias e outras tantas reivindicações bastante específicas emanadas do seu cotidiano de trabalho, metas, por sinal, equivalentes às de inúmeras outras categorias profissionais existentes no país.

A principal tarefa nessa primeira etapa de atuação organizativa consistia na busca pelo reconhecimento legal da sua entidade de classe almejada. No caso em pauta, um pequeno número de operários militantes, batizado como “grupo dos revoltados”, assumiu a responsabilidade de levar a cabo a criação do sindicato<sup>60</sup>. O grupo teve de enfrentar os gestores da empresa, que não viram com bons olhos a iniciativa dos trabalhadores e ameaçaram retaliar aqueles que se envolvessem com atividades organizativas. Por conta disso, o medo das punições impediu a rápida adesão dos operários à entidade. As pessoas que ousaram preencher a ficha de filiação sindical ou participar de reuniões agiram às escondidas, pois o risco de alguma retaliação era real.

É claro que além de enfrentar a direção da empresa, o “grupo dos revoltados” ainda teve que lidar com as questões impostas pela burocracia do Ministério do Trabalho. Obter autorização para o funcionamento de uma entidade sindical é uma tarefa inescapável. A Consolidação das Leis do Trabalho, além de realizar uma série de exigências para a associação pleiteante, estabelece a obrigatoriedade do pedido do registro ser encaminhado ao Ministério do Trabalho<sup>61</sup>. A distância entre a sede da associação e a capital federal, a ausência

---

<sup>58</sup> A Petrobras foi oficialmente criada em 3 de outubro de 1953, mas os seus trabalhos efetivos só foram iniciados em maio de 1954, quando foi concluída a transferência das atividades do conselho Nacional do Petróleo (CNP) para a recém criada empresa.

<sup>59</sup> Foram realizadas duas assembleias para a criação da Associação. A primeira no dia 17/10/1954 e a segunda em 26/10/1954. Nelas foram cumpridas as formalidades legais para a obtenção do registro do embrião da entidade sindical. Cf: Franklin Oliveira Jr. *A Usina dos sonhos*, p. 57.

<sup>60</sup> Segundo Eunápio Costa, esse grupo era formado por: Osvaldo Marques de Oliveira, Aníbal Carnaúba, Manoel Inocêncio Pinheiro Junior, Deoclécio Araújo da Silva, Severino Alexandre da Silva, Simpliciano Joaquim dos Santos, Anísio Araújo Lima e Manoel Bonfim (Expedicionário). Ver: Eunápio Costa. *No rio dos papagaios: histórias, casos e causos Mataripenses*. Salvador: Editorial Arembepe, 1993, pp. 240-247.

<sup>61</sup> Os caminhos para a investidura e o funcionamento sindical estão estabelecidos nos artigos 515 a 521 da Consolidação das Leis do Trabalho. O caráter oficial das entidades sindicais e sua umbilical ligação com o Estado foi alvo de severas críticas por parte dos cientistas sociais brasileiros, tendo grande destaque as teses

de experiência política e burocrática dos pioneiros do sindicalismo petroleiro e, talvez, até mesmo problemas com os assessores jurídicos contratados pelo grupo, parecem ter sido grandes desafios. Talvez por isso, somente em 27 de novembro de 1957, três anos após a criação da primeira associação dos trabalhadores do petróleo na Bahia, o Ministério do Trabalho tenha concedido a carta sindical aos petroleiros baianos.

No entanto, a conquista veio acompanhada de um importante revés. O órgão governamental entendeu que a prospecção e o refino de petróleo eram atividades distintas e por isso a recém-criada agremiação deveria representar apenas os trabalhadores dedicados à extração. Os operários empregados no setor de refino do óleo não poderiam fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia (Stiep-Ba), devendo permanecer apenas provisoriamente em seus quadros. Por essa razão, Osvaldo Marques de Oliveira, trabalhador lotado na Refinaria Landulpho Alves e profundamente envolvido nos esforços para a criação daquela entidade, assumiu a responsabilidade de iniciar os trabalhos para o reconhecimento de um outro órgão de classe que pudesse representar os operários do refino, ao mesmo tempo em que ocupava o cargo de tesoureiro do primeiro sindicato. Essa tarefa só teve êxito dois anos mais tarde. Em junho de 1959, foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Destilação, Refinação e Derivados do Petróleo no Estado da Bahia, que cinco meses mais tarde, já com a posse da carta sindical, transformou-se no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo no Estado da Bahia (Sindipetro-Ba).

Nunca é demais enfatizar que a extração e o refino do petróleo eram atividades completamente novas. As tímidas iniciativas de prospecção executadas antes da descoberta do poço de Lobato e experiência das duas pequenas destilarias instaladas no recôncavo baiano<sup>62</sup> não podem ser comparadas com os trabalhos desenvolvidos na Região de Produção da Bahia (RPBA) e na Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM)<sup>63</sup>. Portanto, as décadas de 1940 e 1950 consistiram em uma época de grandes descobertas tanto no campo técnico quanto no aspecto da formação das identidades dos petroleiros.

Em estudo anterior, demonstramos que o labor na indústria do petróleo foi uma grande novidade para a absoluta maioria dos trabalhadores empregados pela Petrobras na

---

formuladas em: Armando Boito Jr. *Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.

<sup>62</sup> Eunápio Costa. *No rio dos papagaios*, p. 44-48

<sup>63</sup> A Refinaria de Mataripe) foi fundada em setembro de 1950, ainda sob a responsabilidade do CNP, e consistiu na primeira iniciativa de refino do petróleo sob o comando estatal no território brasileiro.



Bahia. Mais de 90% dos homens contratados pela estatal eram nascidos na Bahia, estado da federação que pelas feições do seu mercado de trabalho não oferecia a estas pessoas nenhuma experiência de trabalho que pudesse ser comparada à indústria petrolífera. A novidade que representou esta experiência parece ter sido fundamental para a conformação das já mencionadas singularidades da concepção sindical dos petroleiros.

Um outro aspecto relevante de se notar diz respeito ao fato de que, via de regra, a indústria nascente optou por contratar pessoas relativamente jovens. Entre os trabalhadores do refino, o percentual de pessoas com menos de 35 anos ultrapassava a faixa dos 60%, enquanto na área da extração este número atingia 82,2%<sup>64</sup>. Tal constatação nos permite especular sobre o peso que pode ter tido as discussões acerca do monopólio estatal do petróleo na conformação de sua cultura de classe. O tema, conforme já discutimos, era amplamente debatido pela sociedade brasileira. Isto deve ter acontecido com uma intensidade ainda maior na indústria do petróleo e, portanto, adquirido um papel central nas mentes de nas vidas destes homens.

Além disso, os trabalhadores empregados na indústria do petróleo tiveram que lidar com outra questão importante. Nas empresas estatais existentes neste período, foi bastante comum a adoção de falas que procuravam dar feições familiares ao seu corpo de trabalhadores, investindo pesado no paternalismo como forma de dominação<sup>65</sup>. Este discurso ajudou a instituir também um senso de pertencimento e um orgulho muito grande entre os funcionários das estatais<sup>66</sup>. No campo específico da atividade sindical petroleira este discurso foi assimilado parcialmente, afinal ocorreu uma forte associação entre os destinos da empresa e da própria categoria dos petroleiros. Esta feição, por sua vez, não resultou em um comportamento dócil por parte das organizações operárias. Muito pelo contrário, os operários da estatal logo constituíram uma cultura associativa que resultou no desenvolvimento de organizações autônomas e combativas.

A ascensão aparentemente meteórica do Stiep-Ba e do Sindipetro-Ba foi fruto de um delicado e complexo processo de disputas entre líderes operários e diretores da empresa.

---

<sup>64</sup> Alex Ivo. *Uma história em verde, amarelo e negro*, pp. 63-66.

<sup>65</sup> Há uma vasta bibliografia sobre o paternalismo como forma de dominação. Neste estudo especificamente, procuramos entender o paternalismo como uma estratégia de dominação de classe que não inviabiliza a resistência das classes dominadas, seja através da utilização das “brechas” existentes no sistema ou até mesmo através da resignificação dos discursos dominantes em favor de pautas e bandeiras próprias. Ver: Michelle Perrot. “O olhar do outro: os patrões franceses vistos pelos operários (1880-1914)”. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4º Ed., 2006. Edward Palmer Thompson. “Patrícios e plebeus”. In: *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 25-85.

<sup>66</sup> Verena Alberti. “A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro: entrevistas com pioneiros e construtores da CSN”. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999. 11f.

Os conflitos ocorridos entre 1960 e 1961 foram fundamentais para a compreensão acerca da relevância da luta sindical e a legitimação das entidades operárias junto à sua base social. Nesses anos foi forjada a base de uma identidade política que não abria mão da defesa dos direitos mais elementares dos trabalhadores, nem da discussão acerca do caráter público da Petrobras e do seu importante papel na emancipação econômica do país. Na verdade, os operários entrelaçaram a luta pela melhoria das suas condições de sobrevivência com a defesa do caráter estatal e monopolista da empresa. Com isso, eles acreditavam estar fortalecendo a economia nacional, a luta anti-imperialista e conseqüentemente garantindo a adequada proteção aos trabalhadores do país. Não causa espanto, portanto, o importante papel desempenhado pelos petroleiros nas lutas em defesa das reformas de base.

Ao mesmo tempo em que iniciavam este incisivo engajamento, os petroleiros demonstravam uma evidente preocupação em parecer não ferir a empresa mesmo nos momentos mais decisivos da luta sindical. Tal fato pode ser verificado já na primeira greve realizada pelo Sindipetro-Ba. No movimento ocorrido em novembro de 1960, primeiro embate público vivido pelos petroleiros baianos e também a primeira parede realizada pela categoria em todo o Brasil, o cuidado com a empresa esteve no centro do debate. Os operários da Região de Produção não aderiram ao movimento, pois entenderam que ele seria prejudicial à empresa. No refino, depois de muitas hesitações, os operários aceitaram os argumentos de que o movimento não acarretaria danos para a empresa, e aderiram em massa à greve.

Sua principal reivindicação era salarial. Os sindicalistas baianos haviam descoberto que sua remuneração era muito inferior aos valores pagos aos operários da Refinaria de Cubatão, em São Paulo. Por isso, através do lema “equipara ou aqui para”, afirmaram que deveriam receber pagamento idêntico ao recebido pelos seus colegas paulistas, advogando que a correção dessa injustiça fortaleceria a empresa, em vez de enfraquecê-la, pois o tratamento salarial igualitário aos seus servidores era condição imprescindível para que seu trabalho fosse realizado sem qualquer insatisfação que levasse algum sentimento de discriminação aos seus empregados.

A parede, iniciada em 1º de novembro, teve momentos de grande tensão. Em nota divulgada através da imprensa, já no primeiro dia da manifestação, a superintendência da refinaria afirmou que tropas do Exército e da Polícia Militar agiriam para garantir a integridade do patrimônio da unidade<sup>67</sup>. Apesar do clima repressivo os operários continuaram

---

<sup>67</sup> “Greve Ilegal – o Exército e a Polícia protegem a refinaria e seus trabalhadores, que, em grande número não aderiram ao movimento”. *Jornal da Bahia*, 1/11/1960.

parados, conseguindo, por fim, celebrar um acordo visto como muito vantajoso: foi garantido aos petroleiros baianos o direito de receber 80% dos valores pagos aos seus colegas paulistas. Ademais, o acordo firmado impedia a aplicação de punições contra os grevistas<sup>68</sup>. De fato, tratou-se de grande conquista. Na memória dos trabalhadores esse acordo ficou marcado como o responsável pelo grande incremento nas remunerações dessa primeira geração de petroleiros.

Esse ganho salarial foi um dos fatores responsáveis por reforçar a imagem popular destes operários como trabalhadores privilegiados. Tal fato se tornou uma fonte abundante de anedotas e casos curiosos. Muitos deles foram incorporados ao repertório dos próprios trabalhadores da companhia. Isto é o que demonstra a obra de Eunápio Costa, funcionário da Petrobras desde a década de 1960, que próximo a se aposentar decidiu publicar tais histórias em formato de livro<sup>69</sup>. Seus registros são marcados por um grande senso de humor e por uma impressionante riqueza de detalhes. Ao tratar do tema da remuneração dos petroleiros, Costa os denominou como os príncipes da Petrobras<sup>70</sup>. Não escapou ao olhar atento do memorialista da Refinaria de Mataripe muitos episódios que acabaram obtendo relevo no imaginário da capital baiana e das cidades do recôncavo. Ficaram célebres as histórias das cortinas de dinheiro, os preços mais caros cobrados aos petroleiros pelos produtos das feiras livres e também das grandes festas com dinheiro em abundância.

Mas o aumento salarial dos petroleiros não atraiu somente histórias divertidas. Na sua edição de 19 de novembro de 1963, o jornal *Diário de Notícias* publicou uma matéria com o nítido interesse de incitar a população e os militares contra os trabalhadores da Petrobras, bem como desqualificar suas ações políticas. O jornal comparou os ganhos dos funcionários da Petrobras com o de militares do Exército, questionando por fim, aquilo que era tido como uma verdadeira injustiça<sup>71</sup>. O padrão de remuneração dos operários da Petrobras, associado ao comportamento social típico dos novos ricos, supostamente os levaria a sequer serem considerados como pertencentes à classe operária, pois além de viverem à forra, chegavam ao “absurdo” de receberem mais do que membros das Forças Armadas. Os

---

<sup>68</sup> O termo de acordo assinado entre os dirigentes do Sindipetro-Ba e os gestores da estatal foi publicado pelo Jornal da Bahia. Ver: “Durou 48 horas a greve em Mataripe”. *Jornal da Bahia*, 4/11/1960.

<sup>69</sup> Eunápio Costa publicou três obras recheadas de histórias do cotidiano de trabalho na RLAM. São elas: Eunápio Costa. *No rio dos papagaios: histórias, casos e causos Mataripenses*. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1990. Eunápio Costa. *O que a história não contou*. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1993. Eunápio Costa. *O que não queria que eu contasse*. Salvador: Memorial das Letras, 2000.

<sup>70</sup> Eunápio Costa, *No rio dos papagaios*, pp. 205-205.

<sup>71</sup> “Faxineiro da Petrobras ganha como sub-oficial”. *Diário de Notícias*, 19/11/1963. Arquivo Mário Lima, Caixa 40, pasta 2.

principais inimigos políticos dos petroleiros passaram a explorar este assunto, taxando-os de privilegiados, com o nítido interesse de desmoralizá-los.

As lutas dos operários da Petrobras, contudo, não estavam circunscritas apenas ao campo das reivindicações salariais. Antes do surgimento e do fortalecimento das suas entidades sindicais, os trabalhadores do petróleo demonstravam profundo descontentamento com a qualidade da alimentação servida aos funcionários menos graduados e com o poder quase ilimitado dos engenheiros e chefes. Estes detinham a prerrogativa de decidir sobre demissões e admissões sem que sequer fosse assegurado o direito de defesa dos operários, fato que causava imensa insegurança e ampliava o sentimento de injustiça dentro dos locais de trabalho<sup>72</sup>. O sucesso no enfrentamento destes dois problemas foi importante para que as direções sindicais fossem se firmando e legitimando.

Um episódio aparentemente banal ocorrido durante a fase de legalização das atividades do Sindipetro-Ba, ou seja, antes da segunda metade do ano de 1959, aponta nesta direção. O operador de processo Mário Lima, que mais tarde presidiria a entidade, envolveu-se em uma celeuma quando a equipe de trabalho por ele comandada recebeu uma refeição estragada. Diante do ocorrido, Lima entrou em contato com o profissional responsável pela alimentação na refinaria e pediu que fosse feita a troca dos pratos servidos. A resposta foi negativa, pois, segundo o seu interlocutor, a chave da dispensa não estava com ele. A pessoa que poderia atender ao pedido descansava na Vila residencial de Mataripe e não deveria ser incomodada. Após muita insistência, Mário Lima conseguiu furar aquele bloqueio e, segundo seu próprio relato, argumentou e conseguiu que fosse servida outra refeição para a sua equipe. Apesar da tranquilidade e do tom respeitoso com que travou este diálogo, a história que se espalhou por Mataripe foi outra. Contava-se que Lima havia dito algumas boas verdades aos responsáveis pelo preparo da alimentação dos operadores, garantido assim a sua substituição<sup>73</sup>.

Mais tarde, em 1960, às vésperas da posse da diretoria eleita do Sindipetro-Ba, dois dirigentes sindicais foram demitidos da empresa. Osvaldo Marques e Mário Lima, respectivamente presidente e primeiro secretário da agremiação, tiveram seus contratos rescindidos. A razão foi uma discussão travada entre um dirigente da refinaria e Mário Lima. O fato resultou no desligamento deste sindicalista. Dias depois, Marques distribuiu um manifesto criticando o ocorrido e acabou tendo o mesmo destino do colega. Em virtude de

---

<sup>72</sup> Ver: Alex Ivo, *Uma história em verde*, Capítulo 4, passim.

<sup>73</sup> Depoimento de Mário Soares Lima, concedido ao autor em 24 de novembro de 2006.

uma mobilização envolvendo vários atores e capaz de se valer, inclusive, da visita do presidente Juscelino Kubitschek, os dois foram readmitidos e puderam exercer o mandato concedido pela categoria.

Evidentemente, não é tarefa fácil mensurar o grau de adesão e entusiasmo de uma base sindical diante da ação dos seus líderes e de seus militantes mais aguerridos, mas nesse caso específico, é possível dizer que essa vitória foi rapidamente percebida pelos trabalhadores e teve uma implicação direta sobre a sua entidade sindical. No mês posterior à posse da diretoria e, conseqüentemente, após a readmissão dos dois sindicalistas, houve um grande aumento no número de operários que procuraram o Sindipetro-Ba para filiar-se. Em julho de 1960, exatos duzentos e sete trabalhadores passaram à condição de membros da agremiação. Para se ter uma dimensão de quão significativo é esse dado, basta observar que este número é superior ao total de filiações realizadas nos seis primeiros meses do mesmo ano, quando o Sindipetro-Ba ganhou cento e sessenta novos sócios. É possível identificar, ainda em 1960, outro ápice no número de filiações ao Sindipetro-Ba, ocorrido em outubro, quando duzentos e oito trabalhadores assinaram a ficha de filiação sindical. Ao que tudo indica, este fato está relacionado à luta pela equiparação salarial<sup>74</sup>. Muito embora a greve tenha ocorrido em novembro, a campanha de mobilização e as primeiras negociações se deram no mês anterior.

De fato, tudo indica que o processo de filiação sindical se intensificou a partir daquela greve. Conforme dados fornecidos pela própria empresa, em maio de 1964, havia treze mil e trezentos e dez pessoas servindo em suas unidades no estado, dos quais dez mil setecentos e quarenta e seis trabalhadores, ou 80,73%, haviam ingressado nos sindicatos<sup>75</sup>. Uma adesão tão significativa como essa sugere a existência de sindicatos com os quais os trabalhadores se identificavam.

Os dados apresentados acima corroboram nossa oposição às teses que viram excessivos problemas no sindicalismo anterior ao golpe de 1964. A definição de um sindicato cupulista, descolado das bases, sem identificação com suas demandas e mais preocupado com questões da alta política do que com as demandas advindas do chão da fábrica descrevem mal a primeira geração de militantes sindicais da indústria do petróleo. Essa caracterização, típica das correntes analíticas defensoras do uso dos conceitos de populismo e da oposição entre

---

<sup>74</sup> Fichas de filiação de associados do Sindipetro-Ba. Acervo do Sindipetro-Ba.

<sup>75</sup> PETROBRAS, "Mensário Estatístico de Pessoal", ano V, maio de 1964. CPDOC-FGV AL p/cg 1964.01-30, doc. I-119.

novos e velhos sindicalistas, se expressou no caso específico do sindicalismo petroleiro através do já citado trabalho de Francisco Oliveira. Para este sociólogo, o fazer político de Sindipetro-Ba e Stiep-Ba consistia em um exemplo acabado do tanto que a “relação entre a vanguarda sindical enquistada nas empresas estatais e o jogo político do regime populista” foi nociva aos interesses dos trabalhadores do país<sup>76</sup>.

Ainda segundo Oliveira, uma das provas da fragilidade do sindicalismo petroleiro consistiu no fato de Sindipetro-Ba e Stiep-Ba representarem os trabalhadores de uma única empresa. Nossa avaliação tem sentido totalmente inverso, pois entendemos que esta característica potencializava as chances de elaboração e também de aceitação de um discurso político razoavelmente coeso e coerente. Trocando em miúdos, as entidades sindicais petroleiras, quando comparadas com agremiações operárias que defendiam os interesses de trabalhadores empregados em empresas variadas, encontraram dificuldades de menor monta para forjar uma identidade política, bem como em mobilizar a sua base para os enfrentamentos sociais e políticos de sua época. Lidar com uma base menos dispersa era um dos pontos fortes dessa organização sindical.

É possível observar um fenômeno semelhante ao aqui descrito quando voltamos a atenção para os trabalhadores da indústria naval carioca. Elina Pessanha, ao analisar a identidade política dos trabalhadores deste setor, demonstra que a partir da década de 1950 esta categoria operária desenvolveu um forte senso de coletividade e auferiu, através de suas mobilizações, uma série de conquistas sociais relevantes. Com o golpe Civil-Militar de 1964, os trabalhadores até então representados pelo Sindicato dos Operários Navais tiveram seu enquadramento sindical modificado e se viram obrigados a buscar filiação junto aos sindicatos de metalúrgicos de Niterói e do Rio de Janeiro. Com isso, a ditadura, através da dispersão dos operários navais em uma categoria profissional maior, conseguiu desarticular e enfraquecer um importante segmento da classe operária<sup>77</sup>. A força política de sindicatos que representavam trabalhadores concentrados em poucas unidades produtivas era um fato que não escapava até mesmo aos governantes. Não deixa de ser surpreendente, portanto, que a concentração das bases do Sindipetro-Ba e do Stiep-Ba numa única empresa tenha sido encarada por Oliveira apenas sob o prisma negativo.

---

<sup>76</sup> Francisco de Oliveira. *O elo perdido*, p. 60.

<sup>77</sup> Elina Pessanha. “De operários navais e metalúrgicos: experiência de classe e identidade entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro”. In: Alice Abreu; Elina Pessanha (Orgs.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.

Na verdade, representar trabalhadores geralmente lotados em apenas uma unidade fabril ajuda a explicar porque os dirigentes sindicais petroleiros continuaram trabalhando e nunca se encastelaram numa sede sindical. Isto fez com que os mesmos problemas cotidianos fossem enfrentados tanto pela base quanto pela diretoria dos sindicatos. É exatamente isso que nos contou Luciano Campos quando relatou um episódio em que um diretor da empresa o chamou até a sua sala, querendo saber se ele era o responsável por uma matéria do *Sindipetro-Jornal* cujo conteúdo denunciava as péssimas condições de um vaso sanitário. O sindicalista reconheceu sua responsabilidade na denúncia, dizendo que era seu dever fazer isso, afinal, ele mesmo era obrigado a utilizar o equipamento que expunha os seus usuários ao risco de algum acidente<sup>78</sup>.

Essa e outras tensões e denúncias relacionadas ao dia a dia na fábrica consistiram em fatores fundamentais para a constituição da identidade do sindicalismo petroleiro. Os primeiros dirigentes sindicais petroleiros mostraram-se continuamente preocupados com os problemas mais elementares da categoria ao mesmo tempo em que interviram enfaticamente nos grandes temas da política brasileira, sobretudo nos debates relacionados à questão nacional. Esta junção permitiu que eles fossem reconhecidos pelo conjunto dos trabalhadores como líderes legítimos e, portanto, obtivessem o respeito e o reconhecimento da categoria. Tais ações só foram possíveis porque a categoria acreditava no poder da luta sindical ao passo que também depositava confiança em seus líderes. Ademais, os sindicalistas foram capazes de perceber e, ao mesmo tempo, convencer a sua base de que o caminho para a ampliação de direitos dos trabalhadores passava pela intervenção na política nacional. Essa avaliação fazia parte das posições e expectativas de consideráveis setores das camadas populares organizadas do início da década de 1960, que investiram boa parte de seus esforços nessa empreitada. Por isso, tiveram seus sonhos frustrados pela violenta interrupção desse ensaio democrático provocada pelo golpe de 1964.

Esse interesse na política tem sua primeira ação explícita em 1961, no episódio da renúncia de Jânio Quadros. O fato causou grande apreensão, sobretudo em razão de setores das Forças Armadas agirem para impedir a posse do vice-presidente eleito. O cenário tenso levou outros setores da sociedade brasileira a iniciar ações voltadas para defender o texto constitucional e garantir a posse Goulart. À frente do governo do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola comandou um movimento de resistência, amparado na implantação de um dispositivo militar e num intenso processo de propaganda, através de uma rede de rádios, denominada

---

<sup>78</sup> Entrevista com Luciano Monteiro Campos, concedida ao autor em 16/01/2018.

cadeia da legalidade<sup>79</sup>. Muitos segmentos do movimento social aderiram a essa luta, fato responsável por fazer os petroleiros baianos assumirem, pela primeira vez, um compromisso público em relação a um assunto que estava fora dos muros da estatal do petróleo.

Diante da disposição dos movimentos sociais em ocupar as ruas, as autoridades baianas começaram a ensaiar ações emergenciais para conter os possíveis desdobramentos locais da crise. Por esta razão, Rafael Cincurá, titular da Secretaria de Segurança Pública, em reunião com os principais dirigentes sindicais do estado, deixou claro que não toleraria manifestações de grandes proporções e que a ordem seria mantida a “todo custo”<sup>80</sup>. De fato, essa era a sua intenção, pois assim que recebeu a notícia da renúncia, espalhou cerca de 400 policias militares pela capital. Também deixou tropas de prontidão, alocadas em pontos estratégicos como as usinas geradoras, fundamentais para o abastecimento de energia em Salvador, a estação rodoviária do município e, por fim, as unidades da Petrobras. As tropas do Exército, por sua vez, também entraram em estado de alerta. O comando da VI-RM aquartelou os seus soldados e estava pronto para agir, caso fosse necessário<sup>81</sup>.

Diversas entidades sindicais mobilizaram-se na preparação de uma greve geral. Fazendo parte desses esforços, Sindipetro-Ba e Stiep-Ba entraram em prontidão, através de uma assembleia permanente, com duração de pelo menos oito dias consecutivos. Diante dessa situação, Geonísio Barroso, então presidente da Petrobras, escreveu uma missiva à superintendência de Mataripe, manifestando preocupação em relação a uma possível greve. O texto buscava dialogar também com os trabalhadores, pedindo a eles prudência, pois estes sempre encontravam “compreensão e atendimento às justas reivindicações” por parte da administração. Por fim, Barroso lembrou ainda a grande responsabilidade que era trabalhar na Petrobras e pediu a não deflagração do movimento grevista<sup>82</sup>. Mesmo diante das ponderações do presidente da estatal, os petroleiros não mudaram sua estratégia e continuaram decididos a deflagrar a greve.

Àquela altura, os altos dirigentes da política nacional, já se articulavam e costuravam uma alternativa para a crise vigente no país. Voltando de uma viagem diplomática, o então vice-presidente assumiu o compromisso de ascender à presidência, mesmo com seus poderes limitados. Ou seja, Goulart aceitou que uma emenda constitucional

---

<sup>79</sup> Jorge Ferreira. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs.). *O Brasil Republicano (Volume 3): o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>80</sup> “R. Cincurá garantiu aos trabalhadores liberdade sem excesso”. *Diário de Notícias*, 28/8/1961.

<sup>81</sup> “Perfeita calma na Bahia e o Governador Juracy confiante na legalidade”. *Estado da Bahia*, 28/8/1961.

<sup>82</sup> “A Bahia em completa calma acompanha os acontecimentos”. *A Tarde*, 30/08/1961.



instalando o parlamentarismo fosse encaminhada e aprovada pelo Congresso<sup>83</sup>. Enquanto isso, numa assembleia realizada a 4 de setembro, os petroleiros decidiram engrossar a luta pela legalidade, aderindo a uma greve geral, juntamente com outras categorias de trabalhadores.

A reunião, realizada na sede da Associação de Empregados do Comércio, contou com cerca de duas mil pessoas e foi considerada pela própria imprensa local como “uma das mais vibrantes concentrações de trabalhadores dos últimos tempos, em Salvador”. A disposição para o enfrentamento era grande, tendo em vista que fora enviado um comunicado a Leonel Brizola no qual os trabalhadores se colocavam ao lado do governador do Rio Grande do Sul, seja através de uma greve e até mesmo com “arma em punho” para defender a constituição<sup>84</sup>. O movimento durou apenas um dia. Em 5 de setembro, quando Goulart desembarcou na capital federal e com a sua posse garantida<sup>85</sup>, pelo menos setecentos e seis petroleiros declararam em assembleia o fim da greve. Ao final da manifestação, comemoraram a “vitória da legalidade”, saudando o Brasil, a Constituinte e o Sindipetro<sup>86</sup>.

Assim, próximos às bandeiras nacionalistas, os petroleiros adentraram os anos do governo Goulart<sup>87</sup>. Na verdade, essa etapa da história do Brasil trazia uma novidade para o movimento sindical como um todo, pois a partir de então esse segmento do movimento social ganhou força política e grande trânsito dentro do governo do líder trabalhista. Conforme as palavras de Moniz Bandeira, os sindicatos foram capazes de “influir diretamente sobre o governo”, defendendo uma pauta própria<sup>88</sup>, representando um verdadeiro perigo para parcelas significativas de nossas classes dominantes, pouco habituadas a disputar espaço com aqueles que eles sempre viram como inferiores.

No caso específico da Bahia, ao passo em que a pauta nacionalista entrava na ordem do dia, outra expressão política dividia espaço com ela e obrigava o sindicalismo petroleiro a procurar uma fórmula capaz de equilibrar-se nesse cenário complicado. O conjunto de reivindicações fortemente difundido no estado, responsável por pleitear maior

---

<sup>83</sup> Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, pp. 254-158.

<sup>84</sup> “Trabalhadores do petróleo às portas da greve geral”. *Jornal da Bahia*, 3 e 4/9/1961.

<sup>85</sup> Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, pp. 254-255.

<sup>86</sup> A sessão foi realizada na sede do Stiep-Ba e registrada no Livro de Presença em Assembleia do Sindipetro. No dia 5 de setembro, a concentração durou das seis da manhã até a meia noite. O texto de encerramento do ato, registrado no respectivo livro, traz as seguintes palavras: “Encerrada a Assembleia Permanente às 24 horas, em 5 de setembro de 1961 com a vitória da legalidade. Viva o Brasil! Viva a Constituinte! Viva o Sindipetro!”

<sup>87</sup> Sobre a difusão do projeto nacionalista entre as décadas de 1950 e 1960 ver: Lucília de Almeida Neves Delgado. “Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>88</sup> Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-9164)*. São Paulo, Editora da Unesp, 2010, 8ª Edição revista e ampliada.

atenção aos chamados “interesses baianos”, conhecido como regionalismo<sup>89</sup> tinha a Petrobras como um dos alvos principais de disputa. Havia um entendimento de que as atividades da indústria petrolífera eram fundamentais para melhorar os indicadores econômicos do estado. Por essa razão, é impossível compreender a movimentação política dos petroleiros durante esse período sem levar em consideração a tensão existente entre as bandeiras mais gerais do nacionalismo e os pleitos regionalistas da Bahia.

Para melhor entender essa interligação é relevante observar que, nos últimos anos da década de 1950, diversos atores políticos locais (governantes, associações empresariais, órgãos de imprensa) passaram a insistir na tese de que a Bahia era discriminada no cenário nacional. Tais queixas partiram da constatação da existência de níveis distintos de desenvolvimento industrial nas mais variadas regiões do país, o que colocava a economia e as finanças da Bahia em condição delicada. Assim, as mobilizações políticas cobravam das autoridades federais ações que mitigassem essa situação.

Um exemplo disso foi a Conferência do Petróleo, realizada em janeiro de 1959, em comemoração aos vinte anos da descoberta do petróleo no Brasil. O evento, idealizado pelo jornal *A Tarde*, levou à esfera pública uma série de propostas que pretendiam transformar as atividades da Petrobras no estado numa espécie de propulsor da economia local. No seu término, foi apresentada a “Carta do Petróleo”, documento composto por 23 pontos que pretendiam alavancar a economia e a arrecadação de tributos estaduais. Dentre as medidas advogadas, é possível destacar a luta pelo aumento dos *royalties* pagos à região produtora do óleo, a ampliação das atividades petrolíferas na Bahia e a implantação de um parque industrial petroquímico<sup>90</sup>.

Para obter êxito em seus objetivos, as elites políticas e empresariais locais pretendiam ampliar seu poder de influência nos espaços de decisão da estatal. Por esse motivo, passaram a defender a nomeação de baianos para cargos importantes da administração da indústria petrolífera. O quinto item da “Carta do Petróleo”, por exemplo, defendia a nomeação de representantes do estado no Conselho Nacional do Petróleo e na diretoria executiva, conselho fiscal e conselho de administração da Petrobras. Nesse contexto

---

89 Sobre o regionalismo, ver: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

90 Sobre a Conferência do Petróleo e o seu documento final, a *Carta do Petróleo*, ver: Maria de Azevedo Brandão (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, pp. 243-246. A autora, além de apresentar o documento na íntegra, demonstra detalhes de sua elaboração, no que diz respeito à formação das subcomissões e os encaminhamentos do trabalho.

de aumento de pressão e reivindicações em torno às atividades de ligadas ao petróleo, ganhou força a proposta de transferência da sede da estatal para a cidade de Salvador.

O presidente Jânio Quadros atendeu alguns dos pleitos apresentados na Conferência do Petróleo. Em seu governo, o baiano Josaphat Marinho assumiu a presidência do CNP e Geonísio Barroso, sergipano radicado na Bahia, ocupou a presidência da Petrobras. O presidente da república abraçou também a mais polêmica das propostas das elites baianas: autorizar a transferência da sede da empresa para Salvador. Quando apresentou sua renúncia ao cargo, Quadros já havia tomado medidas para iniciar os estudos para a concretização da mudança. Por essa razão, não é de se estranhar que os políticos locais tenham vivenciado um sentimento de frustração com a inesperada renúncia do presidente, sobretudo pelo fato de Goulart não ter demonstrado grande interesse em dar prosseguimento aos planos de seu antecessor.

Essa sensação de injustiça contra a Bahia que animava o movimento regionalista era, em certa medida, também sentida pelos operários. Na já citada greve de novembro de 1960, as lideranças do Sindipetro-Ba foram à imprensa afirmar que sua paralisação se justificava pela discriminação salarial a que os trabalhadores baianos eram submetidos. O discurso regionalista, naquela ocasião específica, ganhou força através da voz de atores pertencentes às camadas populares. Como a equiparação salarial total com os trabalhadores de Cubatão ainda não havia sido conquistada, esse era um dos temas que mais preocupava a categoria nos últimos meses de 1961. Em diversas reuniões de diretoria e assembleias sindicais, foi discutida a melhor estratégia para garantir o sucesso nas negociações com os gestores da companhia e a ameaça de uma nova greve não estava descartada. Contudo, outro episódio envolvendo o jogo de poder na estatal ganhou relevo e atraiu para si, pelo menos momentaneamente, a atenção dos petroleiros. Ele foi determinante para a definitiva demonstração de força das entidades sindicais baianas e serviu ainda para uma tomada de posição decisiva em relação ao alinhamento com as correntes defensoras do nacionalismo, cessando o flerte do Sindipetro-Ba e do Stiep-Ba com os entusiastas do movimento regionalista.

### 1.3 O nacionalismo ganha força

---

A composição do gabinete ministerial de Goulart pretendia criar um equilíbrio entre os principais grupos políticos que garantiram a sua posse e que deveriam ainda proporcionar alguma estabilidade para o seu governo. Por essa razão, sujeitos das mais distintas colorações partidárias assumiram ministérios. Coube ao udenista mineiro Gabriel Passos a responsabilidade de chefiar a pasta de Minas e Energia. Membro da Frente Parlamentar Nacionalista, Passos ganhou notoriedade ao enfrentar a empresa norte-americana Hanna Mining, cujo controle exercido sobre as jazidas de minérios de ferro, na visão do ministro, deveria ser repassado para a Companhia Vale do Rio Doce<sup>91</sup>. Ainda à frente ao Ministério de Minas e Energia, função ocupada até o seu falecimento em junho de 1962, Gabriel Passos se envolveu em outra polêmica, dessa vez em torno da substituição do então presidente da Petrobras, fato que levou, mais uma vez, os dirigentes sindicais do petróleo para o centro dos debates e do noticiário.

No início de dezembro, a imprensa começou a divulgar uma indisposição entre o ministro e o engenheiro Geonísio Barroso, então presidente da Petrobras, cujo resultado foi a sua exoneração do cargo. A celeuma aconteceu entre o final de 1961 e os primeiros dias do ano seguinte, época em que grupos políticos baianos aumentavam as pressões em defesa da efetivação da mudança da sede da estatal para a cidade de Salvador. Tal medida havia sido autorizada pelo ex-presidente da república Jânio Quadros e até então não havia sido suspensa por Goulart. O prazo para a sua conclusão era o dia 1º de janeiro de 1962.

Por esse motivo, os jornais locais passaram a tratar a suposta exoneração de Barroso como uma ameaça ao projeto de transferência da sede e, conseqüentemente, como uma afronta ao estado da Bahia. Em editorial publicado no dia 2 de dezembro, o *Jornal da Bahia* apresentou os argumentos que dariam o tom da posição dos principais órgãos da imprensa baiana, bem como das suas mais destacadas lideranças políticas. Diante das especulações em torno da possível dispensa de Geonísio Barroso e sua substituição por Josaphat Marinho, o redator da folha asseverou que caso o boato fosse verdadeiro não havia prejuízo para a Bahia, já que Marinho não agiria contra os “interesses” de seu estado natal. No entanto, caso Geonísio fosse dispensado sem a efetivação da substituição por outro baiano, haveria uma grande perda para o estado e a transferência da sede da empresa para Salvador ficaria verdadeiramente ameaçada. Em outras palavras, o jornal não estava preocupado

---

<sup>91</sup> Ver: Gabriel Passos, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, CDROM-FGV.

necessariamente com a permanência de Barroso no cargo, mas em quais seriam as implicações de sua demissão para a controversa mudança de sede da empresa.

O jornal considerava o atendimento do pleito um verdadeiro “direito” local<sup>92</sup>. Na verdade, esse dito direito seguiu sendo propalado durante todo o restante do mês. Foram muitas as matérias, editoriais e entrevistas publicadas com o intuito de reforçar os argumentos nesse sentido e garantir a mobilização em torno da pauta posta pelos principais grupos políticos do estado. Constantemente eram lembrados os prazos oferecidos pelas autoridades federais, a importância de se cumprir os acordos firmados e a posição desfavorável da Bahia nos negócios com o petróleo em contraste com o fato de ser a única unidade da federação produtora do óleo. Em meio às notícias, mais uma vez em editorial, o *Jornal da Bahia* especulou acerca da razão que tiraria Barroso do comando da Petrobras. Segundo o texto, não havia grande disposição na alta cúpula do governo federal em assegurar a mudança da sede da empresa. Com isso, apesar os baianos desse posto chave seria um duro golpe nas pretensões locais<sup>93</sup>.

Diante desse quadro, diversos parlamentares federais buscaram contatos com as mais altas esferas do governo federal para tentar acelerar desejada a transferência. Em reunião, realizada na Câmara em Brasília, a bancada baiana decidiu enviar um ofício ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro cobrando a efetivação da medida. O documento contou com 24 assinaturas<sup>94</sup>. A imprensa local, por sua vez, adotou a estratégia de obter o maior número possível de declarações favoráveis ao assunto. No seu esforço, *A Tarde* entrevistou o Primeiro Ministro Tancredo Neves e estampou em letras garrafais na primeira página da edição do dia 6 de dezembro de 1962 a manchete “Primeiro-Ministro diz à *A Tarde* sobre transferência da Petrobras: à Bahia o que é da Bahia”. O conteúdo da entrevista, entretanto, é muito menos efusivo do que o título da matéria sugere. Segundo Tancredo, não obstante a sua posição pessoal, ele não tinha muito a fazer, pois ainda aguardava relatório do Ministério de Minas e Energia para apresentar a matéria ao Conselho de Ministros<sup>95</sup>. Ou seja, a tão sonhada transferência, além de ainda não estar garantida, teria, no mínimo, de esperar um pouco mais.

---

<sup>92</sup> “Presidência da Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 2/12/1962.

<sup>93</sup> “Politicagem?”. *Jornal da Bahia*, 6/12/1962.

<sup>94</sup> “Bancada federal baiana reabre luta pela mudança”. *A Tarde*, 4/12/1961.

<sup>95</sup> “Primeiro-Ministro diz à *A Tarde* sobre transferência da Petrobras: à Bahia o que é da Bahia”. *A Tarde*, 6/12/1961.

Os trabalhadores também demonstraram interesse na questão, muito embora por outros motivos. Em 5 de dezembro, nove entidades de representação de operários e engenheiros<sup>96</sup>, dentre as quais estavam o Sindipetro-Ba e o Stiep-Ba, elaboraram um documento que foi entregue a Gabriel Passos, apresentando seu posicionamento diante da matéria. Nele asseveraram estarem preocupados com o destino da estatal e com a troca no comando da empresa que em breve se processaria, pois insinuações e boatos davam conta de que pessoas pouco identificadas com a Petrobras poderiam assumir o posto. Por isso, mesmo sem indicar nenhum candidato ao cargo, os signatários do manifesto elencaram quatro princípios norteadores para a escolha. Eram eles:

- a – ter firme convicção nacionalista;*
- b – serem dotados da mais alta capacidade técnica e administrativa, possuindo capacidade de liderança que lhes permita dirigir o corpo técnico e os operários;*
- c – estarem completamente desvinculados de facções político-partidárias e regionalistas e terem um passado que comprove, efetivamente, que, em circunstância alguma, colocarão os interesses de tais facções acima dos interesses conjuntos da nação e do povo;*
- d – conhecerem o campo de trabalho em que vão atuar, evitando o período de adaptação que prejudica o desenvolvimento da Empresa, pela quebra de continuidade administrativa. Para a Petrobras, em particular, os dirigentes devem ser selecionados em seus quadros, pois como única empresa nacional que abrange a totalidade da indústria de petróleo, somente neles podem ser encontrados os elementos a quem o trato diário com os problemas proporciona aqueles conhecimentos<sup>97</sup>.*

Como é possível identificar, os signatários do documento manifestaram uma oposição direta às chamadas reivindicações baianas, pois discordavam da nomeação de alguém que tivesse ligações com “facções político-partidárias e regionalistas”. Com certeza os sindicalistas não coadunavam com a mudança da sede, pois essa possibilidade foi colocada como um dos agravantes para a complicada situação da Petrobras. De fato havia uma recusa

---

<sup>96</sup> Firmaram o documento: Associação dos Engenheiros da Petrobras nos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara; Sociedade de Engenheiros de Petróleo do Recôncavo; Associação de Pessoal de Nível Universitário da Petrobras no Estado de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Município de Cubatão; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Estado da Guanabara e Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo no Estado da Bahia; Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo e Derivados do Município de Duque de Caxias; Associação dos Empregados da Petrobras.

<sup>97</sup> “Técnicos e trabalhadores do petróleo manifestam-se sobre a direção da Petrobras”. CPDOC: AL p/ag 1956.08.30, doc. VI-3.

no seio das entidades sindicais em relação às pautas regionalistas, ou pelo menos em relação à forma como eram apresentadas, pois era entendido que o seu teor, em geral, provocava uma desagregação das bandeiras nacionalistas e certamente atendia prioritariamente aos interesses de frações das classes dominantes locais em detrimento às demandas específicas dos trabalhadores.

Se, por um lado, esse debate estava posto no plano nacional, por outro, esse não era o único assunto que preocupava os dirigentes sindicais baianos às vésperas da chegada de 1962. Naquele momento, a equiparação salarial total com os vencimentos pagos em Cubatão era a principal reivindicação do Sindipetro-Ba e do Stiep-Ba. Pelo menos desde agosto, alguns dias antes de estourar a crise da renúncia de Jânio Quadros, essa pauta já era abordada pelos trabalhadores da Petrobras no estado. Contudo, o tema foi ganhando força nos meses seguintes, quando os operários representados pelo Sindipetro-Ba adotaram a estratégia de esperar os acertos finais do acordo salarial que estava prestes a ser firmado entre a direção da empresa e os sindicatos de Cubatão. Assim, após a finalização destes entendimentos, os petroleiros baianos, em assembleias realizadas nos primeiros dias de dezembro de 1961, decidiram enviar um memorial à presidência da empresa, pedindo a equiparação e dando um prazo de 15 dias para resposta.

Possivelmente assoberbado com todos os problemas que envolviam sua iminente demissão ou, então, realmente pouco preocupado com o pleito dos trabalhadores, Geonísio Barroso não apresentou nenhum posicionamento em relação à missiva. Diante do silêncio do mandatário da Petrobras, os trabalhadores reunidos em assembleia decidiram redigir um novo comunicado com prazo final para uma resposta. A sua derradeira cartada seria remetida no dia 8 de janeiro e daria um prazo final de 72 horas para o recebimento de algum retorno.<sup>98</sup> O desenrolar dos fatos, porém, não lhes deu tempo de tentar este novo contato com Barroso. A notícia de sua demissão precipitou o movimento grevista. A 6 de janeiro as duas entidades sindicais baianas se reuniram na cidade de Candeias e deflagraram um movimento grevista iniciado já no dia seguinte.

No documento em que divulgaram as causas da parede, Osvaldo Marques e Wilton Valença, respectivamente presidentes do Sindipetro-Ba e do Stiep-Ba, falaram sobre a insegurança causada pela falta de esclarecimentos sobre a situação da empresa e reforçaram o argumento de que o destino dos trabalhadores do petróleo confundia-se com o da Petrobras. Além disso, afirmaram que o trabalho continuaria suspenso até a adoção de uma “solução

---

<sup>98</sup> Livro de Atas de Assembleia Geral do Sindipetro, fls. 44-64.

honrosa” para o problema em relevo<sup>99</sup>. O texto, não obstante cite o nome de Geonísio Barroso, não faz nenhum esforço em defendê-lo. O mesmo aconteceu na assembleia conjunta que deflagrou a greve, muito embora o ministro Gabriel Passos tenha sido criticado e considerado culpado pela crise, em razão de não ter comunicado aos sindicatos a mudança na direção da empresa, conforme se comprometera<sup>100</sup>.

Os dois principais jornais da cidade divergiram em suas avaliações acerca desta greve. Enquanto o *Jornal da Bahia* qualificou-a como inoportuna e intempestiva,<sup>101</sup> o *A Tarde*, mais alinhado com as pautas da direita, surpreendentemente, prestou franca solidariedade à parede. Para isso, num esforço para legitimá-la, sem necessariamente indispor-se com os seus leitores mais conservadores, negou o caráter esquerdista dos sindicalistas petroleiros. Segundo os seus argumentos, a luta em questão era contra um governo fraco e um ministro covarde. Para o jornal, a paralisação era uma justa da “prova da vitalidade” da Petrobras. O órgão se preocupava, de fato, em manter acesa a luta para a defesa da transferência da sede para Salvador, fato que seria facilitado pela permanência de um baiano à frente da empresa. Por fim, *A Tarde* temia que a colocação de um militar no cargo ferisse os proclamados interesses do estado<sup>102</sup>.

Diante dos ânimos exaltados e dos interesses conflitantes, não foi fácil para os petroleiros deixar claro qual era o motivo central de seu movimento, evitando as mitificações que logo aconteceram. Para a imprensa baiana, a greve comprovava que os trabalhadores estavam defendendo Geonísio Barroso. O título das matérias e o teor das reportagens dos principais jornais do estado procuravam associar o movimento a uma completa adesão da categoria aos pleitos regionalistas e à propalada transferência da sede da Petrobras para Salvador, tudo isso consubstanciado na defesa da permanência de Barroso à frente da empresa. A manchete de primeira página do jornal *Estado da Bahia* do dia 8 de janeiro é um dos mais significativos exemplos dessa estratégia. O protesto, existente em Mataripe e nos campos de petróleo, foi descrito como sendo da Bahia e não necessariamente dos trabalhadores, pois nas palavras da folha, a greve era uma luta pelos direitos do estado<sup>103</sup>. Na verdade, até então, nunca a imprensa tradicional baiana falara tão bem de uma manifestação grevista dos petroleiros.

---

<sup>99</sup> “Nota oficial dos sindicatos do petróleo no estado da Bahia”. CPDOC: AL pi 1958.01.00, doc. LXXX-32.

<sup>100</sup> Livro de Atas de Assembleia Geral do Sindipetro, fls. 63-64.

<sup>101</sup> “Greve na Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 9/1/1962.

<sup>102</sup> “A Greve da Petrobras”. *A Tarde*, 9/1/1962.

<sup>103</sup> “Petrobras em greve: Bahia luta pelos seus direitos”. *Estado da Bahia*, 8/1/1962.



Uma das bases para essa tentativa de instrumentalizar a greve, mostrando-a como prova do alinhamento operário às bandeiras do regionalismo foi a dubiedade com que as próprias lideranças sindicais lidaram com o assunto. Nenhum documento oficial foi emitido pelas diretorias de Sindipetro-Ba e Stiep-Ba hipotecando qualquer tipo de solidariedade ao presidente demitido e concordando com a mudança da sede da companhia para Salvador<sup>104</sup>. Contudo, o fato de não haver nenhuma palavra mais incisiva negando ou confirmando as versões apresentadas pelos jornais, deixou o caminho aberto para tais interpretações.

Até então, todas as manifestações sindicais sobre o comando da Petrobras eram assinadas conjuntamente pelos órgãos sindicais mais atuantes da empresa. Deste modo, quando decidiram agir por si mesmos, quebrando a prática da ação conjunta com as co-irmãs de São Paulo e Guanabara, o Stiep-Ba e o Sindipetro-Ba deixaram espaço para ser mal interpretados. Ao saber da eclosão da greve na Bahia, e não terem clareza de qual era a principal demanda do movimento, tanto o Sindipetro-Cubatão quanto o Sindipetro-Guanabara emitiram uma nota criticando o movimento. As entidades partiram do pressuposto de que a paralisação dos seus colegas baianos era em defesa dos dirigentes demitidos da empresa<sup>105</sup>. Além de não aderirem ao movimento paredista, expuseram as razões de sua discordância, concluindo que, naquela circunstância, somente deflagrariam uma greve se fosse para apoiar a “decisão governamental que exonerou os Srs. Geonísio Barroso e Lima Rocha, pela limpeza completa dos entreguistas, linkistas<sup>106</sup>, derrotistas e regionalistas e por uma direção autenticamente nacionalista e democrática”<sup>107</sup>.

Mesmo sem aderir ao protesto iniciado na Bahia, os trabalhadores de Duque de Caxias empregaram um tom mais ameno ao se referir à situação. Após se reunirem em assembleia geral, tornaram pública sua posição em reafirmar o teor do manifesto entregue a Gabriel Passos no mês anterior. Como tentativa de manter o diálogo e não isolar os grevistas, a plenária decidiu enviar uma comissão à capital baiana para convencer os colegas a suspender a paralisação e, somente retomar o protesto caso o governo não atendesse uma

---

<sup>104</sup> Alex Ivo, *Uma história em verde, amarelo e negro*, p. 142.

<sup>105</sup> Geonísio Barroso foi exonerado juntamente com Heitor Lima Rocha, ocupante também de posto na alta direção da empresa.

<sup>106</sup> A expressão, muito usada no período, referia-se ao geólogo americano Walter Link. Contratado pela Petrobras para realizar estudos sobre as possibilidades de exploração do petróleo no Brasil, Link emitiu um relatório que considerava poucas chances de sucesso na exploração do minério no país. Os grupos nacionalistas imediatamente passaram a lhe definir como um sabotador, a serviço das companhias internacionais de petróleo. Deste modo, para os termos da política da época, os linkistas eram pessimistas, mantinham ligação com os *trustes* e sabotavam a Petrobras.

<sup>107</sup> “Contra a greve na Petrobras os sindicatos de Cubatão e da Guanabara”. CPDOC: AL p/ag 1956.08.30, doc. VI-5.

demanda essencial, qual seja, manter o diálogo com os trabalhadores nos assuntos concernentes à administração da empresa. Assim, os trabalhadores baianos poderiam contar com o apoio e a adesão dos companheiros da Refinaria de Duque de Caxias à sua manifestação<sup>108</sup>.

Essa postura mais equilibrada, mesmo com a manutenção da discordância central, deve ser creditada, em certa medida, à ação dos dirigentes sindicais baianos. Após deflagrarem a greve, eles logo buscaram o apoio das outras entidades. Luciano Campos foi enviado pelo Sindipetro-Ba à Refinaria de Duque de Caxias, com o objetivo de explicar *in loco* as razões da paralisação<sup>109</sup>. Sua intervenção na assembleia parece ter sido decisiva para garantir a solidariedade dos trabalhadores daquela unidade. Estes, inclusive, prometeram reagir energicamente caso houvesse alguma retaliação ou violência contra os companheiros em greve.

As lideranças sindicais petroleiras também buscaram apoio junto a outros setores do movimento social. Para isso, Sindipetro-Ba e Stiep-Ba se valeram da solidariedade de lideranças estudantis e de outros setores do movimento operário, segmentos que já haviam mostrado, no esforço em defesa da posse de João Goulart, alinhamento com as bandeiras do nacionalismo popular e unidade com os ditos sindicatos. A União dos Estudantes da Bahia, em nota, denunciou aqueles que estavam “movendo campanha no sentido de emprestar à greve deflagrada pelos operários de nossa empresa estatal do petróleo um cunho personalista em torno de nomes que não representam os verdadeiros anseios do povo brasileiro”<sup>110</sup>. Na mesma linha, alguns dirigentes sindicais, ligados à Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) e à Federação dos Trabalhadores na Indústria (FTI), emitiram comunicado em solidariedade aos petroleiros. Mais uma vez, a ênfase no tom nacionalista foi acompanhada pela denúncia contra os verdadeiros “inimigos da pátria”, responsáveis por distorcer as reivindicações apresentadas pelos grevistas<sup>111</sup>. Para os signatários do documento, aqueles que atribuíam à paralisação dos petroleiros uma motivação articulada por agentes

---

<sup>108</sup> “À nação e ao povo brasileiro”. CPDOC: AL pi 1958.01.00, doc. LXXX-33.

<sup>109</sup> “Emissários”. *Jornal da Bahia*, 10/1/1962.

<sup>110</sup> “UEB defende monopólio estatal – Engenheiros condenam o movimento grevista”. *Jornal da Bahia*, 9/1/1962.

<sup>111</sup> “Ao povo baiano”. *Jornal da Bahia*, 12/1/1962. O documento foi assinado por: Gerônimo Carneiro da Silva (Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Estado da Bahia); Miguel Gesy Lopes (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétricas no Estado da Bahia); Raimundo Ramos Reis (Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia); Manoel José Araújo (Secretário Geral da Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia); Israel Ferreira dos Santos (Presidente da Federação dos Empregados do Comércio dos Estados da Bahia e Sergipe).

alheios aos órgãos de classe conduziam uma estratégia destinada a desqualificar o movimento em questão e a própria luta sindical.

Com tantas versões conflitantes, o incômodo dos petroleiros baianos diante da associação entre a sua luta e as pautas regionalistas foi ficando cada vez mais acentuado. Desse modo, Sindipetro-Ba e Stiep-Ba resolveram afirmar de forma mais enfática que seu protesto não tinha ligação com bandeiras sem nenhuma identificação com as causas populares. Em nota datada de 9 de janeiro, os presidentes das duas entidades usaram um tom duro para mostrar alinhamento às pautas defendidas nacionalmente pelos trabalhadores do petróleo, advogaram que critérios personalistas não deveriam nortear a nomeação da administração da empresa, e reafirmaram o papel da estatal para a emancipação econômica do país. Contudo, desta vez, suas reivindicações foram ampliadas. Os dirigentes baianos reivindicaram ainda a criação de uma diretoria a ser ocupada por um representante dos trabalhadores, escolhido pelas suas entidades de classe, explicando que sua posição não era equivalente aos pleitos regionalistas dos grupos dominantes. Isto porque a luta era contra “distinções ou diferenças regionais dentro da Petrobras”, e defendia “a equiparação de direitos e vantagens dos trabalhadores do norte e do sul, em atenção mesmo ao caráter nacional da empresa”<sup>112</sup>.

Se havia alguma dúvida em relação à maturidade das entidades ou ao seu alinhamento político, esse documento tratou de encerrá-la. De fato, os petroleiros baianos trouxeram uma demanda muito específica, capaz de ser entendida como uma pauta regionalista. Mas foram capazes de formulá-las como uma necessidade própria, enxergando muito além das elites locais. Já na greve anterior, realizada em novembro de 1960, os sindicalistas haviam argumentado que existia um tratamento distinto para trabalhadores baianos e paulistas. Esta justificativa foi o seu principal argumento no debate contra os detratores do movimento<sup>113</sup>. Naquele evento, contudo, não enfrentaram a desconfiança de outras entidades de trabalhadores e a solidariedade à sua ação foi geral. Seus interlocutores eram a imprensa, os políticos locais e a direção da Petrobras. Agora, em janeiro de 1962, o cenário era um pouco mais complicado.

Obviamente, os trabalhadores não eram os únicos que se mexiam naqueles primeiros dias do ano. Afinal, cabia agora às autoridades centrais do país escolher um sucessor para Geonísio Barroso. Enquanto todos os interessados emitiam sugestões sobre as

---

<sup>112</sup> “Aos trabalhadores e ao povo”. CPDOC: AL pi 1958.01.00, doc. LXXX-37.

<sup>113</sup> Alex Ivo. *Uma história em verde, amarelo e negro*, pp. 132-141.

qualidades necessárias ao novo presidente da companhia, João Goulart e Tancredo Neves quebravam a cabeça para localizar dentre os indicados para o posto alguém que, além de reunir condições para o comando da Petrobras, diminuísse os possíveis descontentamentos. No festival de especulações que cercava o assunto, o nome da pessoa escolhida apareceu apenas na última hora. O advogado Francisco Mangabeira advinha de uma tradicional família baiana com forte inserção na política. Seu tio, Otávio Mangabeira, já havia governado o estado. João Mangabeira, seu pai, era a principal liderança nacional no Partido Socialista Brasileiro (PSB), agremiação da qual Francisco também era membro e que fazia parte da base de apoio de Goulart.

A escolha parecia atender às principais reivindicações postas naquele momento. Baiano e nacionalista, Francisco Mangabeira tinha uma longa história de militância junto à esquerda católica, sendo um dos fundadores, inclusive, da Juventude Operária Católica (JOC)<sup>114</sup>. No decorrer das negociações para a sua indicação, os dirigentes sindicais do petróleo foram agindo cada vez com mais desenvoltura. Recebidos por Goulart, deixaram claro não ter preferência por nenhum nome em particular, mas exigiram que o nomeado seguisse os princípios nacionalistas e começasse a gerir a empresa ouvindo os trabalhadores. Em verdade, o protagonismo da greve deflagrada na Bahia, mesmo que por linhas tortas, deu grande ânimo ao movimento sindical. O novo presidente da Petrobras passou a dialogar com os sindicalistas. Neste sentido, garantiu a criação de uma comissão permanente de representantes de operários e técnicos, bem como de um novo cargo a ser instituído na direção da empresa, o de Diretor Social, cujo titular seria indicado pelos próprios trabalhadores através de seus sindicatos<sup>115</sup>.

Sem perder tempo, Francisco Mangabeira passou a manter entendimentos também e também procurou agradecer os políticos baianos. Em suas primeiras palavras sobre as pautas locais, afirmou:

*aquele estado tem dado ao Brasil todo seu petróleo. Por isso deve, por um princípio de justiça, ser atendido em suas reivindicações, inclusive e imediatamente, na prioridade para a instalação de novas indústrias petroquímicas de base e de derivados de petróleo*<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> Ver o verbete: Francisco Mangabeira. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Cd-Rom: CPDOC/FGV.

<sup>115</sup> “Trabalhador na direção”. *Jornal da Bahia*, 16/1/1962.

<sup>116</sup> “Mangabeira atenderá as reivindicações baianas”. *Jornal da Bahia*, 16/1/1962.

A abertura das conversas, contudo, não foi um sinal de que o presidente fosse a favor da mudança da sede da empresa para a Bahia. Mesmo considerando a reivindicação justa, Mangabeira reclamou do grande custo dessa operação, pois de imediato seria necessário providenciar, pelo menos, residência para 1500 funcionários da empresa e seus familiares. O dinheiro gasto nesse processo, segundo sua argumentação, prejudicaria outros investimentos, como petroquímica e a produção de derivados, considerados mais importantes e urgentes pelo novo mandatário da empresa<sup>117</sup>. Com isso, a proposta até então tida como questão de honra para os baianos e abraçada com entusiasmo pelo antecessor de João Goulart, foi gradativamente perdendo força. Em meados do ano, com o lançamento da pedra fundamental da indústria petroquímica, a última pá de cal foi colocada sobre o assunto, não se falando mais sobre a transferência da sede da Petrobras para a Bahia.

Os sindicatos baianos, por sua vez, acabaram sua greve em 14 de janeiro, mesmo dia do anúncio de Francisco Mangabeira como novo presidente da Petrobras. Em assembleia realizada no auditório do Instituto Normal Isaías Alves os trabalhadores do petróleo decidiram encerrar a paralisação, dando um voto de confiança ao governo Goulart. Muitos presentes, contudo, ficaram insatisfeitos com a decisão e tentaram dar continuidade ao protesto, dessa vez em defesa da luta pela equiparação salarial. A proposta foi rechaçada pela maioria dos presentes, mas como forma de manter a categoria mobilizada, foi composta uma comissão formada por três trabalhadores para, dentro do prazo de cinco dias, entrar em contato com o governo federal e encaminhar os entendimentos para a equiparação salarial com os colegas de Cubatão<sup>118</sup>.

No dia 26, foi realizada uma assembleia conjunta de trabalhadores da prospecção e do refino do petróleo para discutir a equiparação. No encontro, ficou decidido que seria enviada uma nova comitiva ao Rio de Janeiro para tratar do assunto com a recém-empossada administração da empresa<sup>119</sup>. Assim, coube a Osvaldo Marques a responsabilidade de viajar até a sede da Petrobras para continuar a negociação. Desta vez, o trabalho do líder sindical foi mais fácil. O terreno já estava devidamente preparado pela posição favorável do novo presidente da estatal, que apenas pediu um tempo para se inteirar melhor do memorial entregue pelos trabalhadores<sup>120</sup>. De fato, em menos de dois meses, os salários e demais

---

<sup>117</sup> “Mudança da sede”. *Jornal da Bahia*, 20/1/1962.

<sup>118</sup> “Operários dão voto de confiança ao governo”. *Jornal da Bahia*, 16/1/1962.

<sup>119</sup> “Osvaldo Marques vai dizer hoje a Mangabeira que os operários só vão esperar 72 horas”. *Diário de Notícias*, 30/1/1962.

<sup>120</sup> “Equiparação”. *Jornal da Bahia*, 20/1/1962.

benefícios dos trabalhadores baianos estavam enfim no mesmo patamar aos recebidos pelos trabalhadores do sudeste do país.

O compromisso de Francisco Mangabeira com a equiparação foi firmado no encerramento da I Convenção Nacional dos Trabalhadores do Petróleo. A sua presença no evento, primeira aparição pública do presidente depois da posse, foi uma demonstração incontestável de força dos trabalhadores do petróleo, de um modo geral e, em particular, dos sindicalistas baianos. O conclave já havia sido adiado, no mínimo, em duas ocasiões. Com a crise de janeiro, esteve prestes a ser desmarcado mais uma vez, mas a opção de realizá-lo e contar com a presença do novo dirigente da empresa, certamente foi pensada como uma oportunidade ímpar diante daquela conjuntura. A partir daquele momento, as entidades sindicais dos petroleiros deixavam claro que seriam importantes interlocutores da direção da empresa.

No evento não houve apenas importantes declarações de Francisco Mangabeira. Na ocasião, os próprios trabalhadores acertaram seus ponteiros. Em nota oficial, divulgada após o encerramento do evento, as entidades participantes firmaram apoio total à greve dos petroleiros baianos. As dúvidas que pairaram durante boa parte daquele mês foram totalmente dissipadas. Não havia mais chance de Sindipetro-Ba e Stiep-Ba seguirem outro caminho que não fosse o das lutas pelas reformas de base e da ampliação da participação política dos trabalhadores.

Essa tomada posição, evidentemente, atraiu a ira de muitos outros setores da sociedade brasileira. Na medida em que se tornavam agentes políticos relevantes, Sindipetro-Ba e Stiep-Ba começaram a atrair novos adversários. Ao mesmo tempo, a situação nacional ficava cada vez mais complexa e complicada, afinal as forças contrárias ao presidente João Goulart passaram a se mover com grande desenvoltura. Grupos atuantes dentro e fora da companhia elegeriam, a partir desse momento, as entidades sindicais dos petroleiros como seu principal alvo de ataque, tema que passaremos a discutir no segundo capítulo.

## CAPÍTULO 2:

### ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PETROLEIROS: DA LUTA PELAS REFORMAS DE BASE AO GOLPE DE 1964

Acabou nosso carnaval  
Ninguém ouve cantar canções  
Ninguém passa mais brincando feliz  
E nos corações  
Saudades e cinzas foi o que restou<sup>121</sup>

Logo após a posse de Francisco Mangabeira, já se delineava uma oposição entre dois campos dentro da Petrobras. De um lado, estavam os operários e seus sindicatos e, do outro, o chamado “grupo 1”, segmento composto pela primeira geração de engenheiros da indústria do petróleo. Estes últimos, nas palavras de Scaletsky, formavam uma espécie de clã, responsável por comandar toda a política de segundo escalão da estatal<sup>122</sup>. Em outras palavras, o “grupo 1” da Petrobras era, até aquele momento, responsável pelo exercício de funções importantes dentro da empresa, a exemplo da gestão do seu cotidiano do trabalho. Excetuando a definição das diretrizes mais centrais da sua política, prerrogativas do corpo de diretores da empresa, as demais decisões e encaminhamentos eram responsabilidade desse seleto grupo de funcionários.

A greve de janeiro de 1962 deixou muitas feridas, bem como aguçou a desconfiança daqueles que até então tinham um poder praticamente inquestionável na estatal. As peças do complexo tabuleiro de xadrez da Petrobras foram movidas. O grupo de engenheiros ficou insatisfeito com a aproximação entre os sindicatos e a presidência da companhia. Com o passar do tempo, seu incômodo e desconfiança só cresceram. Por outro lado, os dirigentes sindicais demonstravam desenvoltura cada vez maior nos espaços de poder da estatal, ampliando a insatisfação das chefias intermediárias. Os acenos da nova administração apontavam para uma reorientação na gestão da força de trabalho, através do aumento da participação dos trabalhadores em importantes decisões da empresa, inclusive

<sup>121</sup> “Marcha da quarta-feira de cinzas”, *Carlos Lyra e Vinícius de Moraes*.

<sup>122</sup> Eduardo Carnos Scaletsky. *O patrão e o petroleiro – um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003, pp. 32-40.

sobre o seu próprio cotidiano<sup>123</sup>. Este fato implicaria no abalo do sistema hierárquico de poder construído nos anos anteriores.

Se pelo lado dos engenheiros do grupo 1 havia fundamento para o seu incômodo, não causa espanto saber que os líderes sindicais tomaram aquele momento como a hora ideal para uma espécie de virada no jogo de poder dentro da companhia, capaz de lhes garantir avanços em suas lutas diárias. A greve, recentemente findada, havia acirrado as divergências entre boa parte dos funcionários de nível superior e os operários. Talvez por essa razão, Geraldo Oliveira, presidente do Sindipetro-Cubatão, rapidamente declarou ser favorável a uma “verdadeira limpeza nos vários postos de comando da empresa estatal, particularmente no núcleo dirigente, no chamado grupo 1”<sup>124</sup>. Essa movimentação sindical não deve ser vista como uma mera vingança, nem muito menos como um simples esforço para aumento de poder e garantia de facilidade na hora de ocupar de cargos de comando. Mais uma vez, tratava-se de um debate político mais amplo, responsável por trazer à baila uma reflexão acerca do papel estratégico das empresas estatais para os rumos do país. De modo mais específico, discutia-se a relação entre patrão e trabalhadores na empresa pública e como esta poderia ocorrer através de parâmetros mais equilibrados e justos. Ou seja, através da militância sindical, os operários da Petrobras tomavam um lugar importante em um debate que associava a obtenção da cidadania operária à soberania nacional e ao fortalecimento das empresas estatais.

Talvez por isso, esse embate não ficou restrito aos limites da Petrobras. Logo a discussão chegou às páginas da imprensa, desvelando assim suas conexões com o cenário político da época e com os debates mais gerais da política brasileira. Em fevereiro de 1962, os adversários de João Goulart, de Francisco Mangabeira e dos sindicatos dos petroleiros iniciaram uma movimentação marcada por severas críticas à administração da estatal e à ação sindical dos seus trabalhadores. O presidente da República, já vítima de uma campanha de desestabilização que viria a derrubar o seu governo, pelo menos nesse momento inicial, foi poupado, não sendo culpabilizado diretamente pela situação. Conduto, Goulart deveria ser alertado e ficar mais atento em relação os problemas supostamente existentes dentro da mais importante empresa pública do país.

---

<sup>123</sup> Se olharmos de forma mais atenta para a produção intelectual de Francisco Mangabeira, podemos perceber que a participação dos trabalhadores nas decisões da empresa não foi uma absoluta surpresa. Em obra publicada em 1959, o professor elogiava os conselhos das empresas europeias, nos quais a participação operária era assegurada. Em relação ao Brasil, o intelectual defendia a generalização dessa experiência, não obstante a “formidável resistência das oligarquias capitalistas, inclusive nacionais”. Ver: Francisco Mangabeira. *O progresso econômico e a questão social*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, pp. 151-152.

<sup>124</sup> “Líder sindical acusa ‘grupo 1’ da Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 20/1/1962.



Neste capítulo será debatido como o avanço da organização política dos petroleiros, transformou-os em alvos preferenciais de parte dos setores conservadores da sociedade brasileira. A campanha anticomunista encetada contra o Sindipetro-Ba, o Stiep-Ba e os seus principais líderes visava desqualificar e calar as vozes operárias que gradativamente adquiriam relevância no cenário político local e nacional. Não é obra do acaso, portanto, a repressão ocasionada pelo golpe Civil-Militar de 1964 e todos os seus desdobramentos dentro da Petrobras<sup>125</sup>.

## **2.1 Mobilização operária e avanço da campanha anticomunista**

---

Segundo as palavras de Motta, durante a presidência de Goulart, um surto anticomunista foi iniciado no país. Para o autor, uma série de motivos influenciou o acirramento dos ânimos. O cenário internacional, marcado pela vitória das forças revolucionárias em Cuba, aliado a algumas novidades presentes nas esquerdas brasileiras, tais como a reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o surgimento de novas organizações militantes a exemplo da Ação Popular (AP), confluíram para a difusão de uma jornada anticomunista, que seria, nas palavras do autor, “a fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março”<sup>126</sup>. Nesse contexto, é possível identificar a formação de uma espécie de frente anticomunista advogando a luta contra um inimigo que se infiltrava nas principais instituições do país, capaz de corroer os principais valores da nação, se não fosse imediatamente detido.

É importante enfatizar que no centro desse turbilhão estava a Petrobras. O seu peso para o projeto de industrialização do país, e a sua dimensão simbólica lhe garantiram um

---

<sup>125</sup> É importante registrar que existe na historiografia brasileira um debate acerca da terminologia que deve ser empregada para se referir ao movimento que pôs fim ao governo de João Goulart e o regime que o sucedeu. Discute-se com bastante entusiasmo e as posições são as mais distintas. Por exemplo, Daniel Aarão Reis, ao advogar que tanto o golpe quanto a ditadura foram civil-militar, procura destacar a colaboração de significativos setores sociais à ditadura inaugurada em 1964. Outros autores, ao empregarem a nomenclatura “empresarial-militar” procuram evidenciar o caráter de classe do golpe e da ditadura que lhe acompanhou. Sem desprezar esse debate e a relevância das controvérsias teóricas e historiográficas, tendemos a nos aproximar da posição defendida por Carlos Fico, que entende que estas controvérsias acabam por ganhar uma conotação excessivamente nominalista. Por este motivo, optamos por usar a terminologia empregada por este autor, que define o golpe como “Civil-Militar” e a ditadura como “Militar”. Cf: Carlos Fico. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017. Daniel Aarão Reis. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Demian Bezerra de Melo. “O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: Demian Bezerra de Melo (Org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 157-188.

<sup>126</sup> Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002, pp. 231-235.

papel de destaque neste cenário. Em matéria publicada no dia 26 de janeiro de 1962, o jornal *O Globo* garantiu para si a primazia em denunciar o avanço comunista na gestão de Francisco Mangabeira. Segundo o órgão, o Ministério de Minas e Energia estava empenhado em “entregar aos comunistas os postos chaves” da estatal, plano prestes a ser concretizado com a nomeação do economista Eduardo Sobral para a diretoria comercial da empresa<sup>127</sup>. Essa “denúncia” pode ser considerada uma prévia da campanha que seria ampliada nos meses seguintes.

O teor explicitamente anticomunista das críticas e denúncias formuladas contra os rumos da empresa ficariam mais nítidos posteriormente. No primeiro semestre de 1962, a suposta ameaça de subversão ainda era avaliada como uma possibilidade, que deveria colocar as autoproclamadas “forças democráticas” de prontidão a fim de evitá-la<sup>128</sup>. Por essa razão, a movimentação das lideranças sindicais começou a ser vigiada com mais intensidade e com uma desconfiança ainda maior. Em abril de 1962, o jornal *A Tarde* questionou as razões de uma viagem de Wilton Valença, presidente do Stiep-Ba, à cidade de Porto Alegre. Na capital gaúcha o sindicalista se encontrou com Leonel Brizola e com dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), motivando indagações da gazeta soteropolitana, desejosa em saber quais as razões do “governador do Rio Grande do Sul, cujas atribuições tem área geograficamente delimitada, a chamar a sua presença o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo da Bahia”<sup>129</sup>.

As denúncias contra o movimento operário foram uma estratégia para demonstrar que havia a ameaça real de uma revolução comunista no Brasil. Como nesta conjuntura a mobilização operária havia aumentado, e os temores em relação à sua força também se intensificaram. Os discursos que denunciavam a ameaça de implantação de uma ditadura sindical no Brasil ganharam força. Cumpre observar que até mesmo a diplomacia americana manifestou preocupação com o assunto. De acordo com Carlos Fico, as autoridades daquele país avaliavam que um dos desenlaces possíveis para o governo Goulart era o estabelecimento de um governo ditatorial, apoiado pela máquina do Ministério do Trabalho e pelo movimento operário, seguindo os moldes do peronismo<sup>130</sup>. Possivelmente outro temor que atormentava a cabeça desses segmentos vinha de Cuba. A constatação do crescimento de um movimento

---

<sup>127</sup> “A Petrobras e os comunistas”. *O Globo*, 26/1/1962.

<sup>128</sup> Na conjuntura de intensificação da Guerra Fria, os grupos de direita que alertavam contra a ameaça comunista e defendiam o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos definiam a si próprios como “democratas”.

<sup>129</sup> “Para quê?”. *A Tarde*, 24/4/1962.

<sup>130</sup> Carlos Fico. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 2ª Ed., pp. 89-90.

social nitidamente nacionalista e a presença de um discurso associado às esquerdas guardavam semelhanças relativamente grandes com a revolução recentemente acontecida na nação caribenha.

Diante desse quadro, não causa espanto saber que a imprensa começou a criticar fortemente as conquistas dos trabalhadores da Petrobras, em especial a política salarial da empresa. Em certa medida, os órgãos engajados em desqualificar a gestão Goulart empregavam esse discurso com a expectativa de reavivar a memória do período em que o líder trabalhista ocupou o Ministério do Trabalho e foi obrigado a abandonar o cargo, em virtude da forte oposição sofrida em decorrência do aumento de 100% do salário mínimo concedido em sua gestão<sup>131</sup>.

O descontentamento de parte da imprensa com o salário dos trabalhadores da empresa ficou evidente no editorial publicado pelo *Jornal da Bahia* em 5 de abril de 1962. Para o redator, a situação da Petrobras não permitia a adoção de práticas perdulárias, e o equilíbrio da estatal só viria com uma gestão capaz de empreender uma “política de austeridades nos seus gastos burocráticos, nas despesas de ‘representação’ e de propaganda e, inclusive, nas verbas destinadas à assistência social”. O editorial questionava as linhas gerais da política de remuneração da companhia, mas centrava fogo realmente na padronização nacional das remunerações recentemente concedida. Na opinião do jornal, os avanços conseguidos pela categoria eram meras concessões de Francisco Mangabeira. Em outras palavras, os trabalhadores e seus sindicatos seriam tão somente receptores de uma política salarial aparentemente equivocada<sup>132</sup>. De fato, ganhava ainda mais força os temores em relação à Petrobras. Até porque os problemas internos da empresa continuavam transbordando para a esfera pública e assumiam caráter de crise.

A dita crise se instalou definitivamente quando a gestão de Mangabeira enfrentou um movimento que talvez tenha sido o seu maior desafio político. Em 8 de maio, a *Folha de São Paulo* noticiou a existência de um foco de insatisfação e tensão nas unidades da empresa na Bahia. Segundo o jornal, a Sociedade de Engenheiros de Petróleo do Recôncavo (SEPR) não concordava com os novos métodos de gestão da empresa e, por isso, enviou uma carta à presidência da Petrobras contendo uma série de críticas à sua política. O documento, publicado pela gazeta paulistana, denotava um incômodo em relação à perda efetiva de poder

---

<sup>131</sup> Sobre a presença de Goulart no Ministério do Trabalho durante o segundo governo Vargas, ver: Angela de Castro Gomes; Jorge Ferreira. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, pp. 45-52.

<sup>132</sup> “As larguezas da Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 5/4/1962.

por parte das chefias intermediárias da Petrobras, em virtude da sua nova administração<sup>133</sup>. Considerado um corpo estranho pelos já citados funcionários ocupantes do Grupo 1 da companhia, Francisco Mangabeira empreendia medidas tidas por eles como desagregadoras e de pouca eficácia.

O documento emitido pelas entidades baianas, entretanto, foi apenas o prenúncio de um conflito de maiores proporções. Próximo ao final do mês, o *Jornal do Brasil*, em uma pequena nota, sem muitos detalhes, alertou para uma nova crise na empresa, “capaz de abalar” suas estruturas. Os “diretores técnicos” da Petrobras teriam exigido a demissão do seu presidente. Em resposta, ainda de acordo com a matéria, Mangabeira procurou apoio junto aos sindicatos, que fizeram uma série de exigências, dentre as quais, a encampação das refinarias particulares de petróleo<sup>134</sup>. Essa seria a principal bandeira do movimento sindical petroleiro até o ano de 1964.

Nesta celeuma, o presidente da estatal não foi o único a cortejar os sindicatos dos petroleiros. Os técnicos em refrega com a direção da companhia também divulgaram o desejo de contar com o apoio operário. Em um comunicado à nação, cinco entidades de técnicos e engenheiros do petróleo, além de conclamarem os sindicatos a participar do seu protesto, manifestavam a intenção de manter a prática de ouvir o movimento sindical nas discussões concernentes à nomeação dos dirigentes da Petrobras<sup>135</sup>. Não é certo, entretanto, se essa tentativa de aproximação ultrapassou o terreno da retórica. Ou seja, não é possível saber se os responsáveis pelas entidades do pessoal de nível superior fizeram uma movimentação mais incisiva em busca do apoio dos dirigentes sindicais, ou se simplesmente se limitaram a propagandear esta intenção através da imprensa.

Os sindicatos de petroleiros, por sua vez, já estavam inteirados sobre a disputa envolvendo os técnicos e o presidente da empresa e logo expuseram sua posição. Em depoimento ao *Diário de Notícias*, Wilton Valença atribuiu a responsabilidade pela campanha contra Francisco Mangabeira aos chefes das unidades da empresa situadas no sul do país. Segundo o líder sindical, os trabalhadores, reunidos em assembleia no estado da Guanabara, firmaram um pacto de unidade em defesa da direção da empresa e em sinal de confiança ao

---

<sup>133</sup> “Os técnicos da Petrobras enviam uma carta-protesto ao presidente da empresa”. *Folha de São Paulo*, 8/5/1962.

<sup>134</sup> “Grave crise abala a Petrobras”. *Jornal do Brasil*, 24/5/1962.

<sup>135</sup> “Dos técnicos da Petrobras à nação”. *Jornal do Brasil*, 26/5/1962. Assinaram o documento: Sociedade dos Engenheiros de Petróleo da Amazônia; Associação dos Técnicos da Petrobras do Nordeste; Sociedade dos Engenheiros de Petróleo do Recôncavo; Associação dos Engenheiros da Petrobras dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara; Associação de Pessoal de Nível Universitário da Petrobras do Estado de São Paulo.

governo de João Goulart. Com isso, caso as pressões continuassem, eles deflagrariam uma greve a partir do dia 9 de junho nas principais empresas estatais do país. De acordo com Valença, os trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores (FNM), da Companhia Nacional de Álcalis e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) participariam do movimento<sup>136</sup>, declaração logo endossada pelas demais entidades sindicais que representavam aqueles operários fabris, através de uma nota cujo conteúdo, além de advogar a permanência do mandatário da Petrobras, reafirmava a relevância das reformas de base como forma de solucionar os problemas da empresa e do país<sup>137</sup>.

Com o passar dos dias, os rumores acerca da eclosão de uma greve geral dos petroleiros aumentaram. Porém, através de um manifesto, os sindicatos explicaram que haviam desistido da ideia, pelo fato de que a “gravidade da situação política” do país impunha a ação conjunta do “movimento operário, camponês, estudantil e de todas as forças progressistas de nosso país”<sup>138</sup>. Para os petroleiros, desencadear uma greve sem o apoio dos demais segmentos da classe trabalhadora representava um risco. Essa declaração demonstra que o movimento sindical petroleiro, apesar do aumento do seu prestígio percebia os limites de sua força e procurava investir na construção de alianças com diversos setores do movimento social.

Francisco Mangabeira, mesmo reconhecendo o poder dos trabalhadores, sabia que somente a sua solidariedade não seria suficiente para enfrentar o problema causado pela crise dos técnicos. Por isso, ele procurou apoio junto à Frente Parlamentar Nacionalista e também às Forças Armadas. Para pôr fim à crise, Mangabeira aceitou o pedido de demissão feito por mais de cento e cinquenta chefes de unidades e, mesmo com uma imensa dificuldade em encontrar profissionais para funções tão específicas, colocou nos postos de mando da companhia pessoas mais confiáveis e identificadas com a sua linha administrativa<sup>139</sup>. Com o passar dos dias, as vozes contrárias à direção da empresa foram perdendo força. Como último esforço de seu protesto, os engenheiros envolvidos no movimento tentaram impedir que seus colegas assumissem as chefias vagas, mas não tiveram sucesso. Em reunião realizada em 18

<sup>136</sup> “200 mil irão à greve já”. *Diário de Notícias*, 25/5/1962.

<sup>137</sup> “Advertência às autoridades e ao povo – nova crise na Petrobras”. *Diário de Notícias*, 27/5/1962. Assinaram o manifesto: Sindipetro-Ba; Stiep-Ba; Stiep-Pa/Am/Ma; Sindipetro-Cubatão; Sindipetro-RJ e Gb; Stiep-Al; Sindipetro-Caxias.

<sup>138</sup> “Resoluções de Salvador”. *Diário de Notícias*, 12/6/1962. Juntaram-se às sete signatárias do documento anterior, as seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo de Manaus; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo de Mauá; Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica de Duque de Caxias.

<sup>139</sup> Peter Seaborn Smith. *Petróleo e política no Brasil moderno*, pp. 158-159.

de junho, o Conselho de Administração da Petrobras homologou as substituições de 8 cargos de chefia<sup>140</sup>. Estas nomeações foram somente o começo. Muitos outros chefes seriam substituídos nos meses seguintes. Esta foi a fórmula encontrada pelo presidente da empresa para acalmar os ânimos e se manter cercado por pessoas de sua confiança.

Conforme salientou Smith, essa disputa revelou um importante aspecto do jogo político da Petrobras e do próprio país. Tanto os técnicos quanto o presidente da empresa voltaram-se para as entidades sindicais em busca de apoio, o que demonstrava o poder atingido pelas entidades sindicais petroleiras<sup>141</sup>. Deste modo, é importante observar mais de perto a movimentação das entidades sindicais durante a crise dos técnicos. Suas manifestações públicas são capazes de revelar expectativas e demandas no momento em que os discursos políticos se radicalizavam.

No auge da crise, em 3 de junho, sete sindicatos publicaram um manifesto nas páginas de *O Jornal*<sup>142</sup>. O texto assinado pelo Sindipetro-Cubatão, Stiep-Pa/Am/Ma, Sindipetro-Ba, Sindipetro-Rj/Gb, Stiep-Ba, Sindipetro-Caxias e Stiep-Al elencou as razões para o apoio a Francisco Mangabeira. A primeira delas era o compromisso do presidente com a ampliação da política do monopólio estatal do petróleo. Além disso, os signatários manifestaram aprovação ao clima de liberdade sindical reinante na empresa e à sensibilidade em relação às demandas operárias, vistas marcas da atual administração da Petrobras. É importante observar que neste documento os sindicalistas inseriram a disputa entre Mangabeira e os engenheiros num contexto político muito mais amplo e grave. Ao analisar a situação da Petrobras dentro da conjuntura latino-americana, alertaram para a iminente ameaça de um golpe de estado e, por isso, conclamaram os trabalhadores do petróleo, os trabalhadores urbanos em geral, os camponeses e os estudantes à luta em defesa da democracia.

Num curto espaço de tempo a chamada Crise dos Técnicos teve duas consequências diretas. A primeira delas foi o aumento das denúncias acerca de uma suposta infiltração comunista na empresa. Os jornais, até então relutantes em apontar Goulart como o principal responsável pela propalada subversão na Petrobras, começaram a radicalizar o seu discurso. A segunda implicação foi a consolidação de um novo meio para o encaminhamento das demandas operárias dentro da empresa. Conforme apontou Scaletsky, parte da

---

<sup>140</sup> “Designados novos chefes de unidades e serviços da Petrobras – Homologados pelo Conselho de Administração os Atos do presidente Francisco Mangabeira”. *O Globo*, 21/6/1962.

<sup>141</sup> Peter Seaborn Smith. *Petróleo e política no Brasil moderno*, pp. 157-158.

<sup>142</sup> “Dos trabalhadores do petróleo ao povo brasileiro”. *O Jornal*, 03/06/1962.

insatisfação dos engenheiros com a gestão de Francisco Mangabeira deveu-se à limitação de seus poderes em relação aos seus comandados<sup>143</sup>. Se antes, todas as decisões passavam por essas chefias intermediárias, com as novidades da gestão do socialista esse poder foi gradativamente sendo desfeito. Com a criação da Assessoria Geral de Pessoal, a política de recursos humanos saiu das mãos do pessoal de nível superior (em contato direto com os seus subordinados) e ficou sob a responsabilidade direta da administração central da companhia. Com isso, os trabalhadores e seus sindicatos dispensaram intermediários e puderam encaminhar seus pleitos e realizar suas negociações em condições mais favoráveis.

O caminho para novas mudanças nas relações dentro da empresa estava aberto. Suas implicações, evidentemente, puderam ser sentidas nos mais distintos setores da política nacional. Os diferentes projetos que disputavam a política nacional tiveram na Petrobras um terreno fértil para expor suas ideias. Ao passo em que o conflito se desenhava, aumentava ainda mais o prestígio das principais lideranças sindicais baianas. O sucesso obtido nos enfrentamentos públicos ajudava a garantir triunfos nas arenas internas do mundo sindical petroleiro. As eleições para a diretoria do Stiep-Ba e Sindipetro-Ba, realizadas ainda no primeiro semestre de 1962, permitem observar esta questão de uma maneira mais nítida.

O primeiro processo eleitoral aconteceu no Stiep-Ba. O pleito, ocorrido entre os meses de março e abril, consolidou a liderança de Wilton Valença junto aos trabalhadores da extração do petróleo. Nascido em Ilhéus, no sul do estado, àquela altura Valença já era um militante conhecido e respeitado. Filiado ao PSB, o petroleiro ocupava o posto de secretário sindical do partido<sup>144</sup>. Sua primeira condução à presidência do Stiep-Ba ocorreu em 1960 e a eleição de 1962 garantiu sua permanência no posto. As oposições não tiveram força para deslocá-lo do comando da entidade. A chapa por ele derrotada tentou entrar na justiça alegando irregularidade no processo eleitoral, mas não obteve sucesso<sup>145</sup>.

Em maio foi a vez da renovação da diretoria do Sindipetro-Ba. Nos anos anteriores, os trabalhadores da Refinaria de Mataripe viram emergir a figura de Mário Lima, então primeiro secretário da agremiação. Muito próximo a Osvaldo Marques, presidente da entidade entre 1960 e 1962, Lima assumiu, na eleição seguinte, o comando da chapa. Marques participou como candidato ao posto de tesoureiro. A existência de novos grupos políticos atuando dentro da refinaria, entretanto, obrigou os fundadores e primeiros dirigentes do

---

<sup>143</sup> Eduardo Carnos Scaletsky. *O patrão e o petroleiro*, pp. 34-39.

<sup>144</sup> “Diretório do PSB”. *Jornal da Bahia*, 16/12/1961.

<sup>145</sup> Franklin Oliveira Jr. *A Usina dos Sonhos*, p. 127.

Sindipetro-Ba a fazerem uma composição que abrigava tanto militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quanto homens mais próximos ao pensamento de direita. Eles enfrentaram duas outras chapas mais à esquerda, compostas por ativistas da Política Operária (POLOP) e Ação Popular (AP), respectivamente<sup>146</sup>. A ampla maioria dos trabalhadores, entretanto, decidiu pela renovação do mandato do campo capitaneado por Mário Lima. Cerca de 90% dos votantes garantiram a permanência do seu grupo à frente do sindicato. A cerimônia de posse da nova diretoria, realizada no mês seguinte, contou com a presença do presidente da empresa e de Leonel Brizola<sup>147</sup>.

A proximidade com o líder trabalhista gaúcho é mais um sinal da profunda afinidade entre estes sindicalistas e as pautas nacionalistas. Na verdade, o sindicalismo petroleiro se apresentou, no estado da Bahia, como um dos principais meios de agitação em favor das reformas de base. Estas conexões ficaram inegáveis com a chegada do segundo semestre de 1962. Neste momento, no estado da Bahia, realizaram-se eleições para os cargos de governador, prefeito, vereadores e deputados. Este pleito foi uma arena relevante para a discussão dos diferentes projetos políticos em disputa no país.

Nestas eleições, em busca do comando do governo do estado, opuseram-se as candidaturas de Lomanto Junior (PL<sup>148</sup>) e Waldir Pires (PSD<sup>149</sup>). Ambos os candidatos demonstraram interesse no debate acerca do desenvolvimento econômico da Bahia e defenderam um processo de industrialização baseado na ação planejadora do estado. Entretanto, conforme salientou Araújo, o principal ponto da discórdia entre os concorrentes dizia respeito à política de alianças e os diálogos que o candidato do PSD estabeleceu com os setores populares e os segmentos organizados da classe trabalhadora. Desse modo, no que tange a esta questão, enquanto a candidatura de Lomanto Junior tentava contemplar a participação popular através de uma retórica amparada por um catolicismo aparentemente progressista, Pires e seus correligionários fizeram do diálogo com a classe trabalhadora e suas bandeiras políticas um relevante esteio de sua campanha<sup>150</sup>.

Assim, não causa espanto saber que o anticomunismo deu a tônica desse processo eleitoral. O pleito de 1962 foi marcado pela forte influência da Aliança Eleitoral pela Família

---

<sup>146</sup> Idem, p. 126.

<sup>147</sup> “Baianos anunciam definição de Brizola na reunião dos trabalhadores em petróleo”. *Jornal do Brasil*, 8/6/1962.

<sup>148</sup> Participaram de sua coligação os seguintes partidos: PTB-UDN-PRT-PR-PRP-PS.

<sup>149</sup> Coligado com: PDC-PTN-PSP-PSB.

<sup>150</sup> Célio Roberto de Araújo. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, pp. 24-26.



(ALEF) que, nascida sob o comando do arcebispo de Salvador, Cardeal da Silva tinha como objetivo declarado orientar o eleitorado católico através da indicação de candidatos afinados com os valores cristãos<sup>151</sup>. Num contexto marcado por grandes indecisões, a alta cúpula da Igreja Católica na Bahia procurou influenciar o processo eleitoral, tentando evitar o sucesso de pessoas supostamente ligadas ao comunismo.

Deste modo, o candidato que desejasse ser incluído na lista de nomes recomendados pela ALEF deveria assumir com ela um compromisso por escrito, professando concordância com as linhas centrais pensamento da cúpula da Igreja Católica baiana. Mesmo assim, caso houvesse alguma comprovação documental de que o político adotara atitudes ou defendera valores contrários aos dogmas da Igreja seu salvo-conduto seria negado. Ao fim deste processo, a relação de pessoas aprovadas pelo do clero baiano foi publicada. Nela, não constavam nem o nome de Waldir Pires, nem o de qualquer dos postulantes aos cargos do legislativo federal e estadual que tinham origem ou mantinham alguma ligação com os movimentos sociais<sup>152</sup>.

Neste grupo estavam Mário Lima e Wilton Valença. Filiados ao PSB, os dirigentes petroleiros participaram das eleições de 1962, disputando os postos de Deputado Federal e Estadual, respectivamente. Eles faziam parte de um agrupamento que se apresentou como os “candidatos operários e nacionalistas”<sup>153</sup>. Defendendo uma série de medidas afinadas com as demandas populares, entre elas, uma política eficiente de abastecimento urbano e a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, esse grupo de militantes não obteve o salvo conduto da ALEF. Mais do que isso. Conforme apontou Dantas Neto, às vésperas da votação, várias matérias apócrifas circularam na imprensa baiana contendo insinuações que desaconselhavam o voto em boa parte dos nomes advindos dos movimentos sociais<sup>154</sup>.

Lima e Valença desenvolveram uma campanha com ênfase na sua condição operária, buscando o voto classista através do lema “trabalhador vota em trabalhador autêntico”. Ao explicar as razões de suas candidaturas, os líderes petroleiros enfatizaram a

---

<sup>151</sup> Idem, pp. 19-22.

<sup>152</sup> Idem, p. 32.

<sup>153</sup> “Líderes sindicais reafirmam tomada de posição”. *Jornal da Bahia*, 30/9 e 1/10/1962. Os candidatos em disputa pelo legislativo eram: 1. Deputados Federais: Fernando Santana, Mário Lima, Henrique Lima Santos e Hélio Ramos; 2. Deputados Estaduais: Wilton Valença, Aristeu Nogueira, Antonio Maurício Freitas, Diógenes Alves e Walter da Mata; 3. Vereadores: João Cardoso de Sousa, Amaro Lopes de Carvalho, Nilo José dos Santos, Joaci Rodrigues Mota, Juth Medrado de Matos, Washington José de Sousa, João Filgueira de Sousa e Euclides Valério.

<sup>154</sup> Paulo Fábio Dantas Melo. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: EDUFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, pp. 175-176 e 509 (nota 56).

relevância do processo eleitoral de 1962, considerado por eles como “o mais importante pleito eleitoral da história da República”. Além disso, teceram ainda duras críticas às classes dominantes do país, tidas como as verdadeiras responsáveis pela condição de penúria a qual estavam submetidos os trabalhadores do campo e da cidade. Os dois candidatos argumentaram que o melhor caminho para reverter tal situação seria impedir a espoliação das riquezas nacionais e de seus trabalhadores, por meio do afastamento “daqueles indivíduos que estivessem vinculados aos interesses do capital estrangeiro ou sem condição de enfrentá-los”<sup>155</sup>.

O entendimento de que era urgente ampliar a participação política dos trabalhadores e seus representantes era compartilhado tanto pelas recém-surgidas lideranças da indústria do petróleo quanto por militantes políticos com mais tempo de atuação nas lutas populares. É necessário ressaltar que entre os nomes apresentados como líderes sindicais defensores das reformas de base se encontravam dois dos mais destacados dirigentes comunistas locais, Aristeu Nogueira e Fernando Santana. Com isso, essa eleição foi responsável também por consolidar uma aproximação entre socialistas e comunistas no cenário político local.

O resultado do pleito de 1962 confirmou o sucesso da aliança. Lima e Valença conquistaram os cargos desejados. Fernando Santana também foi eleito, enquanto Aristeu Nogueira foi o primeiro suplente do PSB e substituiu constantemente o presidente do Stiep-Ba na Assembleia Legislativa. Segundo o próprio Wilton Valença, esse expediente foi mais um acordo celebrado entre ele e o dirigente comunista. Pouco à vontade com os debates do parlamento local, durante o seu mandato, Valença costumava solicitar afastamentos do seu cargo, o que garantia a sua dedicação integral à atividade sindical e deixava Aristeu, político mais experiente, dedicar-se aos trabalhos legislativos<sup>156</sup>.

Esta tomada de posição colocava as lideranças sindicais petroleiras, gradativamente, em novas trincheiras. Na medida em que se juntava aos grupos engajados nas lutas pelas reformas de base, o sindicalismo petroleiro atraía contra si os inimigos destas bandeiras. Essa situação ficou evidente nos últimos dias de 1962. O jornal *A Tarde*, maior órgão de imprensa da Bahia, começou a denunciar com grande entusiasmo uma suposta penetração comunista dentro das unidades da Petrobras. Tais denúncias, obviamente, não eram nenhuma novidade. Como é sabido, elas eram comuns em diversas gazetas do país. O

---

<sup>155</sup> “Porque somos candidatos”. *Jornal da Bahia*, 13/9/1962.

<sup>156</sup> Depoimento de Wilton Valença da Silva, concedido ao autor em 18/11/2006.

ineditismo da situação, entretanto, consistiu no fato de a Refinaria de Mataripe ter sido alçada à condição de grande bastião de uma suposta revolução comunista. Por essa via, *A Tarde* se juntava a uma série de forças políticas engajadas, no plano geral, na campanha de desestabilização do governo Goulart, mas que tinham ainda alguns alvos mais específicos, dentre os quais é possível destacar a Petrobras.

É importante enfatizar que se antes havia ocorrido um flerte entre as tradicionais forças políticas da Bahia e o nascente movimento sindical petroleiro, agora o que existia era animosidade e choque de interesses. O desenrolar dos fatos de 1962 colocou o movimento dos trabalhadores da Petrobras e seus aliados dentro da empresa em oposição aos setores mais conservadores da sociedade local. A campanha de *A Tarde*, iniciada com o editorial “O Soviet de Mataripe”, é a melhor prova disso.<sup>157</sup>

Neste texto, *A Tarde* usou o *Jornal de Mataripe*, para confirmar “o domínio do importante estabelecimento [Refinaria de Mataripe] por comunistas confessos”. Publicado sob responsabilidade da superintendência da refinaria, o jornal estaria sendo distribuído inclusive para pessoas sem ligações com a Petrobras. Segundo o vespertino, o primeiro indício do uso dos recursos da empresa para a propaganda comunista seria a própria qualidade da publicação, impressa “em papel couché, de luxo”. Isso demonstraria que “a preocupação de economia não afligiu seus editores”.

Não obstante o incômodo com o esbanjamento do dinheiro da estatal para a suposta propaganda política, o maior descontentamento dos redatores de *A Tarde* era causado pelo conteúdo do impresso. O *Jornal de Mataripe* estaria louvando os feitos da Revolução Cubana e usando uma linguagem inapropriada com alusões e incentivos à luta de classes, estendendo seu proselitismo político para toda a sociedade baiana, ao procurar demonstrar que “o regime democrático” estava falido e a solução para os problemas do país estaria no comunismo. Mesmo dando grande ênfase às críticas contra o jornalista Plínio J.B. Aguiar, editor do *Jornal de Mataripe*, *A Tarde* tinha nítido interesse em atingir outros dois alvos. O primeiro deles era Jairo Farias, superintendente da refinaria, e o segundo era Mário Lima, tido como culpado pelas práticas sindicais inadequadas que estavam sendo combatidas. Na verdade, a matéria seguia um roteiro bastante comum no movimento anticomunista brasileiro. Para fortalecer a ideia de que o comunismo era uma ideologia exótica, com poucas ligações com a população do país, as críticas precisavam se concentrar nas supostas lideranças do propalado processo subversivo. Os trabalhadores estariam sendo seduzidos por promessas

---

<sup>157</sup> “O Soviet de Mataripe”. *A Tarde*, 30/11/1962.

falsas, capazes de escamotear a realidade dos países comunistas. Por isso deveriam ser alertados para as mentiras, bem como para os defeitos morais dos líderes demagógicos do chamado credo de Moscou.

É evidente a existência de um movimento nacional contrário aos rumos da Petrobras. No caso da Bahia, o desenrolar dos fatos ajudava a consolidar um discurso que atribuía às unidades da empresa, mais especificamente à Refinaria de Mataripe, a primazia de um modelo de gestão e de ação sindical supostamente capaz de destruir a estatal. A junção de um sindicalismo corrupto e irresponsável com um gestor de unidade membro do Partido Comunista era, para alguns, a prova de que algo urgente deveria ser feito para mudar a situação.

A superintendência da refinaria parece ter acusado o golpe. Ao dizer, por meio de nota distribuída à imprensa, que mandou recolher a edição do jornal após tomar ciência de seu conteúdo, Jairo Farias abriu brecha para ser taxado de incompetente, no mínimo. Afinal, se o jornal era editado sob sua responsabilidade, sua aprovação ao conteúdo deveria ter ocorrido antes do início de sua distribuição. Na mesma nota, a direção da refinaria tratou também de responder a algumas críticas de ordem técnica, que atribuíam a ela a responsabilidade sobre supostos maus resultados da Petrobras, bem como à indisposição de vários técnicos, dispostos, inclusive, a deixar de servir à unidade. Mesmo acuado, Farias tentou demonstrar não estar intimidado. Por isso, declarou não se afastar “um só milímetro da nossa linha de defesa do monopólio estatal do petróleo e da nossa conduta pelo desenvolvimento da Petrobras”<sup>158</sup>.

Os diretores do Sindipetro-Ba também precisaram se manifestar. Sua resposta revelou, contudo, além do incômodo causado pelas páginas de *A Tarde*, uma cisão interna no grupo. A primeira manifestação da entidade sobre o tema veio através de seu presidente, responsável por assinar uma nota publicada no *Diário de Notícias*, em nome do sindicato. Nela, Mário Lima dizia, advogando falar pelos trabalhadores da Petrobras, saber quem eram os responsáveis pela campanha dirigida contra a empresa. Além disso, o sindicalista repudiou os ataques dirigidos contra a presidência da estatal e contra a superintendência da Refinaria<sup>159</sup>. Em resumo, sua manifestação seguiu um modelo já consagrado nas falas das forças de esquerda atuantes junto à Petrobras, qual seja, atribuir aos inimigos da empresa, associados ao

---

<sup>158</sup> “Mataripe ao público”. *Diário de Notícias*, 3/12/1962.

<sup>159</sup> “O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Estado da Bahia, tendo em vista o editorial do jornal ‘A Tarde’ de 30 de novembro próximo passado, torna público”. *Diário de Notícias*, 3/12/1962.

capitalismo internacional, a execução de uma campanha contra o monopólio estatal do petróleo e seus verdadeiros defensores.

A segunda manifestação do Sindipetro-Ba veio nas páginas de seu jornal, na edição de dezembro de 1962. Nele, os sindicalistas revelaram surpresa tanto com o conteúdo da edição criticada quanto com a ordem de suspensão de sua circulação. Mesmo fazendo questão de apontar que o jornal *A Tarde* estava “muito preocupado em descobrir fantasmas ou perigos aonde eles não existem” e de “farejar nas entrelinhas dos escritos o sentido e a orientação de ideologias exóticas”, os responsáveis pela gazeta operária disseram discordar dos rumos dados à publicação da RLAM. A seu ver, não cabia àquele periódico, em razão do seu caráter institucional, abordar os temas trazidos pela polêmica edição. Isso poderia ser feito em outros espaços<sup>160</sup>.

Enquanto a primeira fala do sindicato não levantou nenhum questionamento ao teor do *Jornal de Mataripe* e prestou solidariedade ao seu principal responsável, o texto publicado em seu jornal seguiu caminho contrário. Na mesma edição, outras críticas foram formuladas a Farias, fato que animou os editores de *A Tarde* a propagandear que os próprios trabalhadores haviam despertado contra o regime comunista supostamente implantado na empresa. Buscando legitimar-se perante o movimento sindical, o vespertino asseverou em editorial: “é o jornal dos operários que nos dá razão, quando conosco concorda que a propaganda comunista, com o selo da Petrobras, não harmoniza com os interesses e altos objetivos da empresa”<sup>161</sup>.

Na verdade, conforme discutiu Oliveira Junior, já havia dentro da direção sindical uma disputa entre um grupo hegemônico, completamente ligado às reformas de base, e um segundo grupo mais à direita, descontente com os rumos do sindicato<sup>162</sup>. A polêmica levantada pelo afamado vespertino baiano serviu para colocar mais lenha na fogueira. A campanha ganhou a adesão de outros órgãos da imprensa local. Um exemplo é o *Diário de Notícias*, cujos redatores afirmaram que Mataripe não era um caso isolado. Em suas palavras, a “bolchevização” da companhia generalizava-se “como um câncer”, chegando ao ponto de suas unidades de produção e administração na Bahia terem se tornado ninhos do comunismo internacional, paralelamente à transformação dos sindicatos “em órgãos meramente políticos”. As manifestações públicas dos petroleiros pareciam “à disposição da agitação social, da

---

<sup>160</sup> “Nossa opinião”. *Sindipetro-Jornal*, dezembro de 1962.

<sup>161</sup> “O despertar do operário”. *A Tarde*, 5/1/1962.

<sup>162</sup> Franklin Oliveira Jr. *A usina dos sonhos*, p. 146.

subversão, de um ‘nacionalismo’”, que foram os causadores da instalação “de foguetes de armas termonucleares pelos russos” em Cuba<sup>163</sup>.

Apesar do bem vindo apoio da edição soteropolitana da poderosa rede dos *Diários Associados*, localmente o jornal *A Tarde* continuou na vanguarda da luta contra o sindicalismo petroleiro e os novos rumos da Petrobras. Por isso, voltou sua mira contra Mário Lima. Segundo o jornal, causou estranheza o fato de o dirigente sindical ter se posicionado sobre a celeuma do *Jornal de Mataripe* mesmo não tendo nenhuma ligação direta com o assunto. A reação do sindicalista não teria justificativa “a não ser patentear sua exagerada importância na empresa”, o que configurava uma interferência indevida dos sindicatos em assuntos que não eram de sua alçada. Assim, se Mário Lima decidiu entrar numa “discussão para que não foi chamado”, sua razão seria tão somente “proclamar que se julga suficientemente poderoso para encampar quaisquer atos que se pratiquem na empresa, ainda que manifestamente errados, como nesta questão, objeto de penitência pública do responsável”. A fala do dirigente sindical seria a prova da “substituição escancarada dos postos de autoridade” na empresa<sup>164</sup>. Ou seja, operários comunistas estariam no comando, e não os engenheiros e as autoridades do país.

A gazeta passou a explorar uma suposta divisão entre líderes comprometidos com a democracia e comunistas arruaceiros, afeitos aos métodos mais vis para perseguir seus inimigos. Valendo-se do imaginário anticomunista<sup>165</sup>, a folha deu ampla cobertura aos fatos que desembocariam na expulsão de três dirigentes sindicais, acusados de usar indevidamente um automóvel da entidade<sup>166</sup>. Na interpretação de *A Tarde*, entretanto, haveria na estatal um processo de perseguição, segundo os moldes cubanos, “onde o Direito é a vontade dos prepostos da Ditadura”, empenhados em “impossibilitar a defesa dos acusados e até mesmo as manifestações de opinião por parte dos associados presentes”<sup>167</sup>.

Cabe notar que o Consulado Americano em Salvador era da mesma opinião. Em seu relatório semanal enviado ao Departamento de Estado, o episódio da expulsão dos três operários foi descrito como uma repressão do grupo sindical esquerdista, comandado por Mário Lima, contra os dirigentes democráticos e não esquerdistas, liderados por Verdi Plech.

<sup>163</sup> “Petrobras ninho comunista”. *Diário de Notícias*, 2/12/1962. A matéria faz uma referência direta à instalação de mísseis soviéticos no território cubano, fato bastante explorado pela propaganda anticomunista no Brasil. Para um relato factual bastante detalhado sobre a crise dos mísseis, ver: John Lewis Gaddis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp. 70-79.

<sup>164</sup> “O dono da Petrobras”. *A Tarde*, 3/12/1962.

<sup>165</sup> Ver: Rodrigo Pato Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho*, pp. 47-88.

<sup>166</sup> Verdi Plech, Luciano Monteiro Campos e Gildásio Batista Lopes foram expulsos do Sindipetro-Ba.

<sup>167</sup> “Expurgos de democratas em Mataripe”. *A Tarde*, 5/2/1962.

Preocupados com a atuação do movimento sindical brasileiro, os diplomatas dos Estados Unidos defendiam que a algazarra nas assembleias, ações arbitrárias, desqualificação pessoal dos opositores e ausência do direito de defesa dos acusados eram alguns dos principais métodos dos “elementos não democráticos”, para intimidar seus opositores dentro das organizações operárias<sup>168</sup>.

Este era o tom e o enredo sempre repetido para desqualificar os rumos políticos da Petrobras. No decorrer de 1962 construiu-se um discurso para enfraquecer e desestabilizar a atuação de seu movimento sindical. Estariam grassando na empresa a incompetência administrativa, o desperdício dos recursos, a corrupção, a falta de disciplina e a subversão dos valores tradicionais da sociedade brasileira. No princípio de 1963, esse discurso já estava cristalizado. Os esforços seguintes serviriam, apenas, para mantê-lo vivo com novas notícias e denúncias a fim de lembrar e relembrar que a principal empresa do país continuava dominada pelas forças do comunismo internacional.

Em algumas ocasiões, era importante ampliar a dramaticidade das acusações e disseminar, inclusive, o medo em relação aos riscos provenientes da suposta desordem na empresa. Assim, em maio daquele mesmo ano, *A Tarde* disse ter recebido de “fonte merecedora de crédito” uma notícia bastante grave. Segundo o periódico, uma “apreciável quantidade de armas” teria “chegado à Bahia para a Petrobras”. Eram 800 revólveres provenientes do Rio Grande do Sul, além de “metralhadoras, fuzis e outras armas desse tipo” provenientes do exterior. Mesmo reconhecendo a existência de um corpo de vigilantes armados na empresa, o jornal pediu apuração dos fatos, pois as armas estariam sendo entregues aos sindicatos<sup>169</sup>.

Em meio à campanha, Francisco Mangabeira<sup>170</sup> foi demitido e substituído pelo general Albino Silva, mas isso não aplacou a ira dos detratores da política adotada pela estatal. O general não foi considerado um estranho no ninho, como havia acontecido com Mangabeira. Por já ter realizado tarefas correlatas à indústria petrolífera, alguns setores críticos da antiga direção, consideraram a escolha do novo presidente “um esforço do governo João Goulart no sentido de restabelecer a confiança na autoridade do próprio governo”.

---

<sup>168</sup> “American Consulate, Salvador – Weekly Summary, 8/2/1963”. Referência: pol2-3braz02-08-63a-61\_4, disponível em: <http://library.brown.edu/openingthearchives/?lang=pt>.

<sup>169</sup> “Petrobras recebendo armamentos!?”. *A Tarde*, 24/5/1963.

<sup>170</sup> O advogado socialista, não obstante a virulenta oposição enfrentada, conseguiu permanecer um ano e meio no cargo. No intervalo de dez anos compreendido entre 1954 e 1964, oito pessoas ocuparam a presidência da Petrobras. Assim, o tempo médio de permanência de cada um deles foi de 15 meses.

Acreditava-se que Silva poderia resolver os problemas de “indisciplina” dos sindicatos e “salvar a Petrobras”<sup>171</sup>.

João Goulart, no curso dessas mudanças na administração da empresa, continuou agindo com o objetivo de agradar também as lideranças sindicais. Ao considerar irreversível a substituição de Francisco Mangabeira, Mário Lima alertou que não toleraria nenhuma “gorilada” vinda de Albino Silva, bem como antecipou a sugestão feita à presidência da República. O líder sindical reivindicou a nomeação de Jairo Farias para a diretoria da empresa, o que foi atendido por Goulart<sup>172</sup>.

A presença de Farias, juntamente com Hugo Régis, na direção da companhia foi o mote para a continuidade das denúncias acerca da penetração comunista em seus quadros diretivos. As forças que trabalhavam na desestabilização do governo Goulart continuaram repetindo o seu discurso, enquanto as posições políticas eram cada vez mais radicalizadas. Nesse clima, a Câmara dos Deputados instalou uma CPI para investigar a Petrobras. Não era a primeira vez que a empresa seria investigada pelos deputados. Entretanto, diferentemente das outras ocasiões, o foco desta vez, como era de se esperar, voltou-se contra a tão propalada presença comunista nos quadros da empresa<sup>173</sup>. Não é motivo de espanto saber que o seu alvo era, além dos já citados diretores, as lideranças sindicais. Estávamos chegando ao fatídico ano de 1964.

## **2.2 O golpe de 1964 e a repressão aos trabalhadores**

Não obstante toda a instabilidade do cenário político nacional, o começo de 1964 foi visto com uma boa dose de esperança pelas forças nacionalistas que disputavam os rumos da Petrobras e do país. Jairo Farias, por exemplo, escreveu uma saudação otimista às lideranças do sindicalismo petroleiro. Nela, o diretor da empresa exultava com a aprovação do monopólio estatal de importação do petróleo e dos seus derivados<sup>174</sup>. Além disso, o diretor da companhia discorreu sobre a importância do movimento operário para a emancipação econômica e a implantação da justiça social no país. De acordo com suas palavras, era função

---

<sup>171</sup> “Mudança na Petrobras”. *Diário de Notícias*, 7/6/1962.

<sup>172</sup> “Resultados da Petrobras são bons mas precisam ser completos, diz Albino”. *Jornal do Brasil*, 9/6/1963.

<sup>173</sup> Segundo *A Tarde*, a CPI era composta pelos seguintes Deputados: Antonio Carlos Magalhães (presidente), Teódulo Albuquerque (relator), João Carlos Tourinho Dantas, Luiz Viana Filho, Josafá Carlos Borges, Mário Lima, Gastão Pedreira, Ortiz Borges Ferro Costa, Temperani Pereira, Edilson Távora e Ponca de Araújo. “CPI sobre petróleo não veio formar depoimento”. *A Tarde*, 20/8/1963.

<sup>174</sup> Farias se referia ao Decreto nº 53.337, de 23/12/1963.



dos sindicatos lutar pela “transformação pacífica” do país, capaz de fazer emergir “uma sociedade sensível aos valores do trabalho e da cultura, aberta aos mandamentos da justiça e da solidariedade humana”<sup>175</sup>.

Seu entusiasmo, entretanto, logo seria dissipado pelos duros golpes da realidade. Já em janeiro, mais uma disputa interna resultou na substituição dos principais dirigentes da Petrobras. Em rota de colisão com o presidente da empresa, o próprio Jairo Farias foi afastado do cargo. Para tentar pacificar a Petrobras, João Goulart também exonerou Albino Silva da presidência da companhia, escolhendo o marechal da reserva Osvino Ferreira Alves para substituí-lo<sup>176</sup>. As pressões junto ao presidente eram cada vez maiores e os planos para a sua deposição ficavam mais claros e abertos.

Com isso, Goulart decidiu abraçar de vez a bandeira das reformas de base, procurando apoio nos movimentos sociais. O famoso comício de 13 de março, na Central do Brasil, seria o estopim de uma campanha de mobilização contra o seu governo. Entre efusivos aplausos, a mais importante e controversa demanda das reformas de base foi atendida. Jango, enfim, assinou os decretos Supra (Superintendência da Reforma Agrária), destinando para a Reforma Agrária as terras às margens das rodovias federais. Nesse ato político, o presidente também assinou os decretos de encampação da Refinaria de Capuava, atendendo a uma reivindicação que se transformara em ponto central das lutas políticas dos petroleiros<sup>177</sup>.

Seus adversários, entretanto, não lhe deram tempo para novos atos. Seu apoio junto aos militares, que já era limitado, ruiu nos dias seguintes. Os golpistas se valeram da atuação de João Goulart na chamada Revolta dos Marinheiros para justificar que o presidente havia cometido uma intervenção indevida junto à hierarquia militar. Além disso, Parte considerável da classe média, amparada por um catolicismo conservador, marchou contra o que considerava a degradação dos valores morais da sociedade brasileira. Em síntese, os conspiradores – civis e militares – se aproveitaram da conjuntura e da disseminação do pavor anticomunista espalhado pela sociedade para jogar a última pá de cal na incipiente democracia brasileira e retirar Goulart do poder. Estava aberto o caminho para uma verdadeira razia contra as forças nacionalistas e os movimentos sociais.

---

<sup>175</sup> “Minuta – Aos companheiros dos Sindicatos da Petrobras”. AVU 03, fls. 237-240.

<sup>176</sup> O marechal Osvino Alves era um militar que gozava de grande prestígio perante as forças populares. Na Crise de agosto de 1961 posicionou-se em favor da manutenção da legalidade. Além disso, durante o período em que esteve à frente do I Exército, procurou garantir a liberdade de mobilização dos movimentos sociais. Ver: Osvino Ferreira Alves, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, CDRON-FGV.

<sup>177</sup> Sobre o Comício de 13 de março de 1964, ver: Jorge Ferreira. “O último ato: sexta-feira 13 na Central do Brasil”. In: Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 319-373.

Naqueles primeiros dias de abril ocorreram verdadeiras cenas de terror nas unidades da Petrobras na Bahia. As forças militares responsáveis pela derrubada de Goulart trataram de imobilizar os movimentos sociais identificados com o líder trabalhista deposto e assim espantar qualquer possibilidade de resistência, numa ação de depuração política das áreas consideradas infestadas pelas forças subversivas. Tinha início a chamada “Operação Limpeza”. Ao saber do avanço das tropas golpistas, as principais lideranças sindicais não ficaram paradas. Na tarde do primeiro dia de abril, mesmo tremendamente assustados com a movimentação, convocaram uma assembleia geral na Refinaria de Mataripe, cujo resultado foi a deflagração da paralisação imediata e completa da unidade, o que foi obtido com a retirada de válvulas fundamentais para o processamento do petróleo.

Tal prática consistia em uma novidade. Os petroleiros, em geral, faziam greve de forma programada, adotando uma série de medidas para garantir a suspensão do trabalho de forma totalmente segura sem correr o risco de causar qualquer dano à empresa. Devido à ameaça real representada pelo avanço das tropas golpistas, desta vez a resposta foi mais radical. Entretanto, essa não parece ter sido uma decisão das mais fáceis. Na ocasião, entre os trabalhadores que apoiavam a deflagração da greve, formaram-se dois grupos. Um favorável à suspensão imediata das atividades e outro mais propenso a respeitar os procedimentos convencionais de desligamento das máquinas da unidade<sup>178</sup>. Mesmo sob o risco de macularem a sua imagem de defensores da empresa, os trabalhadores da Petrobras optaram por suspender rapidamente toda a produção. Mais tarde, no processo de expurgo, os sindicalistas foram acusados de sabotagem pelos investigadores nomeados pelos militares.

Além disso, os líderes petroleiros sabiam que precisavam de muitos aliados para enfrentar o golpe. Por isso, conclamaram os colegas de empresa e a população em geral para a ir às ruas em defesa do mandato de Goulart<sup>179</sup>, e buscaram articular-se com outros segmentos organizados da classe trabalhadora. No mesmo dia, o Sindipetro-Ba, o Stiep-Ba, o Sindicato dos Estivadores, o Sindicato dos Portuários, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração

---

<sup>178</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fls 115. Segundo os investigadores, havia também um grupo contrário à greve, mas este “não tinha expressão ou voz ativa e devido ao clima reinante, nem mesmo poderia manifestar-se abertamente”.

<sup>179</sup> “Inquérito Policial Militar do Terminal Marítimo de Madre de Deus”. In: Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 64.

do Porto, a União dos Ferroviários, a Associação dos Ferroviários e o Sindicato dos Conferentes declararam uma greve geral em defesa da legalidade<sup>180</sup>.

As forças golpistas, por sua vez, já esperavam esse tipo de reação e rapidamente intensificaram o enfrentamento. No dia 2, o governo do estado enviou tropas policiais à sede do Sindipetro-Ba, situada no centro de Salvador. A notícia da invasão da sede da entidade se espalhou pela cidade e o temor atingiu em cheio os petroleiros. Muitos soldados foram usados na operação e tal fato ajudou a fortalecer boatos de que pessoas tinham sido vitimadas. A história logo se espalhou e chegou aos ouvidos de Mário Lima, presidente do sindicato e deputado federal. O líder petroleiro se dirigiu ao prédio do sindicato e, após não conseguir adentrar o local e constatar ser a polícia militar a responsável pela invasão, tentou falar pessoalmente com o governador Lomanto Junior no Palácio da Aclamação, sua residência oficial. Lá, foi preso mediante ordem do Secretário de Segurança Pública. A acusação: atentar contra a segurança nacional ao deflagrar um movimento grevista e ameaçar explodir a refinaria<sup>181</sup>. Lima foi levado para o Quartel da Mouraria, sede da VI Região Militar<sup>182</sup>, sendo mais tarde transferido para o Quartel do Barbalho.

A notícia da prisão do sindicalista poderia insuflar os ânimos dos trabalhadores da Petrobras e por isso as forças armadas tomaram providências para evitar novos atos de resistência operária e pôr fim à greve iniciada no dia anterior. Uma companhia de infantaria, já designada anteriormente para se deslocar até a Refinaria de Mataripe, aproximou-se de sua área procurando manter a devida cautela para evitar alguma reação inesperada. Ao perceber a sua chegada, alguns líderes petroleiros tentaram desesperadamente fugir para o Terminal Marítimo de Madre de Deus, mas lá já se encontrava um destacamento da Marinha, que os prendeu em uma corveta.

O restante do trabalho foi relativamente rápido. O tenente-coronel Futuro, comandante da tropa responsável pela tomada de Mataripe, destituiu Ernesto Cláudio Drehmer do cargo de superintendente da unidade – conduzindo-o posteriormente à cadeia – e nomeou o engenheiro João Batista Skinner para o seu lugar. Daí seguiram-se verdadeiras cenas de terror, com prisões, interrogatórios, buscas nas residências dos trabalhadores e nas

---

<sup>180</sup> “Aos trabalhadores, aos estudantes, às gloriosas Forças-Armadas e ao povo em geral”. In: Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 409.

<sup>181</sup> Alex Ivo. “Uma ‘revolução’ contra o ‘comuno-peleguismo’: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro”. In: Grimaldo Carneiro Zachariadhes (Org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*, Salvador: EDUFBA, 2009.

<sup>182</sup> “Auto de prisão de Mário Soares Lima”. In: Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fls. 390-393.

áreas de atuação da empresa. Com tudo isso, a greve foi perdendo força e no dia seguinte, Wilton Valença e Osvaldo Marques de Oliveira, respectivamente presidente do Stiep-Ba e tesoureiro do Sindipetro-Ba, assinaram um documento conclamando os trabalhadores da Petrobras a retornarem aos seus postos de trabalho normalmente<sup>183</sup>.

Na verdade, normalidade foi algo difícil de ser encontrado naqueles dias. Enquanto os petroleiros baianos eram vítimas desta violência, o desenrolar dos acontecimentos nos principais centros de poder do país não deixavam dúvida que tempos difíceis estavam por vir. Na medida em que era informado sobre o avanço das tropas rebeldes e das adesões que ela ganhava, João Goulart percebia a sua parca possibilidade de resistência. Possivelmente, a notícia da eminência da chegada de uma esquadra estadunidense ao litoral brasileiro foi um fator determinante para que ele optasse pelo não enfrentamento armado aos golpistas<sup>184</sup>. O presidente decidiu então partir para o Rio Grande do Sul, único local onde ainda existiam tropas leais ao seu comando e confiou a Darci Ribeiro a responsabilidade de comunicar ao legislativo onde ele estava. Este, por sua vez, enviou um ofício ao congresso com essa informação.

Acontece que em todo golpe há sempre os que não se portam conforme preza a lei. Dessa forma, o presidente do Senado Auro de Moura Andrade ignorou a missiva entregue por Ribeiro e declarou vago o cargo de Presidente da República, sob a falsa alegação de que Goulart havia saído do país<sup>185</sup>. Esse foi o mecanismo utilizado por parte das forças civis engajadas do golpe para conferir um ar de legalidade à deposição do presidente. Mesmo sem nenhum amparo legal e contrariando os ritos determinados pela Constituição, Ranieri Mazzili assumiu formalmente a presidência, mas o poder estava, de fato, em outro lugar.

Como é do conhecimento geral, mesmo com a participação civil, quem comandava verdadeiramente a política brasileira era um restrito grupo de militares. Eles faziam parte do chamado Comando Supremo da Revolução, responsável por outorgar, em 9 de abril, o primeiro Ato Institucional da Ditadura. No seu preâmbulo ficava expresso que a legitimidade do novo regime não advinha do povo, nem dos outros poderes da república, mas

---

<sup>183</sup> “Aos companheiros do petróleo”. *Jornal da Bahia*, 4/4/1964.

<sup>184</sup> Jorge Ferreira. “O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964”. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs.). *O Brasil Republicano (Volume 3): o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 391-399.

<sup>185</sup> Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O governo João Goulart*, pp. 344-345.

da autointitulada Revolução<sup>186</sup>. Com esse dispositivo, o grupo que se apossou do poder usou a suposta necessidade de combate ao comunismo como a justificativa para toda sorte de ações arbitrárias praticadas no decorrer daquele período.

O Ato Institucional nº 1, como ficou conhecido, além de estabelecer as prerrogativas de cassação dos direitos políticos dos principais adversários do novo regime, definia os critérios para o emprego de punições contra aqueles que eram acusados de atentar contra a ordem e a segurança nacional. Através do Decreto nº 53.897 de 27/4/1964, os artigos sétimo e décimo do AI-1 foram regulamentados e com isso, tornou-se possível a formação dos Inquéritos Policiais Militares nos órgãos públicos, empresas estatais e universidades federais. Em virtude do elevado número de processos abertos, é muito difícil precisar o total de investigados em todo o país nos primeiros meses da ditadura militar. Moreira Alves, por exemplo, estima em cerca de 50 mil pessoas presas somente nos primeiros anos do regime<sup>187</sup>.

Os expurgos iniciais procuraram atingir possíveis resistências dentro dos espaços formais da política. Através do “Ato do Comando Supremo da Revolução nº 2”, quarenta parlamentares tiveram o seu mandato cassado<sup>188</sup>. Três deputados baianos foram atingidos pelo ato, e Mário Lima foi um deles<sup>189</sup>. O líder sindical, enquanto amargava prisão, teve ainda os seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Sorte distinta teve o deputado estadual Wilton Valença. Com uma atuação parlamentar discreta no legislativo baiano, o líder petroleiro escapou da primeira leva de degolas na Assembleia Legislativa da Bahia, responsáveis por cassar três mandatos parlamentares<sup>190</sup>.

Muito se escreveu sobre esse momento dramático da história do Brasil, mas não tanto sobre o tamanho dessa violência sobre a classe trabalhadora e suas entidades de representação. É necessário enfatizar que se nos momentos posteriores, as principais vítimas do governo ditatorial foram estudantes, intelectuais e artistas, quando da sua instauração, os principais inimigos do regime foram os trabalhadores organizados. Contra eles pesavam acusações de tentarem instaurar uma república sindicalista no país e no caso específico da

---

<sup>186</sup> Maria José Rezende. *A Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora da UEL, 2001, p. 33.

<sup>187</sup> Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru:Edusc, 2011, p. 68-72.

<sup>188</sup> Ver: Carlos Fico. *O grande irmão*, pp. 331-332.

<sup>189</sup> Além de Mário Lima, foram cassados os deputados Fernando Sant’ana (PSD) e João Dória (PDC).

<sup>190</sup> Wilton Valença foi cassado pelo AI-2 em 19 de outubro de 1966. Os deputados estaduais baianos cassados em abril de 1964 foram: Diógenes Alves (PDC), Ênio Mendes de Carvalho (PSP) e Sebastião Nery (MTR). Além deles, outros seis suplentes foram cassados, todos filiados ao PSB: Afrânio Lyra, Jarbas Santana, Raimundo Silva, Raimundo Ramos, Walter da Matta e Aristeu Nogueira, este último, o suplente de Wilton Valença. Ver: Thiago Machado de Lima. “O Golpe de 1964 e o papel dos legislativos estaduais: uma leitura sobre a Bahia”. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: UNB, 2017.

Petrobras, de serem os construtores de uma grande e perigosa conspiração comuno-peleguista na empresa.

Parcelas significativas de nossas classes dominantes, pouco habituadas a disputar espaço com os movimentos sociais, viram o avanço do movimento sindical durante o governo Goulart como uma verdadeira ameaça. Parte considerável do empresariado brasileiro defendia há certo tempo a ideia de paz social. Ela consistia, basicamente, na construção de relações harmoniosas entre o capital e o trabalho, cabendo a este a submissão e a obediência, atitudes tidas como indispensáveis para a evolução social e econômica do país. Com o fortalecimento das organizações operárias, ficou claro para eles que as estratégias de convencimento e controle ideológicos empreendidas durante o período não haviam conseguido surtir efeito desejado. Assim, este tão almejado objetivo deveria ser alcançado através do controle rígido das organizações operárias, associado à punição e à violência. Desse modo, conforme as palavras de Weinstein, o golpe Civil-Militar propiciou a chamada militarização da paz social<sup>191</sup>.

A repressão contra o movimento sindical foi, portanto, muito forte. De acordo com Alves, dos 1948 sindicatos existentes, 452 tiveram membros cassados pela operação limpeza<sup>192</sup>. Argelina Figueiredo, em um levantamento baseado nos decretos de intervenção publicados no Diário Oficial da União, identificou que nos sete primeiros anos de ditadura 536 sindicatos foram atingidos pelo arbítrio ministerial. Desse total, somente nos dois primeiros anos do regime, houve 433 intervenções, ou seja, 80,6% dos casos ocorridos em todo o período ditatorial<sup>193</sup>. Sindipetro-Ba e Stiep-Ba foram vitimados por essa primeira leva de intervenções.

Esse fato, pouco explorado na historiografia dos primeiros anos da Ditadura Militar no Brasil, reforça a hipótese de que o movimento sindical era a força social tida pelos grupos conservadores de 1964 como aquela que mais representava uma ameaça aos seus interesses. Segundo Skidmore, já nos estertores de seu governo, o presidente Goulart entrou em contato com o general Amauri Kruehl, pedindo-lhe que se mantivesse leal ao seu governo. A resposta do militar foi que somente se manteria fiel caso Goulart rompesse com o Comando Geral dos Trabalhadores. O presidente se negou a atender este pedido e o general se moveu

---

<sup>191</sup> Bárbara Weinstein. *“(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez Editora, 2000, pp. 305-354.

<sup>192</sup> Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil*, pp. 84-85.

<sup>193</sup> Argelina Cheibub Figueiredo. “Intervenções sindicais e o ‘novo sindicalismo’”. In: *Dados*, Rio de Janeiro, nº 17, 1978, p. 137.

junto com as forças golpistas<sup>194</sup>. Outro importante militar a ter posição semelhante sobre o assunto foi o general Peri Bevilaqua. Quando confrontado por Jango, apresentou como condição para a manutenção do presidente em cargo a elaboração de uma declaração expressa de Goulart manifestando oposição às greves políticas e a adoção de medidas de força, através do uso de intervenções, contra os sindicatos que supostamente descumprissem as leis do país.

A manifestação do general Bevilaqua é sintomática, haja vista que ele não coadunava com os mesmos valores e interpretações dos principais articuladores do golpe dentro dos quartéis<sup>195</sup>. Resumindo, até mesmo os militares mais moderados e apegados ao legalismo não escaparam do ranço conservador que via com grande incômodo e previa uma verdadeira catástrofe caso o movimento sindical continuasse se movendo com a mesma desenvoltura. Os termos de carta enviada por Bevilaqua ao presidente são reveladores. Para ele, os sindicatos tinham formado um poder paralelo, cuja atuação através de sucessivas greves solaparia os princípios da autoridade através de uma greve geral que instalaria uma “ditadura comuno sindical” sobre “o cadáver moral das Forças Armadas e os destroços da Democracia”<sup>196</sup>.

A nosso ver nenhuma empresa brasileira viveu os efeitos dessa verdadeira paranoia de forma tão intensa quanto a Petrobras. Isto pode ser explicado por duas razões principais. Primeiro, em virtude de sua importância estratégica para o país e do seu tamanho e segundo, pelo fato dos próprios agentes da repressão terem considerado a estatal do petróleo como a empresa “mais trabalhada pelos agentes da subversão”<sup>197</sup>. Ora, de todas as unidades da companhia, mereciam destaque aos olhos dos militares as que estavam localizadas na Bahia. A Refinaria de Mataripe, por exemplo, foi definida como “o centro esquerdista, comunista, agitador e subversivo, de maior atuação e mais antigo” da empresa<sup>198</sup>. Para os vencedores de 1964, o que estava em jogo não era apenas retirar do cenário um adversário inconveniente. A repressão inicial seria o primeiro passo de uma caminhada que visava impedir que os trabalhadores organizados continuassem indevidamente tomando parte nos

---

<sup>194</sup> Thomas Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.20.

<sup>195</sup> Sobre a trajetória do general Bevilaqua e seu histórico de indisposições com militares alçados ao poder, o que resultaria na sua aposentadoria compulsória em 1969, ver: Renata Lemos. *Justiça fardada: o general Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2004.

<sup>196</sup> Eliezer Rizzo de Oliveira. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª. Ed, 1976, pp. 56-57.

<sup>197</sup> “Plano de Ação Psicológica – Petrobras”. In: Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 301.

<sup>198</sup> “Relatório de Pessoal - RLAM”. In: Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 420.

assuntos relevantes do país. Era necessário calar a voz dos operários petroleiros, ou garantir que o único som por eles emitido nascesse dos aplausos às novas autoridades do país.

Os números gerais sobre a atuação da “operação limpeza” na estatal ajudam a elucidar essa questão. A Petrobras possuía, em maio de 1964, cerca de 35 mil trabalhadores distribuídos pelo território nacional. Destes, aproximadamente, 13.500 homens (38,57%) trabalhavam na Bahia. Em todo o Brasil, cerca de 1.500 petroleiros responderam, em algum grau, às investigações desencadeadas pela repressão. Deste universo, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, setecentos e dezesseis foram indiciados através do Inquérito Policial Militar (IPM)<sup>199</sup>. Desse total, segundo um parecer da Comissão Geral de Investigações da Petrobras, cento e noventa e dois trabalhadores foram investigados, apenas nas unidades sediadas no estado da Bahia. Pelo menos cento e trinta e sete indiciados perderam seus empregos. Essa quantidade, evidentemente, pode ser um pouco maior, pois pelo menos seis dessas pessoas investigadas, quando da redação do relatório, ainda não haviam tido o seu destino definido pelos agentes da repressão e pelas autoridades da empresa<sup>200</sup>.

Na Bahia, é possível dizer que a maior parte dos esforços da repressão em 1964 foram contra os trabalhadores, principalmente os petroleiros. No início de junho, a VI Região Militar encaminhou ao Conselho Permanente de Justiça Militar o pedido de prisão preventiva de quarenta e cinco pessoas. Deste total, trinta e seis eram funcionários da estatal e mais quatro deles eram ferroviários<sup>201</sup>. De acordo com dados do Consulado norte-americano em Salvador, dos duzentos e oitenta e um servidores públicos ou de empresa estatais punidos por força do Artigo 7º do AI-1, cento e noventa, ou seja, quase dois terços, atuavam na estatal do petróleo<sup>202</sup>.

Se os números gerais dos processos e punições impressionam, também é importante verificar que esse conjunto de ações foi conduzido com violência e arbítrio, marcas deixadas já nos primeiros dias da ação militar e impossíveis de serem dissimuladas, mesmo com o constante discurso que procurava enfatizar as raízes democráticas do movimento responsável pela deposição de Goulart. Conforme enfatizou Alves, desde o

---

<sup>199</sup> Brasil – Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Vol II)*. Brasília, CNV, 2014, p. 66.

<sup>200</sup> “Parecer da Comissão Geral de Investigações-Petrobras relativo a empregados da Bahia” In: Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-01.

<sup>201</sup> “45 presos políticos na VI RM”. *Jornal da Bahia*, 7 e 8/6/1964.

<sup>202</sup> “Aerograma do Consulado Americano em Salvador para o Departamento de Estado, datado de 9/12/1964”. Referência: pol18braz12-09-64<sup>a</sup>-42xr\_3, disponível em: <http://library.brown.edu/openingthearchives/?lang=pt>.



princípio do novo regime era impossível escamotear o mal-estar ocasionado pela defasagem entre a linguagem da legitimação e a realidade da opressão<sup>203</sup>. Em outras palavras, as tentativas de dissimular a violência das primeiras ações da Ditadura foram mal sucedidas.

Os encarceramentos de trabalhadores do petróleo tanto em embarcações quanto em diferentes quartéis da cidade de Salvador, a violência física a qual muitos deles foram submetidos, e a forte simbologia desempenhada pela invasão das sedes sindicais com a exibição de materiais supostamente subversivos, não deixavam dúvidas daquilo que estava acontecendo. Segundo Oliveira Junior, as ações praticadas contra os presos políticos na sede do 19º Batalhão de Caçadores fizeram seus próprios artífices associá-las à sangrenta noite de São Bartolomeu, um dos atos mais macabros e violentos das disputas entre católicos e protestantes no século XVI<sup>204</sup>.

Esses atos de violência tinham um sentido pedagógico. A primeira lição ensinada aos trabalhadores foi que o mau comportamento ensejaria uma punição. A sua função pedagógica não estava direcionada apenas àqueles que eram diretamente atingidos por ela. Quem permaneceu na empresa percebeu que qualquer ligação com as atividades ditas subversivas poderia custar muito caro. Não somente os suplícios físicos e morais que muitos de seus colegas sofreram eram inibidores das atividades sindicais, mas também o risco da demissão e a dificuldade de recolocação no mercado de trabalho passaram a ser temores que possivelmente impediram muitos petroleiros de se aventurar no mundo da política sindical e partidária.

O uso da violência e a aplicação de penas indiscriminadas logo trouxeram incômodos difíceis de ser dissimulados. Em carta enviada ao presidente da companhia (que deveria entregá-la a Castelo Branco), um grupo de membros da Associação de Engenheiros da Petrobras do Rio de Janeiro e da Guanabara (AEPERG)<sup>205</sup>, manifestou sua apreensão com os fatos que presenciava. Os engenheiros se diziam receosos com “a maneira como vinham sendo conduzidas as investigações e inquéritos, a natureza e o fundamento das acusações levantadas, e as punições a serem aplicadas”. Seu temor não era infundado, pois a ausência de critérios para as demissões gerava grandes incertezas. Na verdade, o documento, mesmo sem questionar diretamente as punições, conseguia tocar sutilmente em um ponto central para a

---

<sup>203</sup> Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil*, pp. 33-34.

<sup>204</sup> Franklin Oliveira Jr. *A usina dos sonhos*, p. 200.

<sup>205</sup> Não foi possível obter nenhuma informação sobre a sua atuação antes do golpe de 1964. Com isso, não é possível precisar suas aproximações com os grupos que disputaram os rumos da política nacional durante o governo de João Goulart.

empresa e para o país naquela conjuntura. Ao evocar os “princípios básicos da democracia”, os engenheiros cariocas reclamavam o respeito às “liberdades individuais, de pensamento, consciência e religião”, deixando claro que os atos de que se tinha notícia não eram compatíveis com um regime político que se proclamava defensor da democracia<sup>206</sup>.

A manifestação da associação de engenheiros foi uma verdadeira exceção. Via de regra, o medo e o silêncio regeram as relações durante o processo de investigação e expurgos. Eunápio Costa, ao contar seus “casos” sobre a Refinaria de Mataripe, abordou a história de Laurindo Gomes. Admitido em 1960, no cargo de auxiliar de operador de processo, Gomes se filiou ao Sindipetro-Ba já nos seus primeiros meses como funcionário da Petrobras<sup>207</sup>. Segundo Costa, a presença dos militares na empresa causou grande pavor no operário. O verde oliva da farda dos militares, o uso ostensivo de metralhadoras e, sobretudo, a presença ameaçadora do coronel Futuro, comandante das tropas de ocupação de Mataripe, deixaram-lhe completamente apavorado. Certo dia, ao sair do trabalho, Laurindo Gomes fugiu para um canal, permanecendo, segundo o memorialista, uma semana escondido naquele local. Ele nunca mais retornou à refinaria, abandonou o emprego e decidiu seguir outra profissão<sup>208</sup>.

Para outros tantos que permaneceram na empresa, talvez a maioria, não era seguro, sequer, falar sobre o assunto. A violência tem a função de produzir silêncios, que muitas vezes ultrapassam os limites do tempo em que ela existiu. Em uma das entrevistas realizadas para este estudo, um depoente se apresentou, a princípio, como um excelente narrador. O eletricitista aposentado contou com riqueza de detalhes sua entrada na empresa e descreveu com minúcias o trabalho que exercia. Contudo, no momento em que lhe foi feita a primeira pergunta sobre a tomada do controle da Refinaria de Mataripe pelos militares, sua narrativa deixou de fluir. O depoente passou a dizer simplesmente que tudo tinha sido normal durante a presença dos militares e que não lembrava muito deste período. Diante do desacerto no diálogo e do indisfarçável incômodo do depoente, tentamos ainda fazer algumas perguntas sobre outro tema, mas logo o ex-petroleiro alegou um compromisso, encerrou a entrevista e nos despedimos. Sem ter certeza sobre o real motivo da interrupção da entrevista, mais tarde,

---

<sup>206</sup> “Engenheiros a Castelo: ambiente na Petrobras é de desconfiança e temor”. *Jornal da Bahia*, 14/8/1964.

<sup>207</sup> Fichas de filiação ao Sindipetro-Ba.

<sup>208</sup> Eunápio Costa. *No rio dos papagaios: histórias casos e causos mataripenses*. Salvador, Gráfica Arembepe, 1990, p. 60. O caso relatado acima, por exemplo, está localizado numa seção intitulada “Os medrosos”. Suas histórias, em geral, tem uma precisão muito grande. Procuramos junto às fichas de filiação ao Sindipetro-Ba informações referentes ao operário Laurindo Pedro Gomes. No campo “Observações” do referido documento consta, sem indicação de data, que o mesmo foi demitido da empresa. No registro dos pagamentos feitos à entidade sindical, abril de 1964 constou como o último mês em que sua contribuição ao Sindipetro-Ba foi registrada. Tal dado confere ainda mais segurança ao evento relatado por Costa.

uma pista garantiu a compreensão do episódio: ao comentar sobre a entrevista com uma pessoa de sua confiança – que fora responsável por intermediá-la –, o depoente disse-lhe que havia respondido o que foi possível, mas sobre algumas coisas que foram perguntadas ele não poderia falar<sup>209</sup>.

Se mesmo passados mais de cinquenta anos do golpe, o receio aparentemente infundado de uma possível represália foi o primeiro aspecto perceptível nessa entrevista, outras questões precisam ser pontuadas. Ao discutir aspectos da memória em pessoas que viveram experiências coletivas traumáticas, Pollak adverte que o silêncio corresponde, em certos casos, a uma espécie de imposição às pessoas preocupadas em “evitar culpar as vítimas”<sup>210</sup>, ou seja, diante do risco de comentar sobre algum assunto e comprometer a si ou a outros colegas, a melhor alternativa pode ser evitar a fala e com isso tentar garantir o esquecimento. Pela força do trauma, determinados temas podem se tornar tabus para certos grupos. Para além das marcas mais profundas, o Estado ditatorial conseguiu obter adesões que apesar dos variados graus de sinceridade e empolgação, prepararam o caminho para os novos e tranquilos tempos que se anunciavam.

Como o objetivo da Ditadura Militar sempre foi escamotear a real face do regime e lhe dar um verniz de legal e democrático, houve uma relativa preocupação em fazer transparecer que o devido processo legal seria respeitado no andamento das investigações contra os trabalhadores suspeitos de subversão. Por isso, seguindo o estabelecido pela legislação, a Petrobras constituiu em 11 de maio de 1964 a sua Comissão de Investigações, composta por Thório Benedro de Souza Lima, Cláudio da Silva Freire e Cândido Álvaro de Gouveia. Ela coordenaria os grupos de trabalho, responsáveis por fazer as investigações *in loco* e formular as propostas de punições para os trabalhadores implicados nos crimes investigados.

O documento de criação da comissão estabelecia as bases fundamentais do processo de investigação e das punições que se avizinhavam. Os trabalhadores implicados em supostos crimes deveriam ser enquadrados em três categorias de faltas: A – aqueles que agiram em consonância com a ideologia comunista, praticaram atos subversivos ou participaram de greves contra a empresa; B – os funcionários que cometeram atos de desonestidade ou de “graves irregularidades administrativas”, quer diretamente, quer por

---

<sup>209</sup> Optei por não revelar o nome do depoente em respeito à sua própria recusa em abordar o tema.

<sup>210</sup> Michael Pollak. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 6.

conivência; C – aqueles que por “inaptidão, incapacidade ou tibieza no desempenho de suas funções” prejudicaram de alguma forma a empresa. Os trabalhadores considerados culpados poderiam ser demitidos por justa causa, ter o seu contrato de trabalho rescindido, ou ser submetidos a sanções administrativas de acordo com a avaliação dos investigadores e a conveniência da empresa<sup>211</sup>.

Dos cento e noventa e dois trabalhadores investigados no total, apenas quarenta e nove tiveram a chance de permanecer nos quadros da empresa. Ou seja, praticamente 75% deste universo de trabalhadores foi demitido. A proporção entre o total de investigados e o número final de trabalhadores punidos deixa claro que o verdadeiro objetivo da comissão era a punição. Para os militares, apagar qualquer possibilidade de retomada de uma mobilização operária autônoma e ligada às bandeiras da esquerda era um imperativo.

**TABELA 1**  
**TIPOLOGIA DOS MOTIVOS DAS DEMISSÕES APLICADAS AOS**  
**TRABALHADORES PELA CGI**

Abandono de emprego	2
Grupo Capuava <sup>212</sup>	12
Demissão por justa causa	16
Solicitou demissão	2
Rescisão de contrato	105
<b>Total</b>	<b>137</b>

Fonte: Parecer da Comissão Geral de Investigações referente aos trabalhadores da Petrobras lotados na Bahia.

O fato de a maior parte dos demitidos ter tido o seu contrato de trabalho rescindido e conseqüentemente ter recebido sua respectiva indenização não atenua o caráter arbitrário de suas dispensas muito menos repara a injustiça de que foram vítimas. Dentre outras coisas, estes trabalhadores ficavam marcados. A dificuldade de recolocação no mercado de trabalho era uma dura realidade. Por isso, muitos deles sobreviveram um bom

<sup>211</sup> “Ordem de Serviço 40/64”. In: CPDOC-FGV AL p cg 1964.01.30 – I-113.

<sup>212</sup> O grupo Capuava era composto por determinada quantidade de operários que, em novembro de 1963, realizou uma greve na Refinaria de Capuava em São Paulo. Demitidos pela administração da empresa, ficaram empregados provisoriamente em diversas unidades da Petrobras, aguardando a encampação das refinarias privadas para retornarem aos seus postos de trabalho. A ditadura considerou sua situação ilegal e dispensou os trabalhadores sem nenhum tipo de indenização.

tempo graças à solidariedade dos antigos colegas, outros passaram a trabalhar no mercado informal. Ao procurar empregos na indústria, em geral, não eram admitidos, uma vez que as empresas costumavam a entrar em contato com a Petrobras, recebiam a informação da demissão por razões políticas e decidiam pela não contratação.

No decorrer dos procedimentos investigativos, grande peso era dado às impressões e às palavras dos militares que assumiram o comando das unidades da Petrobras desde os primeiros dias do golpe. Para usarmos uma expressão consagrada no Brasil atual, suas convicções eram mais importantes que as provas. De um modo geral, as suas recomendações em relação ao destino dos investigados eram tomadas como palavras finais. Seus métodos, contudo, não eram necessariamente os mais adequados.

Ademais, conforme sugere Alves, a concepção de inimigo interno, prevista na Doutrina de Segurança Nacional e posta em prática nas investigações dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), teve um peso relevante nos atos de punição. Os agentes da repressão se sentiam revestidos por uma aura de defensores da pátria. Eles entendiam que seus atos eram fundamentais para manter o país livre dos seus inimigos e com isso não viam problema nenhum em aplicar a chamada lógica da suspeição, cujos pressupostos transformavam todos em suspeitos e quiçá em culpados de antemão<sup>213</sup>. Os inquisidores, em geral tenentes e coronéis do Exército, além de demonstrarem profunda ignorância em relação às atividades com o petróleo, usavam critérios muito pouco objetivos em suas análises. Não havia nenhuma regra fixa de comprovação das acusações. Era muito comum o apelo ao senso comum ou o tão famoso “ouvi dizer” para atribuir culpa a alguém. O pífio espaço reservado nas fichas de interrogatório para as justificativas por escrito dos investigados demonstra que os esforços de defesa seriam, em geral, de muito pouca serventia.

Para ficar apenas em um exemplo das inúmeras arbitrariedades cometidas, o coronel Fernando Soares Futuro, encarregado pelo controle militar da Refinaria de Mataripe, deu provas de sua completa soberba ao definir alguns operários investigados como meros débeis mentais. Mesmo quando optava pela absolvição de algum trabalhador, o militar não escondia a sua visão de mundo. Ao interrogar o operário Alcides Aragão dos Santos, o coronel Futuro decidiu o destino trabalhador, garantindo sua permanência na empresa, ao constatar sua condição de trabalhador através de “seu aspecto rude e mãos calosas”<sup>214</sup>. Esse

---

<sup>213</sup> Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil*, pp. 47-48.

<sup>214</sup> Prontuário de Alcides Aragão dos Santos. Brasil, Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-2447, fl. 4.

episódio explicita a concepção que os golpistas tinham dos militantes políticos operários, ou seja, os comunistas seriam pessoas pouco afeitas ao trabalho duro, viveriam na folga, apenas a tramar seus planos contrários aos interesses da pátria. Além disso, os militares duvidavam da capacidade de agir por conta própria de boa parte daqueles trabalhadores que tinham estado exigindo direitos sociais e participação política.

É relevante observar que a associação entre calos nas mãos e a condição de bom trabalhador, feita pelo coronel Futuro, pode ser um significado ainda mais profundo. Como bem observou Leite Lopes, processos de admissão de operários também podem ser ritualizados. No caso específico do seu estudo, focado na Companhia de Tecidos Paulista, os trabalhadores recrutados ao chegar à fábrica passavam por ritos, que representavam uma espécie de entrada em uma nova vida, através do desligamento completo da sua vida pregressa. Num determinado momento, os novos funcionários da empresa passavam pela porta da “casa grande” e o coronel Frederico Lundgren (sócio e administrador da fábrica), sentado em um sofá, definia, após um rápido exame nas mãos dos trabalhadores para qual setor cada um deles iria<sup>215</sup>. Da mesma forma que os trabalhadores de Paulista entravam numa nova vida após terem suas mãos examinadas, não é exagero supor que, pelo menos para o coronel Futuro, uma nova era estava sendo construída na Petrobras. Deste modo, os operários que obtiveram sua absolvição deveriam entender sob quais pressupostos a nova ordem seria construída.

Durante as investigações, os militares entregavam aos trabalhadores um documento padronizado, no qual constava um pequeno espaço em que supostamente lhes era garantido o direito de se defenderem das vagas acusações que lhe eram imputadas. Os operários deveriam, em tese, convencer os membros da comissão que não realizaram “atos de improbidade e incontinência de conduta, contrários aos interesses democráticos”<sup>216</sup>. Tal pergunta revela o quanto o anticomunismo embalou os golpistas de 1964 e foi o esteio para os argumentos que negavam o caráter ditatorial da nova ordem política do país. Em palavras típicas da conjuntura da Guerra Fria, democracia era então sinônimo de alinhamento com o bloco capitalista, em forte sintonia com o governo dos Estados Unidos. Democratas eram aqueles que rejeitavam e combatiam o comunismo. Na experiência política brasileira,

---

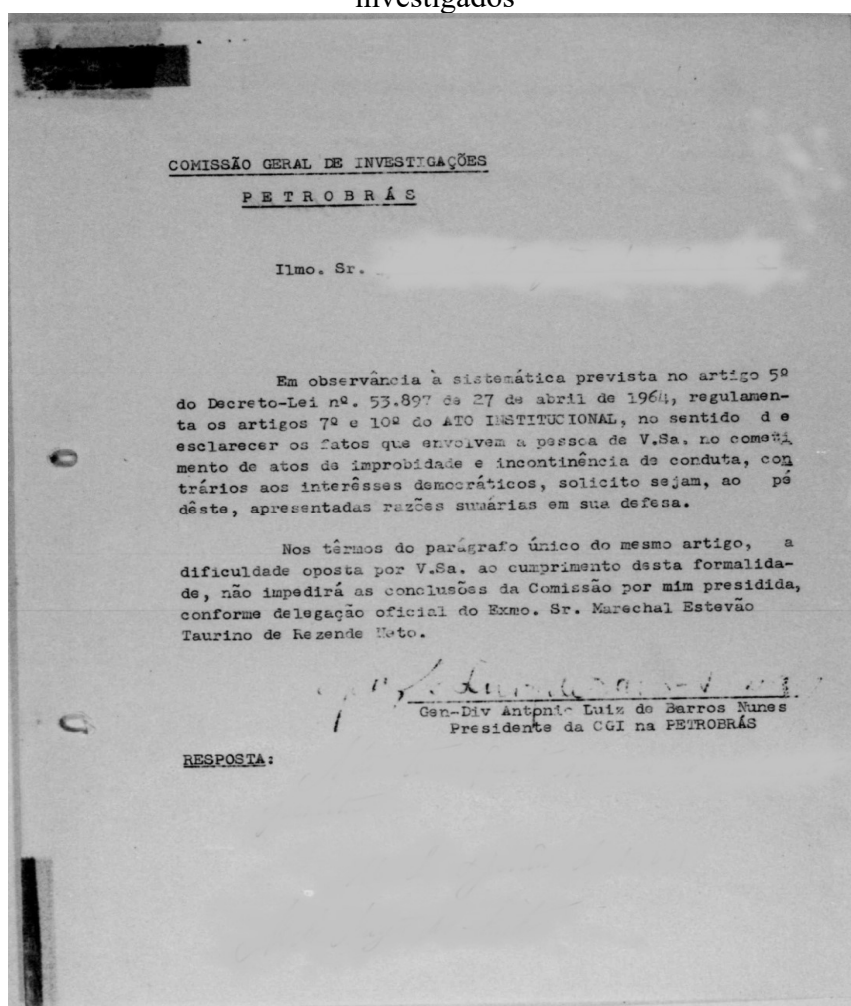
<sup>215</sup> José Sérgio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”*. Marco Zero, São Paulo, Editora da UNB, Brasília, 1988, pp. 39-48.

<sup>216</sup> A pergunta, conforme as fichas de interrogatório elaboradas pela Comissão de Investigações da Petrobras e assinadas pelo seu Presidente, estava amparada no Decreto Lei nº 53.897 de 27/4/1964, que regulamentava os Arts. 7º e 10º do AI-1. Para ter acesso ao Decreto na íntegra, ver: Carlos Fico, *Além do golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, Rio de Janeiro, Record, 2004, pp. 344-346.

portanto, os autoproclamados democratas deveriam “lutar contra as possibilidades de reformas de base, as convicções não-cristãs e as organizações sindicais e trabalhistas de esquerda”<sup>217</sup>.

**Figura 1:**

Folha de defesa fornecida pela Comissão Geral De Investigações Da Petrobras aos operários investigados



**Fonte:** Divisão de Segurança de Informações da Petrobras – fichas de operários investigados pela Comissão Geral de Investigações em 1964.

Mesmo com o já citado esforço para conferir ao processo investigativo um ar de legalidade, a linguagem usada no texto padrão do documento não deixava dúvida de que as

<sup>217</sup> Maria José Rezende, *A ditadura militar*, p. 67.

alegações dos operários investigados não teriam grande serventia. Elas seriam, apenas, uma mera “formalidade” que não impediria o decurso do expurgo. Para os investigadores, ter participado de alguma reunião, assembleia, mobilização ou algo semelhante era um grave crime. De qualquer modo, a situação de desespero dos empregados investigados lhes impelia a tentar convencer os investigadores de sua inocência. Via de regra, as alegações convergiam no sentido negar a participação nas mobilizações operárias, minimizando a frequência em atos políticos, bem como o contato com os principais líderes sindicais. Não há dúvidas de que os trabalhadores menos graduados ou de menor instrução foram os maiores prejudicados com essa metodologia, afinal, seu pouco contato com a linguagem escrita era um óbice a qualquer tipo de argumentação mais consistente.

Por essa razão, os únicos que tentaram manifestar convicção quanto à sua ideologia política ou às suas práticas foram os empregados mais graduados, em geral, com diploma de nível superior. Esse foi o caso do engenheiro Antônio Augusto Câmara e Souza, acusado de proferir um discurso subversivo quando da cerimônia de formatura da turma de engenheiros do petróleo. Segundo o engenheiro, entretanto, sua fala na referida solenidade não foi contrária “aos interesses democráticos”, muito menos aos “ideais de progresso” de sua pátria<sup>218</sup>. Sua argumentação, obviamente, não lhe salvou da punição. Na verdade, Câmara e Souza foi tido como um homem “sem controle emocional”, que tentou se defender doutrinando os membros da CGI<sup>219</sup>. Caso semelhante aconteceu com Aristeu Barros Almeida, contratado como chefe do Setor de Planejamento das obras do Complexo Petroquímico da Bahia. Ao ser impelido a se defender da acusação de professar uma ideologia incompatível com o regime democrático, defendeu-se dizendo ser “socialista da linha trabalhista inglesa, acreditando na evolução social pacífica à base do planejamento econômico e de sua execução séria e racional”<sup>220</sup>. Evidentemente, Almeida também foi demitido.

Neste processo, é importante observar que até mesmo as recomendações que aparentavam estar calcadas num sentimento de justiça social mais apurado revelavam uma tendência ao desmerecimento da capacidade de escolha dos trabalhadores de menor instrução. A presidência da Comissão de Investigação da Petrobras orientou sua equipe a agir com “certa benevolência [...] para com os empregados analfabetos ou de função subalterna”, bem

---

<sup>218</sup> Prontuário de Antonio Augusto Câmara e Souza. Brasil, Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-2879, fl. 7.

<sup>219</sup> “Parecer da Comissão Geral de Investigações-Petrobras relativo a empregados da Bahia”In: Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-01, fl. 2.

<sup>220</sup> Prontuário de Aristeu Barreto Almeida. Brasil, Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0055, fl. 22.



como a adotar punições mais rígidas com “os chefes e empregados de maior gabarito que embora não comprometidos diretamente [com os atos subversivos], tivessem, por omissão diante dos fatos, permitido a invasão de ideologias estranhas e propiciado o ambiente à corrupção”<sup>221</sup>. Procurando dar legitimidade aos seus atos – e também acreditando veementemente nisso – os militares diziam que o povo brasileiro, especialmente a parcela mais humilde da população, não era receptivo ao comunismo.

Mesmo assim, muitos trabalhadores com esse perfil foram demitidos, fato que não foi facilmente digerido sequer pela cúpula das unidades da estatal na Bahia. Em relatório enviado à direção da Petrobras em dezembro de 1964, o general Thório Benedro de Souza Lima tratou do esforço por ele empreendido para explicar e tentar convencer os chefes locais que mesmo homens “considerados católicos, crentes ou com princípios doutrinários contrários à ideologia comunista” haviam tido alguma responsabilidade no alegado processo de subversão na empresa e que, portanto, tiveram uma punição justa. Se entre os chefes, o incômodo com as demissões estava focalizado somente nos trabalhadores sem envolvimento direto com os sindicatos, para os operários essa sensação se estendia às punições impostas aos principais líderes sindicais do período anterior ao golpe. No mesmo relatório citado acima, o general Souza Lima conta que participou de um curso de formação de líderes, ministrado pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (CENAP), e que nele, muitos dos participantes disseram não acreditar nas acusações que pesavam contra Wilton Valença e Mário Lima<sup>222</sup>. Segundo os trabalhadores, os dois dirigentes sindicais lutavam em defesa dos trabalhadores e da empresa, contra os seus verdadeiros “inimigos – os trustes internacionais”<sup>223</sup>. Isso prova que o ideário sindical construído antes de 1964 continuava tendo grande força dentro da empresa e gozando de respaldo entre os trabalhadores. Os investigadores, entretanto, não tinham tempo para escutar essas ponderações. Sua preocupação era distinta.

Como é possível observar, o general Souza Lima percebeu a força do sindicalismo combatido pelos golpistas. Por isso, neste mesmo relatório, levantou uma série de preocupações acerca do modelo de política sindical da empresa. Para isso, o militar dividiu a

---

<sup>221</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 17.

<sup>222</sup> Presidentes do Stiep-Ba e Sindipetro-Ba, eleitos Deputado Estadual e Federal, respectivamente. Ambos foram demitidos da empresa em 1964.

<sup>223</sup> “Relatório do General Thório Benedro de Souza Mendes encaminhado a Adolpho Roca Dieguez, referente à sua viagem à Bahia para tratar das investigações acerca das atividades “subversivas”, datado de 7/12/1964”. In: Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 40.

alegada subversão reinante no período anterior em três partes: sindical, política e esquerdista-comunista. De todas elas, evidentemente, a de maior interesse para este estudo é a primeira, assim definida:

*“Salientamos que as organizações sindicais, sem possuírem a autoridade e a responsabilidade, interferiram na solução dos problemas administrativos, utilizando-se da demagogia, cuidando, somente, dos ‘direitos’, e empregando processos de pressão. Traduziam suas ações em desprestígio da autoridade, e seus líderes, ao invés de pensarem nos legítimos interesses da Empresa, tratavam de problemas particulares ou benefícios demagógicos.”<sup>224</sup>*

O sindicalismo desejado durante a ditadura militar deveria ser a antítese do modelo desenvolvido pela primeira geração de militantes petroleiros. Parte das críticas feitas pela direita civil e militar à ação sindical do início da década de 1960 se voltava contra um suposto excesso de interferência do movimento dos trabalhadores em assuntos que não eram de sua responsabilidade. Sob uma perspectiva limitadora da ação sindical, as novas autoridades do país não conseguiam disfarçar seu incômodo em relação à politização operária. Para eles, os trabalhadores deveriam se preocupar tão somente com as questões salariais, os sindicatos deveriam atuar na assistência social dos seus membros e não tratar de política e, por fim, a autoridade hierárquica deveria ser intocável.

Conforme aponta Pessanha, o golpe de 1964 representou uma reorientação do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito à sua relação com a classe trabalhadora. Neste sentido, as bases do pacto social brasileiro foram modificadas, limitando a participação popular na política<sup>225</sup>. As justificativas para a imposição de interventores ou administradores ligados aos dirigentes ministeriais poderiam ser as mais diversas. Nos primeiros meses da ditadura, a regra era alegar crimes contra a segurança nacional e corrupção. No seu grande esforço para passar à população um ar de normalidade e de compromisso com a democracia, o discurso oficial da ditadura sustentava que esta situação era temporária. Ou seja, após o completo afastamento dos dirigentes sindicais identificados com o comunismo, as entidades de representação operária passariam por novas eleições e voltariam à normalidade. Contudo, a grande quantidade de entidades sob intervenção tornava difícil a tarefa daqueles que insistiam em argumentar que o país vivia tempos normais. Em agosto de 1964, conforme relatório

<sup>224</sup> “Correspondência entre Thório Benedro de Souza Lima e Adolpho Roca Dieguez”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 33.

<sup>225</sup> Elina Gonçalves da Fonte Pessanha. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na indústria naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2012, p. 71.

produzido pela Delegacia Regional do Trabalho da Bahia, 123 organizações sindicais do estado tiveram suas diretorias depostas<sup>226</sup>.

Por isso, confirmando os sinais dos novos tempos, a principal acusação dirigida aos militantes expurgados da empresa foi a de que eles haviam concorrido para a quebra da hierarquia e da disciplina. Por este motivo, aqueles que ficaram, mesmo sem conseguir disfarçar a sua insatisfação, deveriam a partir de então se submeter aos rigores propostos pela nova ordem. O sindicalismo praticado no Brasil deveria mudar e as relações de trabalho também deveriam ser modificadas. Tempos difíceis eram anunciados. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, a Petrobras foi um verdadeiro laboratório para a “implantação de sistema de controle e repressão fabril”<sup>227</sup>.

Decerto, é possível afirmar que após o golpe se consolidou um processo de militarização da empresa. Possivelmente, o foco inicial desse processo esteve ligado aos setores de vigilância. Isso é o que sugere o trecho do Relatório da Comissão Geral de Investigações, nos trechos onde é discutida a situação da Região de Produção da Bahia. Nele, o capitão José Sampaio Maia, responsável por parte das investigações na referida unidade, recomendou que fosse realizada uma reestruturação no Serviço de Vigilância, dotando o seu pessoal de instrução “semelhante à militar” e inserindo em seus quadros “elementos com habilitações de polícia”. Caberia a eles ainda as “tarefas de ligação com a 2ª Seção do QG da 6ª Região Militar e com a DOPS”<sup>228</sup>.

Os termos “hierarquia” e “disciplina”, expressos acima e insistentemente repetidos na documentação da repressão, dão uma dimensão exata do que era projetado para a companhia. As unidades da Petrobras tornavam-se – ou voltavam a ser – espécies de quartéis. As empresas estatais criadas no Brasil a partir da década de 1940 contaram, desde a sua origem, com forte presença militar em seus postos de comando. O controle direto das unidades fabris exercido por oficiais da reserva havia sido fato comum num passado recente. A Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e até mesmo a Petrobras viveram experiências dessa natureza<sup>229</sup>. No caso específico da estatal do petróleo, o curto

---

<sup>226</sup> “Descontentes trabalhadores baianos”. *Jornal da Bahia*, 14/08/1964.

<sup>227</sup> Brasil. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Vol. II)*, Brasília, CNV, 2014, p. 66.

<sup>228</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fls. 95-96.

<sup>229</sup> Sobre a militarização nas indústrias comandadas pelo estado ver: José Ricardo Ramalho. *Estado-patrão e luta operária – o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Regina Lúcia de Moraes Morel. *A ferro e fogo: construção e crise da ‘família siderúrgica’ – o caso de Volta Redonda*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

período iniciado em 1962 e encerrado pelo golpe de 1964 ficou marcado na memória operária como um breve intervalo naquele tipo de relação.

Com efeito, para os novos comandantes da empresa era imprescindível restaurar a ordem através de métodos semelhantes aos empregados nos quartéis. A presença militar passaria a ser uma realidade não apenas no comando do país, mas em muitos postos considerados relevantes para a segurança nacional. Para ficar em um exemplo, a pessoa nomeada para a superintendência da Refinaria de Mataripe foi o general Oriosvaldo Pereira Lima, um militar sem nenhum conhecimento prévio sobre refino de petróleo<sup>230</sup>. Suas principais credenciais para o cargo advinham do combate à subversão. Lima fora o responsável pela intervenção na Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, onde comandou as investigações que resultaram, logo após o golpe de 1964, na demissão de trinta e seis trabalhadores<sup>231</sup>.

Seu maior trabalho deveria ser, portanto, o processo de repressão e o estabelecimento da disciplina. Ao chegar em Mataripe, o general certamente encontrou centenas de fichas elaboradas pelo Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI). Tal órgão, criado no governo Juscelino e ligado ao Conselho de Segurança Nacional, embasou as primeiras ações repressivas encetadas pela ditadura<sup>232</sup>. Seus dados sustentaram boa parte das acusações contra os petroleiros em 1964. Os novos governantes, especialmente o general Golbery do Couto e Silva, previam a existência de um serviço ainda mais sofisticado do que o até então executado pelo SFICI. Durante a conspiração que derrubou Goulart, no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), já havia sido montado um dossiê com informações de natureza política sobre aproximadamente quatrocentos mil cidadãos brasileiros<sup>233</sup>.

Voltando à Petrobras, começavam ali a ser plantadas as bases de uma complexa rede de investigações e controle político, mais tarde estendida para outras empresas nacionais e estrangeiras, conforme a própria Divisão de Informações da Petrobras se vangloriaria mais tarde. O marechal Adhemar de Queiroz, presidente da empresa, em maio de 1964, encaminhou à Diretoria Executiva um pedido aparentemente simples, mas que se inseria em

---

<sup>230</sup> Franklin Oliveira Jr. *A usina dos sonhos*, p. 204.

<sup>231</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fls. 292-298.

<sup>232</sup> Sobre a política de repressão política e informações no governo JK, ver: Nilo Dias de Oliveira. *A configuração do Sistema Nacional de Repressão no governo JK (1956-1961)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

<sup>233</sup> Carlos Fico. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 40.

um movimento mais amplo e de grandes proporções. Ele queria que fosse autorizado um pagamento de Cr\$ 1.655.700,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil e setecentos cruzeiros) para cobrir custos das investigações, especificamente para a confecção de um “fichário-individual-confidencial”, importante para a companhia e para a segurança nacional. O presidente previu ainda a continuidade dos trabalhos no âmbito da vigilância e da repressão e, assim, pedia autorização ao Conselho de Administração para manter, até quando fosse necessário, o pagamento dos serviços, estimados em um milhão e meio de cruzeiros mensais<sup>234</sup>.

Deste modo, com a área aparentemente limpa, os militares, juntamente com seus apoiadores e colaboradores civis, sentiram-se menos ameaçados pela força dos trabalhadores. O triunfo do seu projeto parecia inevitável. A ameaça, contudo, ainda existia. Por isso, a vigilância foi ficando cada vez mais estreita e novos atos violentos e arbitrários nunca foram descartados. Contudo, os golpistas não eram os únicos que agiam. Os trabalhadores ainda acreditavam em sua organização política e em sua entidade sindical, e por isso não demoraram muito tempo para voltar a dar trabalho aos novos donos do poder.

---

<sup>234</sup> “Correspondência da Presidência da Petrobras à Diretoria Executiva da Empresa”. In: AL p cg 1964.01.30 I-99.

### CAPÍTULO 3

## A POLÍTICA DA DITADURA PARA A INTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES DO PETRÓLEO

Você deve aprender a baixar a cabeça  
 E dizer sempre: “muito obrigado”  
 São palavras que ainda te deixam dizer  
 Por ser homem bem disciplinado  
 Deve pois só fazer pelo bem da Nação  
 Tudo aquilo que for ordenado  
 Pra ganhar um Fuscão no júízo final  
 E diploma de bem comportado<sup>235</sup>

Como foi discutido no capítulo anterior, a ditadura ceifou uma geração de militantes. Passada a “operação limpeza”, os militares decidiram dar os passos seguintes para o real estabelecimento da ordem na estatal. Em sua opinião, a interrupção do projeto dos comunistas não poderia trazer a ilusão de que o trabalho de reconstrução da Petrobras estava finalizado. Afinal, o sucesso de um empreendimento industrial baseia-se em produção, e lucratividade, o que implica a obtenção do consentimento e da colaboração dos trabalhadores. Por isso, as forças vencedoras de 1964 procuraram mecanismos para convencer os operários do acerto de suas decisões, com vista a ampliar a sua identificação com os novos rumos adotados pelos dirigentes do país e da empresa.

Nesse processo, a Ditadura acentuou os esforços para escamotear a sua real face. Para os artífices do golpe que derrubou Goulart, a sua deposição ocorreu para garantir a integridade das instituições do país e a manutenção da ordem democrática. Em seu discurso, o caráter democrático do governo era justificado por uma suposta adesão e o alegado apoio da sociedade brasileira à conspiração dos golpistas. A colaboração de determinados segmentos civis com o golpe, expressa através da realização das “Marchas com Deus e a Família pela Liberdade” foi uma das justificativas para a afirmativa de que a ação militar ocorrera para o alívio do povo brasileiro, naturalmente contrário ao suposto processo de subversão comunista em curso<sup>236</sup>.

---

<sup>235</sup> Gonzaguinha, *Comportamento Geral*, 1973, Disco: Luiz Gonzaga Jr.

<sup>236</sup> Maria José Rezende. *A ditadura militar no Brasil – repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*, Londrina, Editora da UEL, 2001, pp. 39-40.

Para melhor situar essa questão no contexto das relações de trabalho na Petrobras, é importante destacar o papel da Escola Superior de Guerra<sup>237</sup>, principalmente com relação à elaboração da Doutrina de Segurança Nacional. Com o avançar da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional foi ganhando os contornos mais relevantes que lhe dariam notoriedade, a saber: a concepção de que a segurança do país seria garantida pelo desenvolvimento industrial e pela estabilidade econômica, mas que para tanto era importante derrotar os inimigos internos<sup>238</sup>. Estes personagens seriam agentes do comunismo internacional infiltrados nas instituições do país, e buscando corroer o seu tecido social, através da disseminação da ideia de luta de classes e da consequente degradação dos valores tradicionais da sociedade brasileira.

Para alguns, o remédio para esse mal não poderia ser apenas a repressão. Havia a certeza de que a guerra revolucionária enfrentada pelo Brasil se dava também no terreno das ideias. Para conter o avanço do comunismo, a Política de Segurança Nacional previa que um dos fatores a ser explorado era a estratégia psicossocial<sup>239</sup>. De acordo com Rezende, tal estratégia consistia na atuação dos militares “sobre a mentalidade de todos os indivíduos, visando alcançar o maior grau possível de internalização dos valores que deveriam ser, segundo eles, norteadores de todas as ações nas diversas esferas da vida social”. Para a autora, os militares pretendiam com essas ações algo mais do que apenas submeter a população aos seus ditames. Eles queriam transformar os brasileiros em entusiastas e propagadores do regime<sup>240</sup>.

Devido à sua importância estratégica e simbólica, a Petrobras não poderia ficar de fora deste projeto. Com isso, no decurso das investigações voltadas contra as principais lideranças sindicais atuantes na companhia foram apresentadas diversas proposições destinadas a aumentar a adesão dos trabalhadores da Petrobras ao novo regime. Tais ações foram elencadas em um documento chamado “Plano de Ação Psicológica”. Ele visava angariar a simpatia e a colaboração dos trabalhadores ao novo regime. Sua estratégia consistia em dialogar com os trabalhadores que no passado recente haviam nutrido algum tipo de

---

<sup>237</sup> Ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Verbete: Escola Superior de Guerra. Eliezer Rizzo de Oliveira. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*, Petrópolis, Editora Vozes, 2ª. Ed, 1976, Cap. 1.

<sup>238</sup> Gilvan Veiga Dockhorn. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*, Porto Alegre, EDPUCRS, 2002.

<sup>239</sup> Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Bauru, EDUSC, 2001, p. 50. De acordo com a autora, a Política de Segurança Nacional comportava quatro subdivisões: estratégia política, estratégia econômica, estratégia psicossocial e estratégia militar.

<sup>240</sup> Maria José Rezende, *Ditadura militar*, pp. 17 e 93.

afinidade com o movimento sindical petroleiro, e convencê-los a colaborar com as novas diretrizes do país.

A Ditadura tentou enquadrar a ação sindical em um novo modelo e investiu em cursos de formação de líderes operários. Ainda no esforço para a obtenção do consentimento operário, uma competição dedicada a premiar os operários exemplares e de atitudes completamente alinhadas à ideologia do novo regime foi desenvolvida sob os auspícios do SESI. Neste sentido, o concurso do Operário Padrão foi mais um esforço empreendido pela ditadura – e abraçado pela Petrobras e por parte considerável dos seus funcionários – para adequar as relações de trabalho e também o movimento sindical aos rumos a partir de então adotados pelo país.

### **3.1 Forjando novas relações e novos homens: uma profilaxia contra os inocentes úteis**

A ditadura colocou a questão do nacionalismo e suas diferentes formas de leitura e apropriação no centro da disputa relacionada ao destino da Petrobras. Como é sabido, esta ideologia foi disputada pelas mais distintas correntes políticas desde a origem da empresa. Se por um lado, nos primórdios da relação de trabalho na estatal, a docilidade dos operários foi buscada em nome dos interesses da nação, por outro as primeiras lideranças sindicais radicalizaram e popularizaram o discurso nacionalista, transformando-o no principal esteio da identidade militante petroleira e numa forma de garantir direitos, cidadania e ampliar a sua participação política. A conjuntura ditatorial, por sua vez, voltou a fortalecer os elementos que conferiam ao discurso nacionalista um caráter altamente conservador. Servir à pátria era obedecer à nova ordem, ficar longe da suposta ameaça comunista e sempre que necessário colaborar para impedir que ele voltasse a se alastrar na estatal. A disputa em questão estava, portanto, diretamente relacionada à fala operária e suas implicações. Os trabalhadores não deveriam mais ousar se arvorar à condição de donos da empresa, muito menos voltar a tratar de temas relevantes da política nacional. Sua única missão era trabalhar e obedecer.

Desde os primeiros dias após a derrubada de Jango, havia uma preocupação em tornar nítido para a sociedade brasileira que a Petrobras passaria a seguir novos rumos. Para isso, mudanças práticas e simbólicas deveriam ser adotadas. Nas palavras do general Adhemar de Queiroz, novo presidente da companhia, era dever de todos os seus funcionários



“levar a bom termo a tarefa de reconciliação e prestígio perante a opinião pública”<sup>241</sup>. Esta declaração foi colhida pela imprensa no mesmo momento em que o presidente da empresa anunciava a substituição de inúmeros chefes alçados aos seus postos durante o governo deposto. Para os seus lugares, retornariam à companhia técnicos e engenheiros que pediram demissão durante a crise dos técnicos, ocorrida nos primeiros meses da gestão de Francisco Mangabeira na Petrobras<sup>242</sup>. Dentre as suas responsabilidades, estaria não somente ajudar a derrotar o comunismo dentro da companhia, mas também garantir o aumento dos seus níveis de produtividade.

Conforme afirma Scaletsky, a Petrobras passou por várias inaugurações. 1964 foi uma delas. Os eventos que se deram naquele ano tiveram a conotação de uma nova origem, pelo menos para uma parte dos seus funcionários e dirigentes. O chamado pessoal do Grupo 1, segmento composto por profissionais de nível superior e técnicos bem colocados dentro da hierarquia da empresa, que constituía o principal foco de insatisfação interna durante os anos de prestígio do movimento sindical, voltava com força e grandes responsabilidades perante a Petrobras e a na própria sociedade brasileira. Não por acaso, o mesmo Scaletsky identifica nos depoimentos prestados por estes funcionários a existência de pelo menos dois relevantes marcos em suas histórias de vida: o momento em que foram admitidos pela empresa e as transformações ocorridas a partir de 1964<sup>243</sup>. Uma das razões deste renascimento certamente consistia na retomada da ordem que demarcava com grande ênfase a rigidez dos lugares sociais e da hierarquia dentro da empresa. Um grande exemplo desta situação pode ser visto nos festejos do aniversário de quinze anos da Refinaria de Mataripe, comemorado em setembro de 1965. Na ocasião, foram servidos dois almoços comemorativos. O primeiro deles ocorreu no Hotel de Mataripe e contou com a participação dos chefes de unidade e dos seus auxiliares imediatos<sup>244</sup>. O segundo, para a grande maioria dos funcionários da unidade, se deu nas instalações do refeitório dos trabalhadores. A celebração deixava claro que determinados espaços não deveriam ser misturados.

Esta era uma das formas de “reeducar os trabalhadores”. O novo quadro provocava distintas reações entre os trabalhadores da empresa. Enquanto para alguns “pedir as contas” e procurar um novo trabalho foi a única alternativa real, para um grupo considerável

---

<sup>241</sup> “Metas da Petrobras: incrementar a produção e normalizar as unidades”. *Jornal da Bahia*, 11/04/1964.

<sup>242</sup> “Atividades do novo presidente: Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 10/04/1964.

<sup>243</sup> Eduardo Carnos Scaletsky. *O patrão e o petroleiro*, pp. 43-48. Grande parte das entrevistas utilizadas pelo autor foi realizada dentro do projeto intitulado Memória da Petrobras, executado pela equipe do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

<sup>244</sup> “RLAM completa 15 anos”. *Jornal da Bahia*, 18/09/1965.

de funcionários a vida continuava normalmente, bastando procurar se adaptar aos novos tempos. Outros, por sua vez, saudaram as mudanças em curso, pois acreditavam na ideia de que havia “subversão” na empresa. Esses homens, possivelmente, percebiam as oportunidades propiciadas pela implantação da ditadura, já que a engenharia social coordenada pelos militares previa o diálogo com essas expectativas. O esforço maior do novo regime, entretanto, continuava sendo impedir que as condições para a dita difusão da subversão voltassem a existir. Havia muito trabalho a ser feito e ele era urgente.

Assim, o general Barros Nunes, fez uma retrospectiva histórica das atividades dos grupos de esquerda a fim de embasar sua análise acerca da situação de cada unidade da Petrobras às vésperas do mês de abril, e tecer uma série de considerações gerais sobre a situação da empresa antes da ação saneadora desencadeada pelo golpe. O general acrescentou também um breve arrazoado provisório das investigações executadas, um parecer sobre os avanços obtidos com os trabalhos da comissão e, finalmente, uma lista dos funcionários até então demitidos por ligações com a subversão. Por fim, como anexo, o documento apresentou um Plano de Ação Psicológica e a proposta da criação de um Serviço de Segurança para a Petrobras<sup>245</sup>. Isso evidencia que os novos dirigentes do país, apesar de louvarem a relevância das ideias não abriram mão da força das armas como forma de impedir o surgimento de novas contestações operárias.

Os argumentos do general servem para desnudar sua percepção do país e os projetos de futuro forjados pelas forças engajadas na operação limpeza. Para ele, caso a intervenção militar não tivesse acontecido, a Petrobras, em pouco tempo, deixaria de existir, concepção compartilhada pelos oficiais envolvidos na tarefa de defenestrar as pessoas identificadas com o pensamento de esquerda. Nunca é demais lembrar que boa parte destes homens engrossou as fileiras da chamada linha dura militar, ficando conhecidos como os “coronéis do IPM”<sup>246</sup>. Isto porque, a estatal do petróleo que levava “progresso e trabalho” em todos os locais onde chegava, sendo “um atestado vivo da capacidade de trabalho e inteligência do homem brasileiro” fora dominada pela subversão desde 1962. Neste processo, a empresa perdera o seu rumo original, preocupando-se mais em amparar seus trabalhadores do que com a sua mais elevada missão, ou seja, a contribuição para a emancipação econômica do país.

---

<sup>245</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03.

<sup>246</sup> Maud Chirio. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012, pp. 49-64.

A seu ver, esta degeneração começara quando “homens ligados ao PC ou portadores de ideais pouco sadios” adentraram os quadros funcionais da Petrobras e gradativamente assumiram a liderança dos sindicatos, influenciando negativamente as agremiações dos trabalhadores. Vencida essa etapa, os comunistas avançaram em seus planos nefastos, pois conseguiram ainda exercer o mesmo domínio sobre os diretores da empresa, passando também a ocupar funções de confiança dentro daquela tão importante indústria. Deste modo, homens tecnicamente incapazes, sem escrúpulos e pouco comprometidos com a democracia, começaram a desvirtuar o caminho natural da empresa. Para ele, a presença e a relevância de militantes de esquerda era tão forte que se autodeclarar comunista virou uma forma de se obter privilégios ainda maiores. Talvez, esta fosse, aos olhos dos militares, a maior prova da degeneração aludida.

Delineava-se a essa altura do relatório a concepção do chamado “inimigo interno”, conceito desenvolvido nos manuais militares e bastante difundido nas palestras realizadas pela Escola Superior de Guerra. Neste ponto do texto, a afinidade entre o pensamento de Barros Nunes e o do general Golbery do Couto e Silva, um dos principais formuladores da Doutrina de Segurança Nacional, é evidente. Ao explicar como deveria ser o esforço para conter o avanço do comunismo, Golbery defendeu a importância de se impedir a difusão desta ideologia de esquerda porque ela era um “carcinoma”, pronto a produzir uma “metástase” e “novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil depois”<sup>247</sup>. No relatório em questão, os comunistas eram comparados a vermes, e descritos pelo militar da seguinte forma:

*“os agentes da insurreição marxista-leninista, por seu feitio de atuação e até por imposição de sua filosofia (ética comunista), adaptam-se a quaisquer circunstâncias, assumindo os mais variados matizes, com vistas a penetrar em cada brecha que se lhes depare, para corroer – como germes que são da liberdade – as bases morais de nossa resistência e ação democráticas”*<sup>248</sup>.

Por esse motivo, os olhos das autoridades deveriam permanecer abertos. Manter os comunistas longe da empresa deveria ser uma tarefa cotidiana. Os agentes da repressão entendiam que, mesmo trabalhadores sem qualquer histórico de militância, poderiam, em algum momento, ser seduzidos pelo discurso comunista. Para que esta ideologia não tivesse

<sup>247</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *As forças armadas*, p. 33.

<sup>248</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 20.

sucesso, era preciso reiterar insistentemente a sua falta de ligação com a realidade brasileira, bem como a sua incapacidade de solucionar os problemas do país.

Deste modo, reforçava-se a ideia do comunismo como um corpo estranho e desagregador. Os principais quadros das Forças Armadas do Brasil compartilhavam esta visão. A explicação para tal fato reside no processo de formação do oficialato brasileiro. O contato entre a alta cúpula do Exército do país com importantes comandantes norte-americanos teve início na Segunda Guerra Mundial e se consolidou nas atividades de treinamento promovidas pela Escola Superior de Guerra. Além disso, muitos militares do país foram treinados pela Escola das Américas, instituição responsável pela especialização de cerca de sessenta mil oficiais das Forças Armadas em diversos países da América Latina<sup>249</sup>. Assim, os oficiais brasileiros não tiveram dificuldade em encontrar pessoas nos quartéis dispostas a fazer parte dos esforços para convencer os trabalhadores da Petrobras a se manterem afastados do comunismo.

Ademais, a versão de que a política sindical do pré 1964 era resultado da infiltração e do desvio praticados por agitadores era compartilhada e repetida também por muitas autoridades civis. O governador Lomanto Junior, por exemplo, em cerimônia que contou com a participação do presidente da Petrobras, manifestou grande satisfação com os novos rumos da empresa. Em suas palavras, a adesão operária à linha sindical derrotada pelas forças golpistas era fruto da ação de uma minoria que influenciou os colegas a “desvirtuar de seus deveres, tentando levá-los a promover a subversão”<sup>250</sup>. O governador, ao expressar sua opinião com tanta veemência, tentava manter uma boa imagem diante das autoridades do país, pensando certamente em seu futuro político. Fora dos muros da estatal, o discurso de que os verdadeiros petroleiros colaborariam com os novos tempos parecia, também, ser bastante forte.

Nunca é demais ressaltar que a concepção exposta pelo político baiano era algo bastante arraigado nas classes dominantes brasileiras. Ou seja, elas costumavam atribuir a mobilização operária à ação de agentes exógenos à classe trabalhadora, obra de uma minoria de militantes que estava à frente dos sindicatos. Conforme demonstra Weinstein, este discurso foi recorrente entre os dirigentes do Serviço Social da Indústria (SESI) nos anos que antecederam o golpe de 1964. Em seu discurso, os trabalhadores brasileiros, em geral, tinham

---

<sup>249</sup> Samantha Viz Quadrat. “A preparação dos agentes de informação e a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985)”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan/jun 2012.

<sup>250</sup> “Petrobras já se equipa para instalar o conjunto petroquímico”. *Jornal da Bahia*, 22/1/1966.

grande apreço pelos serviços assistenciais ofertados pela associação patronal e não tinham queixas em relação à sua linha ideológica<sup>251</sup>. Assim, diante de qualquer crítica recorriam à velha fórmula de separar o “militante” dos “trabalhadores comuns”. Aqueles não eram a classe trabalhadora brasileira, pois esta era, em geral, ordeira e pacífica, muito embora tenha passado pelo infortúnio de ter caído nas mãos de líderes agitadores. No pós 1964, essa era a versão oficial dos governantes do país.

Para as forças vencedoras em abril de 1964, a presença de uma assistência social exagerada, como seria o caso da Petrobras, era uma distorção que precisava ser sanada. Ela consistia numa verdadeira inversão de prioridades, pois a atenção aos trabalhadores acabava por substituir os principais objetivos da empresa. Os seus direitos eram exacerbadamente defendidos, enquanto os seus deveres eram esquecidos. A propalada intromissão dos sindicatos fazia com que qualquer cobrança aos operários fosse entendida como linguagem patronal, semelhante à fala de senhores de escravos. Os benefícios salariais eram exagerados e os critérios empregados para a sua concessão levavam em conta apenas aquilo que “fosse do agrado do próprio funcionário”. Na visão do general, a situação da empresa era muito grave. Sua percepção sobre o assunto era, possivelmente, a mesma que tinham os segmentos mais conservadores da sociedade brasileira. Para eles, a Petrobras entre os anos de 1962 e 1964, desde a nomeação de Francisco Mangabeira, virou a demonstração acabada do “protótipo da submissão à ditadura sindical-partidária”<sup>252</sup>. Seu incômodo pode ser resumido em uma frase. Para o militar, naqueles anos, “a Petrobras era dos operários”<sup>253</sup>.

Fica expresso, através do exame desta documentação, que a ditadura realmente nutria grande expectativa de que os trabalhadores reconhecessem no novo regime algum grau de legitimidade. O poder em uma ditadura, muito embora faça da violência e do arbítrio seus instrumentos primordiais de dominação, não prescinde da obtenção do consentimento entre os dominados. A adesão ao ideário do novo regime deveria ser obtida através de mecanismos mais sofisticados de convencimento. Em visita aos campos de produção baianos, em agosto de 1964, Castelo Branco enfatizou esta necessidade. Na ocasião, o presidente fez um discurso onde lembrou aos presentes que o homem livre era “escravo do dever”. Obviamente, para a ele, os pressupostos basilares da liberdade estavam consubstanciados nas diretrizes

---

<sup>251</sup> Barbara Weinstein. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, São Paulo, Cortez, 2000, p. 239.

<sup>252</sup> “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 303.

<sup>253</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 11.

estabelecidas em seu gabinete e nos demais centros de poder da ditadura. Não cabia aos trabalhadores interferir muito neste assunto. Talvez por isso, Castelo Branco fez questão de alertar aos presentes que “se dentro do espírito de cada um não houver sempre um movimento de adesão ao trabalho e à conduta traçada, não haverá a produção e a produtividade desejadas”<sup>254</sup>.

Não poderia restar dúvida de que a disciplina militar e a rígida hierarquia que estavam sendo introduzidas na indústria do petróleo deveriam ser aceitas por todos. O presidente, ao destacar um suposto desejo de colaboração dos trabalhadores, deixava claro que o projeto em curso pretendia aperfeiçoar a simbiose entre violência e consentimento, afinal ainda era muito recente na memória dos trabalhadores dos campos de extração de petróleo os duros golpes e a arbitrariedade dos acontecimentos de abril daquele ano<sup>255</sup>. Sua estratégia consistia em reforçar o argumento de que as vítimas da repressão foram tratadas com dureza porque o bem da nação assim exigia. Contudo, os bons e verdadeiros operários brasileiros teriam um tratamento muito diverso.

Dentro dos esforços para a consolidação do projeto da ditadura na Petrobras merece destaque o já citado Plano de Ação Psicológica, incluído como anexo no Relatório Final da Comissão de Investigações da Petrobras. Como não é assinado é difícil dizer se foi ou não redigido pelo general Barros Nunes, o presidente da comissão. De todo modo, uma análise mais detida do seu conteúdo permite apurar o entendimento acerca de um conjunto de ações não violentas voltadas para o controle dos trabalhadores. A proposta estava claramente inserida no arcabouço interpretativo da Escola Superior de Guerra, que considerava a Ação Psicológica um dos pilares da estratégia destinada à manutenção da ordem e da segurança nacional.

A principal função da ação psicológica era neutralizar a agitação comunista e formar indivíduos capazes de não se deixarem influenciar pelo “credo de Moscou”. Os líderes sindicais não eram seu alvo primordial. Ela se preocupava com os chamados aliados inconscientes dos comunistas, homens que poderiam ser educados e passarem para o lado do

---

<sup>254</sup> “Resenha – visita do Presidente às obras do ORBEL (Oleoduto Rio – Belo Horizonte), à Refinaria Duque de Caxias e ao Recôncavo baiano”. *Petrobras*, Setembro – Outubro de 1964, p. 5.

<sup>255</sup> Essa característica, certamente, não foi exclusividade da relação entre gestão militar e trabalhadores da Petrobras. Possivelmente, em outras experiências fabris no período o mesmo se verificou. Ivonne Barragan, em estudo sobre O Estaleiro Rio Santiago, na Argentina, durante a última ditadura daquele país, encontrou fenômeno bastante semelhante ao apresentado aqui. Ver: Ivonne Barragan. “‘Para el bien de La Nación’. Gestão militar de empresas estatales, prácticas de integración e represión de La fuerza de trabajo desde la perspectiva de caso. El astillero Río Santiago 1973-1976”. *X Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

novo governo. Essa estratégia não deveria ser confundida com a “contra-informação, com propaganda e, muito menos, com a publicidade”, pois se apresentava como:

*“atuação contínua e gradativa, nos fatores psico-sociais, através de medidas objetivas planejadas pelos órgãos de direção, visando a anulação dos possíveis focos de reação e, ao mesmo tempo, à conquista da adesão consciente e individual de grupos às medidas em curso”<sup>256</sup>.*

Nos objetivos da ação psicológica deveriam estar expressas as “responsabilidades cívicas” de cada cidadão face aos interesses nacionais. Com isso, o comportamento ordeiro e pacífico dos trabalhadores da Petrobras se tornaria regra. Sem maiores constrangimentos, o redator do plano fala na realização de uma “lavagem cerebral” nos trabalhadores da Petrobras. Para ele, a partir do momento em que os objetivos da “revolução” ficassem mais claros, as “influências nocivas” poderiam ser extirpadas do âmbito interno. Somente após essa fase, a imagem externa da empresa poderia ser restabelecida. O sucesso da Petrobras ajudaria a provar a vitória do “movimento revolucionário”, resultado do esforço conjugado de “todos os homens de bem”. Por esse motivo, os novos dirigentes da estatal tinham a intenção de se valer da “mística já existente” como forma de lhe reerguer<sup>257</sup>, ou seja, os aspectos positivos da empresa deveriam ser ressaltados nesse processo de reconstrução.

A ação psicológica seria uma política aplicada à maioria absoluta dos trabalhadores da companhia. Conforme se pode ver na tabela abaixo, as punições aplicadas pela ditadura atingiram cerca de 1% dos trabalhadores lotados na Bahia, resultado semelhante ao quantitativo geral de demissões aplicadas em todas as unidades da empresa. Dentro do cômputo geral, tratava-se de um número aparentemente insignificante. Paradoxalmente, porém, não restam dúvidas que 139 demitidos por questões políticas em uma única unidade empresarial é um número que para os trabalhadores é alto demais. Os militares tinham consciência disso. Para obter a colaboração almejada era importante garantir a legitimação dos expurgos ora realizados, bem como do próprio regime político. Esse objetivo seria alcançado por um lento processo de convencimento de que a violência administrada havia sido justa, visto que os operários punidos fizeram por merecer. A violência, contudo, não seria empregada contra os bons trabalhadores. Para estes, em tese, bastavam bons argumentos e

---

<sup>256</sup> “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl 302.

<sup>257</sup> “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 304.

ações adequadas, afinal, conforme dizia o Plano de Ação Psicológica para a empresa, “ideias só podem ser combatidas com ideias melhores”<sup>258</sup>.

**TABELA 2:**  
**PROPORÇÃO ENTRE TRABALHADORES INVESTIGADOS E DEDITIDOS NA**  
**PETROBRAS**

	<b>Total de empregados</b>	<b>Investigados</b>	<b>Demitidos</b>
<b>Trabalhadores da Petrobras</b>	35.000 (100%)	1.500 (4,2%)	541 <sup>259</sup> (1,54%)
<b>Trabalhadores lotados na Bahia</b>	13500 (100%)	192 (1,42%)	137 (1,01%)

Fonte: “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório” e “Parecer da Comissão de Investigações – Petrobras, relativo a empregados da Bahia”.

Por tal razão, era necessário mudar o estado de coisas. Ou seja, os 99% dos funcionários da Petrobras que permaneceram em seus postos não deveriam repetir a experiência vivida entre 1962 e 1964. Afinal, todos deveriam compreender que o seu desdobramento inevitável seria a destruição da empresa. Essa visão era perceptível ainda em outros documentos relacionados à repressão. O capitão Benedito Onofre Bezerra Leonel, em relatório preliminar sobre o trabalho de investigação realizado junto ao pessoal da Refinaria de Mataripe, quando realizava um histórico das ditas atividades subversivas, afirmou que a impressão de destruição eminente não era somente sua, mas também “de muitos funcionários, desde os mais simples aos mais categorizados”. Segundo seu relato, a destruição viria dentro de um ano, pois era insuportável “a falta de hierarquia, disciplina e a malversação dos bens patrimoniais”<sup>260</sup>. Logo, sua tarefa seria fazer com que todos acreditassem nesta versão.

<sup>258</sup> “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 310.

<sup>259</sup> Há uma divergência entre o número aqui apresentado e aquele que foi apontado pela Comissão Nacional da Verdade. Ela encontrou um total de 516 demitidos na empresa.

<sup>260</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”, e “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 421 e fl. 2.



É pouco provável que a opinião expressa pelo militar fosse de fato consensual entre os trabalhadores da unidade, embora existissem muitos operários que o acompanhavam nesta avaliação. Alguns deles, certamente, tomaram parte na Marcha da família com Deus pela democracia, realizada na capital baiana no dia 15 de abril de 1964<sup>261</sup>. Ostentando seus reluzentes capacetes e empunhando uma faixa em apoio à marcha da “democracia cristã”, um grupo de petroleiros representava, nas palavras do jornal *Diário de Notícias*, a “Petrobras democrática”. Um operário da extração de petróleo disse estar na rua “para provar que a maioria dos petroleiros” rejeitava o comunismo. Outro dizia, enfim, respirar aliviado, pois a empresa se livrara dos “soviets” e dos “currais”<sup>262</sup>. Certamente, os militares acreditavam que esse era o verdadeiro espírito dos trabalhadores do petróleo e que em breve ele tomaria conta de toda a companhia.

Nesse contexto, o Plano de Ação Psicológica sintetizou os esforços para o domínio ideológico projetado pelos militares. Pelo texto, a Comissão de Investigações insistia na tese de que a grande maioria dos trabalhadores da empresa não participava diretamente das ações subversivas. Eles eram uma “massa indefinida, hesitante e omissa, que apenas servia de elemento dócil à máquina de propaganda”. Estes homens eram os “inocentes úteis”<sup>263</sup>. Não eram formuladores políticos e nem assumiam posição de mando ou influência. Não tinham nenhuma participação significativa em assembleias ou reuniões sindicais. Apenas poderiam, a depender da conjuntura e da capacidade de persuasão do interlocutor, engrossar o coro de algum dos lados em disputa. Por isso, além de repressão era preciso aplicar a prevenção. Tentando demonstrar conhecimento dos clássicos do marxismo, ao citar Lênin, vaticinou: “não são as populações que preparam as revoluções; preparam as populações para fazê-las”<sup>264</sup>.

É impossível não notar o elitismo daqueles que combateram a primeira geração de sindicalistas da Petrobras. Para eles, a grande maioria dos trabalhadores era incapaz de pensar com suas próprias cabeças. Os investigadores pressupunham, com laivos cientificistas, que aqueles homens eram meros joguetes nas mãos do comunismo internacional e de seus agentes

---

<sup>261</sup> Ver: Ediane Lopes Santana. *Em nome da família, da moral e da propriedade: amém! – as mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador (1962-1964)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

<sup>262</sup> “Trabalhadores de todas as classes deram apoio à Marcha da Família com Deus”. *Diário de Notícias*, 16/4/1964.

<sup>263</sup> Sobre a formulação dos investigadores sobre essa categoria, ver: Sandra Regina Barbosa da Silva Souza. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*, Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

<sup>264</sup> “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 301.

no Brasil. A participação operária nas recentes mobilizações, sua adesão e apoio ao projeto nacionalista, recentemente derrotado, era resultado da grande ignorância que grassava entre as pessoas mais simples, responsável por torná-las, via de regra, susceptíveis a toda sorte de manipulações.

É bastante provável também que a grande ênfase dispensada à ação da administração central expressa no texto revela a proeminência atribuída aos chefes nessa nova fase de enfrentamento ao comunismo. Ainda no curso das investigações da operação limpeza, o capitão Benedito Onofre Leonel Bezerra realizou um encontro com os dirigentes da Refinaria de Mataripe. O próprio oficial, ao avaliar o encontro, considerou que o “ponto forte da reunião” foi a discussão dos temas disciplina e hierarquia, tratados em quatro partes distintas, assim formuladas: “1 – Como ‘re-ensinar’ o pessoal, sem despertar repulsão; 2 – Como fortalecer a autoridade dos chefes nos diversos escalões; 3 – Como deverá ser alertado e corrigido um chefe que se mostre sem qualidades de liderança; 4 – a mecânica das punições”<sup>265</sup>.

A preocupação em fortalecer as chefias deixa evidente que para a nova administração da empresa a ação vacilante dos chefes fora um fator preponderante para o avanço das forças sindicais ligadas ao comunismo. A sua fraqueza permitira aos sindicalistas ganhar espaço e trazer a direção da empresa sob rédeas curtas. O exemplo de Ernesto Cláudio Drehmer – superintendente da Refinaria de Mataripe deposto através do golpe de 1964 – não deveria ser repetido. Definido pela Comissão de Investigações como “um completo juguete e inocente útil nas mãos do sindicato”, Drehmer seria vacilante ao ponto de ser constantemente interrompido pelos sindicalistas em reuniões, por meio de “palavras de baixo calão”. Ainda segundo a comissão, durante sua administração o expediente era constantemente suspenso por ordem dos sindicatos, causando um grande prejuízo à empresa<sup>266</sup>. Essa situação, diziam, não acontecia apenas na Bahia. Os militares consideravam que “os ideais e objetivos pouco sadios” dos comunistas tinham contaminado com a “mesma falta de critério e honestidade de propósito” até mesmo as pessoas que por mérito ocupavam as chamadas funções de confiança em praticamente toda a empresa<sup>267</sup>.

---

<sup>265</sup> “Relatório RLAM – Refinaria Landolfo Alves – Mataripe”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 424.

<sup>266</sup> “Relatório RLAM – Refinaria Landolfo Alves – Mataripe”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl.421.

<sup>267</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 10.

Como esse exemplo não poderia se repetir, era preciso que uma nova compreensão sobre o papel da empresa e de cada um dos envolvidos em sua estrutura fosse produzida, aceita e difundida. Trata-se daquilo que o capitão Bezerra chamou de “re-ensinar” a obediência aos trabalhadores. A repulsa a essa medida, por sua vez, seria evitada com a adequada assistência social, sem os exageros de outrora e sem colocar o interesse do trabalhador à frente dos interesses da empresa. Para que não houvesse nenhuma chance de florescimento do comunismo, os trabalhadores não poderiam ficar totalmente desamparados. O redator do Plano de Ação Psicológica reconhecia que as guerras revolucionárias surgem “no descontentamento do povo e nos erros que violentam a dignidade humana, propiciando a injustiça social”<sup>268</sup>. A ação psicológica deveria então ser formulada com base nas informações colhidas “sobre a real situação do potencial humano”. Isto quer dizer que, pelo menos no nível da proposta, as aspirações dos trabalhadores deveriam ser compreendidas, e minimamente atendidas. Partindo de “bases realísticas”, o setor de pessoal da estatal poderia solucionar os problemas provenientes do cotidiano do trabalho, onde residiam as maiores aspirações e carências operárias<sup>269</sup>.

Essa propalada preocupação com as demandas operárias era mais geral. Ainda em abril de 1964, em manifesto distribuído através da imprensa baiana, o comando da VIª Região Militar (VI-RM) elencou uma série de medidas para o estabelecimento da ordem no país. Dentre elas, propunha a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho com vistas a adoção de “medidas efetivas de proteção às classes trabalhadoras, mas, também, impondo-lhes deveres e responsabilidades”<sup>270</sup>. Isto porque, conforme acreditava, a luta política dos trabalhadores poderia se tornar uma busca irresponsável por privilégios, incompatível com a nova imagem do país. As reivindicações poderiam até acontecer, mas deveriam preservar a ordem estabelecida e o respeito às hierarquias. Qualquer postura que fugisse a essa regra deveria ser combatida. O texto foi assinado pelo coronel Humberto de Souza Melo (Chefe do Estado Maior Regional) e pelo general de brigada Manoel Mendes Pereira (Comandante da VI-RM). Este último, diga-se de passagem, havia sido o responsável pela ocupação militar de Mataripe,

---

<sup>268</sup> “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 300-301.

<sup>269</sup> “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. AVU 03, fl. 303.

<sup>270</sup> “VI Região Militar coesa com o Comando Supremo: manifesto”. *Jornal da Bahia*, 17/4/1964.

e pela nomeação de João Batista Skinner para a superintendência da unidade, em substituição a Ernesto Cláudio Drehmer<sup>271</sup>.

Para concretizar esses planos, mais rigor deveria ser empregado na escolha de novos funcionários e dirigentes da empresa. Ainda nos momentos iniciais da devassa de abril, o novo presidente da Petrobras, no mesmo momento em que confirmou o afastamento de 17 dirigentes, tratou dos critérios para a nomeação de seus substitutos. Em sua avaliação, a vida pregressa do candidato ao cargo seria tão importante quanto a sua capacidade técnica<sup>272</sup>. Esses requisitos ficaram, por sua vez, mais explícitos no relatório da Comissão de Investigações, o qual advogava que a Petrobras deveria ser dirigida apenas por pessoas que demonstrassem “alta competência e valor profissional” e “senso e espírito democráticos, ligados aos interesses brasileiros, livres de qualquer compromissos [sic] sejam de políticas, sejam de grupos econômicos, nacionais ou internacionais”<sup>273</sup>. A partir desse novo método, seria mais fácil recrutar e doutrinar homens mais susceptíveis de colaborarem com a nova ordem.

O Plano de Ação Psicológica previa ainda a necessidade de constituição de um ciclo colaborativo entre dirigentes da estatal e trabalhadores. Não só relações saudáveis urgiam ser cultivadas, mas também a circulação de informações. A estratégia proposta defendia que fosse fomentada junto aos trabalhadores a disposição em prestar serviços ao sistema de informações. Com isso, eles levariam ao conhecimento da direção os fatos que pudessem ajudar na melhora das relações e no combate às práticas sindicais tidas como pouco saudáveis<sup>274</sup>. Na verdade, esse interesse na colaboração através de delações antecedia a redação do Plano de Ação Psicológica. Antes, ainda nos primeiros dias da concretização do golpe, esse já era um desejo expresso pelos militares. Em um documento intitulado “Retrospecto”, datado de 6 e 7 de maio de 1964, um agente envolvido nas investigações dentro da Petrobras reivindicou a vinda à Bahia da “operação limpeza oficial”. De acordo com ele, esse fato levaria “os cooperadores [...] a acreditar na ação” e assim seria possível identificar mais comunistas<sup>275</sup>.

De fato, alguns petroleiros – fosse por afinidade ideológica com o pensamento conservador ou pelo desejo de alcançar algum tipo de vantagem com a nova conjuntura – não

---

<sup>271</sup> “Relatório RLAM – Refinaria Landulfo Alves – Mataripe”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 423.

<sup>272</sup> “Metas da Petrobras: incrementar a produção e normalizar unidades”. *Jornal da Bahia*, 11/4/1964.

<sup>273</sup> “Comissão de Investigações – Petrobras – Relatório”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 19-20.

<sup>274</sup> “Plano de Ação Psicológica”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 303.

<sup>275</sup> “Retrospecto”. In: CPDOC-FGV AL p cg 1964.01.30 I-107.

hesitaram em se apresentar voluntariamente às forças que pretendiam sanear a Petrobras da ameaça subversiva. Em carta localizada no acervo pessoal do general Arthur Levy, dois ex-dirigentes sindicais se colocaram à disposição das novas autoridades da empresa<sup>276</sup>. Eles se diziam entusiastas e colaboradores do regime, declarando-se contrários à ideologia comunista, e apresentaram uma série de sugestões para apaziguar os ânimos entre os operários, mencionaram a necessidade de realização de uma campanha de contrapropaganda, pois os agentes do comunismo ainda estavam à espreita, prontos para continuar seu trabalho de desagregação<sup>277</sup>. A intenção dos missivistas era ocupar o vazio de lideranças, ocasionado pela repressão. Os autores da carta foram Verdi Plesch e Gildásio Lopes. Expulsos da diretoria do sindicato em janeiro de 1963<sup>278</sup>, eles procuraram ser vistos como a expressão da luta para conter o comunismo na entidade sindical e, portanto, a melhor alternativa para continuar o processo de depuração que estava em curso. Afinal, como tinham feito parte da diretoria sindical encabeçada por Mário Lima, não poderia haver dúvidas em relação ao rompimento com o grupo político que comandara o Sindipetro-Ba.

No curso das investigações realizadas na Refinaria de Mataripe, os dois tiveram que convencer as autoridades militares de sua inocência e utilidade. Enquanto Verdi Plesch não logrou êxito em seu intento, e foi demitido, Gildásio Lopes foi parcialmente bem sucedido. Conquanto tenha permanecido nos quadros da Petrobras, não conseguiu galgar nenhuma posição de destaque no mundo sindical nos anos posteriores. Quando intimado a se defender das acusações que pesavam contra ele, argumentou que nunca frequentara reuniões do Partido Comunista. Pelo contrário, democrata por convicção fora expulso da direção da entidade “por abrir luta contra os comunistas”. Caso suas palavras não fossem suficientes, a sua lealdade aos novos líderes poderia ainda ser confirmada pelos “correligionários” da revolução, que presenciaram sua conduta nos dias de abril<sup>279</sup>. Mais tarde, já em 1967, o mesmo Gildásio Lopes voltaria a ter destaque no movimento sindical, na ocasião em que prestou serviços aos dirigentes da empresa, investigando denúncias supostamente falsas

---

<sup>276</sup> Documento sem título, CPDOC-FGV AL p/cg 1964/01/30, DOC. 96.

<sup>277</sup> Sobre a carta enviada pelos ex-dirigentes sindicais ver: Alex Ivo. “Uma ‘revolução’ contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro”. In: Grimaldo Zachariades (Org.), *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*, Salvador, EDUFBA, 2009.

<sup>278</sup> Sobre as circunstâncias do afastamento dos dirigentes sindicais e a cobertura da imprensa ao episódio, ver: Oliveira Jr, *A usina dos sonhos*, pp. 146-149.

<sup>279</sup> “Prontuário de Gildásio Batista Lopes”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-1470, fl. 18-19.

veiculadas na imprensa local<sup>280</sup>. Por convicções ou interesses, o operário esteve sempre disposto a rezar a cartilha da ditadura.

Colaborar e fornecer informações às novas autoridades parece ter sido um fato razoavelmente comum. Pelo menos em meio à documentação é possível identificar muitos trabalhadores delatando colegas que tinham alguma ligação com as direções sindicais afastadas, e que com isso teriam praticado crimes contra a segurança nacional. É preciso ressaltar, contudo, que é muito difícil distinguir os homens que agiram por livre e espontânea vontade daqueles que foram impelidos pelos investigadores a fornecer informações comprometedoras de certos companheiros de trabalho. Conforme assevera Ishaq, muitas vezes boa parte destas denúncias era motivada pelo medo. Contar tudo que sabia sobre supostos envolvidos com o comunismo poderia ser uma forma de evitar que fossem levantadas suspeitas contra si próprio, ficando com isso longe de qualquer tipo de punição<sup>281</sup>. É razoável supor que muitos chefes de setor da Petrobras foram intimados pelos responsáveis pelas investigações a fornecer informações destinadas a fundamentar as punições almejadas pelos militares.

Mesmo assim, em pelo menos um caso é possível notar uma inegável satisfação em fazer parte dos esforços para salvar o país e a Petrobras da chamada ameaça comunista. O arquiteto Themístocles Campos Aragão demonstrou grande desenvoltura durante as investigações na refinaria. Ele apontou, sem grande pudor, quem era comunista, quem andava envolvido em desordem ou quebra de hierarquia, e até se arriscou a formular análises sobre o perfil psicológico de cada um dos acusados. Sua dedicação foi louvada no relatório final das investigações na Refinaria de Mataripe. O capitão Bezerra Leonel elogiou sua “espontaneidade atuante”, na ocasião em que executou pessoalmente, junto com dois funcionários de sua confiança, parte dos trabalhos de averiguação em curso<sup>282</sup>. Os bons serviços prestados por Aragão foram recompensados rapidamente. Em 9 de abril de 1964, poucos dias após o início dos expurgos na estatal, com a refinaria tomada por tropas e já sob

---

<sup>280</sup> “Prontuário de Gildásio Batista Lopes – Divisão de Informações da Petrobras”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-1470, fl. 9-10. Esse episódio será melhor abordado no quarto capítulo, quando serão discutidos os detalhes das atividades sindicais durante os primeiros anos da ditadura.

<sup>281</sup> Viven Ishaq. “Introdução”. In: Teresa E. de Sousa, Pablo E. Franco, Viven Ishaq (Orgs.). *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012, p. 26.

<sup>282</sup> “Relatório RLAM – Refinaria Landulfo Alves – Mataripe”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 431.

novo comando, ele foi designado pela nova administração para o cargo de Chefe da Divisão de Relações Industriais<sup>283</sup>.

Sua adaptação aos novos tempos foi, aparentemente, perfeita. A coluna semanal “Mataripe Social”, escrita por um petroleiro sob o pseudônimo de Petrus, costumava relatar o cotidiano de festas, ações filantrópicas e os círculos sociais da elite dos funcionários da Petrobras. Era bastante comum a exaltação dos chefes, com destaque à sua competência técnica, senso de justiça e bondade. Aragão era personagem frequentes desta cobertura e as matérias difundiam a imagem de um homem respeitado pelos seus colegas e altamente afinado com o pensamento de seus chefes. Seu prestígio nos altos círculos sociais pode ser comprovado através da sua sólida rede de relações e das celebrações nas quais participava. Para ficar em um só exemplo, foi dado grande destaque à festa de quinze anos de sua filha, noticiada com grande empolgação como um dos eventos mais badalados do ano de 1969<sup>284</sup>. Ademais, ele mantinha contatos com segmentos do empresariado engajado na implantação de métodos racionais de trabalho e na contenção da atuação dos grupos de esquerda como forma de garantir o avanço material e moral da sociedade brasileira<sup>285</sup>.

Mas nem todos se comportavam assim. A grande maioria dos homens empregados na Petrobras somente tocava sua vida, tentando manter seus empregos e sua rotina, e podem ser enquadrados naquilo que Pierre Laborie denominou de zona cinzenta<sup>286</sup>, ou seja, o campo formado por uma parcela significativa da população pouco engajada nas questões políticas que, durante conjunturas de grande enfrentamento e tensão, transitam entre a colaboração e a resistência. Para Marcelo Ridenti, ao tratar especificamente da realidade brasileira durante a Ditadura Militar, esse comportamento foi bastante significativo. Por isso, o regime ditatorial procurou constituir alguns mecanismos de convencimento que fossem capazes de produzir as acomodações desejadas. Indo mais adiante em suas reflexões, o autor considera que havia na ditadura, pelo menos em seus quatro primeiros anos, uma tensa balança que ora pendia para a

<sup>283</sup> “Mataripe Social”. *Jornal da Bahia*, 16/9/1968.

<sup>284</sup> “Mataripe Social”. *Jornal da Bahia*, 12/6/1969, 19/6/1969 e 5/7/1969.

<sup>285</sup> Sobre os cursos ligados ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) organizados por Aragão, ver: “Mataripe Social: Conclusão Curso Idort”. *Jornal da Bahia*, 28/12/1966. “Mataripe Social – Conclusão”. *Jornal da Bahia*, 6/8/1970. O IDORT foi fundado no ano de 1931 em São Paulo. Sua história está relacionada ao esforço de parte do empresariado em aplicar métodos racionais de produção nas atividades industriais para garantir o aumento da produção. O órgão e os empresários a ele ligados também estiveram engajados nos esforços para a adoção de uma política de “paz social” no mundo do trabalho, que significava, em grossas linhas, em esforços para conter o avanço de grupos de esquerda no mundo sindical. Ver: Weinstein, “(Re)formação da classe trabalhadora”, pp. 71-98. Maria Antonieta Antonacci, *A vitória da razão(?) – O Idort e a sociedade paulista*. Editora Marco Zero: São Paulo, 1992.

<sup>286</sup> Pierre Laborie. “1940-1944 – Os franceses do pensar duplo”. In: Denise Rollemberg, Samanta Viz Quadrat (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários – Europa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2010.

repressão e ora pendia para o convencimento<sup>287</sup>. Tal fato é bastante perceptível quando analisamos o movimento sindical.

No mundo do trabalho e mais especificamente na Petrobras é possível identificar, através das propostas de colaboração e do planejamento da ação psicológica, um esforço para garantir o silêncio operário. Os militares incentivaram um modelo de comportamento operário obediente e desinteressado pela política. Os petroleiros deveriam simplesmente cuidar do seu trabalho e não externar preocupações com as questões políticas que fervilhavam no país e na empresa. A ação sindical deveria seguir também este modelo. Por isso, ações para garantir a sua “reeducação” também foram postas em prática.

### **3.2 – Um sindicalismo para os novos tempos**

---

Em 20 de novembro de 1964, Hebert Baker, adido trabalhista dos Estados Unidos no Brasil<sup>288</sup>, remeteu um relatório ao Departamento de Estado do seu país discutindo a situação dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo<sup>289</sup>. No texto, havia uma breve apuração do total de pessoas empregadas pela Petrobras, o número geral de sindicalizados e sua distribuição pelo território nacional. O documento relatava ainda a situação destas entidades sindicais, varridas pelas intervenções determinadas pelo Ministério do Trabalho. Segundo sua linha interpretativa, a principal missão dos administradores recém-empossados seria investigar a malversação de recursos das entidades e afastar os líderes sindicais adeptos do comunismo. Esse processo, ainda conforme o adido trabalhista, não deveria durar muito tempo. A intenção do Ministro era garantir um rápido retorno à normalidade, com a realização de novas eleições e a retomada das “atividades de assistência social” prestadas pelos sindicatos.

Baker também comentou o interesse tanto do ministro do trabalho quanto da diretoria da Petrobras em adotar medidas voltadas para a implantação de práticas sindicais

---

<sup>287</sup> Marcelo Ridenti. “As oposições à ditadura: resistência e integração”. In: Daniel Aarão Reis; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp.30-32.

<sup>288</sup> O programa de Adidos Trabalhistas foi criado em 1943, pelo governo norte-americano. A princípio, ele funcionaria apenas durante a II Guerra. Entretanto, a preocupação com o avanço do comunismo fez com que o governo dos Estados Unidos mantivesse o programa no pós-guerra. Sobre o assunto, ver: Eduardo José Afonso. *Olhos e ouvidos dos EUA – adidos trabalhistas e operários brasileiros*, São Paulo: Alameda, 2016.

<sup>289</sup> “Aerograma da Embaixada dos Estados Unidos (Rio de Janeiro-BRA) para o Departamento de Estado (Washington-USA), datado de 20/11/1964”. Referência: pol2-3braz20-64a-483\_5, disponível em: <http://library.brown.edu/openingthearchives/?lang=pt>.



alicerçadas em novas bases, mais identificadas com os interesses do novo regime e menos permeável aos militantes de esquerda. Nesse sentido, a Petrobras celebrou uma série de convênios dedicados à formação de líderes sindicais. Sob o patrocínio da Confederação Nacional de Círculos Operários (CNCO)<sup>290</sup>, seriam organizadas duas modalidades de curso, uma básica e outra avançada, ambas voltadas para o treinamento sindical dos trabalhadores. Outro parceiro nessa empreitada viria do território norte-americano. A Federação Internacional dos Trabalhadores do Petróleo e da Indústria Química (FITPIQ) havia chegado a um acordo com a empresa e também participaria desse processo de formação e treinamento<sup>291</sup>.

Após o golpe de 1964, a primeira incursão da Petrobras na seara de formação de novos sindicalistas ocorreu ainda em 1964, quando foi ministrado pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (CENAP) um curso de Relações Humanas e Liderança no Trabalho. Essa atividade foi oferecida aos operários da RPBA e seu objetivo declarado era a “formação de uma liderança sindical democrática”. Embora não se tenha informações detalhadas sobre o curso, é perceptível o empenho dos organizadores em desqualificar a atuação dos líderes sindicais recentemente destituídos de seus cargos, apagando da memória operária as boas lembranças das lutas travadas no período anterior ao golpe, ajudando a formação de um imaginário responsável por lhes atribuir culpa em um processo que quase destruía a empresa. Os organizadores do curso entendiam que para isso a Petrobras poderia lançar mão, inclusive, dos seus órgãos de propaganda. Fator sintomático dos novos tempos era a oferta de uma sessão específica para tratar de “fundamentos cívicos e sociais”<sup>292</sup>.

Os cursos de formação e demais iniciativas neste âmbito deveriam seguir esse caminho. Segundo o general Thório Benedro, o primeiro passo, evidentemente, seria evitar repetir os supostos erros do passado e isso fica evidente quando ele aborda as conversas tidas com a administração da Refinaria de Mataripe. Para ele, na medida em que a administração da empresa ficava fraca o sindicato se fortalecia. Com isso, os funcionários da Petrobras começaram a perceber na sua entidade de representação um meio de resolver seus problemas

---

<sup>290</sup> Sobre Círculos Operários ver: Jessie Jane Vieira de Souza. *Círculos operários – a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. Evergton Sales Souza. *Entre o religioso e o político: uma história do Círculo Operário da Bahia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

<sup>291</sup> Sobre a política de formação de líderes sindicais em parceria com entidades norte-americanas, ver: Larissa Rosa Correia. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil - Estados Unidos na Ditadura Militar*. Campinas,: Editora da Unicamp, 2017.

<sup>292</sup> “Correspondência entre Thório Benedro de Souza Lima e Adolpho Roca Dieguez”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 40.

e isso proporcionou um crescimento do seu poder. Para o militar, a maneira de coibir situações desta natureza seria levar “a capacidade de administração” até o homem. Ou seja, dotar o trabalhador e os líderes sindicais de um apurado senso de responsabilidade era um imperativo. Só assim os sindicatos não adquiririam novamente uma grande dose de prestígio capaz de abalar a autoridade de seus chefes<sup>293</sup>.

Conforme o relatório do adido trabalhista Hebert Baker sugere, a formação de líderes sindicais afinados com o novo regime não seria uma tarefa executada tão somente dentro dos limites de uma empresa, mesmo que ela tivesse a reconhecida importância da Petrobras. Essa missão seria levada a cabo através da articulação de diferentes entidades e selaria um relevante meio de colaboração entre autoridades e entidades brasileiras e estadunidenses.

Esta política, na verdade, não era uma novidade, pois já existia desde a década de 1950. Conforme demonstra Weinstein, o SESI, através de seu Departamento de Organização Sindical (DOS), compôs uma Equipe Sindical com o objetivo de formar líderes trabalhistas afinados com a ideologia empresarial. Suas atividades incluíam ensinamento sobre oratória, legislação trabalhista e sindicalismo. Em linhas gerais, o objetivo da iniciativa consistia em evitar mobilizações que contrariassem os interesses do empresariado e realizar uma contenção contra o avanço dos militantes de esquerda<sup>294</sup>. Por sua vez, a iniciativa de capacitação de líderes sindicais em parceria com entidades americanas, segundo Correa, também antecedeu a derrubada de Goulart. Contudo, após 1964, tais iniciativas ganharam grande impulso. Essa política era proveniente de três projetos diferentes, a saber: convênios entre entidades sindicais estadunidenses e brasileiras, apoiadas pelos governos dos dois países; ação do empresariado nacional e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), aliados aos católicos conservadores e; propostas de empresas multinacionais, sobretudo as norte-americanas<sup>295</sup>.

Nunca é exagero enfatizar que é impossível descolar esta ação da conjuntura e dos dilemas vividos pelas nações da América Latina durante a Guerra Fria. A presença e a intervenção norte-americana se intensificaram na região e com isso a atuação do movimento sindical passou a ser perseguida com grande compulsão. Desde a implantação do programa *Aliança Para o Progresso* as agências governamentais estadunidenses passaram a dar maior

---

<sup>293</sup> “Correspondência entre Thório Benedro de Souza Lima e Adolpho Roca Dieguez”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 38.

<sup>294</sup> Bárbara Weinstein. *(Re)formação da classe trabalhadora*, pp. 312-315.

<sup>295</sup> Larissa Correa. *Disseram que eu voltei americanizado*, pp. 104-105.

ênfase às ações de colaboração e, por conseguinte, aos esforços para empregar métodos mais sutis de intervenção<sup>296</sup>.

O assunto em relevo teve significativo destaque nos primeiros anos da ditadura. Um importante quadro do novo governo, com ligação direta tanto com a Petrobras quanto com a política baiana, demonstrou grande entusiasmo com os possíveis benefícios ao país proveniente desta nova política<sup>297</sup>. Alçado, através do golpe de 1964, ao posto de embaixador brasileiro em Washington, Juracy Magalhães discursou no encerramento de um curso sobre estatística sindical e pesquisa econômica, fruto da parceria firmada entre o Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) e a Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria (CNTI), e que havia diplomado nove dirigentes brasileiros<sup>298</sup>.

Em linhas gerais, Juracy Magalhães enalteceu e agradeceu a parceria entre as duas nações, bem como procurou demonstrar os aspectos positivos das mudanças que estavam em curso no Brasil. A seu ver, existia no país um “enorme interesse por qualquer colaboração com os Estados Unidos”. O político brasileiro fez questão de expor que a parceria em curso seria vital para impedir o retorno dos comunistas aos postos de comando das entidades sindicais brasileiras. Conforme sua avaliação, os novos governantes do país desejavam o sindicalismo livre tanto quanto ansiavam pelo “progresso econômico e a vitória da justiça social no Brasil”. Ao concluir sua exposição, Magalhães deixou um recado aos formandos. Caberia a eles difundir o aprendizado adquirido durante o curso, e compartilhar as boas lições que tiveram do sindicalismo e da sociedade norte-americana. Seu principal dever, portanto, seria dar uma nova cara ao movimento operário do país. Com patriotismo e responsabilidade os formandos tinham a missão de defender os interesses de sua categoria, mas deveriam evitar

---

<sup>296</sup> Sobre a Aliança para o progresso, ver: Ricardo Alaggio Ribeiro. *A Aliança para o progresso e a relação Brasil – Estados Unidos*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

<sup>297</sup> Sobre a trajetória política de Juracy Magalhães, sua atuação no cenário baiano e sua atuação na presidência da Petrobras, ver: José Alberto Gueiros, *O último tenente (Juracy Magalhães em depoimento a JA Gueiros)*, Rio de Janeiro, Record, 1996. Neste texto, o político cearense apresenta, inclusive, um relato sobre sua experiência como diplomata nos Estados Unidos, onde consta ainda a sua versão para a controversa frase “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. A narrativa encontra-se entre as páginas 323-335.

<sup>298</sup> Os formandos foram: Geraldo Barroso (Contador, Federação Metalúrgica de Minas Gerais); Alberto Ciulada (Sindicato dos Trabalhadores de Telefones do Estado de São Paulo); Ernani Enio Juchen (advogado, Federação dos Trabalhadores em Manufatura de Roupas do Rio Grande do Sul); Tito Marinho (advogado, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria); Valdir Pedro Del Pra Neto (consultor jurídico, FTI de Santa Catarina); Tomás J. Perri (tesoureiro, Sindicato dos Trabalhadores de Papel e Celulose de Mogi Guaçu); Rosvita Mariana Rieken (departamento feminino, Federação Internacional dos Empregados e Técnicos); Valdir Soares (contador, Federação dos Trabalhadores de Móveis e Construção); Ari Zimmerman (advogado, Sindicato dos Jornalistas de Curitiba).

comprometer “o respeito e a autonomia de seus sindicatos em campanhas estranhas ao seu justo campo de ação”<sup>299</sup>.

Nunca é demais enfatizar o fato de Juracy Magalhães ser um anticomunista convicto. Paralelamente, é importante lembrar que este sentimento era compartilhado com os altos círculos do governo. Neste sentido, esta tentativa de aproximação deve ser compreendida sob esta ótica. Muito embora, os conteúdos do curso abordassem questões voltadas para a introdução de práticas sindicais liberais, contrapostas aos aspectos intervencionistas da legislação trabalhista brasileira, o mais plausível é que não havia intenção das autoridades brasileiras em modificar o modelo nacional de negociação entre patrões e empregados. Na verdade, o que estava no horizonte era a continuidade por outras vias das ações iniciadas com a operação limpeza. Como não interessava à Ditadura Militar proibir a atuação dos sindicatos, tornou-se importante garantir que aliados do novo regime assumissem os postos de controle das organizações sindicais. Após os primeiros expurgos e com o iminente término das intervenções, se fazia urgente a presença de anticomunistas dirigindo os sindicatos.

Seguindo esta trilha, a já citada Federação Internacional dos Trabalhadores do Petróleo e da Indústria Química (FITPIQ) teve grande relevância. Sua presença no Brasil, conforme afirma Correa, remonta às práticas do IADESIL, mas ganhou nova intensidade com a derrubada do governo Goulart. Além dos já referidos cursos, a entidade investiu altas cifras na oferta de bolsas de estudos e viagens que adquiriam a conotação de grandes passeios turísticos, que seduziam os participantes e visavam demonstrar a alegada superioridade da sociedade norte-americana e de seu modelo sindical. Recebida inicialmente com grande entusiasmo, a Federação viu seu prestígio entrar em declínio a partir do final de 1967, em virtude de uma denúncia apresentada pelo deputado Jamil Amiden (MDB-GB), e da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquéritos para investigar os supostos aliciamentos dos sindicalistas brasileiros por parte de norte-americanos<sup>300</sup>.

Antes de presenciar sua derrocada, contudo, foi possível identificar a intervenção direta da dita entidade na formação dos petroleiros. Em março de 1965, realizou-se na cidade de Salvador um Seminário de Orientação do Sindicalismo Democrático, feito através de uma parceria entre a FITPIQ, o Stiep-Ba e Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais

---

<sup>299</sup> “Sindicalistas concluem curso em Washington e Juracy fala”. *Jornal da Bahia*, 04/09/1964.

<sup>300</sup> Larissa Correa. *Disseram que voltei americanizado*, p. 186. Esta questão será abordada no quarto capítulo da tese.

de Minérios e Combustíveis. A colaboração entre os organizadores do curso e a direção da Petrobras era indubitável e ficou evidenciada na participação de Francisco Medeiros e Hamilton de Jesus Lopes na cerimônia de encerramento. Ambos eram importantes dirigentes da Petrobras no estado. Lopes figurou, ainda, como um dos oradores do encontro, dividindo o microfone com Marcos Ferreira Neto, interventor do Stiep-Ba, e com Alberto Ramos, representante da central sindical estrangeira<sup>301</sup>.

Na ocasião foram diplomados trinta e oito trabalhadores. Ao cobrir o evento, o *Jornal da Bahia* apresentou o nome de todos os formandos, o que nos permitiu ver que nem todos os alunos eram pertencentes aos quadros da Petrobras. Embora não seja possível mensurar com exatidão o quantitativo de petroleiros presentes na turma, é possível afirmar com certeza que pelo menos quinze deles serviam à estatal do petróleo, fato confirmado pela quantidade de prontuários dos diplomados localizados junto aos arquivos da Divisão de Informações da empresa.

Não sabemos ao certo como se dava a escolha dos participantes do curso. Entretanto, é possível supor que os chefes de sessão e dirigentes de unidades da empresa tinham peso significativo nesta decisão. Provavelmente, cabia a eles a palavra final caso houvesse uma quantidade maior de interessados do que o total de vagas ofertadas, ou até mesmo escolher os estudantes de cada turma. Indo além, é possível identificar muitos chefes de setor ou unidade, bem como a presença de homens que pretendiam galgar tal posição demonstrando interesse nestas atividades de formação. Tendo em vista que mais da metade dos formandos no curso nunca se aventurou no mundo sindical, é correto afirmar que para muitos funcionários da Petrobras inscrever-se, participar e ter bom aproveitamento era uma estratégia para aumentar o seu prestígio junto às chefias ampliando as possibilidades de ascensão funcional nos quadros da estatal. Em outras palavras, obter alguma certificação proveniente da parceria firmada entre a Petrobras e a federação operária americana trazia benefícios que estavam além do mundo sindical.

Adilson Mesquita, por exemplo, não fez nenhuma incursão no movimento sindical. No final de 1974, ele ocupava a função de chefe do Distrito de Catu, importante ponto de extração de petróleo no território baiano. Era sabido que ser visto na empresa como alguém ligado às Forças Armadas poderia ser fonte de algum tipo de *status*. Possivelmente, este foi o motivo que o levou a espalhar para os seus subordinados que era capitão do Exército, dizendo ainda que ocupava o posto de chefia em razão de “pertencer à Revolução”,

---

<sup>301</sup> “Seminário de Orientação Sindical encerrado ontem: diploma para 38”. *Jornal da Bahia*, 20/3/1965.

e isto lhe conferia poder suficiente para “tomar medidas drásticas contra os operários”. Quem não gostou muito da história foi o comando da VI Região Militar que, após receber uma denúncia contra Mesquita, solicitou averiguação e providências à Divisão de Informações da Petrobras. Os responsáveis pelo comando do Exército na Bahia ficaram preocupados com os possíveis danos que a atitude de Adilson Mesquita poderia causar à imagem das Forças Armadas<sup>302</sup>. Procurando colocar panos quentes no assunto, A DIVIN qualificou as notícias como improcedentes. Porém mesmo com a não confirmação do fato, fica evidente que para muitas pessoas aquele poderia ser o meio mais adequado para mostrar fidelidade à ditadura e o interesse em prestar bons serviços à estatal. Os militares, contudo, deveriam preferir a profusão de aliados discretos na empresa.

Seguindo caminho distinto, Anderley Sousa Silveira manteve-se discreto, porém bastante atuante no mundo sindical. Por este motivo, ele aparenta ter sido o formando que mais angariou simpatia por parte dos comandantes da empresa. Enquanto frequentava as aulas do curso de formação, o trabalhador fazia parte da Junta Governativa do Stiep-Ba, nomeada pelo Ministério do Trabalho em fevereiro de 1965. Dois anos mais tarde, segundo informação presente em seu prontuário na DIVIN, ele voltou a ocupar o mesmo posto<sup>303</sup>. Além disso, Silveira continuou buscando aperfeiçoar suas qualidades de líder sindical e por esta razão partiu para os Estados Unidos, em fevereiro de 1967. Lá, ele passaria seis semanas, junto com mais oito colegas, todos eles ligados ao Sindipetro-Cubatão. Seu intercâmbio fazia parte das atividades coordenadas pela Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e antes de viajar Anderley Silveira participou de uma solenidade que contou com a presença do diretor da agência e do adido trabalhista Herbert Baker<sup>304</sup>. Contudo, os cursos que frequentou não lhe animaram a concorrer em nenhuma ocasião para cargos de direção do Stiep-Ba.

Sete outros formandos do curso de 1965 aventuram-se na senda do movimento sindical. Todavia, sua caminhada nem sempre foi bem sucedida. Por razões diversas os participantes poderiam sofrer com alguma ação arbitrária do poder instituído no país, mesmo gozando de boa reputação junto aos seus superiores e até mesmo não tendo nenhum registro

---

<sup>302</sup> “Prontuário de Adilson Mesquita”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-9398, fl. 5-6.

<sup>303</sup> “Prontuário de Anderley Sousa Silveira”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-2821. Em seus registros junto à DIVIN constam duas promoções, uma em 1974 e outra em 1981.

<sup>304</sup> “Sindicalistas brasileiros viajam para os EUA”. *Diário de Notícias (Salvador)*, 14/02/1967.

desabonador junto aos órgãos policiais. Por exemplo, Orlando de Cerqueira Maciel<sup>305</sup> e José Luiz Paim<sup>306</sup> fizeram parte da direção sindical do Stiep-Ba eleita em 1968. Ambos ocuparam posto de suplência. Em fevereiro de 1969, com base no AI-5, toda a diretoria da entidade classista foi destituída. Os dois petroleiros, mesmo atingidos pelo ato, continuaram nos quadros da companhia. Segundo ficha informativa formulada pela DIVIN, seus nomes não foram citados nos processos de investigação que resultaram na cassação<sup>307</sup>. Na verdade, o órgão de investigação e repressão sequer sabia precisar a causa das punições impostas. A hipótese de que ambos colaboraram com atividades subversivas foi descartada. A condição de suplentes na diretoria deposta corroborou o argumento de que os trabalhadores em questão sequer poderiam ser considerados como omissos ou coniventes com atividades contrárias aos ideais do regime, Nos seus prontuários constava que “provavelmente” eles foram atingidos por “generalização”.

No caso de Paim, é possível perceber que apesar deste revés em sua vida sindical, suas atividades profissionais não sofreram maiores danos. Aparentemente estamos tratando de um operário muito respeitado dentre os colegas. A já citada ficha de informações afirma que ele fora responsável por “solucionar o problema dos sondadores” e que uma possível demissão, além de ser “uma perda para a Petrobras, poderia acarretar alguma agitação ou mal estar em sua área de trabalho”. O operário galgou importantes espaços na hierarquia da empresa, e em 1974 estava classificado como mestre sondador. Ademais, participou de atividades que certamente lhe conferiram grande destaque, incluindo missões e treinamentos no exterior. A última viagem a trabalho registrada em sua ficha ocorreu em 1981 e tinha duração prevista de um ano e cinco meses. A essa altura, José Luiz Paim já ocupava a função de supervisor de operações e estava de malas prontas para Marselha, na França, onde supervisionaria a construção de uma plataforma de perfuração de petróleo<sup>308</sup>.

---

<sup>305</sup> “Prontuário de Orlando Cerqueira Maciel”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-5320.

<sup>306</sup> “Prontuário de José Luiz Paim”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-5228.

<sup>307</sup> Não é possível precisar a data exata em que a DIVIN expediu as Fichas Informativas. A referida dificuldade em explicar as causas da punição reforça as evidências de que não havia grande cuidado por parte da Ditadura Militar durante os atos repressivos. Isto contrasta com o esforço que os partidários do regime faziam em tentar conferir um relativo ar de justiça às suas imposições. Na verdade, havia no período uma grande tensão causada pelo arbítrio, que transformava o ambiente de trabalho dos petroleiros em um local muito inseguro. Sobre a questão do predomínio da suspeição nos órgãos de informação, ver: Marionilde Dias Brepohl de Magalhães. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da Ditadura Militar no Brasil”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 17, nº 34, 1997.

<sup>308</sup> “Prontuário de José Luiz Paim”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-5228, fls. 8-13.

Os casos relatados evidenciam que a despeito das boas referências obtidas com este tipo de formação sindical, os participantes do curso não escapavam do olhar atento dos órgãos de vigilância. Aroldo Khum Fernandes tentou participar de uma das chapas inscritas para a eleição do Stiep-Ba em 1968, mas não teve sucesso. Segundo informação presente em seu prontuário junto à DIVIN, a Delegação Regional do Trabalho impugnou sua candidatura em razão de existir um processo contra ele na VI-RM<sup>309</sup>. Por este motivo, o jornal *A Tarde*, através da coluna “A Tarde operária” considerou a indicação do trabalhador como um dos membros da delegação enviada pelo Stiep-Ba ao V Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Petróleo, em julho de 1968, na cidade de Belo Horizonte, um verdadeiro “acinte à autoridade”, capaz de indispor os trabalhadores do petróleo com o representante do ministério do trabalho na Bahia<sup>310</sup>. A situação de Fernandes sugere que homens pouco identificados com a ditadura talvez tenham se matriculado nos cursos de formação sindical ofertados pela empresa como uma forma de minimizar desconfianças. Esta estratégia poderia lhes garantir a participação na vida sindical sob menor risco de ser notado como pessoa indesejada.

Outra pessoa mal conceituada junto à comunidade de informações era Herval Salles Galvão. Em 1971 seu nome fez parte de uma lista tríplice enviada pela diretoria do Stiep-Ba à presidência do Tribunal da Justiça do Trabalho contendo os indicados pelo órgão de classe para ocupar o cargo de vogal na Justiça do Trabalho. Entretanto, conforme documento emitido pela Base Aérea de Salvador, sua nomeação era pouco recomendada. Mesmo não havendo nada nos arquivos da Aeronáutica que a desabonasse, Galvão estaria “sendo apoiado em massa pelos esquerdistas, e elementos suspeitos infiltrados” no Stiep-Ba. Seu grande concorrente na lista tríplice era Ernani Pinto de Queiroz<sup>311</sup>, visto pelos militares como “elemento de confiança, integrado no esquema de apoio ao combate à subversão, sendo por suas atitudes antipatizado pela turma de agitadores”<sup>312</sup>. Mais uma vez, o curso de liderança sindical não serviu de salvo conduto junto às autoridades.

Raimundo Nonato Gonçalves de Oliveira foi outro sindicalista com sua fidelidade à empresa e aos ideais do governo brasileiro questionada. A razão da desconfiança foi uma

---

<sup>309</sup> “Prontuário de Aroldo Khum Fernandes”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-971, fl. 5.

<sup>310</sup> “A Tarde operária – Acinte à autoridade”. *A Tarde*, 1/7/1968.

<sup>311</sup> Ernani Pinto de Queiroz havia sido administrador do Stiep-Ba em 1966 e ocupava naquele momento o cargo de vice-presidente do sindicato. Ver: “Prontuário de Ernani Pinto de Queiroz”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-2189.

<sup>312</sup> “Prontuário de Herval Salles Galvão”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-9333, fl. 2.



nota por ela assinada<sup>313</sup>, assumindo posição contrária à repressão policial ao movimento estudantil em agosto de 1968<sup>314</sup>. Segundo a própria DIVIN, sua assinatura constou no documento como uma formalidade. Isto tornou o fato irrelevante e não trouxe implicações negativas para o trabalhador. O órgão de investigação, mesmo assim, lembrou-se da participação do trabalhador no V Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Petróleo. Mesmo não tendo seu emprego comprometido por causa de sua atuação política, Raimundo Nonato não teve longa trajetória à frente do Stiep-Ba. Foi eleito em 1968 para o cargo de delegado sindical do órgão, mas no ano seguinte teve o seu mandato cassado. Nunca mais voltou a concorrer a qualquer cargo de direção nas entidades trabalhistas aqui investigadas<sup>315</sup>.

Esta pequena amostragem discutida denota que a política de formação de dirigentes sindicais empreendida pela empresa não logrou grande sucesso. Nenhum dos petroleiros identificados no curso de 1965 teve vida longa na atividade sindical e nem mesmo chegou a ocupar os principais cargos da diretoria do Stiep-Ba, mesmo que fosse num curto espaço de tempo. Além disso, a documentação da comunidade de informações sugere que nenhum deles conseguiu se fazer plenamente confiável junto aos órgãos policiais da ditadura. Por fim, o fato de o mesmo conjunto documental sequer fazer menção à formação obtida por estes trabalhadores, sugere a existência de um descompasso entre os dirigentes da Petrobras envolvidos na política de formação de líderes e as equipes atuantes no seu órgão de inteligência e informações.

Com efeito, o regime teve muita dificuldade em obter demonstrações mais evidentes de satisfação e de adesão operária aos novos tempos. Pela própria mentalidade difundida na Escola Superior de Guerra, associada às circunstâncias em que o golpe de 1964 aconteceu, o calendário de celebrações do regime militar foi pensado sem espaço para grandes demonstrações populares. A forma relativamente discreta como eram realizadas as festas do dia dos trabalhadores e do aniversário da Petrobras mostra que não havia grande interesse em efemérides dessa natureza. Havia um aparente temor em relação às manifestações coletivas em espaços públicos. Assim, a maneira encontrada pela ditadura para prestigiar o trabalhador brasileiro foi através de uma iniciativa gestada dentro dos gabinetes do mundo empresarial.

---

<sup>313</sup> “Aviso”. *Jornal da Bahia*, 14/08/1968.

<sup>314</sup> Sobre a movimentação estudantil na cidade de Salvador em 1968, ver: Antonio Maurício Freitas Brito. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, pp. 146-162. Um relato memorialístico sobre os eventos de 1968 pode ser visto em: Ubiratan Castro de Araújo. “1968: o movimento estudantil na Bahia, um testemunho”. In: *Perspectiva Histórica*, vol. 2, nº 3, jul-dez 2012, pp. 85-96.

<sup>315</sup> “Prontuário de Raimundo Nonato Gonçalves de Oliveira”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-5823.

Ela trazia à tona e louvava um modelo individual de disciplina e sucesso que, por estar ao alcance de qualquer um, poderia ser perseguido pela coletividade operária.

### **3.3 A Petrobras e a Campanha do Operário Padrão**

---

Em 1965, um ano após o golpe que derrubou João Goulart da presidência, foi anunciado um concurso que se tornaria a iniciativa mais bem sucedida de incentivo ao comportamento operário considerado ideal pela ditadura. Mesmo sem ser uma ação direta dos governantes, o “Concurso do Operário Padrão” foi concebido conforme o ideário de relações trabalhistas almejadas para a nova fase política do país. O SESI, seu idealizador, vinha a bastante tempo defendendo a adoção de uma política de paz social, baseada no desenvolvimento de relações harmônicas entre Estado, patrões e trabalhadores. Nesta relação triangular caberia aos operários a função de apenas obedecer. A concórdia almejada pelos empresários baseava-se, portanto, no enfraquecimento da autonomia operária e na diminuição do poder de suas estratégias de luta.

A saída de circulação das principais lideranças sindicais abriu a brecha necessária para o fortalecimento desse discurso, tornado público através da campanha do operário padrão. A ação pedagógica e disciplinadora do concurso mirava primordialmente o plano individual. Assim, a campanha pretendia construir um arquétipo ideal de trabalhador, cidadão, pai de família e patriota, modelo a ser seguido por todos os homens de respeito.

A ideia de laurear os empregados promotores da harmonia no seu ambiente de trabalho e comprometidos com o engrandecimento do país antecede em muitos anos ao golpe de 1964. A primeira vez em que a proposta apareceu foi no pós Estado Novo. Através da “Carta da Paz Social”, parte do empresariado nacional demonstrava o desejo de instituir um meio de condecorar a eficiência e esforço dos operários em seus locais de trabalho<sup>316</sup>. Dentro desse espírito, em 1952, o presidente Getúlio Vargas anunciou um prêmio a ser concedido aos trabalhadores que contribuíssem com o progresso da indústria nacional, enfatizando práticas capazes de colaborar para o crescimento da produção ou para diminuir a dependência em

---

<sup>316</sup> Daniela de Campos. *A campanha operário-padrão – como tornar-se um modelo de trabalhador (1970-1985)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 63.

relação à tecnologia estrangeira<sup>317</sup>. O projeto em questão não deslanchou e sequer saiu do papel, mas outras iniciativas viriam.

Ainda na década de 1950 o jornal *O Globo*, em parceria com o SESI, realizou uma premiação que já carregava o nome mais tarde utilizado. A edição de 1955 do Concurso do Operário Padrão visava premiar o melhor motorista do Rio de Janeiro<sup>318</sup>. Weinstein atribui a sua realização a um esforço do jornal para ampliar sua difusão junto às classes populares, uma vez que seu perfil era mais aceito pelas classes média e alta. Ainda segundo Weinstein, como os editores do jornal não dispunham de contatos eficientes com as camadas empresariais e nem com os sindicatos, o projeto foi abandonado já no ano seguinte. Daniela de Campos, por sua vez, confere uma vida mais longa para essa primeira fase do concurso, embora de pouco destaque. Em 1956, em comemoração ao seu aniversário de dez anos, o SESI realizou um evento nacional, que contou com a participação de doze candidatos. Posteriormente, até 1964, o jornal continuou discretamente a atividade, já sem a parceria com a associação empresarial<sup>319</sup>. Não há informações muito precisas sobre essa primeira fase do certame na Bahia. Desconhece-se registro na literatura acadêmica sobre o assunto. *O Jornal da Bahia*, contudo, ao noticiar o resultado da eleição de 1965, mencionou que nove anos antes o senhor Liberato Barros havia sido o primeiro ganhador do prêmio no estado<sup>320</sup>.

Dúvidas à parte, o certo é que as bases ideológicas da premiação foram lançadas antes do golpe, mas a implantação da ditadura produziu o melhor momento para o aprofundamento e a difusão da campanha. A grande afinidade existente entre o jornal comandado por Roberto Marinho, expressivas parcelas do empresariado e os líderes políticos da ditadura sedimentou um acordo entre o SESI e *O Globo* para a retomada do concurso, dessa vez sob a organização da agremiação de industriais. Caberia à folha carioca o trabalho de divulgação.

A realização do evento previa a inscrição das empresas interessadas. Elas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo SESI, selecionariam seus candidatos à premiação regional a qual, via de regra, era estadual. Após esta etapa, seria escolhido o campeão

---

<sup>317</sup> Barbara Weinstein. “The model worker of the paulista industrialists: the ‘Operário Padrão’ Campaign, 1964-1985”. *Radical History Review*, nº 61, 1995, p. 93.

<sup>318</sup> Idem, p. 94-95.

<sup>319</sup> Campos, *A campanha operário-padrão*, p. 73.

<sup>320</sup> “Operário recebeu 1 milhão”. *Jornal da Bahia*, 2/10/1965. Como o objetivo desta tese não é analisar o Concurso de Operário-Padrão, fiz a opção de não averiguar maiores detalhes sobre o assunto, o que demandaria em uma pesquisa documental que extrapolaria não só a temática, mas as próprias balizas cronológicas deste estudo.

nacional<sup>321</sup>. Assim, imaginava-se que a cada ano haveria mais do que apenas um vencedor. As glórias e as distinções eram concedidas em variados níveis. Sem dúvida, já seria um orgulho muito grande ser escolhido para representar a empresa. Mas o prestígio poderia ainda ser maior, pois com a disputa era possível estar no mesmo espaço das principais autoridades do seu estado e do país, recebendo deles cumprimentos, elogios, diplomas e quiçá prêmios. O coroamento do concurso era, portanto, a possibilidade de ter um encontro com o Presidente da República<sup>322</sup>.

A primeira edição do certame em âmbito nacional durante a ditadura aconteceu em 1965. As notícias veiculadas pela imprensa baiana sugerem uma série de incertezas em relação ao seu sucesso, mesmo sendo uma atividade muito afinada com os novos rumos do país e supostamente abraçada pelo empresariado local. Edgar Medrado, chefe do Serviço de Orientação Social do SESI e organizador do concurso no estado, foi aos jornais minimizar notícias que davam conta do baixo interesse das empresas em relação à nova iniciativa. Segundo ele, quatro estabelecimentos já haviam inscrito seus trabalhadores no concurso. Mesmo assim, Medrado admitiu certa dificuldade em obter a adesão de algumas unidades industriais, dentre as quais a Petrobras. Elas tinham demonstrado pouco interesse em participar do evento em razão do possível desconforto em indicar o seu escolhido, pois isso “poderia melindrar os demais funcionários”<sup>323</sup>. Alguns dias depois, ele voltou à imprensa para informar que mesmo com 17 adesões, o prazo de inscrições havia sido prorrogado por mais um mês a fim de permitir que novos interessados aparecessem. Acreditava-se que a fixação do valor do prêmio em um milhão de cruzeiros seria um atrativo a mais e provavelmente aumentaria o número de participantes<sup>324</sup>.

O vencedor da disputa estadual daquele ano foi o operário Bertoldo Cirilo dos Reis, chefe mecânico empregado na “Companhia Progresso e União Fabril da Bahia”. A matéria que noticiou sua premiação enfatizou o fato de Bertoldo cumprir as exigências de ter “uma folha limpa, sem qualquer punição ou ausência injustificada, ascensão nos quadros funcionais, tempo de serviço regular e uma vida comunitária que o recomendasse”<sup>325</sup>. Em seus mais de cinquenta anos de serviço, o septuagenário operário padrão da Bahia representava o primeiro grande exemplo positivo dos novos tempos. De acordo com o jornal,

<sup>321</sup> Barbara Weinstein, “The model worker”, p. 97.

<sup>322</sup> Daniela de Carvalho, *A campanha operário-padrão*, p. 76-84.

<sup>323</sup> Além da Petrobras, segundo o jornal, a Souza Cruz e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) usaram esse argumento para não participar do concurso. “Operário padrão’ é bem recebido”. *Jornal da Bahia*, 19/8/1965.

<sup>324</sup> “Operário padrão’ já tem 17 inscritos”. *Jornal da Bahia*, 9/9/1965.

<sup>325</sup> “Operário recebeu 1 milhão”. *Jornal da Bahia*, 2/10/1965. “Operário padrão”. *Jornal da Bahia*, 1/10/1965.

o operário em questão sintetizava o tão propalado entendimento entre capital e trabalho. Seu diploma de bom comportamento foi emitido em cerimônia que contou com a presença das mais importantes autoridades políticas e militares do Estado<sup>326</sup>.

A dificuldade do primeiro momento não persistiu nos anos seguintes. O sucesso do evento foi enorme. Até mesmo setores não fabris tomaram a liberdade de realizar suas versões da disputa. Em uma parceria entre a Secretaria Estadual do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES) e o comando da VI-RM, um soldado do 19º Batalhão de Caçadores (19BC) foi condecorado com a honraria num concurso exclusivo para militares. Em uma concorrida cerimônia, o militar Cidemário Pereira dos Santos recebeu seu diploma e ouviu rasgados elogios à “Revolução”, cada vez mais preocupada, segundo as palavras de Renato Medeiros Neto, secretário estadual do trabalho, em promover o homem e integrar os brasileiros ao seu projeto de desenvolvimento<sup>327</sup>.

Nas primeiras declarações públicas sobre o concurso, a Petrobras estava ausente. Entretanto, o aparente desinteresse da estatal do petróleo não se confirmou, pois, já em 1965 a companhia realizou internamente a eleição de seu operário padrão. Tudo indica que Antonio Aníbal Fracassi, o escolhido pela Petrobras naquele ano, não participou da versão estadual do concurso. O mais plausível é que diante do sucesso do evento e, possivelmente já prevendo a conveniência política da iniciativa, a estatal tenha se animado em realizar sua versão interna da premiação. Talvez pelo prestígio e importância da empresa, Aníbal foi o único vencedor de concursos internos a ter o seu nome divulgado pelo *Jornal da Bahia*<sup>328</sup>.

Ao analisar a premiação, Daniela de Campos assevera que, mesmo havendo um índice de pontuação orientando as escolhas, os critérios utilizados eram, geralmente, bastante subjetivos. Havia, no entanto, uma profunda relação destes referidos critérios com o espírito de colaboração entre trabalhadores e empresa, valor caro à Ditadura Militar. Defesa da família, iniciativa em poupar uma certa quantia em dinheiro para possíveis emergências ou

---

<sup>326</sup> Participaram de toda a Cerimônia de Escolha e Premiação: Orlando Moscoso (vice-governador); Valter Penedo Cavalcanti Albuquerque (representante do prefeito de Salvador); Amadiz Barreto (Delegado Regional do Trabalho); Jaime Vilas Boas (presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia); Antonio Leal de Guena (presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado da Bahia); Ulisses Barbosa Filho (representante do Conselho do Sesi); José Macedo Aguiar, (Conselho da Federação das Indústria do Estado da Bahia); Batista Vieira, (representante dos Diários Associados); Hélio Mendes da Cunha (representante do *Jornal da Bahia*); e o industrial Fernando Costa D’Almeida. Além deles, Lomanto Junior (governador Estado) e o General João Costa (Comandante da VI Região Militar) estiveram presentes na primeira parte da celebração. Ver: “Operário-Padrão”. *Jornal da Bahia*, 1/10/1965.

<sup>327</sup> “Soldado ganhou ontem no 19 BC prêmio da SETRABES como ‘Operário Padrão’”. *Jornal da Bahia*, 10/10/1969.

<sup>328</sup> “Operário padrão da Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 1/1/1966.

projetos futuros, espírito de colaboração e perseverança eram qualidades destacadas no certame, que também levava em consideração assiduidade, pontualidade, tempo de serviço e ausência de punições disciplinares, atributos mais fáceis de mensurar. O concurso não exigia, nesse primeiro momento, filiação sindical para os candidatos.

A escolha era feita, basicamente, através da análise dos currículos dos participantes. Estes, normalmente, eram preparados pela própria empresa, possivelmente pelos setores de recursos humanos. De acordo com Weinstein, os currículos dos operários eram divididos, em geral, em quatro partes: dados básicos, vida familiar, vida profissional e vida em comunidade. Em alguns anos, os dossiês apresentavam ainda as seções “consciência nacional” e “consciência sindical”. No esforço de louvar os seus candidatos, não raro as empresas enfatizavam detalhes que considerassem positivos ou então omitiam informações da vida do trabalhador capazes de tirá-lo do “padrão” desejado. Ademais, as biografias ali contadas assumiam o ponto de vista do patrão ou até mesmo do SESI, ou seja, os documentos não privilegiavam a ótica operária e ainda diziam aquilo que os organizadores do certame queriam ouvir<sup>329</sup>.

No caso da versão baiana do concurso, durante os seus primeiros anos de realização, os trabalhadores da Petrobras receberam uma grande quantidade de prêmios. Os escolhidos de 1966, 1967, 1969 e 1970 laboravam na estatal<sup>330</sup>. Desses, David dos Santos Caldeira foi contemplado com o prêmio nacional. Dois anos depois, Albany Camelo Sampaio, petroleiro lotado em uma unidade da empresa no Ceará, repetiria o sucesso de seu colega baiano. Todos os vencedores ocupavam postos de supervisão na indústria do petróleo. Essa característica já havia sido notada por Weinstein e Rezende em suas respectivas pesquisas. Para a *brasilianista* esse foi, na verdade, um dos aspectos mais marcantes dos vencedores<sup>331</sup>. Com isso, a ditadura e o SESI pretendiam premiar uma trajetória exitosa de trabalho, que seria capaz de marcar a vida dos operários premiados<sup>332</sup>.

Para Vinícius Rezende, o concurso representava uma forma de cooptação dos trabalhadores pelo capital. Em suas palavras, ocorria ali a difusão da “ideologia da ascensão

---

<sup>329</sup> Barbara Weinstein, “The model worker”, p. 98.

<sup>330</sup> Os vencedores foram: Augusto Ferreira de Jesus (1966); Eugênio Antonelli (1967); Jorge Martins de Souza (1969) e; David dos Santos Caldeira (1970).

<sup>331</sup> Weinstein, “The model worker”, p. 102.

<sup>332</sup> Carolina Dellamore. “(Re)compondo as memórias de um operário padrão durante a Ditadura Militar”. In: Carolina Dellamore; Gabriel Amato; Natália Batista (orgs.). *A Ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

social e da harmonia entre capital e trabalho”<sup>333</sup>. Essa cooptação enfatizada pelo autor é o mesmo que Weinstein chamou de “industrialismo”, ou seja, a defesa de que era possível a ascensão social, com a saída da condição de classe operária em direção à classe média, mesmo dentro da fábrica e com baixo nível de instrução formal<sup>334</sup>. A revista oficial da Petrobras quando relatava os feitos de seus funcionários fazia questão de descrever com detalhes suas trajetórias, demonstrando o ponto de partida e onde cada um dos trabalhadores chegara dentro da hierarquia da empresa. Por se tratar de homens com mais de 10 anos de serviço, eram apresentados também os cursos e viagens para qualificação e treinamento que haviam realizado. A estatal do petróleo aproveitava o momento para não deixar dúvidas de que era uma das grandes responsáveis pela “glória individual” de seus empregados.

De fato, em todas as matérias publicadas sobre a premiação, a revista *Petrobras* procurava ressaltar a afinidade existente entre os ideais da empresa e os trabalhadores envolvidos no concurso. A revista da companhia, no seu esforço para ressaltar a importância da conquista atingida, enfatizava o espírito de colaboração com a empresa e a disposição infatigável para trabalho como grandes qualidades dos premiados. Eugênio Antonelli, segundo o editor do periódico, mesmo em seus dias de folga, tinha o hábito “de dar ‘uma voltinha’ às unidades para ver se tudo vai bem”. A esposa e as filhas de David Caldeira, por sua vez, já não estranhavam mais quando a empresa “roubava” seu familiar mesmo em suas horas de lazer. O supervisor de operações era constantemente “chamado fora do expediente normal para prestar assistência técnica às unidades sob sua responsabilidade”<sup>335</sup>.

Mesmo com a propalada jornada extra, participar do concurso de operário padrão parecia ser razão de grande honra, pelo menos nos círculos sociais mais afinados com a direção da empresa durante a ditadura. O redator da coluna semanal Mataripe Social relatou algo definido por ele como uma brincadeira. Contou a existência de um boato que colocava seu nome como indicado para concorrer pelo Departamento de Manutenção ao posto de Operário Padrão da unidade. O petroleiro tentou fazer em sua coluna um exercício de modéstia, e apresentou uma confusa desculpa para negar a sua suposta indicação. Disse estar de férias na época da consulta feita aos pares, logo seu nome não poderia ter sido lembrado, porque a votação não era “ecclética”, ou seja, o funcionário só poderia votar em alguém que estivesse lotado em seu setor de trabalho. Com isso, os votos recebidos no Departamento de

---

<sup>333</sup> Vinícius de Rezende. *Vidas fabris: trabalho e conflito social no complexo coureiro calçadista de Franca-SP (1950-1981)*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 230.

<sup>334</sup> Barbara Weinstein, “The model worker”, p. 102-103.

<sup>335</sup> “Eugênio é operário-padrão da Bahia”. *Petrobras*, jan-fev 1968, p. 2. “David – operário 70”. *Petrobras*, nov-dez, pp. 28-29.

Manutenção deveriam ser anulados. Por fim, definiu tudo como uma simples brincadeira e ainda teve o trabalho de sugerir pessoas mais indicadas para o posto, como Pedro Fracassi, Almir Matias, Ajurimar Simões e Edvaldo Peixoto<sup>336</sup>. Brincadeira ou não, o fato do colunista ter gastado sua tinta para narrar tal episódio revela que havia um clima favorável ao concurso entre muitos petroleiros. Essa questão era certamente comentada nas rodas de conversa e é possível até imaginar que muitos trabalhadores tenham realizado uma pequena campanha para si ou para algum colega. Talvez, até mesmo a matéria no jornal tenha sido campanha para alguém.

A companhia dava grande relevância ao evento e às conquistas dos seus trabalhadores. Em janeiro de 1968, o general Arthur Candal Fonseca, então presidente da Petrobras, visitou a Região de Produção da Bahia para inspecionar os campos de produção, e conduzir a tradicional cerimônia de entrega de diplomas e escudos aos petroleiros que completavam dez anos de serviço. Na ocasião, o cerimonial reservou espaço para a realização de uma homenagem aos três primeiros colocados na etapa interna de escolha do operário-padrão<sup>337</sup>. Era como se a direção quisesse dizer que nas suas fileiras muitos trabalhadores poderiam servir de exemplo. O empregado da Petrobras, mesmo quem tinha a oportunidade de disputar o título no evento do SESI, ou até mesmo quando era inscrito na disputa, mas não chegava às etapas finais, poderia ser reconhecido pela Petrobras como alguém capaz de ser premiado.

A ascensão ao posto de operário padrão era apenas a porta de entrada para novas glórias e reconhecimentos. Ganhador do concurso estadual de 1969, o petroleiro Jorge Martins de Souza, também conhecido como Mestre Jorge, foi condecorado seis meses depois da obtenção do título com o grau de Cavaleiro da Ordem do Mérito do Trabalho. A honraria foi outorgada por Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República e também Grão Mestre da dita ordem. Uma publicação da Região de Produção da Bahia enaltecia o prêmio, pois Jorge fora o primeiro operário da empresa a ser distinguido com tal comenda<sup>338</sup>. A sua relevância pode ser medida, por exemplo, pelo fato do diploma recebido pelo trabalhador ter sido arquivado em sua pasta na Divisão de Informações, como prova indelével do apreço que as autoridades tinham por ele. Essa distinção talvez tenha sido a mais alta demonstração de

<sup>336</sup> “Mataripe Social”. *Jornal da Bahia*, 1/11/1967.

<sup>337</sup> “Presidente da Petrobras chega hoje a Salvador para visita de inspeção”. *Jornal da Bahia*, 18/1/1968.

<sup>338</sup> Criada pela Presidência da República através do Decreto nº 62.819 de 4/6/1968, a Ordem do Mérito do Trabalho visava condecorar pessoas de destaque no campo das relações de trabalho. A sua ordem de criação foi revogada em 24/10/2007, por meio do Decreto nº 6.247, responsável por rebatizá-la de Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas. Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6247.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6247.htm) e [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D62819.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62819.htm), acesso em 18/07/2016.



reconhecimento às qualidades do operário, mas não foi a única. Seus colegas de trabalho o presentearam com uma estátua de bronze<sup>339</sup>.

A imprensa local fez questão de registrar os feitos do mestre Jorge, cobrindo de elogios o operário padrão do estado. Os jornais publicaram algumas matérias, abordando desde as suas expectativas para com o concurso nacional até mesmo os seus hábitos cotidianos. Todas louvavam seu comprometimento com o trabalho e sua condição de pai de família exemplar. Jorge, segundo um vespertino, além de não ter nenhum vício, nos seus vinte e sete anos de trabalho na indústria do petróleo nunca havia se afastado sequer um dia, mesmo para tratamento de saúde. O trabalhador também nunca havia recebido punição disciplinar. Dentre os seus hábitos diários, estava a leitura voltada apenas para títulos técnicos<sup>340</sup>. Na sua estante não havia espaço para autores que pudessem ser considerados subversivos.

Alguns anos depois, Jorge ainda era apresentado como um exemplo para os demais trabalhadores. Na sua edição do primeiro trimestre de 1975, a revista *Petrobras* lembrou o operário, àquela altura já aposentado. Mesmo distante do trabalho, sua trajetória continuava servindo de exemplo para os seus colegas da ativa, afinal, ele era um homem merecedor de muitas distinções. Isso ocorria por causa de sua “criatividade” e “sua aptidão natural”. Elas fizeram com que em muitas ocasiões suas atitudes inovadoras garantissem uma importante economia para os cofres da companhia. Por exemplo, em uma determinada ocasião Jorge idealizou algumas ferramentas de trabalho, evitando que a Petrobras recorresse ao mercado externo em busca de soluções. Isso garantiu a permanência de alguns milhares de cruzeiros em território nacional e nos cofres da empresa<sup>341</sup>.

Vinícius de Rezende, em seu estudo sobre os trabalhadores de Franca-SP, encontrou exemplos semelhantes. Os premiados de 1977 e 1978 na cidade da indústria calçadista atuavam na chefia da seção de manutenção de máquinas. Benedito Manoel Pereira e Fausto José Pimenta, segundo o autor, desenvolveram ou aperfeiçoaram técnicas que propiciaram importantes lucros às suas empresas através do aumento da sua produtividade<sup>342</sup>. Essa dimensão do trabalho era, de fato, incentivada pela organização do concurso. De acordo com Weinstein, havia no currículo dos concorrentes um espaço chamado “criatividade e produtividade”, no qual as ações do operário visando o aumento da lucratividade deveriam ser

---

<sup>339</sup> “Representar bem a Bahia: uma das metas de Jorge, operário padrão – 1969”. *Jornal da Bahia*, 9 e 10/11/1969, p. 2.

<sup>340</sup> “A tarde operária – Operário padrão”. *A Tarde*, 31/10/1969.

<sup>341</sup> “Operário padrão”. *Petrobras*, jan-fev-mar 1975, pp. 40-42.

<sup>342</sup> Maria José Rezende, *A ditadura militar*, pp. 166-167.

apresentadas<sup>343</sup>. No caso específico da Petrobras essa qualidade ganhava também a legitimação proveniente do caráter estatal da empresa. Aumentar os seus lucros era aumentar a riqueza do país.

Naqueles anos, o exemplo de Mestre Jorge foi fartamente lembrado. É relevante destacar que, em meio a tantas homenagens, era possível ouvir a sua própria voz. Suas intervenções, em geral, enalteciam as ações e os ideais dos militares. Por esse motivo, suas falas eram, obviamente, usadas pelas publicações alinhadas à ditadura. Jorge teceu elogios à política da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e à instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA). Para ele, os empregos e oportunidades gerados colocavam o operariado baiano e as novas gerações em um novo patamar, com novas oportunidades de emprego e crescimento pessoal. É muito difícil saber qual era a exata opinião de Jorge em relação à ditadura, mas é plenamente perceptível o esforço da imprensa em transformar suas declarações em verdadeiros elogios à política aplicada no país<sup>344</sup>.

Ao falar um pouco sobre si e deixar uma mensagem para seus colegas, Jorge corroborava o ideário dos militares. O seu pedido para que todos lutassem por um “título dessa envergadura”<sup>345</sup>, bem como a afirmação de ser “apenas um instrumento” a serviço de sua pátria<sup>346</sup> encaixavam-se perfeitamente no arquétipo do trabalhador ideal da Ditadura Militar. Jorge respeitava seus superiores, estava sempre disposto a colaborar, demonstrava uma disposição infatigável para o trabalho, e mantinha distância considerável dos militantes de esquerda. Sua glória individual, motivo de orgulho para todos, era o coroamento de uma trajetória. Se em condições aparentemente mais adversas, Jorge foi capaz de se destacar, porque seus colegas mais jovens não conseguiriam?

O ponto alto dessa história na Petrobras viria, contudo, no ano seguinte. David dos Santos Caldeira, supervisor de operações na Refinaria de Mataripe, foi escolhido o operário padrão do Brasil em 1970. Ao mesmo tempo em que a Ditadura perseguia os militantes de oposição, exultava as conquistas econômicas do regime, e tentava se apropriar do sucesso da seleção brasileira de futebol, a direção Petrobras conseguia a prova cabal de que era possível combater a subversão e levar ao grande público um exemplo muito mais condizente com o seu novo ideário vigente. Foi exatamente na unidade da estatal, considerada seis anos antes

---

<sup>343</sup> Barbara Weinstein, “The model worker”, p. 104.

<sup>344</sup> “As placas de hoje não são mais aquelas de ontem que diziam ‘não há vagas’”. *A Tarde*, 15/12/1969.

<sup>345</sup> “Representar bem a Bahia: uma das metas de Jorge, operário padrão – 1969”. *Jornal da Bahia*, 9 e 10/11/1969, p. 2.

<sup>346</sup> “Operário padrão”. *Petrobras*, jan-fev-mar 1975, p. 40-42.

como a mais trabalhada pela subversão que surgiu um homem capaz de sintetizar as mais altas qualidades esperadas pelos dirigentes da empresa.

A essa altura a Petrobras já havia abraçado totalmente a campanha do SESI. Na Refinaria de Mataripe, por exemplo, já estava consolidado um sistema de eleição bastante elaborado para a escolha do seu representante no concurso estadual. Cada setor ou divisão indicava seu nome favorito, cuja apreciação final seria feita por uma comissão composta por um dirigente ou representante de cada setor ou departamento. A esse júri era acrescido, ainda, uma espécie de conselho de notáveis, composto pelos operários-padrão dos anos anteriores. Eles formulavam uma lista tríplice, mais tarde encaminhada ao superintendente da unidade, o general Oriosvaldo Pereira Lima, que daria o veredicto sobre quem era o vencedor<sup>347</sup>. Esse modelo de escolha se coadunava com a tentativa da ditadura de se revestir de uma aura democrática. Em tese, a escolha do representante era feita pelos seus próprios colegas, mas na verdade, a palavra final sempre vinha dos quartéis. A suposta democracia com ordem ganhava um forte ritual e formulava símbolos que possuíam um grande poder de legitimação.

A companhia não mediu esforços para capitalizar politicamente a vitória de David Caldeira. Seus meios internos e externos de publicidade deram ênfase à trajetória e aos feitos do operador baiano. Além de sua ascensão nos quadros da empresa e de um histórico de ações filantrópicas em seu município, era louvada a economia que ele proporcionara quando aperfeiçoou um processo produtivo, o qual gerou a poupança de sessenta mil cruzeiros diários aos cofres da estatal<sup>348</sup>. Por já ter realizado tarefas em outras unidades da empresa, Caldeira era razoavelmente conhecido para além das fronteiras da Bahia. Com o prêmio, a Petrobras transformou-o em uma espécie de embaixador do bom comportamento. Presenteado com viagens às unidades da Petrobras, o operário-padrão recebeu homenagens e cumprimentos dos colegas que atuavam nas unidades do Sul e do Sudeste do país. Após um breve descanso, voltaria ao seu périplo, tendo como destino os demais estados do Nordeste e também o Norte do Brasil<sup>349</sup>.

O orgulho dos chefes, como não era de se estranhar, era maior ainda na Bahia. A superintendência de Mataripe nomeou uma comissão para coordenar uma série de

---

<sup>347</sup> “Operário baiano é padrão do Brasil”. *Jornal da Bahia*, 14/10/1970. “Mataripe Social”. *Jornal da Bahia*, 1/11/1967.

<sup>348</sup> “Prontuário de David dos Santos Caldeira – Divisão de Informações da Petrobras”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-6691, fls. 13-15. Relações Públicas informa, nº 18/70 – ‘Operário-padrão’ de 1970 é da Petrobras. Informativo Petrobras, nº 90/70, de 9/10/1970 – ‘Operário-padrão’ de 1970 é da Petrobras.

<sup>349</sup> “Mataripe Social”. *Jornal da Bahia*, 30/10/1970.

homenagens para Caldeira. Elas não foram poucas e tiveram início na própria recepção feita no seu desembarque, acontecimento fartamente coberto pela imprensa. Todos queriam ver e ouvir o operário número um do país. Nessa celebração, entretanto, houve espaço para outro vitorioso – o general Oriosvaldo Pereira Lima, principal autoridade da empresa presente à sua recepção. Lá, sem conseguir disfarçar sua satisfação, e exibindo um belo sorriso, o militar afirmou que além de uma honra para a Petrobras e para a Bahia, o operário padrão “era um exemplo para os trabalhadores do país”<sup>350</sup>. Essa frase, constantemente repetida ao se falar dos premiados no certame, adquiria um significado especial na boca do general Lima. Com fama de disciplinador e considerado um homem de poucas palavras, o superintendente de Mataripe não media esforços para impor a sua ordem na refinaria. Àquela altura, parecia que tinha, enfim, cumprido sua missão. A primeira refinaria estatal do Brasil não seria mais lembrada como um covil de comunistas, mas como um local cujo principal produto não era um derivado do petróleo, mas sim uma nova safra de trabalhadores.

De um modo geral, a biografia de Caldeira não diferia da dos demais petroleiros vencedores da competição, exceto por um detalhe. Ele era o mais jovem de todos, o único que apesar de seus dezessete anos de trabalho na indústria do petróleo tinha menos de quarenta anos<sup>351</sup>. Nascido em dezembro de 1933, quando recebeu a premiação, David Caldeira estava prestes a completar 37 anos. Talvez por essa razão muito se procurou saber sobre o seu futuro. Em sua chegada à capital baiana, a imprensa queria respostas sobre os seus próximos passos políticos. Os jornais indagaram se ele tinha a intenção de concorrer a cargos de representação sindical. O operário-padrão rechaçou essa possibilidade. Disse não ter nenhum interesse em atuar nesse campo, pois acreditava que “em nenhuma outra condição, senão na de trabalhador [...] poderia contribuir com maior parcela para o desenvolvimento do País [sic]”. Para ele, política não era algo da alçada dos operários. Havia gente mais gabaritada para tratar de tal assunto e, além disso, a integração do trabalhador à política poderia “ser feita sem necessidade de cargos eletivos”. Segundo suas palavras, o presidente da República já havia tomado as medidas necessárias para a integração social de todos os brasileiros<sup>352</sup>. Por isso, era desnecessária qualquer intervenção fora dos círculos oficiais de poder.

---

<sup>350</sup> “Prontuário de David dos Santos Caldeira – Divisão de Informações da Petrobras”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-6691, fl. 12. “‘Operário-padrão’ acha que participar melhor na condição de trabalhador”. *Diário de Notícias*, 22/10/1970.

<sup>351</sup> A idade dos vencedores concorrentes quando foram premiados era: Augusto Ferreira de Jesus (45 anos); Eugênio Antonelli (52 anos), Jorge Martins de Souza (52 anos).

<sup>352</sup> “Prontuário de David dos Santos Caldeira – Divisão de Informações da Petrobras”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-6691, fl. 9 e 12.

O tempo passou e a opinião de Caldeira mudou. Em 1979, ele foi nomeado pelos militares, prefeito do município de Candeias. A cidade, desde 1972, foi considerada área de segurança nacional e por isso não havia eleição para a escolha de seu prefeito<sup>353</sup>. Esse fato revela que, durante os anos da ditadura, David Caldeira passou de um abnegado operário cumpridor do seu dever a uma pessoa da inteira confiança dos governantes do país. Filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), cumpria mais uma vez o seu papel de homem ordeiro, que somente serviria à comunidade quando fosse impelido ou convidado pelos comandantes de forças maiores<sup>354</sup>.

O interesse dos industriais e do Estado em moldar comportamentos individuais é muito claro e os objetivos expressos na programação do concurso não deixam dúvidas sobre isso. O operário-padrão era o protótipo do homem forjado na linha de montagem, era o cidadão ideal. Bom pai, bom marido, bom colega de trabalho, bom vizinho e também um bom líder. As citadas especulações acerca de uma possível participação de Caldeira na vida sindical, e a sua posterior carreira política, levam a uma reflexão sobre a relação entre as diretrizes da ditadura e o mundo sindical. Para os militares esse homem modelo poderia influenciar os rumos do mundo sindical, impedindo o retorno da “contaminação” dos anos anteriores.

Em primeiro lugar, ficava nas entrelinhas do concurso o seguinte recado: o modelo de trabalhador desejado deveria ser seguido também pelas lideranças sindicais. Era possível e urgente ter um comportamento adequado na sua prática política. Na verdade, os patrões, o Estado e a própria sociedade só respeitariam o sindicalista que soubesse se portar conforme as regras da ditadura. O já citado campo reservado à consciência sindical no currículo dos participantes do concurso sugere que havia uma preocupação, mesmo que mínima, em conferir um sentido positivo à visão que os concorrentes ao prêmio tinham do sindicalismo. Obviamente, para não fugir da regra, os indicados eram afinados com os interesses dos patrões e da ditadura. Weinstein, por exemplo, relata o episódio, que ganhou ares de anedota, no qual um candidato sugeriu que os patrões dessem um bônus em dinheiro

---

“‘Operário-padrão’ há 15 dias não trabalha”. *Jornal da Bahia*, 22/10/1970. “‘Operário-padrão’ acha que participar melhor na condição de trabalhador”. *Diário de Notícias*, 22/10/1970.

<sup>353</sup> Jair Cardoso dos Santos, *Candeias – história da terra do petróleo*, Salvador, Gráfica Salesiano, 2008.

<sup>354</sup> Em 1964, no decorrer das investigações contra os trabalhadores ligados à prática sindical combatida pela ditadura, foi convidado a emitir opinião sobre os suspeitos de subversão. Aparentemente pouco confortável com a situação, o então operador de processo, via de regra, evitou emitir opiniões que pudessem comprometer seus colegas. Ver: “Documentos avulsos referentes à investigação na Bahia”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 412.

aos trabalhadores que conseguissem cruzar a linha do piquete e adentrassem a fábrica em greve<sup>355</sup>.

Na imprensa corporativa da Petrobras a respeito de Augusto Ferreira de Jesus, vencedor da premiação baiana de 1966 é possível se perceber uma tentativa de fazer com que o modelo de trabalhador, tão elogiado pelo novo regime, fosse seguido pelos líderes sindicais. Chama atenção a menção feita à sua relação com o Stiep-Ba. Ferreira foi apresentado como sócio fundador e membro da primeira diretoria da agremiação, na condição de tesoureiro. Ademais, o seu prestígio entre os colegas seria tão grande, que fora convidado em outras ocasiões para fazer parte da direção do sindicato, mas como isso não estava entre suas prioridades, “suas ocupações na empresa o impediram de aceitar”<sup>356</sup>. Segundo o periódico da estatal, estava aí mais um exemplo a ser seguido. Sem desprezar a importância das práticas sindicais, desejando apenas enquadrá-las dentro de um parâmetro ideal, os militares no poder advogavam que a obrigação primordial do trabalhador dizia respeito diretamente ao seu ofício. Isto porque, na atividade industrial, o mundo da política deveria ocupar uma posição secundária.

O cruzamento das fontes sindicais demonstra, entretanto, que a informação difundida pelo periódico era falsa. O nome de Augusto não consta no Livro de Registro de Associados do Stiep, pelo menos até o ano de 1962. Isto denota que sequer um dos primeiros filiados à agremiação ele foi, muito embora sua presença na indústria do petróleo antecederesse a própria criação da Petrobras. Atuando nesse ramo industrial desde 1944, Augusto fez parte do grupo de trabalhadores que integrava o Conselho Nacional no Petróleo (CNP) e fora transferido para a Petrobras com a sua criação. Para completar, e conferindo maior peso à mentira, seu nome, conforme demonstra Oliveira Junior, não consta na lista da primeira diretoria da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Estado da Bahia<sup>357</sup>. Seu papel como fundador da agremiação é simplesmente uma invenção.

Ao apresentar o operário-padrão da Bahia como um homem com fortes ligações com sua organização sindical, a cúpula dirigente da Petrobras fazia mais um esforço para legitimar as constantes intervenções feitas nos sindicatos. Se os sindicalistas de outrora fossem iguais a Augusto aquele mal necessário teria sido evitado. Para os dirigentes da

---

<sup>355</sup> Barbara Weinstein, “The model worker”, p. 108-109. O caso citado pela brasilianista ocorreu já na década de 1980, portanto, numa conjuntura completamente diversa à discutida neste capítulo. Naquela circunstância, inclusive, algumas correntes sindicais já apresentavam um questionamento mais direto às premissas do concurso.

<sup>356</sup> “Resenha – Operário padrão”. *Petrobras*, jan-fev de 1967, pp. 4-5.

<sup>357</sup> Franklin Oliveira Jr, *A usina dos sonhos*, p. 58.

companhia, era preciso construir uma ligação entre esse modelo de trabalhador e a prática sindical. Com isso, ficaria mais difícil o retorno dos “elementos subversivos”, pois os próprios trabalhadores os rechaçariam. Retomando as palavras do Plano de Ação Psicológica, seriam os próprios petroleiros, devidamente instruídos e educados de acordo com os princípios políticos e morais da ditadura, que teriam a devida consciência para desenvolver uma atividade sindical correta, o que cortaria a necessidade de intervenções repressivas.

Esta era, na verdade, apenas uma parte do projeto a ser implementado. Para os novos governantes seria desejável também que à frente dos sindicatos estivessem trabalhadores ocupantes de chefias intermediárias e, portanto, afinados com a ideologia dos dirigentes da empresa. Esta meta, no entanto, era difícil de ser alcançada. As pessoas escolhidas para participar do concurso pareciam não ter na atuação sindical seu principal foco de atenção, sendo possível, inclusive, que não gostassem e até mesmo não reconhecessem a efetividade daquele meio de ação política. Dos quatro petroleiros vencedores do concurso de operário padrão da Bahia nenhum tinha ligação próxima com os sindicatos. Do grupo, só foi localizada a ficha de filiação sindical de David Caldeira, que ingressou como sócio da entidade em setembro de 1955, ainda quando esta era apenas uma associação. Mesmo assim, não foi possível identificar uma relação mais orgânica entre este operário e seu órgão de representação.

A única vez em que um dos premiados assumiu responsabilidades no órgão de classe se deu numa conjuntura bastante especial. O fato envolveu Eugênio Antonelli, o vencedor do certame estadual no ano de 1967. Em finais de 1968, após a destituição de uma direção sindical que adotara uma postura de enfrentamento à ditadura e aos diretores da empresa, Antonelli assumiu a presidência da junta governativa do Sindipetro. Era justamente o seu título recentemente conquistado que estampava a matéria veiculada pelo *Jornal da Bahia*. Ela dizia: “Operário padrão nomeado para substituir Vilela na Direção do Sindipetro”. Sua escolha, conforme sugere o próprio jornal, não foi aleatória. Antonelli – que ostentava o crachá número 001 da Petrobras – aparentava gozar de grande prestígio entre seus companheiros de trabalho.

A condição de trabalhador pioneiro e a idade mais avançada (tinha 53 anos) lhe concediam certa legitimidade, o que parece ter sido percebido pelo superintendente de Mataripe e pelo jornalista. Este ressaltou não só o título há pouco tempo obtido, mas também a estima gozada Antonelli entre os colegas, bem como o fato do seu nome ter sido escolhido

numa relação com mais de cinquenta possibilidades<sup>358</sup>. É relevante ressaltar que, apesar desta lista numerosa, a palavra final foi dada por quem cabia naqueles tempos de ditadura, ou seja, pelo general Oriosvaldo Lima. Sua escolha se deu após uma tentativa mal sucedida. O primeiro presidente da Junta Governativa, nomeado em 1968, havia sido José Vilamário Vilela, aparentemente um homem de confiança da diretoria da empresa e da Delegacia Regional do Trabalho, mas que se viu envolvido em denúncias de corrupção. Com isso, Eugênio Antonelli foi praticamente intimado a assumir o posto de interventor, conforme ele mesmo relata:

*“Eu não quis ir. Eu disse ao general Ariovaldo<sup>359</sup>: ‘Eu não vou, não. Sindicato, comigo, está fora’ Ele disse assim: ‘Ô, vai servir a Petrobras no sindicato. Fim de conversa.’ Aí eu tive que ir”<sup>360</sup>.*

Como suas palavras deixam transparecer, a noção de obrigação e dever patriótico o impeliam a servir à empresa e ao país, mesmo em um âmbito que não era do seu interesse e no qual ele não se sentia muito à vontade. Mais uma vez prevaleceu a ordem do chefe. Foi do general a decisão de que Antonelli deveria assumir o posto e a ele não foi dado o direito de recusa. Fica evidente que a maior virtude desses homens do novo tempo era a obediência. Tornara-se importante saber reconhecer o seu lugar subalterno, abaixar a cabeça e obedecer as ordens de seus comandantes.

O general Pereira Lima, por sua vez, quase um ano depois da sua escolha, mostrava satisfação com o acerto de sua decisão. Em setembro de 1969, o superintendente de Mataripe escreveu para o chefe da Divisão de Informações, afirmando que a junta governativa, encabeçada por Eugênio Antonelli, vinha cumprindo satisfatoriamente sua missão<sup>361</sup>. O seu sucesso no saneamento das contas da entidade, aliado ao engajamento em campanhas assistenciais, deixavam o superintendente de Mataripe satisfeito. O general elogiou ainda “a apreciável ação reeducativa” empreendida pelo grupo de interventores, fato que o animava a desejar que a presença deles frente ao sindicato durasse o maior tempo possível. É relevante enfatizar que não foi obra do acaso o fato de ter sido pelas mãos de um

<sup>358</sup> “Operário padrão nomeado para substituir Vilela na direção do Sindipetro”. *Jornal da Bahia*, 30/10/1969.

<sup>359</sup> Há aqui um erro no nome do superintendente da Refinaria de Mataripe, que pode ser decorrente tanto da fala do entrevistado quanto da transcrição de sua entrevista.

<sup>360</sup> Entrevista de Eugênio Antonelli, concedida ao Projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobras, realizada em Salvador, a 21/6/2003.

<sup>361</sup> Além de Eugênio Antonelli, faziam parte da junta governativa os trabalhadores Antonio Borges e Hugo Gonçalves dos Santos.



operário padrão que o Sindipetro-Ba adentrou no molde sindical almejado pelas autoridades do país. Na correspondência em questão, infelizmente, não há maiores detalhes sobre a natureza dessa reeducação. É possível especular, porém, que ela se referisse a exemplos de disciplina, colaboração, e respeito aos superiores hierárquicos. Afinal, o superintendente ressaltava que, naquele momento, após uma relação bastante conflituosa, estava, enfim, estabelecido entre a chefia e a representação dos trabalhadores um clima correto e respeitoso de diálogo<sup>362</sup>. Não é necessário grande esforço para entender que as bases desse “diálogo” eram aquelas desejadas e ditadas pelo general superintendente.

Tamanha eficiência não chamou atenção apenas do general superintendente. No mesmo mês de setembro, o interventor sindical foi comunicado de que seria promovido ao posto de Cavaleiro da Ordem do Mérito do Trabalho e de que logo receberia sua medalha e seu diploma devidamente assinados pelo ministro Jarbas Passarinho<sup>363</sup>.

A intervenção sindical elogiada e premiada substituiu a direção eleita, presidida por Marival Nogueira Caldas. Diante disso, essa ênfase no estabelecimento de relações amistosas faz muito sentido, pois, além de questões políticas, havia uma animosidade pessoal entre o dirigente sindical afastado e o superintendente. Ademais, Caldas durante os primeiros oito meses de 1968, esteve à frente de uma diretoria capaz de empreender uma série de ações combativas. Diferentemente, relações harmoniosas e amistosas não faltavam entre o mandatário da refinaria e o operário padrão interventor. Em sua entrevista ao Projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobras, Antonelli fez questão de ressaltar as boas relações pessoais que mantinha com Oriosvaldo Pereira Lima.

O concurso de operário padrão procurava cumprir a função de controlar os operários dentro dos muros da Petrobras. Além de exemplos, os escolhidos para candidatar-se no certame eram ou tornavam-se homens de confiança dos chefes. Poderiam ainda estabelecer canais de diálogo e constituição de legitimidade e colaboração entre os comandantes da empresa e do país e o conjunto dos trabalhadores, reforçando o projeto hegemônico da ditadura em seu ambiente de trabalho. Além disso, e talvez o fato mais importante seja que esses homens tornavam-se modelos, símbolos de prestígio, de reconhecimento e de esforço pessoal. Por fim, a ditadura, em seu esforço para moldar padrões de comportamento

---

<sup>362</sup> “Prontuário de Eugênio Antonelli – Divisão de Informações da Petrobras”. Brasil. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-4365, fl. 7.

<sup>363</sup> “Mataripe Social”. *Jornal da Bahia*, 26/7/1969.

individual, acreditava ser possível estender isso para a coletividade e para as instituições. O objetivo final de todas essas ações na Petrobras era o controle das ações coletivas.

Quando observada apenas através dos documentos oficiais, a relação entre as unidades da Petrobras da Bahia e a campanha do Operário Padrão aparenta ter sido um verdadeiro sucesso. Afinal, muitos trabalhadores foram agraciados com o prêmio, alguns deles reforçaram a sua imagem de homens respeitados perante seus colegas de trabalho, houve uma adesão razoável por parte dos operários ao concurso e, pelo menos um dos vencedores conseguiu trilhar um longo caminho nos círculos tradicionais da política. Contudo, no chão da fábrica, tudo indica que os humores não eram tão conformistas e tão contentes assim. Mesmo se tratando de tempos bastante adversos para a demonstração do seu descontentamento, os operários arrumaram uma maneira de se fazerem ouvir.

Um caso contado por Eunápio Costa nos permite perceber que a aceitação ao concurso não foi total e que em pelo menos uma ocasião os operários foram capazes de demonstrar a sua insatisfação. O fato aconteceu em 1971<sup>364</sup> e, segundo o memorialista de Mataripe, envolveu um trabalhador chamado Jonas Cossini, apelidado pelos seus colegas de “Boi-bumbá” ou “Bumba-meu-boi”. Ele era exatamente o oposto do modelo ideal de bom trabalhador projetado pela ditadura e premiado no concurso. Seu prestígio entre os companheiros de trabalho era baixíssimo, já que ele era considerado “um péssimo colega, um mau funcionário e ao que se sabe, ainda um mau chefe de família”. Ele costumava trabalhar com óculos escuros no rosto; isto impedia que os demais trabalhadores e seus superiores percebessem seus cochilos, ajudando a formar a fama de uma figura caricata e desprezada pelos demais operários.

Esta péssima imagem parece ter sido construída através de uma série de ações que contrariavam os valores éticos dos petroleiros de Mataripe. Cossini fora admitido na refinaria como servente. Contudo, seus serviços não eram bem avaliados pelos seus colegas. Segundo Eunápio Costa, na área industrial Cossini “fazia algumas tarefas relacionadas com limpeza, a muito custo e mal feitas”. Apesar disso, anos depois, ele conseguiu na justiça a promoção para a função de operador de processo. Perante o juiz, Boi-bumbá alegou que exercia há tempos esta função, em virtude de seus colegas operadores terem o costume de lhe pedir para abrir ou fechar alguma válvula. A prática de constantemente acionar a justiça contra a Petrobras

---

<sup>364</sup> Eunápio Costa não apresenta o ano do episódio em seu texto, mas foi possível precisar o ano do acontecimento, cruzando as informações do último trabalhador de Mataripe a ganhar o concurso (David Caldeira, em 1970) e a saída do general Oriosvaldo Pereira Lima do posto de Superintendente da RLAM (novembro de 1971).

também deixava seus colegas insatisfeitos e muitos, provavelmente, desejavam ver o colega longe da empresa. Sua condição de trabalhador estável, entretanto, impedia sua demissão, que foi algumas vezes aventada por muitos chefes da RLAM.

Certa feita, como relata Eunápio Costa, “os operários estavam descontentes com muitas coisas e resolveram demonstrar o seu descontentamento”. A forma encontrada para se fazer ouvir foi escolher Cossini como o operário-padrão da empresa. Para concretizar o plano, vários trabalhadores começaram a fazer campanha para o seu candidato, explicando, talvez, o porquê da escolha. O campo devia ser fértil, pois a ideia do protesto malandro e irônico foi abraçada por inúmeros operários. Na apuração final, Boi-Bumbá foi eleito com uma larga margem de votos. A direção da empresa sentiu o golpe. Ao saber do nome escolhido, o general Pereira Lima ficou tão possesso que decidiu anular o resultado e suspender o concurso na refinaria. Segundo Costa, este foi o motivo de Mataripe ter deixado de participar do evento e conseqüentemente não ver mais os seus funcionários laureados com a premiação<sup>365</sup>. De fato nosso memorialista tem razão. Após a escolha de David Caldeira, nenhum outro operário da RLAM conquistou o prêmio.

O caso narrado acima não deixa dúvidas acerca da dificuldade dos militares em fazer com que todos os trabalhadores aceitassem o seu projeto. Mesmo nos anos em que para parte da historiografia, a ditadura teria obtido demonstrações de orgulho popular e consentimento<sup>366</sup>, é possível observar focos de insatisfação, bem como a construção de formas sutis e bastante elaboradas de resistência. O concurso devia irritar muita gente. Afinal, o certame estimulava a competição individual, quando talvez muitos sentissem desejo de ver estimulada a ideia de um por todos, todos por um.

De qualquer sorte, projetar a escolha daquele que era o avesso do operário-padrão para receber o prêmio, convencer os colegas a participar da “brincadeira”, ter coragem para enfrentar a esperada ira de um chefe com fama de “durão” e entusiasta do concurso foi uma iniciativa bastante ousada. Os autores da “brincadeira” não eram militantes no sentido mais restrito do termo, mas souberam aproveitar uma grande oportunidade para deixar o seu recado. Além disso, é preciso dizer que eles correram risco. Se fossem descobertos, poderiam amargar uma demissão ou, no mínimo, verem diminuir possibilidades de promoção e crescimento profissional. A suspensão da participação da empresa no concurso comprova o

---

<sup>365</sup> Eunápio Costa. *O que a história não contou*. Salvador, Gráfica e Editora Arembepe, 1993, pp. 188-194.

<sup>366</sup> Um interessante exemplo desta leva de estudos pode ser encontrado em: Janaína Martins Cordeiro. *A Ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, FAPERJ, 2015.

sucesso dos operários. Contudo, esta não foi a única batalha travada pelos petroleiros. As ações do Stiep-Ba e do Sindipetro-Ba nos primeiros anos do regime foram episódios fundamentais neste processo e merecem ser observadas com atenção.

## CAPÍTULO 4

### O SINDICALISMO PETROLEIRO NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR

Hoje você é quem manda  
 Falou, tá falado  
 Não tem discussão, não  
 A minha gente hoje anda  
 Falando de lado  
 E olhando pro chão, viu  
 Você que inventou este estado  
 E inventou de inventar  
 Toda a escuridão  
 Você que inventou o pecado  
 Esqueceu-se de inventar o perdão<sup>367</sup>

Em Salvador, a comemoração do dia primeiro de maio de 1964 teve como ponto máximo a celebração de uma missa na Igreja do Senhor do Bonfim, santo de grande apelo popular e uma das maiores devoções do estado. Segundo o *Jornal da Bahia*, esta era a primeira vez em que os trabalhadores da cidade eram chamados a subir a colina sagrada para festejar o seu dia<sup>368</sup>. Por se tratar de uma sexta-feira, dia no qual muitos baianos católicos e candomblecistas costumam vestir branco, é possível imaginar que essa foi a cor da maioria dos trajes das pessoas presentes na celebração. O tom apoteótico dado ao evento e o uso recorrente de importantes símbolos da tradição católica local tentavam passar aos habitantes do estado a sensação de que o pior havia passado e o comunismo finalmente havia sido vencido. Segundo a narrativa ali formulada, a Bahia pacífica e católica sobrevivera à ameaça dos atribulados anos do governo de João Goulart e encontraria, enfim, a sua tão desejada paz<sup>369</sup>.

Uma grande estrutura foi montada, contando com mobilização de diversas paróquias do município e a oferta de ônibus gratuitos tanto para conduzir os fiéis ao local da celebração quanto para lhes transportar de volta aos seus bairros. O comando e a organização

<sup>367</sup> Chico Buarque, *Apesar de você*, 1970.

<sup>368</sup> “Trabalhador será homenageado no Largo do Bonfim: Programação”. *Jornal da Bahia*, 01/05/1964.

<sup>369</sup> Para uma análise acerca da mobilização de parte da Igreja Católica na campanha de desestabilização de Goulart na Bahia, ver: Célio Roberto Araújo. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2008. Ediane Lopes de Santana. *Em nome da família, da moral e da propriedade: amém! – as mulheres baianas e a organização da marcha da família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2009.

da cerimônia religiosa ficou sob a batuta do arcebispo de Salvador, Cardeal da Silva. Estiveram presentes o governador Lomanto Junior, o prefeito Nelson Oliveira, o comandante da VI-RM general Manoel Mendes Pereira, o delegado regional do trabalho Amadiz Barreto e diversas autoridades civis e militares. O ato religioso revestiu-se de um caráter cívico e político, afinal, após a missa, houve apresentação das bandas de música do Exército, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Além disso, diversas lideranças estudantis e sindicais, afinadas com o novo regime, discursaram para grande plateia que se fez presente à missa.

Além de celebrar a vitória contra o comunismo, esse ato também mirava o futuro. Sua tentativa era demonstrar à população baiana o caráter e as qualidades do novo regime, bem como explicitar o perfil de trabalhador e o modelo adequado de sindicalismo que seriam condizentes com os novos rumos do país. Essa história, contudo, não foi tão simples nem tão harmônica quanto a celebração pode sugerir. Inúmeros foram os sobressaltos neste período. A Ditadura Militar, especialmente em seus primeiros anos, encontrou uma razoável dificuldade em moldar o movimento sindical, particularmente aquele protagonizado pelos trabalhadores do petróleo.

O sindicalismo petroleiro, por sua vez, viveu o dilema entre aceitar a imposição da nova ordem, para o qual tratar de assuntos políticos era algo indesejado e pouco aconselhado, e a necessidade de manter a sua identidade, procurando debater os grandes temas nacionais e também interferir nos rumos da empresa. Por isso, os primeiros momentos após a intervenção das Forças Armadas foram de muitas incertezas. Os tímidos ensaios de ação dos dirigentes sindicais encontravam uma séria barreira na estrutura autocrática do novo regime. Todavia, para a ditadura as coisas também não aconteceram sem os seus reveses. Em 1968 irrompeu uma direção sindical com grande potencial de mobilização, disposição para criticar os rumos da empresa e enfrentar as principais premissas do governo autoritário. Somente uma nova onda de intervenções e o endurecimento e o aperfeiçoamento dos métodos de repressão, propiciados pela conjuntura aberta pela decretação do AI-5, foram capazes de calar as vozes dissonantes e autônomas dos operários, garantindo a paz silenciosa tão desejada pelos militares.

#### **4.1 Novas direções sindicais e sua tentativa de adequação aos novos tempos**

---

Num primeiro momento, a principal estratégia para a consolidação deste projeto foi o recurso à deposição dos líderes eleitos e sua substituição por administradores nomeados pelo Ministério do Trabalho<sup>370</sup>. Este expediente, diga-se de passagem, não se restringiu à conjuntura de 1964. Afinal, cada vez que uma diretoria de entidade ensaiava passos autônomos, os militares e seus asseclas civis arrumavam algum pretexto para decretar a intervenção sindical e expurgar lideranças indesejadas. Os sócios das entidades vítimas de intervenção ministerial esperavam um tempo razoável para voltar a escolher seus dirigentes<sup>371</sup>. As eleições sindicais, em geral, só voltavam a acontecer após a depuração das lideranças combativas.

Mesmo com uma conjuntura marcada por constantes afastamentos dos sindicalistas indesejados de seus órgãos de classe, os trabalhadores tinham pressa em resolver algumas questões e o ritmo das demandas operárias não coincidia com o tempo necessário para a consolidação dos planos iniciais da ditadura. Talvez por esta razão, a mesma matéria que abordou o andamento dos trabalhos de combate ao comunismo no mundo sindical registrou também a insatisfação de parte dos trabalhadores baianos diante dos índices de reajuste do salário mínimo impostos pela equipe técnica do governo. Evidentemente, o tratamento deste assunto não era prioridade e ficaria para trás.

Na verdade, qualquer enfrentamento, por mais simples que fosse, seria dificultado na nova conjuntura. Tal fato se evidencia no esforço imediato empreendido para regulamentar o direito de greve, fato consolidado através da promulgação da Lei nº 4330 em 1º de junho de 1964. O seu objetivo consistia nitidamente em podar qualquer possibilidade de questionamento operário à exploração patronal e às novas políticas do governo. A nova legislação praticamente inviabilizava o recurso à paralisação do trabalho. Ela ficaria restrita à luta contra o atraso no pagamento de salários. Além disso, trabalhadores atuantes em serviços considerados essenciais ou relacionados à segurança nacional não poderiam recorrer a este expediente de luta<sup>372</sup>. O caráter político das manifestações também seria evitado. Greves de solidariedade estavam vetadas. Ademais, de acordo com o artigo 18 da recém-aprovada lei,

---

<sup>370</sup> Ver: Danielle Franco Rocha. “As lutas dos trabalhadores bancários contra a Ditadura (1964-1985) no Brasil”. In: *OPSIIS*, Catalão-GO, vo. 14, nº1, pp. 225-243, jan/jun 2014.

<sup>371</sup> Heliene Chaves Nagasava. “*O sindicato que a ditadura queria*”: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>372</sup> Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil*, pp. 94-95.

ostentar cartazes contendo críticas a empregadores e autoridades era um ato de violência, razão pela qual estava proibido<sup>373</sup>. Conforme demonstra Ericksson, os efeitos da referida lei foram imediatos, havendo, no estado de São Paulo, uma significativa queda dos movimentos paredistas nos anos seguintes à sua promulgação<sup>374</sup>.

Mais uma vez, o arbítrio era justificado por razões supostamente nobres. Arnaldo Sussekind, ministro do trabalho nomeado logo após o golpe Civil-militar de 1964, afirmou em uma entrevista concedida antes da aprovação da lei que a intenção da regulamentação não era extinguir o direito de greve, mas melhor disciplinar a sua prática. Nas entrelinhas de sua fala ficava evidente que para ele a politização do mundo sindical deveria ser evitada. Em sua avaliação, esse era o motivo que explicava a baixa adesão dos trabalhadores às suas entidades de representação política, quando somente 27% deles eram filiados aos seus sindicatos<sup>375</sup>.

A legislação restritiva era acompanhada por diversas chantagens destinadas a conseguir através da oferta de serviços essenciais aos trabalhadores a adesão e o apoio dos mesmos às entidades sindicais afinadas com o novo governo. Por isso motivo, Sandra Cavalcanti, presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH), ao voltar de uma viagem aos Estados Unidos, informou que somente os trabalhadores filiados a sindicatos afinados com a política do governo Castello Branco teriam direito a pleitear financiamento de imóveis provenientes do convênio firmado entre as autoridades brasileiras e estadunidenses. Cavalcanti sabia das enormes carências do operariado nacional e da importância que a propriedade de uma moradia minimamente digna tinha para a suas vidas. Deste modo, os mais de 40 milhões de dólares obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através de convênios firmados com Aliança Para o Progresso e também através de parcerias com “entidades sindicais norte-americanas” não eram de se desprezar<sup>376</sup>.

A informação veiculada pela imprensa parece ter causado algum desconforto entre os trabalhadores e quiçá junto às autoridades baianas, como se pode perceber pelos jornais locais já no dia seguinte. Desta vez quem vinha a público era o titular da DRT no estado para afirmar que as condições impostas pela presidência do BNH não trariam implicações negativas aos trabalhadores baianos, afinal, “os únicos sindicatos que poderiam ser atingidos pela medida” já estavam “sob regime de intervenção do ministério e, por isso, identificados

---

<sup>373</sup> “Lei nº 4330/64”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4330.htmimprensa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htmimprensa.htm). Acesso em: 10/07/2018.

<sup>374</sup> Kenneth Paul Ericksson. *Sindicalismo no processo político brasileiro*, p. 210.

<sup>375</sup> “Direito de greve não será extinto, mas sim disciplinado”. *Jornal da Bahia*, 01/05/1964.

<sup>376</sup> “Sindicatos contrários a CB nada receberão: Plano habitacional”. *Jornal da Bahia*, 18/02/1965.



com o atual governo federal”<sup>377</sup>. Não é possível precisar, ao certo, a aceitação e o possível sucesso das condições impostas por Sandra Cavalcanti. A única certeza é que o BNH não foi o único órgão ligado ao governo federal a se valer de práticas que poderiam se prestar à manipulação. No ano seguinte, chegou a vez do Ministério do Planejamento anunciar um programa que seria conduzido pelo seu setor de educação. A nota informava a implantação de um programa de bolsas de estudos para filhos de operários. A condição para requerer acesso ao benefício era ser sindicalizado<sup>378</sup>. Contudo, desta vez não aparecia a obrigatoriedade de a entidade sindical estar alinhada com o governo.

Ao observar a relação entre as medidas repressivas no campo da legislação empregada pela ditadura e as ações do movimento sindical, é necessário discutir a imposição da nova política salarial do regime, bem como as questões que envolveram a promulgação do fim da estabilidade no emprego e a introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Na verdade, ambas as ações faziam parte do projeto econômico da ditadura, que pretendia criar as condições para a adoção de um modelo bastante específico de desenvolvimento econômico.

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) atingiu em cheio os trabalhadores. Gestado por economistas de perfil liberal e alinhados tanto com a política econômica norte-americana quanto com os setores do empresariado brasileiro envolvido na conspiração que pôs fim ao governo de João Goulart<sup>379</sup>, o PAEG procurava garantir que a economia do país fosse atraente às grandes multinacionais, bem como visava facilitar também a vida do empresariado nacional. Para isso, o caminho encontrado foi a retração dos gastos públicos e dos salários<sup>380</sup>. Através de uma fórmula bastante complicada, baseada na análise do salário médio real dos dois anos anteriores e a expectativa da inflação futura, a Ditadura Militar impôs aos trabalhadores um verdadeiro achatamento em suas remunerações<sup>381</sup>. Conforme demonstra Costa, entre 1964 e 1967, a redução salarial média dos trabalhadores do país ficou na casa dos 30%, chegando ao caso de algumas categorias (bancários da Bahia,

---

<sup>377</sup> “Condição de Sandra não atinge os sindicatos baianos: apoiam Castelo”. *Jornal da Bahia*, 19/02/1965.

<sup>378</sup> “Bolsa para os operários”. *Jornal da Bahia*, 9 e 10/01/1966.

<sup>379</sup> René Dreyfuss. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1983.

<sup>380</sup> Marcos Napolitano. *1964: história do Regime Militar brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto, 2014, pp. 74-75.

<sup>381</sup> Segundo Resende, esta era a fórmula para a obtenção dos índices de reajuste do salário mínimo: “(i) deveria ser restabelecido o salário médio real dos últimos 24 meses anteriores ao mês de reajustamento; (ii) sobre o salário real médio deveria incidir a taxa de produtividade; (iii) cumpria acrescentar a metade da inflação programada pelo governo para o ano seguinte (resíduo inflacionário); e (iv) ficava estabelecido o princípio da anuidade dos reajustes”. Ver: André Lara Resende. “Estabilização e reforma: 1964-1967”. In: Marcelo de Paiva Abreu [et. al.]. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990, pp. 217.

torrefadores de café de São Paulo e metalúrgicos de João Monlevade – MG) perderem até mesmo mais de 40% em suas rendas<sup>382</sup>.

Ainda dentro do mesmo esforço destinado a construir as bases econômicas do seu projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, os militares e a tecnocracia ligada ao empresariado nacional apresentaram a lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966, que instituía o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O novo ordenamento jurídico instalava um mecanismo de substituição ao direito de estabilidade no emprego, até então obtido pelo trabalhador que completasse dez anos em uma mesma empresa. Em seu lugar, seria aberta uma conta corrente na qual o empregador depositaria mensalmente 8% da remuneração do trabalhador. Este valor poderia ser usado para o financiamento da casa própria ou em alguma situação de emergência. Em caso de demissão, o valor seria sacado pelo trabalhador e este receberia, por um determinado período, o seguro desemprego<sup>383</sup>. Na verdade, este conjunto de medidas se destinava a facilitar a alta rotatividade de mão de obra nas empresas, diminuir a combatividade operária e criar mecanismos de acumulação de recursos por parte do Estado e dos empresários.

A novidade foi recebida com muita incerteza e apreensão pelos trabalhadores. Em visita à Bahia, às vésperas da comemoração do Dia do Trabalhador, o presidente Castelo Branco tirou dúvidas de dirigentes sindicais acerca da nova lei. Segundo suas palavras, a estabilidade no emprego não seria extinta. Ela coexistiria com uma nova possibilidade e caberia ao empregado escolher o modelo que lhe fosse mais conveniente. Ainda de acordo com o militar, os seus assessores estavam estudando uma fórmula que garantisse aos trabalhadores o direito de “optar entre a estabilidade e o Fundo de Garantia livres de qualquer pressão por parte das empresas”<sup>384</sup>. Aparentemente este estudo nunca ficou pronto, restando à classe operária brasileira se adaptar às novas regras.

As mudanças atingiram em cheio uma série de direitos dos operários brasileiros e mesmo com todas as limitações imposta pela repressão, parcelas do movimento sindical partiram para o enfrentamento. Denominaram a nova política de reajustes de arrocho salarial. Em 1967, surgiram alguns movimentos dedicados a combater a situação como o Movimento

---

<sup>382</sup> Edmilson Costa. *A política salarial no Brasil (1964-1985): 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo, Boitempo, 1997, p. 137.

<sup>383</sup> Vera Lúcia Botta Ferrante. *FGTS: ideologia e repressão*. São Paulo, Editora Ática, 1978, pp. 158-172.

<sup>384</sup> “Castelo tranquilizou os trabalhadores quanto à estabilidade”. *Jornal da Bahia*, 1 e 2/05/1966.

Intersindical Antiarrocho (MIA)<sup>385</sup>. Sua existência era resultado de tímidos encontros de dirigentes operários como o II Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, realizado em 1967<sup>386</sup>. A movimentação esbarrava, entretanto, nas amarras impostas pela nova lei de greve, no ambiente depurado que havia se tornado o movimento sindical após os expurgos de 1964 e no próprio temor que esta repressão causara nas bases operárias, obrigando-as a serem ainda mais cautelosas em suas ações. Neste ínterim, é possível observar algumas movimentações dos sindicatos dos petroleiros baianos. Porém, antes de analisá-las em detalhes, cabe examinar com uma grande dose de atenção os caminhos trilhados pelo Sindipetro-Ba e no Stiep-Ba até que estas duas entidades voltassem a ter seus diretores escolhidos pelo seu conjunto de associados.

Durante 1964, este assunto praticamente não foi comentado pela imprensa local. Os primeiros sinais de mudança vieram através de um pronunciamento do interventor do Stiep-Ba. Em janeiro de 1965, Rubens Borba Ramos convidou a imprensa para prestar informações detalhadas sobre um relatório que enviara ao ministro do Trabalho<sup>387</sup>. Nele reunira informações detalhadas sobre supostos desfalques contra os cofres da entidade praticados pela diretoria deposta. Segundo o interventor, as três últimas gestões da entidade haviam sido responsáveis por uma verdadeira dilapidação do patrimônio do sindicato. Conforme a auditoria contratada pelo interventor sindical os desvios chegavam à cifra de 23 milhões de cruzeiros. Contudo, este não foi o único assunto abordado na entrevista. Borba Ramos, funcionário do Ministério do Trabalho, fez questão de expressar sua insatisfação em relação ao tratamento que a Petrobras passou a dar aos representantes operários. De acordo com seu relato, a direção da empresa mandara que o delegado sindical lotado no Terminal de Madre de Deus escolhesse “entre o emprego e a função sindical”. Além disso, foi relatado o insucesso na tarefa de reaproximar a entidade dos trabalhadores. Missão esta que Borba considerou difícilíssima<sup>388</sup>.

O episódio em questão suscita algumas reflexões. A primeira delas diz respeito a um dos principais recursos empregados pela ditadura com o objetivo de desqualificar as lideranças operárias defenestradas e justificar a indisfarçável perseguição contra elas: a acusação de corrupção. Pela natureza das fontes utilizadas nesta pesquisa é praticamente

---

<sup>385</sup> Marcelo Badaró Mattos. “Continuidades e rupturas do movimento sindical brasileiro: o impacto da Ditadura Militar”. In: Marcelo Badaró Mattos; Rubén Vega (Orgs). *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014, p. 182.

<sup>386</sup> Marco Aurélio Santana. “Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática”. *Política e Sociedade*. S/1, nº 13, outubro de 2008, p. 287.

<sup>387</sup> “Interventor vai divulgar falhas”. *Jornal da Bahia*, 03 e 04/01/1965.

<sup>388</sup> “Interventoria no Sindicato de Petróleo viu desfalque”. *Jornal da Bahia*, 05/01/1965.

impossível precisar se as denúncias feitas pela junta governativa tinham algum fundamento. Contudo, é inegável que atribuir à primeira geração de líderes sindicais a alcunha de corruptos, maculando a sua imagem, consistia em uma boa estratégia para viabilizar o surgimento de novos dirigentes para a entidade, certamente mais identificados com os novos governantes do país. Nesse sentido, cabe notar que as denúncias de Rubens Borba Santos coincidiam com as aproximações das eleições sindicais. Após mais de meio ano de promessas, a DRT começou a encaminhar o processo eleitoral nas entidades operárias. É razoável supor que o fato de Wilton Valença não ter sido preso e ter continuado exercendo seu mandato de deputado estadual tenha feito com que ele mantivesse algum grau de contato com os trabalhadores da extração. Tal fato levou as autoridades a temer que ele ainda exercesse algum tipo de influência sobre os rumos do movimento sindical na Petrobras.

A sucessão nos postos de comando das entidades sindicais dos petroleiros parece ter causado grande burburinho entre os trabalhadores. Na RLAM o assunto se tornou, inclusive, pauta de coluna social. Segundo o articulista que tratava dos destaques da vida cotidiana dos moradores da vila operária de Mataripe, havia grande especulação acerca dos possíveis interessados em fazer parte da nova diretoria do Sindipetro-Ba. Alguns grupos começavam a propor nomes e outras pessoas se lançavam em voos solo. Entretanto, ainda segundo o repórter, esta definição ainda demoraria um pouco a acontecer. Afinal, o Ministério do Trabalho pretendia nomear provisoriamente uma nova Junta Governativa<sup>389</sup>. Cerca de um mês depois, a coluna voltava a abordar o tema. Desta vez, gabando-se do fato de ser bem informado, *Petrus* afirmou conhecer as três pessoas que seriam nomeadas pelas autoridades ministeriais para o posto<sup>390</sup>. Um dos nomes especulados na matéria foi o de Valmísio Menezes, pessoa que de fato veio a presidir provisoriamente o órgão.

O Stiep-Ba, por sua vez, também passou a ser administrado por uma Junta Governativa durante os primeiros meses de 1965. Marcos Ferreira Neto, Anderley Souza Silveira e Francisco Miranda assumiram o cargo em 17 de fevereiro. A cobertura da cerimônia de posse, como sinal dos novos tempos, não concedeu nenhum destaque às falas dos trabalhadores. Na verdade, sequer é possível saber se algum deles discursou naquela ocasião, afinal, somente foram registradas as falas de Hamilton de Jesus Lopes, superintendente da RPBA, e de Amadiz Barreto, responsável pelo comando da DRT na Bahia. O superintendente Lopes, por exemplo, deixou um nítido recado para os presentes, tecendo

---

<sup>389</sup> “Mataripe Social”. *Jornal da Bahia*, 26/02/1965.

<sup>390</sup> “Mataripe Social”. *Jornal da Bahia*, 25/03/1965.

inúmeras críticas à direção sindical anterior. Esta, segundo ele, foi responsável por mergulhar a entidade sindical na “corrupção e subversão”. Caberia, portanto, aos novos militantes colaborar com a maior compreensão entre “dirigentes e dirigidos”<sup>391</sup>.

Não há maiores informações sobre a atuação das duas juntas governativas nos sindicatos em questão. O silêncio de ambas durante meses sugere que sua única função era dar tempo aos gestores da companhia e cumprir funções meramente burocráticas. Foi desta forma que ambas as direções agiram no momento das discussões sobre os aumentos salariais dos petroleiros naquele ano. Sindipetro-Ba e Stiep-Ba convocaram suas respectivas assembleias para tratar do tema. O local da reunião seria o mesmo. Elas simplesmente aconteceriam em dias seguidos<sup>392</sup>. Alguns dias depois das reuniões dos operários, em visita às unidades da Petrobras localizadas na Bahia, o presidente da companhia anunciou o percentual de aumento concedido aos seus trabalhadores. Nenhuma menção foi feita a possíveis diálogos e entendimentos com a representação sindical<sup>393</sup>. No momento oportuno, as juntas governativas entrariam em cena para realizar aquela que parece ter sido sua mais importante tarefa: conduzir os futuros trabalhos da eleição dos novos dirigentes operários.

Após 1964, as primeiras eleições sindicais dos petroleiros foram razoavelmente complicadas, especialmente no Stiep-Ba. A repressão causou um nítido desinteresse e um grande temor em relação às atividades de representação operária. Este fato fazia com que os pleitos fossem esvaziados, não atingindo o percentual mínimo de votantes<sup>394</sup>. Além disso, a desarrumação das forças políticas ensejadas pela repressão fez com que as chapas concorrentes não conseguissem, via de regra, atingir a maioria absoluta dos votos, outra exigência expressa pela legislação sindical. Com isso, houve a necessidade de convocação de novas eleições, tornando em muitos casos a escolha dos novos dirigentes sindicais uma verdadeira novela.

Na entidade representativa dos trabalhadores de prospecção do petróleo, as eleições foram inicialmente programadas para acontecer entre 23 e 27 de novembro de 1965. Por razões desconhecidas, a nova direção da entidade não foi escolhida na data estabelecida. Com isso, outro edital de convocação foi publicado e um novo calendário para o pleito foi apresentado. Desta vez, os operários da extração de petróleo iriam às urnas entre 20 e 24 de

---

<sup>391</sup> “Sindicato tem nova diretoria empossada”. *Jornal da Bahia*, 18/02/1965.

<sup>392</sup> “Edital de Convocação de Assembleia – Stiep-Ba”. *Jornal da Bahia*, 21/08/1965. “Edital de Convocação de Assembleia – Sindipetro-Ba”. *Jornal da Bahia*, 21/08/1965.

<sup>393</sup> “Ademar anuncia: pessoal da Petrobras aumentado em 53%”. *Jornal da Bahia*, 03/09/1965.

<sup>394</sup> Tentando minimizar este problema, o governo tornou o obrigatório o voto nas eleições sindicais, através do Decreto Lei nº 229, de 28/02/1967.

janeiro<sup>395</sup>. Contudo, mais uma vez, as coisas não aconteceram conforme o planejado. Sob a alegação de “não terem sido observadas as formalidades legais”, a DRT informou à administração sindical que o processo seria suspenso<sup>396</sup>. O intervalo entre esta tentativa frustrada e o novo agendamento desta vez foi maior. Somente em março, o presidente da Junta Governativa do Stiep-Ba voltou a se manifestar sobre o assunto, estabelecendo o período entre 23 e 27 de maio como a data escolhida para a votação<sup>397</sup>. Incrivelmente, a nova data também não foi cumprida e somente em junho, os petroleiros da área de prospecção conseguiram eleger seus novos líderes. Na ocasião, a chapa encabeçada por Carlos Antonio Costa Cavalcanti obteve a preferência dos sócios da entidade e assumiu mandato nos primeiros dias de julho de 1966<sup>398</sup>.

Quando comparado com o seu co-irmão, o Sindipetro-Ba teve um processo eleitoral rápido. O primeiro escrutínio ocorreu entre 8 e 10 de novembro de 1965. Não obstante o quórum eleitoral tenha sido atingido, a chapa vencedora não conseguiu obter a maioria absoluta de votos. Com isso, foi convocado um novo pleito para os dias 14 a 16 de dezembro. Neste, os candidatos que obtivessem maioria simples dos votos seriam declarados vencedores<sup>399</sup>. O processo contou com duas chapas inscritas, saindo vencedor o grupo encabeçado por Tibério José Pereira<sup>400</sup>. O seu mandato, com prazo estabelecido de dois anos, começou em 06 de janeiro de 1966.

Mesmo com todas as restrições impostas pela conjuntura repressiva e pelo endurecimento da legislação regulamentadora do direito de greve, as entidades sindicais petroleiras eleitas demonstraram algum tipo de disposição para debater os problemas da categoria. Assim, em agosto de 1966 lideranças petroleiras de todo o país realizaram um encontro na Bahia. Dentre os temas discutidos estavam a nova lei de greve, a perda de vários direitos dos trabalhadores da Petrobras desde 1964 e a tentativa de criação da Federação Nacional dos Trabalhadores do Petróleo. O principal assunto abordado na reunião, entretanto, foi a questão salarial. Os sindicalistas se demonstraram insatisfeitos com o percentual de

---

<sup>395</sup> “Stiep-Ba – Edital”. *Jornal da Bahia*, 19/10/1965; “Stiep-Ba – Edital”. *Jornal da Bahia*, 14/12/1965.

<sup>396</sup> “Stiep-Ba – Edital”. *Jornal da Bahia*, 19/01/1966.

<sup>397</sup> “Stiep-Ba – Edital”. *Jornal da Bahia*, 23/03/1966.

<sup>398</sup> A chapa era composta por: Carlos Antonio Costa Cavalcanti, Antonio dos Santos, Fernando Carlos Ribeiro, Sinésio Pereira dos Santos e Severino Marcelino da Silva. Ver: Prontuário de Carlos Antonio Costa Cavalcanti. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0652, fls. 5-6.

<sup>399</sup> “Sindipetro-Ba – Edital de Convocação”. *Jornal da Bahia*, 08/12/1965.

<sup>400</sup> Os membros da chapa eleita foram: Diretoria: Tibério José Pereira, Hugo Gonçalves dos Santos, Marival Nogueira Caldas, Rogério José da Conceição e Ruy de Lima Chaves. Ver: “Sindipetro-Ba Edital”. *Jornal da Bahia*, 28/10/1965.

reajuste proposto pela direção da empresa. Segundo sua avaliação, o índice oferecido não era condizente com alta do custo de vida. Eles reivindicavam um aumento de 73% e, segundo a matéria, não descartaram entrar em greve para obtê-lo<sup>401</sup>.

Dois dias depois, Tibério José Pereira, representando os dirigentes sindicais reunidos, assinou uma nota que circulou nos principais órgãos de imprensa do estado. Segundo o texto, o índice de reajuste salarial apresentado pela direção da empresa distorcia a realidade vivida pelos seus funcionários. Em suas palavras, a situação feria os direitos dos trabalhadores, que não tinham grandes meios para enfrentar o problema, tendo em vista que se encontravam impossibilitados, até mesmo, de recorrer à Justiça do Trabalho, cuja função passara a ser de um mero “órgão homologador das decisões do poder executivo em questões salariais”. Em sua conclusão, o redator da nota procurou tranquilizar os leitores, explicando os caminhos de diálogo traçados pelos dirigentes operários e reiterando o fato de que todas as suas decisões levariam em consideração “a defesa da Petrobras e o respeito à lei”<sup>402</sup>.

Se esta manifestação já deixava fortes indícios da impossibilidade de deflagração de uma greve, o desenrolar dos fatos confirmou esta tendência. Segundo o emissário enviado pelos sindicatos para tratar do assunto com o Presidente da República, a única alternativa possível seria manter o diálogo com Castelo Branco visando revogar o decreto que estabeleceu o percentual de reajuste. Em outras palavras, a obtenção de um aumento maior só seria possível através da boa vontade do governo. Mesmo assim, o descontentamento era indisfarçável. Maior que ele, somente o temor em relação a novos atos arbitrários contra as entidades e seus representantes. Os sindicalistas cogitaram, inclusive, emitir um manifesto pedindo apoio de bancários e metalúrgicos. Seus termos, entretanto, não poderiam pressionar e muito menos causar irritação aos governantes<sup>403</sup>.

Assim encerrava-se a primeira celeuma pública entre entidades sindicais petroleiras e o governo ditatorial. O insucesso dos sindicalistas e a sua reduzida margem de ação foram os aspectos mais flagrantes. Ao mesmo tempo, é possível perceber que a categoria sentia na pele os mesmos problemas vividos pelos demais segmentos da classe trabalhadora. O arrocho salarial também chegava aos petroleiros. Além disso, ficava ainda mais evidente

---

<sup>401</sup> “Petroleiros dispostos à greve para conseguir reivindicação salarial”. *Jornal da Bahia*, 10/08/1966. Segundo a reportagem, participaram do encontro representantes dos trabalhadores das seguintes unidades da empresa: Alagoas, Amazonas, Bahia, Duque de Caxias, Guanabara, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tremembé-SP.

<sup>402</sup> “Nota oficial do III Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais – Petroleiros Esclarecem”. *Jornal da Bahia*, 12/08/1966.

<sup>403</sup> “Caminho dos petroleiros será o diálogo para a revogação do decreto 15”. *Jornal da Bahia*, 17/08/1966.

que o projeto econômico e de país levado a cabo pelos militares previa poucas concessões e dispensava parca importância aos operários. A tranquilidade com que os dirigentes da empresa lidaram com o assunto evidencia um alto grau de segurança em relação ao controle sobre o movimento sindical. Nos meses seguintes, contudo, uma nova e inesperada movimentação começou a mudar os ares dentro da Petrobras.

Tudo começou quando em janeiro de 1967, o Brasil passou a conviver com um novo texto constitucional<sup>404</sup>. O movimento sindical petroleiro identificou em seu conteúdo um dispositivo considerado lesivo ao monopólio estatal do petróleo. Tratava-se do artigo 162, cujo conteúdo dizia que “a pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei”. Os sindicalistas identificaram que a nova lei abria brechas para a exploração privada do refino e distribuição do *ouro negro*, pelo fato do novo texto constitucional não dizer expressamente que estas dimensões do negócio estavam protegidas pelo monopólio. As salvaguardas oferecidas pela Lei nº 2004/1953, responsável por instituir o monopólio estatal do petróleo e criar a Petrobras, poderiam não ser suficientes, uma vez que seus dispositivos centrais não haviam sido incorporados pela lei maior do país. Assim, a questão nacional voltava a ser a principal pauta do sindicalismo petroleiro.

Para discutir o tema, as direções do Sindipetro-Ba e Stiep-Ba realizaram uma reunião conjunta, na noite do dia 24 de fevereiro<sup>405</sup>. No encontro decidiu-se pela deflagração de uma campanha de mobilização em defesa do monopólio estatal, objetivando a revogação do artigo constitucional entendido como prejudicial à política monopolista. Segundo Carlos Cavalcanti, presidente do Stiep-Ba, os brasileiros deveriam se preocupar, pois a redação do citado artigo 162 era idêntica à do artigo 163 da Constituição de 1946. Com isso, explicou o sindicalista, qualquer deputado entreguista poderia “com uma simples mensagem dar de presente, ao capital estrangeiro, a maior riqueza que o Brasil possui hoje: a Petrobras”. Os organizadores pretendiam usar dos mais diversos meios para propagandear suas ideias. Seu objetivo era fazer uma grande divulgação do movimento nos jornais, rádio e televisão. Além disso, faixas seriam fixadas e panfletos distribuídos. Demonstrando uma nítida inspiração nas

---

<sup>404</sup> Sobre as circunstâncias de aprovação da Constituição de 1967, ver: Leonardo Augusto de Andrade Barbosa. *História constitucional brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós 1964*. Brasília, Câmara dos Deputados – Edições Câmara, 2012, pp. 98-119. Rogério Gesta Leal; Simone Andrea Schwinn. “Ascensão e queda do regime civil-militar brasileiro: história do autoritarismo nas constituições e a volta do Estado democrático a partir da Constituição da República de 1988”. In: Grimaldo Carneiro Zachariadhes. *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Aracaju, EDISE, 2015, pp. 549-579.

<sup>405</sup> As informações contidas neste e no próximo parágrafo são provenientes de: “Sindicatos do petróleo vão lançar campanha defendendo o monopólio estatal”. *Jornal da Bahia*, 25/02/1967. “Sindicatos de petróleo querem apoio de todos para êxito da campanha”. *Jornal da Bahia*, 27/02/1967. “Campanha pelo monopólio integral atingirá todo o território do país”. *Jornal da Bahia*, 28/02/1967.



primeiras mobilizações populares que versaram sobre o petróleo, seu nome seria *Campanha pelo Monopólio*.

Como foi de costume antes do golpe de 1964, as entidades baianas alegavam não estar sozinhas nesta luta. Conforme afirmou Cavalcanti, os trabalhadores da Guanabara, do Rio de Janeiro e de São Paulo já faziam parte da mobilização. Ainda segundo o sindicalista, em breve petroleiros de todo o Brasil também estariam envolvidos com a campanha. Agora, no entanto, ao anunciar o movimento, as diretorias dos dois sindicatos demonstraram nitidamente que não pretendiam dar ele a mesma dimensão das mobilizações realizadas antes de 1964. O seu ato não poderia ser confundido com a subversão que supostamente grassara na Petrobras nos anos anteriores, por isso ele foi definido como “de caráter ordeiro e disciplinado”. As alianças estabelecidas também procuravam evidenciar esta preocupação. Os sindicalistas tentaram obter apoio da cúpula militar do país, entraram em contato com parlamentares governistas e também colocaram no circuito de ação os superintendentes da RPBA e da RLAM. O general Oriosvaldo Pereira Lima, diga-se de passagem, deu uma longa entrevista ao *Jornal da Bahia* na qual tecia considerações bastante elogiosas acerca da iniciativa do movimento sindical.

O superintendente de Mataripe não foi a única autoridade que externou satisfação ao tomar conhecimento da deflagração da *Campanha pelo Monopólio*. Na sua peregrinação em busca de apoio, os sindicalistas realizaram audiências com o Prefeito de Salvador e o Secretário de Segurança Pública, Antonio Carlos Magalhães e Rui de Lima Pessoa, respectivamente. Ao comentar o assunto, o alcaide disse aos sindicalistas que a campanha deveria ser estendida ao monopólio da indústria petroquímica. Além disso, o político se comprometeu em emitir um comunicado público, hipotecando solidariedade à luta petroleira. Rui de Lima Pessoa seguiu a mesma linha de argumentação, mas deixou claro que seu apoio estava condicionado à manutenção do “caráter ordeiro” do movimento. Na ocasião, os sindicalistas pediram ainda uma intervenção de Pessoa para conseguirem uma audiência com o comandante da VI Região Militar<sup>406</sup>.

O encontro com as duas autoridades se deu às vésperas de uma visita do presidente Castelo Branco à Bahia. A intenção dos sindicalistas era conseguir uma audiência com o militar e angariar seu apoio para o movimento. Eles queriam ainda que o Presidente da República editasse um decreto resguardando ao Estado o monopólio sobre o refino e a

---

<sup>406</sup> “Prefeito e Secretário de Segurança dão apoio à Campanha pelo Monopólio: Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 02/03/1967.

distribuição do petróleo, antes de transmitir o cargo<sup>407</sup>. Esse objetivo também foi apresentado na conversa efetuada com o Secretário de Segurança Pública da Bahia. No encontro, os petroleiros pediram sua permissão para a colocação de faixas da campanha no trajeto que o presidente faria pela capital baiana. Antes de autorizar, Rui Lima Pessoa telefonou para o comandante da VI-RM e somente após seu posicionamento as faixas puderam ser colocadas. Por fim, o secretário pediu muito cuidado aos petroleiros a fim de evitar que “grupos interessados em desvirtuar o sentido do movimento não venham colocar faixas ofensivas às autoridades constituídas”. Os líderes da campanha se comprometeram em manter permanente contato com a Secretaria de Segurança Pública para deixá-la inteirada sobre os seus próximos passos.

De fato, a ação começava a cumprir seus objetivos. Além da simpatia das autoridades e da aprovação dos chefes e superintendentes, os sindicalistas começaram a ganhar a adesão de outros segmentos importantes dentro da empresa. No dia 4 de março, a Sociedade de Engenheiros de Petróleo do Recôncavo (SEPR) tornou público um manifesto, cujo teor corroborava com os argumentos lançados pelos operários, acrescentando outros elementos à discussão. Para a organização dos engenheiros, havia uma série de medidas legislativas em curso que enfraqueciam a Petrobras. A recém-aprovada retirada das isenções fiscais até então garantidas à estatal dificultaria a manutenção dos seus resultados empresariais em níveis satisfatórios. Por fim, a ausência do monopólio do refino e distribuição – os setores mais lucrativos da atividade – impediria a companhia de fazer frente aos trustes internacionais<sup>408</sup>.

Os petroleiros atingiram o ponto alto de sua mobilização ao conseguir uma breve audiência com Castelo Branco. O encontro foi garantido mediante intervenção do governador Lomanto Junior e se deu no intervalo para o café durante a cerimônia de assinatura de convênios entre a Eletrobrás e os governos estadual e municipal. Além de travar uma breve conversa com a autoridade máxima do país, os sindicalistas entregaram ao Presidente um memorial cujos principais argumentos tratavam da relevância da Petrobras para o desenvolvimento do país, do papel dos trabalhadores do petróleo nesta empreitada e da preocupação com um possível fim do monopólio estatal. Procurando tranquilizá-los, Castelo Branco afirmou não entender a razão das dúvidas dos sindicalistas em relação à Petrobras e à manutenção do monopólio estatal do petróleo, pois, de acordo com ele, “o governo não

---

<sup>407</sup> “Sindicatos do petróleo entregarão memorial a Castelo Branco”. *Jornal da Bahia*, 01/03/1967.

<sup>408</sup> “Engenheiros apoiam sindicatos e denunciam ameaças à Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 04/03/1967.

pretende e nunca pensou em deixar de defendê-la”. Após isso, numa fala quase profética, Castello Branco encerrou o diálogo pedindo que os líderes sindicais tranquilizassem seus colegas de trabalho e o povo em geral. Isso porque, o monopólio estatal do petróleo não correria “durante uns 20 ou 30 anos futuros, nenhum risco, mesmo com a nova Constituição”<sup>409</sup>.

Tudo aparentava correr muito bem para a *Campanha do Monopólio*. A imprensa local lhe concedeu um destaque razoável, os diretores da empresa foram receptivos à demanda, e seus organizadores foram bem recebidos por altas autoridades – inclusive pelo Presidente da República. Entretanto, um fato novo colocou o movimento em xeque. No dia 8 de março, o jornal *Diário de Notícias* publicou um editorial contendo severas críticas à campanha e fazendo um alerta às autoridades. Sob o título “Fabricando a agitação”, o texto questionava as razões da mobilização, e levantava dúvidas sobre a sua verdadeira origem. Sindipetro-Ba e Stiep-Ba eram definidos como “uma verdadeira aristocracia janguista”, capaz de aproveitar o momento de troca de comando no governo militar<sup>410</sup> para incitar “uma ‘onda’ de nacionalismo comunista favorável à extrema esquerda”. O texto dialogava com um temor relacionado ao retorno do modelo sindical existente nos anos de governo Jango, como é possível observar nos seus parágrafos finais:

*“Na verdade, com essa onda que ‘O Jornal’ tão bem desmascara, o que se quer é realmente reiniciar o clima de agitação, justificar concentrações e manifestações proibidas em lei a entidades sindicais e provocar, com a reabertura das aulas, ‘movimentos’ espontâneos dos jovens para aos poucos irem se anulando os propósitos revolucionários e com o relaxamento forçado da vigilância do ‘Governo’ criar-se um ambiente de tensões, para dificultar ao novo presidente o seu trabalho e sobretudo desviar a atenção das autoridades para outras manobras que se tentam de grande efeito psicológico, para esse período de transição. No fundo vai ver que são os mesmos atores da agitação do passado, apenas com ‘nombres’ diferentes<sup>411</sup>”*

De fato, o editorial do *Diário de Notícias* tratou de uma questão central para o projeto dos governos militares em relação ao movimento sindical. Conter as manifestações políticas dos trabalhadores, mesmo quando elas se revestiam de um caráter altamente cauteloso, foi uma das tarefas imediatas do golpe. Permitir novamente que operários sindicalizados ganhassem as ruas, ostentassem cartazes e se intrometessem em assuntos que

<sup>409</sup> “Castelo recebe memorial e tranquiliza: monopólio será mantido”. *Jornal da Bahia*, 07/03/1967.

<sup>410</sup> No mês seguinte, o marechal Castello Branco seria substituído por Costa e Silva.

<sup>411</sup> “Fabricando a agitação”. *Dário de Notícias (Salvador)*, 08/03/1967.

não deveriam ser de seu interesse era algo bastante arriscado. Para usar expressões bastante empregadas no período, é possível afirmar que a *Campanha pelo Monopólio*, em todo o seu decorrer, teve um grande cuidado em adotar um formato ordeiro e pacífico. Contudo, seu conteúdo era potencialmente subversivo.

Os expurgos da empresa, as punições internas, as prisões, os soldados de metralhadora em punho, a violência física e as eleições sindicais depuradas através da exigência dos atestados de idoneidade ideológica não conseguiram apagar a principal característica do sindicalismo petroleiro. Os primeiros dirigentes sindicais atuantes após os traumáticos eventos de 1964 continuavam acreditando que era função dos trabalhadores e de suas organizações pautar os temas importantes para o país e para a Petrobras, defendendo a empresa estatal da ameaça do capital estrangeiro. Ou seja, a questão nacional ainda era um tema central. Isso porque, as mobilizações do nacionalismo popular e a vigorosa atuação da primeira geração de militantes sindicais petroleiros haviam nutrido as raízes de uma cultura operária própria para as suas associações sindicais que voltava a demonstrar uma vitalidade surpreendente para muitos<sup>412</sup>.

De fato, muitas ações e falas apresentadas durante a campanha pelo monopólio sugeriam uma retomada do movimento sindical nas mesmas bases do período anterior a 1964. Os sindicalistas veicularam nos cinemas da cidade, durante um mês, pequenos filmes de divulgação da *Campanha pelo Monopólio*. Conforme noticiou o *Jornal da Bahia*, ao conclamar a população a apoiar o movimento, os petroleiros diziam que “a Petrobras, antes de ser dos seus chefes e dos operários, é do povo e cabe a ele, unido a nós defendê-la”<sup>413</sup>. Esta interpretação acerca de quem eram os verdadeiros donos da empresa foi compartilhada por pessoas que deveriam, até mesmo em razão da função que ocupavam, ter um pouco mais de cautela. Rui de Lima Pessoa, secretário de segurança pública do estado, disse em alto e bom som considerar que a Petrobras pertencia aos seus operários, “que com sacrifícios e muito suor, fizeram o seu progresso”<sup>414</sup>.

Em sentido oposto, o editorial do *Diário de Notícias* questionou o general Oriosvaldo Pereira Lima. Os redatores queriam entender como o militar havia hipotecado

---

<sup>412</sup> Sobre o uso dos conceitos de cultura associativa e cultura de associação, ver: Cláudio Batalha. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: Cláudio Batalha; Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004, pp. 95-119.

<sup>413</sup> “Sindicatos petroleiros darão a CB um memorial pelo monopólio absoluto”. *Jornal da Bahia*, 05 e 06/03/1967.

<sup>414</sup> “Prefeito e Secretário de Segurança dão apoio à Campanha pelo Monopólio: Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 02/03/1967.

apoio a um movimento tão suspeito. Mesmo gozando de grande prestígio em razão do trabalho de combate à militância operária dentro da RLAM, o militar parece não ter saído completamente ileso do episódio. Além de manifestar apoio à campanha e acompanhar os trabalhadores em sua audiência com Castello Branco, o general Lima fora à imprensa e dera longas e elogiosas declarações acerca da movimentação operária, deixando claro seu apoio à *Campanha pelo Monopólio*. Como é possível perceber, para a ditadura e seus apoiadores ninguém estava acima de qualquer suspeita.

Diante das limitações impostas pela conjuntura, encerrado o mês de março, o movimento deixou de ser assunto para a imprensa. Possivelmente, o ânimo dos sindicalistas de fato arrefeceu. Isto não quer dizer que os petroleiros e as condições de trabalho na Petrobras não fossem assunto. Os líderes petroleiros haviam conseguido alguns aliados, como ficou evidenciado em um protesto, em 28 de abril de 1967, feito por um deputado no plenário da Assembleia Legislativa do Estado. Jairo Azi (ARENA) atacou diretamente a chefia do V Distrito da Petrobras. Segundo o parlamentar, quando algum trabalhador da unidade atingia cinco anos de empresa, ele era chamado para um “entendimento”, visando seu desligamento mediante indenização. Caso esse funcionário recusasse o “acordo”, ele ficava exposto a toda sorte de perseguições, que resultavam, em geral, na sua demissão.

A fala do deputado governista abriu uma brecha para as manifestações dos membros da oposição. Osório Villas Boas, Valter Brandão e Válson Lopes, todos filiados ao MDB, aproveitaram a deixa para criticar os governantes do país. Segundo eles, o que acontecia na Petrobras era regra, afinal os trabalhadores eram perseguidos e massacrados pelo “governo instaurado em 1964”<sup>415</sup>. Meses depois, o legislativo baiano voltaria a discutir o assunto. Desta vez quem colocou o tema em pauta foi o emedebista Luiz Leal. O parlamentar se queixou da onda de demissões que grassava na empresa e pediu que o seu comando “humanizasse seus métodos”<sup>416</sup>. Nestas duas circunstâncias em que as demissões e perseguições foram abordadas, os argumentos em defesa dos trabalhadores tiveram por base sua dedicação e zelo para com a empresa estatal. Ao que tudo indica, vigorava dentre os parlamentares a ideia de que os trabalhadores do petróleo mereciam um reconhecimento maior em razão do seu amor pela empresa. Além disso, as denúncias sugerem que alguns funcionários da estatal conseguiram estabelecer canais de comunicação com membros do parlamento, algo que possibilitou alguma ressonância às suas principais queixas.

---

<sup>415</sup> “Petroleiros sofrem”. *Jornal da Bahia*, 28/04/1967.

<sup>416</sup> “Deputado denuncia demissões”. *Jornal da Bahia*, 31/08/1967.

O ano de 1968 se aproximava e com isso os mandatos das primeiras diretorias sindicais eleitas após o golpe de 1964 também chegavam ao fim. A *Campanha pelo Monopólio* havia sido o seu grande ato. Seu principal mérito foi lembrar à sociedade baiana que o movimento sindical petroleiro ainda existia. A movimentação seguiu, em linhas gerais, o *script* desejado pelo governo. Após levar o assunto às autoridades e ouvir delas que não se preocupassem com isso, afinal, existiam pessoas gabaritadas para resolver o problema, os operários retomaram um breve silêncio. Contudo, o ano seguinte guardava grandes surpresas. Novos focos de luta e resistência operária foram abertos e o Sindipetro-Ba assumiu um grande protagonismo na luta contra a política da ditadura.

#### **4.2 A hora do enfrentamento: o 1968 operário na Petrobras**

---

Em meados de 1967, a tranquilidade que aparentemente reinava no mundo sindical petroleiro começou aos poucos a ser abalada. As autoridades da Petrobras começaram a demonstrar grande preocupação com a movimentação de alguns sindicalistas, sobretudo após a publicização de críticas à direção da empresa e ao governo militar nas páginas da imprensa. Tudo começou com uma nota publicada pelo jornal *O Estado da Bahia* em 06 de abril de 1967. Nela, havia a denúncia contra uma onda de demissões existente na Refinaria de Mataripe e também queixas contra a má qualidade da alimentação servida na unidade. Em resposta à matéria, a direção da empresa pressionou Tibério José Pereira, presidente do Sindipetro-Ba, para que ele averiguasse quem fora o responsável por fornecer as informações ao jornal. Para atender à demanda dos dirigentes da companhia, o sindicalista constituiu uma comissão composta por três trabalhadores, que concluiu seus trabalhos nos últimos dias de maio e apontou Marival Caldas, primeiro secretário da entidade, como o autor da denúncia<sup>417</sup>. Após o fato, a presidência do órgão tentou expulsar o sindicalista dos quadros da entidade, mas não obteve sucesso.

O enfrentamento à política da empresa e às diretrizes da ditadura estava apenas começando. A comissão ainda trabalhava quando o *Sindipetro Jornal* veiculou um texto contendo vários questionamentos em relação à situação dos trabalhadores após o golpe de 1964. Desta vez, não houve dúvidas sobre a quem era o responsável pelas críticas. Marival

---

<sup>417</sup> Prontuário de Rogério José da Conceição. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0709, fl. 3. A comissão foi composta pelos seguintes trabalhadores: Ruy de Lima Chaves, Gildásio Batista Lopes e Rogério José da Conceição.

Caldas assinava a coluna “O Carrapato”. Nela, o sindicalista fazia um balanço de tudo o que havia mudado para os empregados da Petrobras nos últimos três anos. Para ele, foram inúmeros os retrocessos na política de pessoal da estatal. O péssimo atendimento do Serviço Médico, o fechamento da cantina, o aumento da carga horária para as equipes administrativas, o corte de 25% de adicional para o pessoal de turno, perseguições e demissões injustas foram alguns dos problemas apontados no texto. Além disso, quando os representantes sindicais tentavam estabelecer algum entendimento com as autoridades, eram recebidos com “desprezo e descrédito”. Para o sindicalista, tal tratamento se dava em razão do órgão de classe tratar dos interesses dos “verdadeiros defensores da empresa: o operariado”. Caldas lembrou aos associados que o sindicato representava a força do trabalhador, mas esta só deveria ser usada em favor dos seus próprios direitos ou em “defesa do monopólio integral do petróleo”. Para finalizar, o texto lembrava a importância de proteger a Petrobras. Para o seu autor, o trabalhador lutando pela companhia estaria defendendo seu emprego, sua família e conseqüentemente o Brasil<sup>418</sup>.

Em linhas gerais, o texto restabelecia uma série de elementos discursivos presentes nos anos de formação do sindicalismo petroleiro, demonstrando grande atenção aos problemas diretamente relacionados à situação de vida do petroleiro e enfatizando a importância da luta em defesa da empresa e da política de monopólio estatal do petróleo. Tais palavras eram acompanhadas ainda de uma dura crítica à Ditadura Militar. Essa era, sem dúvida, a grande novidade presente no texto escrito por Caldas, pois até então, em nenhuma manifestação sindical dos petroleiros isto havia aparecido com tamanha contundência. Com isso, o sindicalista cerrava fogo contra um regime que tinha na coerção o seu principal instrumento de poder. Deste modo, Marival Caldas se tornou um homem visado pela direção da empresa e pelos órgãos de inteligência, que começaram a prestar maior atenção nele e no sindicalismo petroleiro.

Na verdade, antes mesmo das duas matérias serem veiculadas, o sindicalista já gerava algum grau de desconfiança para alguns mandatários da RLAM. Em março de 1967, a Divisão de Informações da Petrobras perguntou ao general Oriosvaldo Pereira Lima sobre suas impressões em relação à diretoria do Sindipetro-Ba, eleita nos primeiros meses de 1966. Para o superintendente da RLAM, os dirigentes do órgão tinham “posição ideológica compatível, senão, plenamente ajustada aos ideais democráticos que norteiam a revolução de 31 de março”. Segundo suas impressões, os sindicalistas eram guiados por um grande espírito

---

<sup>418</sup> “O Carrapato”. *Sindipetro Jornal*, nº 7, 1967. Arquivo Pessoal de Mário Soares Lima.

de compreensão – quiçá de colaboração – com as autoridades do país e da estatal. Até mesmo nos pontos mais polêmicos da relação, como na política de reajuste salarial, o clima era de entendimento e respeito. A única pessoa que não gozava de bom conceito e suscitava dúvidas por parte do general era Marival Caldas. Segundo informações prestadas por alguns de seus colaboradores mais próximos, o sindicalista era comunista. Contudo, nada estava provado contra ele. O caminho para confirmar ou não as suspeitas seria continuar observando seus passos<sup>419</sup>. Com a publicação da coluna O Carrapato, a desconfiança do superintendente se transformou em repulsa. A partir daquele episódio, o general Lima vetou o acesso de Caldas ao gabinete da superintendência<sup>420</sup>.

As desconfianças das autoridades eram muitas e não recaiam tão somente contra os dirigentes sindicais da área do refino. Situação semelhante se dava em relação à direção do Stiep-Ba. Em informe recebido pela DIVIN em fevereiro de 1967<sup>421</sup> constavam ilações sobre a suposta influência exercida por ex-sindicalistas sobre os dirigentes do Stiep-Ba. Segundo o documento, o presidente e vice-presidente do Stiep-Ba encontravam-se constantemente com a denominada “velha-guarda” do movimento sindical petroleiro. As reuniões entre os dois e Wilton Valença, expurgado da direção da entidade e da empresa em 1964, aconteciam quase diariamente no gabinete do presidente do órgão sindical. Segundo o redator do texto, Carlos Cavalcanti chegou a declarar que “pessoalmente era contra toda e qualquer atitude do atual governo, que quer acabar com a Petrobras, com os pobres e finalmente com o Brasil, entregando-o ao americano”. Essa era, em sua opinião, a prova cabal de que a “velha-guarda” voltara a dar as cartas nas entidades sindicais baianas. A única opção seria, portanto, afastar Carlos Cavalcanti, Antonio dos Santos e Eurico Freitas do sindicato<sup>422</sup>. A sugestão não foi atendida, e os diretores cumpriram seus mandatos e empossaram seus sucessores. O tom alarmista do informe, contudo, deixa entrever que a pressão voltava a subir nos dois órgãos sindicais.

Foi neste clima que ocorreram as escolhas dos novos diretores das duas entidades. Entre os dias 12 e 14 de dezembro de 1967, os trabalhadores filiados ao Sindipetro-Ba foram

---

<sup>419</sup> Prontuário de Tibério José Pereira. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-2097, fls. 21-22.

<sup>420</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fl. 389; 466-467.

<sup>421</sup> O documento não é assinado, nem consta o remetente. A única sugestão de origem é o timbre “Petrobras” ao pé das páginas, o que corrobora a hipótese de fora produzido por algum órgão ou por algum funcionário da empresa.

<sup>422</sup> Prontuário de Carlos Antonio Costa Cavalcanti. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-652, fls. 31-35.



às urnas para decidir qual grupo estaria à frente da entidade nos dois anos seguintes. Concorreram a chapa verde e a chapa azul. A primeira, encabeçada Tibério José Pereira, então presidente do órgão, representava a continuidade da linha política adotada após o golpe de 1964. A segunda, por sua vez, encabeçada por Marival Nogueira Caldas, apresentava uma postura mais combativa em relação à política geral do país e também no que dizia respeito às questões internas da companhia. A vitória da chapa azul foi esmagadora. Dos mais de dois mil e seiscentos associados que compareceram às urnas, ela conseguiu amealhar o total de 1954 votos<sup>423</sup>.

Não há dúvidas de que o resultado foi uma grande derrota para os gestores da Petrobras. Era de amplo conhecimento o seu empenho em ajudar a chapa da situação. Segundo informações veiculadas pela imprensa, os seus apoiadores tinham facilidade para fazer campanha, enquanto os opositoristas reclamavam da pressão de que seus apoiadores estavam sendo vítimas<sup>424</sup>. Na verdade, às vésperas da votação a chapa azul quase perdia o direito de participar do processo. Marival Caldas e outros membros de seu grupo foram considerados inelegíveis pela Delegacia Regional do Trabalho<sup>425</sup>. Sua presença no pleito foi garantida através de um mandado de segurança impetrado pelos trabalhadores e deferido pelo Poder Judiciário.

As eleições no Stiep-Ba aconteceram alguns meses depois do pleito da sua coirmã. Os interessados teriam até 11 de abril para fazer a sua inscrição e a votação ocorreria entre os dias 27 e 30 de maio. Ao final do prazo, nove chapas foram inscritas. Evidentemente, com tantos concorrentes, nenhum deles conseguiu atingir a maioria absoluta dos votos, conforme determinação da CLT. Com isso, um novo pleito foi agendado e desta vez a chapa que atingisse a maioria simples dos votos seria declarada vencedora. Assim, uma nova votação ocorreu entre 10 e 13 de junho e a chapa encabeçada por Euvaldo Ferreira Lima foi

---

<sup>423</sup> O número total de votantes foi de 2623 associados. A chapa azul teve 1954 votos, a chapa verde foi escolhida por 582 associados e 87 petroleiros votaram em branco ou nulo. A nova diretora executiva era composta por: Marival Nogueira Caldas, Enio Cavalcanti de Souza, Antonio Valente Barbosa, Djalma Souza Oliveira, Anatórcio Muniz de Oliveira, Antônio Janot Bacelar, Adailton Ferreira de Araújo, Pedro Augusto Vieira Vaz Sampaio, Manoel do Carmo Conceição e Reynaldo Hélio Costa. “Oposição vence na Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 16/12/1967. “As eleições sindicais”. *Sindipetro – Jornal*, ano 1, novembro de 1967.

<sup>424</sup> “Petroleiros conhecem nas próximas horas os novos dirigentes sindicais”. *Jornal da Bahia*, 14/12/1968.

<sup>425</sup> Os candidatos à diretoria executiva declarados inelegíveis foram: Enio Cavalcanti de Souza, Djalma Souza Oliveira, Anatórcio Muniz de Oliveira e Marival Nogueira Caldas. Ver: Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fl. 378.

eleita. Nos primeiros dias de julho a diretoria sindical foi empossada. Estiveram presentes na cerimônia, os principais dirigentes da Petrobras na Bahia e autoridades ministeriais<sup>426</sup>.

A cerimônia de posse da diretoria do Sindipetro-Ba não foi tão concorrida quanto a dos representantes dos operários da extração. As ausências de importantes personagens da Petrobras na Bahia e das autoridades do estado sinalizavam como seria o relacionamento entre os novos dirigentes do Sindipetro-Ba e os gestores da Refinaria de Mataripe. A ausência mais notada foi a do general Oriosvaldo Pereira Lima<sup>427</sup>. O fato tinha uma explicação. No final de janeiro, o superintendente de Mataripe não deixou dúvidas que continuava disposto a evitar qualquer tipo de contato direto com Marival Caldas. Em ofício remetido à direção sindical, o militar apresentou os dias e horários em que receberia ordinariamente os sindicalistas. Contudo, só poderiam adentrar em seu gabinete o vice-presidente e o secretário do órgão de classe. O presidente do Sindipetro-Ba, caso desejasse, seria recebido pelo superintendente adjunto ou pelo assistente do superintendente. Esta determinação, diga-se de passagem, contrariava orientação exarada pela presidência da Petrobras. Em agosto do ano anterior, o mesmo general Lima informou a Tibério José Pereira, então dirigente operário, que a partir daquela data os assuntos sindicais seriam tratados apenas pelo presidente do órgão e somente em caso de impedimento deste seriam atendidos outros membros da diretoria<sup>428</sup>. Em razão de uma aparente indisposição pessoal, o mandatário máximo de Mataripe acabou ferindo um princípio elementar das instituições militares: o respeito à hierarquia. Além de desobedecer a uma ordem de seu superior, ele desprestigiava o principal líder sindical em detrimento de dirigentes operários ocupantes de cargos inferiores.

Ao tratar do assunto, o presidente do Sindipetro-Ba fez questão de não deixar dúvidas acerca de sua posição. Para ele, o general contrariava as normas da empresa e também a opinião de 1954 funcionários da Petrobras. Além disso, a decisão do general consistia ato de insubordinação, afinal ela desrespeitava uma ordem direta da direção da Petrobras. Segundo o dirigente, seu interesse era manter o diálogo. Ficava evidente, contudo, que isto não aconteceria conforme os parâmetros impostos pelas autoridades da empresa. Na

---

<sup>426</sup> “A Tarde operária: eleição dos Petroleiros”. *A Tarde*, 29/03/1968. “A Tarde operária: nove chapas concorrerão no Sindicato da Extração”. *A Tarde*, 15/04/1968. “A Tarde operária: termina a apuração da eleição dos petroleiros”. *A Tarde*, 04/06/1968. “A Tarde operária: A posse no sindicato petroleiro”. *A Tarde*, 04/07/1968.

<sup>427</sup> “Refino com nova diretoria”. *Jornal da Bahia*, 7 e 8/01/1968.

<sup>428</sup> Ver: Prontuário de Oriosvaldo Pereira Lima. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-1425, fl. 4.

mesma ocasião, Caldas voltou a denunciar uma onda de demissões na companhia, problema agravado pela dificuldade enfrentada pelos trabalhadores ao procurar novos empregos<sup>429</sup>.

Logo depois, a nova direção do Sindipetro-Ba deu à imprensa uma demonstração de independência e de preocupação com uma série de demandas dos operários da refinaria. No seu plano de trabalho constava o encaminhamento de antigas reivindicações, até então não atendidas pela direção da companhia, tais como: extinção de taxa de lanche no Terminal de Madre de Deus, suspensão da taxa de transporte paga pelos operários à empresa Breda Turismo e retorno do recebimento do adicional de insalubridade. Marival Caldas reiterou seu esforço em dialogar com a direção da estatal, e garantiu dedicar atenção especial à fiscalização permanente da lei de criação da Petrobras<sup>430</sup>. Com isso, ficava nítido que o grupo político recentemente alçado à direção sindical procurava repetir a bem sucedida estratégia dos pioneiros do sindicalismo petroleiro. A expressiva votação obtida nas eleições de dezembro evidencia que a base operária o considerava um líder legítimo e representativo dos anseios dos petroleiros. Ao mesmo tempo, as atitudes da superintendência e a memória recente dos acontecimentos de 1964 não deixavam dúvidas de que a tensão e os enfrentamentos seriam permanentes.

Uma série de disputas envolvendo as celebrações do dia do trabalhador colocou em cena esta nova conjuntura de embates.<sup>431</sup> Já no início do mês de abril, a diretoria do Sindipetro-Ba dava nítidos sinais que não endossaria as comemorações oficiais do dia do trabalhador, normalmente organizadas pela DRT. Os petroleiros pretendiam preparar uma marcha, seguida de um debate sobre o arrocho salarial. Marival Caldas convidou a esposas dos empregados da Petrobras para o evento, pois ele considerava que elas eram as melhores conhecedoras dos efeitos das novas medidas do governo sobre os lares operários. O dirigente sindical procurou ainda ser mais enfático em seu chamado, rememorando fatos ocorridos em 1964. Para ele, as mesmas mulheres que “marcharam com Deus pela liberdade” poderiam agora “marchar com seus maridos por melhores salários”.

Em assembleia ocorrida a 19 de abril, na cidade de Candeias, os trabalhadores do petróleo decidiram acatar a proposta dos dirigentes sindicais, e agendaram para o dia do trabalhador uma marcha contra o arrocho salarial. Em meio aos dirigentes operários, estava

---

<sup>429</sup> “Presidente de sindicato diz que superintendente não quis manter diálogo”. *Jornal da Bahia*, 11 e 12/02/1968.

<sup>430</sup> “Petroleiros pedirão de novo extinção das taxas de lanche e transporte”. *Jornal da Bahia*, 16/01/1968.

<sup>431</sup> As informações contidas neste e no próximo parágrafo são provenientes de: “Esposas dos petroleiros marcharão com os maridos pela melhoria salarial”. *Jornal da Bahia*, 12/04/1968. “Operários, estudantes e deputados da oposição marcharão contra arrocho”. *Jornal da Bahia*, 21 e 22/04/1968.

presente o deputado estadual Luís Leal (MDB). Enio Cavalcanti de Souza, vice-presidente do Sindipetro-Ba, pediu aos operários que fizessem um grande esforço para participar do evento ora programado.

A disposição para o enfrentamento demonstrada pelo Sindipetro-Ba não foi seguida pelo Stiep-Ba. O presidente do sindicato dos trabalhadores da extração afirmou que só participaria do ato se fosse convidado, pois não concordava com manifestações contra o arrocho salarial em âmbito estadual. Além disso, só confirmaria participação em qualquer celebração após sinalização da Federação dos Trabalhadores da Indústria (FTI). A postura pouco empolgada de Carlos Cavalcanti em relação à festa do Dia do Trabalhador pode ser explicada pela proximidade do fim de seu mandato sindical. Como pudemos ver anteriormente, as eleições para a renovação da diretoria do Stiep-Ba ocorreram concomitantemente à organização da marcha.

Embora assumisse o protagonismo na organização do evento, o Sindipetro-Ba não estava sozinho na empreitada. Outros sindicatos, estudantes e parlamentares de oposição tomaram parte no processo que ganhava ares de formação de uma frente em desagravo à política econômica da ditadura. Evidentemente, toda esta movimentação causou preocupação às autoridades. Assim, agentes da polícia federal conseguiram obter informações detalhadas sobre os últimos preparativos do ato, bem como notaram a presença de estudantes ligados à Ação Popular (AP) entre os organizadores. Num dos encontros preparatórios, os participantes deliberaram pela realização do ato em um local fechado. Esta decisão parece ter desagradado setores mais aguerridos da militância estudantil<sup>432</sup>.

A vigilância dos órgãos policiais baianos seguia o clima de apreensão nacional. Acossado pela ousadia do movimento grevista recém-encerrado na cidade mineira de Contagem, Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho, aproveitou entrevista concedida a uma rede de televisão para advertir que o governo não toleraria provocação de nenhuma sorte. Para ele, as manifestações programadas para o dia do trabalhador faziam parte de uma trama contrarrevolucionária destinada a agravar os problemas do país. Em advertência aos militantes operários que porventura organizassem novas paredes, o ministro afirmou que os envolvidos no movimento de Contagem seriam punidos através da aplicação da legislação revolucionária<sup>433</sup>.

---

<sup>432</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fls. 341-351.

<sup>433</sup> “Passarinho adverte que governo não permitirá provocações no dia 1º”. *Jornal da Bahia*, 23/04/1968.

Mesmo assim, o ato do dia do trabalhador aconteceu conforme planejado. Além do Sindipetro-Ba, participaram do evento o Sindicato dos Condutores Rodoviários, o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos empregados em Hotéis<sup>434</sup>. Foi realizada uma missa, e inaugurado um monumento em homenagem ao petroleiro na cidade de Candeias, mesmo local em que uma concentração reuniu cerca de quatro mil pessoas. Além disso, à noite, em Salvador, ocorreu um ato público na sede da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia. Nesta sessão, parlamentares do MDB criticaram a política salarial do governo. Enquanto isso, no evento oficial, realizado na sede do Sindicato dos Estivadores, Luís Viana Filho, governador do estado, negava a existência de perseguição política por parte do governo. Segundo ele, não havia nenhum trabalhador com suas liberdades cerceadas pelas autoridades do país.

O boicote à efeméride capitaneada pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e apoiada pelos dirigentes da FTI cumpriu a função de demarcar as diferenças entre o fazer sindical completamente afinado com os ditames ministeriais e os ensaios de manifestações minimamente autônomas. De fato, o evento em relevo sugere a existência de um conjunto de mobilizações mais amplas e capazes de articular diferentes segmentos sociais em combate à ditadura. Os fatos da celebração do 1º de maio apresentam ainda a multiplicidade de vozes dessas forças de resistência, afinal, um dos grupos envolvido no ato discordou dos seus rumos. Durante a sessão na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, muitos parlamentares do MDB foram vaiados, sendo o senador Josaphat Marinho um dos únicos poupados da ira de parte da plateia. Próximo ao fim do evento, um grupo composto por cerca de trinta estudantes, aos gritos de “rua, rua, rua”, pressionou os presentes em defesa da realização de uma passeata, fato não concretizado. Tanto a imprensa quanto as autoridades policiais identificaram os envolvidos no episódio como militantes da Ação Popular<sup>435</sup>. No fim das contas, mesmo com esta situação de tensão entre os próprios participantes do ato, o episódio foi uma demonstração de autonomia e pujança por parte dos dirigentes do Sindipetro-Ba.

De toda sorte, o fortalecimento do grupo capitaneado por Marival Caldas ocorreu concomitantemente a uma significativa crise na política sindical brasileira. Como já

---

<sup>434</sup> “A Tarde operária – os trabalhadores no Dia do Trabalho”. *A Tarde*, 30/04/1968. “Operários não tomarão parte no programa da DRT para o 1º de maio”. *Jornal da Bahia*, 28 e 29/04/1968. “Operários, estudantes e deputados fazem 1º de maio com dois programas”. *Jornal da Bahia*, 01/05/1968. “Bahia vive um clima de democracia, afirma Viana aos trabalhadores”. *Jornal da Bahia*, 03/05/1968.

<sup>435</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fl. 349. “Programa não oficial”. *Jornal da Bahia*, 03/05/1968.

mencionamos, nos últimos dias de 1967 o deputado federal Jamil Amiden denunciara a infiltração de entidades estrangeiras no movimento sindical brasileiro. O fato motivou uma série de investigação nos altos círculos de poder. Além de apurações processadas no âmbito do Ministério do Trabalho, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquéritos para tratar do assunto. No centro da polêmica estava a já citada Federação Internacional dos Trabalhadores do Petróleo e da Indústria Química (FITPIQ). Sua ação no país acabou sendo vista como uma forma de aliciamento dos líderes operários brasileiros. Segundo as primeiras estimativas apresentadas pela imprensa, a entidade havia distribuído mais de 45 mil cruzeiros novos para diversas pessoas envolvidas na política sindical. As primeiras notícias davam conta de que além de sindicalistas, o dinheiro teria sido recebido por funcionários do Ministério do Trabalho e até mesmo por militares<sup>436</sup>. A Ditadura Militar, que sempre tentou construir em torno de si uma aura de incorruptível, via denúncias desta monta bater à sua porta. O desgaste foi inevitável.

Muitos dirigentes sindicais ligados à indústria do petróleo prestaram depoimento no curso das investigações. Em pelo menos duas ocasiões, Marival Caldas foi instado pelas autoridades a abordar o tema. Na primeira delas, em fevereiro, o sindicalista baiano foi ouvido pela equipe do Ministério do Trabalho e contou aos investigadores que a ação da FITPIQ junto aos sindicatos brasileiros não era uma novidade. Por exemplo, em 1966, ele mesmo havia recebido uma oferta de viagens para realizar cursos nos Estados Unidos e, além de não ter aceitado a proposta, denunciou o caso aos trabalhadores da Petrobras em uma assembleia geral. Em sua opinião, os “mimos” da associação estrangeira consistiam em uma tentativa de esvaziar o movimento sindical dos petroleiros, num momento em que suas principais entidades voltavam a ter alguma relevância. De acordo com ele, a própria Petrobras incentivava as viagens, pois não descontava um centavo dos seus funcionários contemplados com as passagens durante os dias em que eles se ausentavam dos seus postos de trabalho<sup>437</sup>. No mês seguinte, seria a vez da CPI da Câmara dos Deputados ouvir o presidente do Sindipetro-Ba. Na ocasião o petroleiro reiterou o relato feito no mês anterior e formulou uma análise para a questão. Em sua opinião, não houve “suborno material aos sindicatos brasileiros”<sup>438</sup>. Contudo, a oferta de passagens tinha o efeito de uma espécie de “suborno moral”. Ou seja, para o sindicalista, mesmo se fosse aceita a hipótese de não haver ilegalidade

---

<sup>436</sup> “Costa manda apurar tudo sobre a corrupção no meio sindical”. *Jornal da Bahia*, 23/12/1968.

<sup>437</sup> “Presidente do Sindicato do Refino vai participar da CPI”. *Jornal da Bahia*, 08/02/1968.

<sup>438</sup> “Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Refino vai depor na CPI”. *Jornal da Bahia*, 24 e 25/03/1968.

no programa de concessão de bolsas de estudo, o esforço de cooptação, capaz de interferir na autonomia dos líderes operários brasileiros, era evidente.

Um dos resultados da investigação dos parlamentares foi a mudança na legislação reguladora das ações de entidades estrangeiras no país. Em março, o presidente Costa e Silva determinou que, para continuar atuando no Brasil, tais associações deveriam ser avaliadas pelas autoridades brasileiras, devendo seguir os parâmetros por elas determinados. Os parlamentares mantiveram ainda um razoável consenso acerca dos inconvenientes causados pela “cooperação” entre brasileiros e americanos.

Larissa Correia realizou uma análise detalhada sobre as denúncias contra as entidades estrangeiras e mais especificamente sobre as oitivas realizadas pela CPI da Câmara dos Deputados<sup>439</sup>. Neste trabalho, a autora identificou três comportamentos por parte das lideranças sindicais, que são reveladores do jogo político existente entre os dirigentes operários à época. O primeiro era o dos que enfatizavam os aspectos positivos da mudança de comportamento das autoridades brasileiras após a adoção de políticas nacionalistas no governo de Costa e Silva. O segundo seria o do grupo que via suas posições dentro dos sindicatos ameaçadas pelos militantes formados pelas entidades internacionais, chamados de “autênticos de segunda geração”. Por fim, existiam ainda os dirigentes contrários à esquerda, mas que se sentiam pouco confortáveis com a presença e a ação tão incisivas das entidades estrangeiras.

De acordo com nossa avaliação, nenhuma das três características apresentadas pela autora contempla a intervenção dos dirigentes do sindicalismo petroleiro. As suas manifestações juntavam uma preocupação tanto com o destino da empresa quanto com o do movimento sindical. Na Petrobras, tais episódios serviram para reforçar a tese de que a estatal estava ameaçada pelos trustes internacionais. Os sindicalistas americanos, tidos como serviçais do imperialismo, eram também inimigos do monopólio estatal do petróleo e por isso deveriam ser combatidos.

Assim, o maior saldo desta grande celeuma pode ter sido moral ou de conferir legitimidade interna aos militantes petroleiros que começavam a enfrentar a política da Ditadura Militar. Certamente ganhou força a noção de que a junção entre brasileiros e norte-americanos não era um bom negócio. Nos meses seguintes, houve um avanço das mobilizações dos petroleiros, fato que deixou os governantes preocupados e os obrigou a agir.

---

<sup>439</sup> Larissa Rosa Correia. *Disseram que eu voltei americanizado*. Pp. 159-234.

A nosso ver, a CPI não foi a responsável direta pelo acúmulo das mobilizações operárias nos meses seguintes àquele episódio, contudo, é impossível ignorar a sua importância, no mínimo no campo simbólico, para as ações do movimento sindical petroleiro durante o ano de 1968.

As tentativas de reestabelecer as articulações em escala nacional do movimento sindical petroleiro, desbaratadas desde o golpe de 1964, antecederam a conjuntura de 1968. Conforme já foi discutido neste capítulo, num congresso realizado na cidade de Salvador em agosto de 1966, os dirigentes operários haviam tratado da criação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo<sup>440</sup>. Ao que tudo indica, o objetivo não foi inicialmente atingido, pois nos anos seguintes voltaram a ser feitos os esforços destinados à execução de ações conjuntas, bem como à criação da referida entidade.

Em agosto de 1967, um encontro sindical foi realizado no Rio Grande do Sul, com o nítido objetivo de discutir a questão salarial dos petroleiros. As possibilidades de enfrentamento à política salarial do governo continuavam muito limitadas. O acúmulo de força dos novos dirigentes ainda era muito incipiente. Contudo, pelas declarações prestadas nesta conjuntura pode-se ver que esta nova geração de dirigentes sindicais sentia-se cada vez mais à vontade para defender a confluência entre os interesses da empresa, dos seus trabalhadores e os do desenvolvimento nacional<sup>441</sup>.

Aparentemente, aquele encontro não acendeu qualquer sinal vermelho para os dirigentes da Petrobras. A Divisão de Informações tinha o cuidado de vigiar individualmente os dirigentes sindicais, mas até aquele momento suas movimentações de caráter coletivo, até aquele momento, não eram entendidas como ameaças graves à ordem do país. Em 1968, contudo, as coisas foram diferentes. Na verdade, os acontecimentos deste ano colocaram o regime militar em xeque. Não somente o movimento operário, mas outros setores da sociedade brasileira assumiram grande protagonismo e empreenderam várias ações de combate à ditadura.

As reações ao assassinato do estudante Edson Luís, em março, e as greves metalúrgicas de Contagem e Osasco certamente contribuíram para a intensificação das afirmativas dos militares denunciando uma escalada subversiva. Conforme salienta Chirio, tais eventos se misturavam a falas cada vez mais contundentes em defesa de uma radicalização política e a uma série de críticas às ações dos políticos civis, tidos por parte dos

---

<sup>440</sup> Em maio e agosto de 1966, Sindipetro-Ba e Stiep-Ba, respectivamente, convocaram seus associados para discutir a criação da entidade. “Edital – Sindipetro-Ba”. *Jornal da Bahia*, 11/05/1966. “Edital – Stiep-Ba”. *Jornal da Bahia*, 20/08/1966.

<sup>441</sup> “Petroleiros decidem no RGS revogar decreto e colegas baianos apoiam”. *Jornal da Bahia*, 09/08/1967.



militares como os responsáveis por impedir as Forças Armadas de adotarem as medidas adequadas para o estabelecimento da ordem. O anticomunismo militar voltava a se aquecer<sup>442</sup>. Definitivamente, esta constatação não significa uma adesão às teses de muitos agentes do governo ditatorial, que atribuem o AI-5 à escalada da subversão<sup>443</sup>. Na verdade, conforme sustenta Fico, a conjuntura de 1968 proporcionou aos militares mais radicais o cenário adequado para a defesa da “reabertura da temporada das ‘punições revolucionárias’”, bandeira empunhada desde 1964. Seu objetivo nítido era ter carta branca para cassar mandatos e suspender direitos políticos<sup>444</sup>. Tal vocalização tinha novos inimigos, como a esquerda armada, mas serviria também para conter a mobilização operária que voltava a apresentar atos pontuais de resistência.

No início de julho, em Belo Horizonte, realizou-se o V Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais de Petróleo. Neste evento, foi lançada por Paulo Rangel Sampaio Fernandes, presidente do Sindiquimica-Caxias, a proposta de criação da Federação Nacional Livre dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo (FENAPE). A entidade, segundo argumentação do sindicalista, estava amparada nas Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e serviria para unificar os trabalhadores da indústria de extração e refino de petróleo, bem com os operários da indústria petroquímica. Ademais, a organização seria a forma mais eficaz para os trabalhadores dialogarem com a direção da Petrobras, uma empresa com atividade em diversas regiões do país, cuja administração, entretanto, era centralizada. A maior preocupação dos presentes era que a federação não se tornasse uma entidade de cúpula, completamente apartada de suas bases. Mais adiante, a maioria dos presentes votou a favor de sua criação, havendo, apenas, dois dirigentes com manifestação contrária. Na mesma ocasião o estatuto da entidade foi aprovado e sua primeira diretoria foi escolhida, tendo a seguinte composição: Paulo Sampaio (Presidente); Marival Caldas (Vice-presidente); Roberto da Silva Vieira (Secretário Geral); Antonio Jacinto Filho (Tesoureiro Geral); Autair Andrade de Queiroz (Primeiro Tesoureiro); Euvaldo Ferreira Lima (Procurador); Rivaldo Gonçalves (cargo ilegível)<sup>445</sup>. A presença do presidente do Sindipetro-Ba num posto de destaque na nova entidade demonstra que os trabalhadores baianos e suas lideranças estavam bastante engajados nesta luta.

---

<sup>442</sup> Maud Chirio. *A política nos quartéis*, p. 120.

<sup>443</sup> Ver: Maria Celina D’Araújo; Gláucio Ary Dillon Soares; Celso Castro (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

<sup>444</sup> Carlos Fico. “1968: o ano que terminou mal”. In: Carlos Fico; Maria Paula Araújo (Orgs.). *1968: 40 anos depois – história e memória*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009, pp. 223-238.

<sup>445</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fls. 132-42.

Esta movimentação em escala nacional do sindicalismo petroleiro foi vigiada mais atentamente pelos setores de inteligência do governo. E não só por eles. O jornal *A Tarde*, em sua coluna dedicada às questões do mundo do trabalho, tratou do assunto com muita disposição. O periódico entendeu que a entidade era ilegal e não teria seu registro aprovado pelo Ministério do Trabalho<sup>446</sup>. A posição do órgão de imprensa era a mesma das autoridades do governo. Este fato não causa surpresa, haja vista que o jornal, através de sua coluna *A Tarde Operária*, havia se tornado uma espécie de porta voz oficioso da Delegacia Regional do Trabalho na Bahia. Esta declaração aconteceu às vésperas de um novo encontro de dirigentes operários. Desta vez, ele seria sediado na cidade de Salvador e teria o Stiep-Ba como anfitrião.

Nesta atividade, os dirigentes sindicais realizavam um esforço para garantir uma participação massiva dos trabalhadores da Petrobras tanto na campanha salarial quanto na movimentação em defesa do monopólio estatal do petróleo. Seu objetivo era percorrer todas as unidades do país. Após Salvador, atividades semelhantes ocorreriam em Aracajú, Maceió, Fortaleza, São Luís e Belém. Depois disso, os sindicalistas pretendiam se dirigir até o sul do país, passando por Tremembé (SP), Curitiba e Porto Alegre. A finalização do périplo ocorreria na Guanabara, com um ato público em defesa da Petrobras, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)<sup>447</sup>.

Na sessão plenária foram afixadas faixas com dizeres como “povo sem o seu petróleo é povo sem liberdade” e “o petróleo é nosso e a Petrobras é intocável”<sup>448</sup>. Mais do que frases de efeito, tais expressões explicitam que o enfrentamento feito pelo movimento sindical tinha uma dimensão profunda e fazia parte de uma compreensão política e de uma noção de busca por direitos firmemente consolidadas entre os trabalhadores da estatal. Na reunião ocorrida em Aracaju, Marival Caldas explicou que o mau tratamento dispensado aos trabalhadores da Petrobras fazia parte da estratégia de desnacionalização da companhia. Para o sindicalista baiano, os inúmeros direitos retirados dos petroleiros desde 1964 tinham como objetivo levar os trabalhadores a perder o amor pela empresa e conseqüentemente a deixar de atuar em sua defesa<sup>449</sup>.

---

<sup>446</sup> “A Tarde Operária – Reunião dos Petroleiros em Belo Horizonte”. *A Tarde*, 15/07/1968.

<sup>447</sup> “Líderes petrolistas organizarão a defesa do monopólio estatal”. *Jornal da Bahia*, 12/7/1968. “A Tarde Operária – Reunião no sindicato da extração do petróleo”. *A Tarde*, 13/07/1968. “Petrobras vai parar se empregados não tiverem 50 por cento de aumento”. *Jornal da Bahia*, 14 e 15/07/1968.

<sup>448</sup> “Dirigentes de petróleo fazem encontro e pregam a defesa do monopólio”. *Jornal da Bahia*, 13/07/1968.

<sup>449</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fl. 111.

Os militantes sindicais ligados à indústria do petróleo tinham um exemplo bastante evidente para justificar sua apreensão. Afinal, tudo isto ocorria paralelamente ao processo de venda de uma das mais importantes empresas estatais de primeira geração<sup>450</sup>. A chamada desnacionalização da Fábrica Nacional de Motores (FNM) era mais um elemento que obrigava os petroleiros a permanecer de prontidão. A unidade foi comprada pela multinacional italiana Alfa Romeo num processo absurdamente rápido, eivado de ações suspeitas e contrariando até mesmo um relatório elaborado por um grupo de trabalho designado para analisar aspectos positivos e negativos da transação<sup>451</sup>. Meses antes, Paulo Sampaio denunciou à imprensa que a Petrobras não era a única estatal ameaçada pela investida privatizante do governo. A já citada Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis, a indústria petroquímica e até mesmo a Companhia Siderúrgica poderiam ser vitimadas por este processo<sup>452</sup>.

Em seu manifesto, publicado após a reunião de Salvador, os petroleiros não deixaram de mencionar a situação da histórica fábrica de Xerém, dizendo que poderia acontecer o mesmo com a Petrobras. Mantendo o tom político característico dos seus movimentos, o texto expressava que em razão do reconhecimento de que o “povo brasileiro ama a Petrobras, nela vendo o sustentáculo e base da sua libertação política e econômica”, os dirigentes sindicais defendiam uma unificação da nação em defesa da empresa. Seus inimigos eram novamente os trustes internacionais e o entreguismo dos governantes do país, responsáveis pela redução paulatina da área de atuação da estatal do petróleo e pela adoção de uma série de medidas contrárias ao espírito da lei 2004/1953<sup>453</sup>.

O documento, evidentemente, foi recebido de diferentes formas. O general Felicíssimo Cardoso, presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), telegrafou à presidência do Sindipetro-Ba. Na missiva, o militar declarava sua satisfação com a leitura do manifesto e afirmava sua intenção de continuar lutando em defesa da Petrobras. A fala do general era muito mais do que uma simples manifestação de solidariedade. Ela consistiu em um ponto de encontro de duas diferentes

<sup>450</sup> Sulamis Dain. “Empresa estatal e política econômica no Brasil”. In: Carlos Estevam Martins (Org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1977, pp. 141-165.

<sup>451</sup> Uma análise sobre o processo de venda da FNM pode ser vista em: José Ricardo Ramalho. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*, pp. 207-216.

<sup>452</sup> “Federação Nacional do Petróleo denuncia a alienação da petroquímica”. *Jornal da Bahia*, 28/05/1968.

<sup>453</sup> “Manifesto – Denúncia”. *Jornal da Bahia*, 14 e 15/07/1968. Assinam o manifesto: Sindipetro Pará, Amazonas e Maranhão; Sindipetro Bahia; Sindiquímica Caxias; Sindipetro Minas Gerais; Sindipetro Paraná; Sindipetro Ceará; Sindipetro Alagoas e Sergipe; Sindipetro Caxias; Sindipetro Cubatão; Aspetro Tremembé; Stiep Bahia; Sindipetro Sul.

gerações que travaram a mesma luta. Tanto do ponto de vista material quanto no aspecto simbólico a *Campanha do Petróleo* se encontrava com a ação do movimento sindical petroleiro. Por outro lado, as autoridades militares atuantes na empresa trataram de desqualificar o manifesto e os seus autores. Para Adolfo Roca Dieguez tudo aquilo não passava de um “movimento de baderneiro e agitadores”<sup>454</sup>. Declaração semelhante foi dada pelo presidente da Petrobras, o general Candal da Fonseca. Manifestando um misto de anticomunismo com repulsa ao movimento sindical, o militar atribuiu a ação operária a “uma minoria ignorante e demagógica que procura com mentiras cínicas, sublevar os empregados da empresa, exibindo uma falsa liderança”. Por fim, Candal da Fonseca ainda arrumou tempo para desqualificar as reivindicações salariais dos funcionários da estatal. Segundo ele, os petroleiros não estavam em crise financeira, afinal a Petrobras era a empresa que melhor remunerava seu pessoal<sup>455</sup>.

O saldo político da ação coordenada pelos dirigentes da FENAPE foi imenso. O tema do monopólio estatal foi colocado em pauta. Mesmo com todos os limites impostos por uma ditadura, algumas ações públicas ocorreram. A questão do reajuste salarial dos petroleiros não foi completamente ignorada. Minimamente, os sindicalistas conseguiram dizer para parcelas da sociedade que sua luta por uma melhor remuneração não era fruto do egoísmo de algumas pessoas preocupadas tão somente com seus privilégios. No entanto, mesmo reconhecendo estas vitórias, é preciso lembrar que estamos falando de uma disputa efetuada entre dois campos de força absurdamente desproporcionais. A ditadura, além de seguir de muito perto os passos dos sindicalistas, tinha ao alcance de suas mãos uma série de dispositivos que lhe permitiam se valer da violência e do arbítrio para conter as movimentações operárias. A memória de 1964 ainda era muito viva. Não havia dúvida de que a força seria facilmente empregada. E foi o que aconteceu.

Em 17 de julho de 1968, tropas do Exército invadiram as sedes do Sindipetro-Caxias e Sindiquimica-Caxias. O método empregado contra ambas as entidades foi o mesmo. As forças militares procuraram documentos capazes de incriminar os dirigentes sindicais e buscaram efetuar as prisões de dirigentes sindicais como Roberto Vieira da Silva, Autair Andrade dos Santos e Paulo Sampaio. Não lograram êxito em relação aos dois primeiros, mas conseguiram encarcerar o presidente da FENAPE. Este, por sua vez, ficou incomunicável por muitos dias, não obstante o fato de dois *habeas-corpus* terem sido impetrados pela sua defesa.

---

<sup>454</sup> “General congratula-se com petroleiros pelo seu manifesto-denúncia”. *Jornal da Bahia*, 16/07/1968.

<sup>455</sup> “Candal: quem fala contra a Petrobras é uma minoria ignorante”. *Jornal da Bahia*, 20/07/1968.

A resposta dos seus companheiros de militância foi manter ativa a mobilização, conforme recomendações do próprio Paulo Sampaio. Para isso, Marival Caldas, vice-presidente da federação assumiu a presidência do órgão e começou a colocar em prática um ousado plano de ação<sup>456</sup>.

Fugindo da repressão, o dirigente orientou os sindicalistas espalhados pelo país a organizar um movimento de greve de fome, planejado para ocorrer a 8 de agosto. A proposta consistia em todos os trabalhadores se recusarem a receber a alimentação fornecida pela empresa. É impossível saber se o plano de Caldas foi bem sucedido e se a recomendação chegou às mãos de todos os seus destinatários. Os acontecimentos em Mataripe, contudo, sugerem a alteração da data inicialmente definida. Afinal, em 14 de agosto, conforme relata uma nota publicada pelo *Diário de Notícias (Salvador)*, houve o protesto. O jornal, com base em informações prestadas pelos dirigentes do Sindipetro-Ba, relatou que cerca de dois mil homens se recusaram a adentrar o refeitório da RLAM, enquanto aproximadamente cinquenta petroleiros discordaram e decidiram não aderir ao movimento. O texto ainda deu conta de uma discussão travada entre Marival Caldas e o general Oriosvaldo Pereira Lima. Segundo sua descrição, o superintendente de Mataripe questionou as razões da presença do líder sindical, ordenou a sua saída da porta do refeitório, recebendo como resposta a afirmação de que ninguém o obrigaria a sair<sup>457</sup>.

O próprio Marival reconhece o alto risco da iniciativa. Ao revolver suas memórias, ele lembra que não tinha certeza do sucesso do ato, afirmando que se o mesmo desse errado renunciaria à presidência do Sindipetro-Ba. Segundo suas palavras, ele teve uma imensa satisfação e surpresa ao ver um grupo imenso de trabalhadores se aproximar do refeitório, jogar os capacetes para cima e decidir ficar do lado de fora do prédio, mesmo contrariando o todo poderoso general Lima<sup>458</sup>. O apoio prestado pelos colegas no episódio da discussão com o superintendente também é tido como um fato marcante durante o episódio. De menor destaque, mas ainda assim perceptível aos olhos dos agentes policiais, foi a chamada “greve do silêncio”, também ocorrida nas dependências da RLAM. Os dois protestos foram vistos pelos investigadores do Centro de Inteligência do Exército (CIE) como uma

---

<sup>456</sup> Prontuário de Paulo Rangel Sampaio Fernandes. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0984, fl. 58.

<sup>457</sup> “Trabalhadores da Petrobras fazem movimento contra a atual política salarial”. *Diário de Notícias (Salvador)*, 15/08/1968.

<sup>458</sup> Depoimento de Marival Nogueira Caldas, concedido ao autor em: 13/08/2016.

forma de intimidar os dirigentes da empresa<sup>459</sup>. Infelizmente não foi possível avaliar a eficácia da ação em outras unidades da Petrobras. Sabemos, apenas, que no início de setembro, os operários da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) seguiram o exemplo de seus colegas baianos e também se recusaram a comer os alimentos oferecidos pela empresa<sup>460</sup>.

Diante de todos estes fatos, os órgãos da comunidade de informações e os dirigentes da empresa e do país perceberam a iminência de problemas maiores, e temeram a deflagração de uma greve. Essa era a opinião da VI-RM em finais de agosto de 1968<sup>461</sup>. Na REDUC, a DIVIN compartilhava da mesma impressão<sup>462</sup>. Não é sabido se após o desfecho vitorioso da greve de fome, a diretoria do Sindipetro-Ba tenha ficado convencida de que era possível levar os planos iniciais da FENAPE até o fim, ou seja, deflagrar uma greve caso as principais reivindicações da categoria não fossem atendidas<sup>463</sup>. Para as autoridades, entretanto, não valeria a pena correr tamanho risco, ainda mais numa conjuntura tão complicada. Antes deste desfecho, que resultaria num nítido sinal de perda de autoridade, a ditadura agiu para encerrar a ousada experiência de enfrentamento desferida pelos dirigentes do sindicato do refino.

A manobra que resultaria da decretação de mais uma intervenção sobre o Sindipetro-Ba começou em julho de 1968. Com o acirramento dos embates entre as lideranças sindicais e a direção da empresa, a DIVIN da Petrobras remeteu um documento à Divisão de Informações do Ministério do Trabalho. Nele, as ações da gestão do Sindipetro-Ba e do seu presidente eram designadas como “antirrevolucionárias, revanchistas e subversivas”. Para fundamentar sua afirmação, o chefe do órgão fez um longo relato sobre a trajetória de Marival Caldas e finalizou solicitando o:

*“imediato afastamento desse indivíduo da vida sindical brasileira, como medida saneadora e preservativa do sindicalismo nacional e das atividades normais da Petrobras que pelas suas características de empresa detentora do monopólio estatal do petróleo, deve ficar a salvo das tentativas*

---

<sup>459</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fls. 120-121.

<sup>460</sup> “Greve de fome na Petrobras”. *Jornal da Bahia*, 04/09/1968.

<sup>461</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fl. 121.

<sup>462</sup> Prontuário de Paulo Rangel Sampaio Fernandes. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0984, fl. 71.

<sup>463</sup> “Trabalhadores ameaçam paralisar a Petrobras”. *A Tarde*, 20/07/1968.

*desagregadoras de agentes da baderna e da subversão, por imperativo mesmo da própria segurança nacional”<sup>464</sup>.*

A senha estava dada e o primeiro balão de ensaio foi lançado nas páginas do jornal *A Tarde*. Em sua edição de 5 de agosto, no contexto em que Marival Caldas organizava ações da FENAPE após a prisão de Paulo Sampaio, a folha relatou que o presidente do Sindipetro-Ba não se encontrava na Bahia e lançou vários questionamentos, procurando saber informações sobre o seu paradeiro. Em seguida, o jornal anunciou os supostos problemas ocasionados pelo seu sumiço. Segundo o jornal, os associados do Sindipetro-Ba desejavam saber como estava funcionando a parte financeira da entidade, afinal, o afastamento do presidente não havia sido comunicado à DRT<sup>465</sup>. Curiosamente, no início de agosto, o Ministério do Trabalho recebeu uma denúncia e rapidamente mandou um contador realizar um levantamento completo nas contas da entidade. Constavam alegações de recebimento de diárias indevidas, compra de passagens aéreas, transferência de valores da entidade à FENAPE e o recebimento pelo presidente de um adiantamento até então não ressarcido aos cofres do órgão. Para o governo, existiam justificativas suficientes para empregar a força contra o órgão<sup>466</sup>.

Assim, após a preparação do terreno, no final da tarde de 5 de setembro, o delegado regional do trabalho Cícero Bahia Dantas, horas depois de regressar da Guanabara, de posse do despacho de intervenção assinado pelo ministro Jarbas Passarinho, reuniu-se com o secretário de segurança pública, o comandante da Polícia Militar da Bahia, e um delegado da Polícia Federal para juntos definirem como se daria a ação. Logo depois, acompanhado de uma tropa de policiais militares e de dez agentes federais, Dantas adentrou a sede do Sindipetro-Ba, onde se encontravam alguns diretores do órgão. Eles não impuseram nenhum tipo de resistência e saíram rapidamente do local. A partir de então, começou uma nova devassa sobre os documentos da entidade. Durante toda a noite, militares empunhando fuzis, prosseguiram fazendo a guarda do local.

O jornal *A Tarde*, no dia seguinte, ao apresentar aos seus leitores as razões da intervenção, detalhou a versão oficial da DRT. Procurando incrementar seu relato, o vespertino acrescentou que as autoridades ministeriais somente “esperavam a oportunidade para intervir” sendo a principal razão do ato, segundo “fontes bem informadas”, a participação

---

<sup>464</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fl. 197.

<sup>465</sup> “A Tarde operária – onde andaré o presidente do Sindipetro?”. *A Tarde*, 05/08/1968.

<sup>466</sup> “Polícia ocupa sindicato do petróleo”. *Jornal da Bahia*, 06/09/1968.

do presidente do órgão de classe em “atividades estudantis”. As autoridades se anteciparam também à realização de uma assembleia, convocada para o dia 6 de setembro. Seu objetivo seria discutir a política salarial do governo e organizar atos em defesa do monopólio estatal do petróleo. Além disso, ainda segundo o jornal, a empresa também há muito tempo queria demitir Marival Caldas, mas só não o fizera em razão da “lei de demissão de dirigentes sindicais”<sup>467</sup>. Impossível não dar razão ao periódico baiano. As supostas fraudes contábeis eram meras justificativas para uma nova interrupção da ação sindical dos petroleiros. Para ser ainda mais fiel à cronologia, a intervenção começara ainda 1967, quando a superintendência de Mataripe e o delegado regional do trabalho foram obrigados a aceitar a candidatura da chapa encabeçada por Marival Caldas.

Os diretores do Sindipetro-Ba tentaram se valer de todos os meios legais para garantir a sua permanência à frente da entidade. Como primeira iniciativa, Marival Caldas procurou desfazer as denúncias que pesavam contra o seu grupo político. O líder sindical foi até a sede do *Jornal da Bahia*, acompanhado de uma comitiva formada pelo professor Istvan Jancsó, o escritor Adelmo Oliveira, o pintor Francisco Liberato e o abade do Mosteiro de São Bento dom Timóteo Anastácio Amoroso. Além de um documento assinado pela diretoria sindical contendo suas justificativas contra as acusações feitas pela DRT, foi apresentado um manifesto assinado por professores universitários, artistas e religiosos firmando solidariedade aos sindicalistas e discordância em relação à decisão das autoridades ministeriais. Ambos os documentos foram publicados na edição de 7-8 de setembro do referido jornal<sup>468</sup>. Além disso, direção do Sindipetro ouviu palavras de solidariedade vindas do legislativo. O deputado Marcelo Duarte qualificou a intervenção como uma ignomínia<sup>469</sup>. Em Brasília, o senador Josaphat Marinho engrossou o coro em defesa dos sindicalistas. Para ele, a intervenção não passou de uma “medida violenta”, cuja parte acusada sequer teve o devido direito de se defender<sup>470</sup>.

A deposição da diretoria veio acompanhada da demissão de todos os diretores do Sindipetro-Ba. Assim, este grupo de trabalhadores iniciava uma batalha não só em defesa do seu mandato sindical, mas também pela retomada dos seus empregos. Em finais de outubro, quando um despacho do Ministério do Trabalho ordenou a readmissão, os sindicalistas

---

<sup>467</sup> “Sindicato dos operários de Mataripe sob intervenção” e “Sob intervenção sindicato do refino”. *A Tarde*, 06/09/1968.

<sup>468</sup> “Sindipetro negou ontem as acusações invocadas para justificar ocupação”. *Jornal da Bahia*, 07 e 08/09/1968.

<sup>469</sup> “Deputado critica ação no sindicato”. *Jornal da Bahia*, 07 e 08/09/1968.

<sup>470</sup> “Josafá critica intervenção”. *Jornal da Bahia*, 12/09/1968.



acreditaram que outras vitórias poderiam vir<sup>471</sup>. Contudo, sua alegria foi curta. Os mandatos sindicais nunca foram retomados. Mais tarde, outros atos arbitrários viriam.

Na verdade, as ações ousadas do Sindipetro-Ba selaram o seu destino. Sua articulação com outras entidades de petroleiros, seus contatos com parlamentares de oposição e com outros setores do movimento social e, sobretudo, o seu esforço insistente em pautar a questão nacional, debatendo os rumos da empresa e da política nacional, deram aos militares elementos suficientes para decidir que, mais uma vez, havia chegado o momento de interromper uma consistente experiência de luta política operários da Petrobras. Em breve outras forças sociais provariam deste veneno. O AI 5 se avizinhava.

---

<sup>471</sup> “Ministro do Trabalho reintegra a Diretoria do Sindicato do Refino” e “Readmitida toda a Diretoria do Sindicato do Refino do Petróleo”. *Jornal da Bahia*, 26/10/1968.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

1968 foi um ano marcante na história brasileira. Para alguns, ele nunca terminou<sup>472</sup>. Não foram poucas as ações arrojadas dos movimentos sociais, capazes de colocar a Ditadura em xeque. Os feitos da geração de militantes sindicais petroleiros de 1968 evidenciam que as lutas operárias brasileiras naquele ano foram bastante intensas e não se resumiram às greves de Contagem e Osasco. Em certa medida, a deposição da direção do Sindipetro-Ba antecipou para os petroleiros a nova tônica que seria inaugurada com o AI-5, em dezembro daquele mesmo ano. Tal evento, nas palavras do escritor Marcelo Rubens Paiva, significou que “o golpe sofreu um golpe. A ditadura se impôs sobre a ditadura. Ela encontrou o seu projeto e se firmou”<sup>473</sup>. Sem dúvida, a maior arbitrariedade do AI-5 foi a suspensão do direito de *Habeas Corpus*. Porém, seu texto permitia ainda ao Presidente da República impor, mediante decreto, transferir militares indesejados para a reserva, cassar direitos políticos e demitir funcionários de empresas públicas e de capital misto. Este ato criou as condições que permitiram ao governo colocar um ponto final nas mobilizações que ganhavam força nacionalmente desde 1966, tirando uma série de atores políticos da esfera pública, lhes reservando o silêncio, o exílio ou a clandestinidade<sup>474</sup>. Realmente, a ditadura estava completamente institucionalizada. O seu projeto poderia ser colocado em prática sem maiores dificuldades; afinal, a partir de então, as vozes dissonantes ficaram quase sem espaço para se fazer ouvir.

Evidentemente, a onda de perseguições aos líderes petroleiros e às suas entidades se intensificou. Até mesmo as direções de menor combatividade passaram a sentir o peso da mão pesada da repressão ditatorial. Por exemplo, em 14 de fevereiro de 1969, o Ministério do Trabalho destituiu a diretoria do Stiep-Ba, eleita no ano anterior. A imprensa só noticiou o fato no mês seguinte, e teve grande dificuldade em explicar as razões da intervenção. Segundo o jornal *A Tarde*, a ação ministerial foi justificada pelas conclusões advindas de uma auditoria contábil, iniciada após o recebimento pela DRT de uma denúncia de alguns associados da entidade<sup>475</sup>. O prontuário de Euvaldo Ferreira Lima confirma a banalidade desta intervenção. Segundo um registro feito em 1973, o presidente do Stiep-Ba foi deposto em razão do “espírito que ditou o AI-5, que previu a adoção de medidas assecuratórias da ordem,

---

<sup>472</sup> Zuenir Ventura. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

<sup>473</sup> Marcelo Rubens Paiva. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 93.

<sup>474</sup> Marcos Napolitano. *1964: história do Regime Militar brasileiro*, p. 94-95.

<sup>475</sup> “A Tarde Operária – destituídos os diretores do Sindicato da Extração”. *A Tarde*, 01/03/1969.

segurança, tranquilidade e harmonia política e social no país”<sup>476</sup>. Talvez por isso, os membros da diretoria deposta mantiveram seus empregos e continuaram suas atividades na indústria do petróleo. Os dirigentes do Sindipetro-Ba, no entanto, tiveram um destino diferente. Não obstante a luta através de todos os meios legais possíveis, eles acabaram demitidos e iniciaram uma verdadeira *via crucis* em busca de uma nova colocação profissional. Para alguns, a punição foi ainda mais pesada. Em julho de 1969, também com base no AI-5, Marival Caldas teve os seus direitos políticos cassados por dez anos<sup>477</sup>.

Gradativamente os sindicatos foram perdendo força e os trabalhadores deixando de se interessar nos seus assuntos. Em novembro de 1969, os associados do Stiep-Ba foram às urnas para escolher seus novos diretores. A dificuldade de obter o quórum mínimo de votantes foi flagrante. No primeiro escrutínio, realizado entre os dias 3 e 6, menos de 4 mil sócios compareceram, enquanto a quantidade mínima exigida era de 5 mil trabalhadores. Somente na segunda convocação, sem qualquer exigência acerca do número de votantes, os novos diretores do órgão foram escolhidos<sup>478</sup>. Em maio do ano seguinte, os petroleiros filiados ao Sindipetro-Ba viveram experiência semelhante. Somente cerca de 1.700 membros da entidade participaram da votação. O percentual de abstenções atingiu a casa dos 35%<sup>479</sup>.

O alto grau de eleitores ausentes nos dois pleitos é uma forte evidência da insatisfação operária. Quantos petroleiros se sentiriam verdadeiramente motivados em votar numa eleição de cartas marcadas, cuja escolha real já havia sido feita pelos verdadeiros donos do poder? Não podemos esquecer que muitos trabalhadores deveriam estar tomados pelo medo. Nestas circunstâncias, muitas vezes, o melhor é passar despercebido. Deste modo, sequer aparecer para votar é uma boa forma de não se expor. De uma forma ou de outra, é importante enfatizar que a Ditadura Militar sempre esteve muito preocupada em desmobilizar os movimentos sociais e, portanto, o baixo número de votantes nas eleições sindicais não deve ter sido visto como um problema.

Na verdade, os militares insistiam em simular a existência de dias normais. Para isso, tinham grande serventia algumas notícias que circulavam na censurada imprensa do país. Por exemplo, em fevereiro de 1970, o jornal *A Tarde* informou que os dirigentes do Stiep-Ba haviam conseguido uma audiência com o general Ernesto Geisel, presidente da Petrobras. No

---

<sup>476</sup> Prontuário de Euvaldo Ferreira Lima. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-5070, fl. 02.

<sup>477</sup> Prontuário de Marival Nogueira Caldas. Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-0485, fl. 03.

<sup>478</sup> “A Tarde Operária – Eleição do Sindicato da Extração”. *A Tarde*, 11/11/1969, 14/11/1969 e 26/11/1969.

<sup>479</sup> “A Tarde Operária – apurada a eleição no Sindicato do Refino”. *A Tarde*, 11/05/1970.

“cordial” encontro, os sindicalistas falaram ao militar que estavam “imbuídos para uma estreita colaboração com a atual direção da empresa” e apresentaram um conjunto de reivindicações ao mandatário da companhia. Este seria o tom das reivindicações a partir de então<sup>480</sup>.

As comemorações oficiais da empresa também teriam a mesma função. Assim, em setembro do mesmo ano foi preparada uma grande festa para celebrar o aniversário de vinte anos da RLAM. Com a presença de diversas autoridades civis e militares, como o governador do estado e o presidente da Petrobras, foram inauguradas duas novas unidades da fábrica. Além disso, foi entregue um monumento em bronze simbolizando a passagem da data. Um grupo de crianças trajando uniformes da empresa cantou *Pra frente Brasil*, uma espécie de hino da Ditadura Militar e do milagre econômico. Falando de improviso, o governador Luís Vianna Filho disse que a Refinaria de Mataripe e a Petrobras eram grande marcos do Brasil e da “Revolução de 1964”<sup>481</sup>. Deveria parecer que tudo estava muito bem.

A paz dos cemitérios começava a ser aparentemente alcançada pela ditadura. A década de 1970 é um período de profundo silêncio no mundo sindical petroleiro. A Petrobras viveu alguns episódios emblemáticos em sua política, como o início da extração de petróleo através de plataformas marítimas e a celebração dos chamados contratos de risco. Em condições normais, os sindicatos dos petroleiros discutiriam publicamente o assunto. Certamente, esclareceriam sua base, emitiriam suas opiniões e, caso julgassem importante, encabeçariam mobilizações e campanhas. O tempo difícil não permitiu nada disso.

O cenário nacional só começaria a mudar anos mais tarde. Em maio de 1978, após longos anos de silêncio, os trabalhadores brasileiros voltaram a assumir protagonismo na cena pública. As greves metalúrgicas do ABC logo foram vistas por muitos como o acontecimento mais importante daquele ano<sup>482</sup>. Os operários de um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira se levantaram em greve contra a política de arrocho salarial, sustentada pela falsificação dos índices de correção da inflação impostos pelo governo ditatorial. Somente esta fraude fora responsável por corroer aproximadamente 34% do poder de compra dos operários. Nos anos seguintes, outras paralisações ocorreram e o saldo maior deste conjunto

---

<sup>480</sup> “A Tarde Operária – Presidente da Petrobras e Petroleiros”. *A Tarde*, 05/02/1970.

<sup>481</sup> “Com inauguração e feste Refinaria fez vinte anos”. *Jornal da Bahia*, 19/09/1970.

<sup>482</sup> Eder Sader. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 25.

de mobilização históricas veio no início dos anos 1980, através da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>483</sup>.

Essa onda surpreendente de protestos operários levou diversos estudiosos a pesquisar o assunto. Neste momento, cunhou-se a expressão *novo sindicalismo*. O termo, presente tanto nos discursos acadêmicos quanto na fala dos operários<sup>484</sup>, procurava definir uma forma de agir do movimento sindical brasileiro que seria inteiramente nova. Os sindicatos ligados a esta corrente se organizariam a partir das bases, e por este motivo se consideravam mais representativos e combativos. Além disso, eles se opunham à estrutura sindical corporativista, procurando ampliar os espaços de cidadania operária e a defesa de direitos sociais e políticos dos trabalhadores<sup>485</sup>. Ao assim definir esta corrente sindical, os intelectuais e militantes tentavam distanciá-la tanto dos sindicalistas denominados como populistas quanto das lideranças ligadas ao sindicalismo burocrático, típico dos anos de Ditadura Militar.

Enquanto isso o tempo corria para os petroleiros e eles também voltaram a se movimentar. Em 1983, cinco anos após a irrupção das greves dos metalúrgicos paulistas, os petroleiros protagonizaram uma mobilização de grandes proporções. A economia brasileira passava por uma profunda recessão, que obrigava o governo militar a quebrar a cabeça em busca de uma solução. Seus credores internacionais, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), faziam uma série de imposições<sup>486</sup>. Procurando não macular sua imagem junto ao capital internacional, o governo brasileiro publicou, no final de junho, o Decreto Lei nº 2036/83. Nele, estavam previstas uma série de medidas, dentre as quais é possível destacar a contenção orçamentária do serviço público e das empresas estatais, fator que resultaria, segundo a avaliação das lideranças operárias, na contenção salarial e na ameaça aos empregos dos petroleiros.

---

<sup>483</sup> Marco Aurélio Santana. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”. In: Jorge Ferreira; Lucília Almeida Neves Delgado (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – O Brasil Republicano (vol. 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 3ª Ed., pp. 283-313.

<sup>484</sup> Marcelo Badaró Mattos. *Novos e velhos sindicalismos. no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 1998, p. 55.

<sup>485</sup> Wilma Mangabeira. *Os dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1993, pp. 14-15. Cf: Leila Maria da Silva Blass. “Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade”. In: Iram Jacome Rodrigues (Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999, pp. 33-49. Hélio da Costa. “O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidade e rupturas”. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. *Revolução e Democracia (1964-...)* – *As esquerdas no Brasil (vol. 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 595-635.

<sup>486</sup> Ver: Dionísio Dias Carneiro; Eduardo Modiano. “Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984”. In: Marcelo de Paiva Abreu [et. al.]. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, pp. 323-346. Thomas Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, pp. 458-465.

Antes mesmo de sua publicação, os trabalhadores da Petrobras começaram uma mobilização<sup>487</sup>. Panfletos foram distribuídos e assembleias foram realizadas. Um dos materiais apresentados à categoria elencava as razões para o início do movimento grevista, bem como enfatizava quem era o novo inimigo dos petroleiros: o FMI. Ou seja, este organismo internacional passava a ocupar o mesmo lugar que os trustes petrolíferos haviam ocupado nos primeiros anos da atividade sindical petroleira. Sua intervenção era considerada um ataque à soberania nacional e aos legítimos interesses do país, afinal, ela prejudicava a Petrobras e colocava os direitos dos trabalhadores em risco. Desta maneira, assuntos da política nacional voltavam a ser abordados abertamente pelos petroleiros.

Mesmo com a vigência do Decreto Lei nº 1632/78, que proibia a realização de greves em serviços considerados essenciais, dentre os quais a indústria do petróleo, o movimento paredista continuou em discussão. Em assembleia realizada no dia 06 de julho, os trabalhadores de Mataripe decidiram paralisar as suas atividades no dia 08 do mesmo mês. O planejamento dos grevistas previa que a turma de operadores que assumisse os serviços às 16 horas do dia 07 não seria substituída. Se tudo corresse conforme desejado, rapidamente a produção de derivados de petróleo seria suspensa. Não obstante os esforços da superintendência da refinaria, os grevistas foram bem sucedidos e atingiram seu objetivo, conseguindo paralisar a operação da RLAM. A resposta veio do Ministério do Trabalho, que imediatamente declarou a greve ilegal e destituiu a diretoria do Sindipetro-Ba. Além das medidas de natureza legal, a coação física também esteve presente. Tropas do Exército e da Polícia Militar foram deslocadas para Mataripe e suas imediações. No dia 12, o movimento estava encerrado. Passado esse momento, as autoridades iniciaram o processo de punição contra os responsáveis pelo protesto.

Somente duas unidades da Petrobras participaram da greve: as refinarias de Mataripe e Paulínia. Este isolamento fragilizou os operários. Eles previam uma participação massiva dos trabalhadores das mais diferentes unidades da Petrobras no movimento. Como a adesão foi baixa, as punições foram facilitadas e o saldo final foi bastante negativo. Enquanto na unidade baiana 189 trabalhadores foram demitidos, na refinaria paulista 152 operários tiveram o mesmo destino<sup>488</sup>. Não por acaso, a ditadura encerrava sua relação com o

---

<sup>487</sup> Este parágrafo e o próximo foram escritos com base em informações e documentos contidos no Relatório da Comissão de Sindicância instalada na Refinaria de Mataripe com o objetivo de apurar as responsabilidades concernentes à greve de julho de 1983. Documento disponível na íntegra em: Brasil, Arquivo Nacional (AN), Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.LRE-17.

<sup>488</sup> Carlos Alberto Lucena. *Aprendendo na luta*, p. 47.

movimento sindical petroleiro da mesma forma que começara: com intervenção, depuração e demissões.

O retorno dos petroleiros à cena pública foi visto imediatamente como mais uma manifestação do *novo sindicalismo*. Como dissemos anteriormente, cinco anos antes o Brasil havia presenciado as grandes greves do ABC paulista, assim, segundo a opinião de muitos, faltava aos petroleiros um grande ato que lhes inserisse definitivamente nesta nova era do movimento sindical brasileiro. Assim pensavam as principais lideranças da greve de 1983 em Mataripe. Germino Borges, presidente do Sindipetro-Ba quando da realização do protesto, viria a conceder uma entrevista no início da década de 1990 na qual reiterava a hipótese de que seu grupo político inaugurou uma nova era na luta política dos petroleiros. Segundo ele, somente na década de 1980, os operários da Petrobras passaram a ser representados por uma corrente política que passou a fazer um sindicalismo mais politizado. Antes, até mesmo atritos pessoais entre chefes e sindicalistas poderiam servir de motivação para a eclosão de ações políticas do sindicato<sup>489</sup>.

O tempo passou e as pesquisas sobre o assunto avançaram. Tal fato fez com que as impressões iniciais causadas pelo *novo sindicalismo* fossem relativizadas. Em alguns casos, percebeu-se que as formas de organização apresentadas como uma grande novidade, a exemplo das comissões de fábrica, tinham raízes no movimento sindical feito antes de 1964<sup>490</sup>. Em outros, ficou explicitado que a ideia de que o *novo sindicalismo* representou uma mudança brusca com o passado sindical brasileiro guardava em si muito das disputas políticas travadas entre os militantes operários das mais distintas gerações<sup>491</sup>. Estas novas interpretações fornecem importantes pistas para a nossa reflexão. Contudo, os questionamentos por elas trazidos não chegaram ao ponto que entendemos como o elemento central da identidade sindical dos petroleiros. Ou seja, quando trataram da realidade do movimento sindical nas décadas de 1950 e 1960, tais trabalhos não abordam as conexões entre classe e nação como elementos centrais e perfeitamente conciliáveis para as lutas operárias. Compreendemos que, com as reflexões levantadas em nosso estudo, temos um

---

<sup>489</sup> Antonio Sérgio Guimarães [et. al.]. *Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta*. Salvador: CED UFBA, 1994, pp. 143-160.

<sup>490</sup> Antonio Luigi Negro. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo, 2004. Hélio da Costa. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

<sup>491</sup> Marco Aurélio Santana. "Política e história em disputa: o novo sindicalismo e a ideia de ruptura com o passado". In: Iram Jacome Rodrigues (Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. Marcelo Badaró Mattos. *Novos e velhos sindicalismos*.

caminho aberto e bastante promissor para análises mais detalhadas que privilegiem esta questão.

Nesta tese, avançamos nesta discussão quando demonstramos o importante papel desempenhado pela popularização dos debates relacionados à questão do petróleo para a conformação da identidade do movimento sindical petroleiro. A conjuntura favoreceu o entrelaçamento das noções de classe e nação por parte das entidades dos petroleiros, que as transformaram em uma bandeira de luta sólida e coerente. Com isso, o sindicalismo petroleiro conseguiu travar batalhas em defesa da Petrobras e de outros temas da coisa pública, associando os destinos da companhia aos direitos sociais dos seus funcionários. Ou seja, defender a Petrobras caminhava junto com a luta a favor dos direitos de seus trabalhadores. As marés repressivas desencadeadas pela Ditadura Militar pretendiam quebrar esta espinha dorsal do movimento. Contudo, não adiantou demitir, prender e substituir os principais líderes sindicais. O sucesso da iniciativa foi limitado. A política de formação de novos sindicalistas, as celebrações, os concursos e as premiações não impediram a surgimento de uma nova onda de protestos de petroleiros, sob as mesmas bases discursivas e travando sérios embates contra inúmeras diretrizes políticas dos militares. A violência do AI-5 simplesmente conteve temporariamente a voz dos petroleiros. Bastou passar o pior momento da repressão e ela foi ouvida novamente.

A nosso ver, os resultados aqui apresentados abriram algumas possibilidades para novas pesquisas sobre a história do movimento sindical petroleiro durante a Ditadura Militar. A primeira delas diz respeito à investigação dos meios que permitiram a manutenção de uma cultura sindical baseada na intervenção nas questões nacionais, mesmo nos anos de repressão mais dura e de profundo silêncio operário. Cultura esta que viria a se evidenciar na greve de 1983. E também, diante da constatação de que o discurso formulado pelas principais lideranças que organizaram este protesto operário estabelece um corte radical entre a sua forma de fazer política e a dos seus antecessores, seria relevante compreender tais falas e, conseqüentemente sua leitura sobre o passado, como elemento componente de uma disputa pelo controle da entidade sindical que adquiriu os contornos de uma disputa sobre a memória do próprio movimento sindical petroleiro.

Como últimas palavras, vale lembrar o sindicalismo petroleiro não se furtou em buscar alianças com outros setores do movimento social e transformar os canais de comunicação operária em um *locus* privilegiado para o debate da política nacional. Desta maneira, ajudou a transformar a Petrobras em sinônimo de soberania nacional e



desenvolvimento econômico. Tudo isso resistiu às maiores violências e permaneceu como uma marca facilmente identificada pela sociedade brasileira. Infelizmente, a tempestade de irracionalidade que atualmente toma conta do país trouxe consigo muitas ameaças à soberania nacional, e não só a ela. Os direitos trabalhistas, as políticas de inclusão social e até mesmo a democracia encontram-se sob intensa ameaça. Ao finalizar um texto que trata da ação política dos trabalhadores organizados e que aborda sua relação conflituosa com um regime ditatorial, não poderíamos deixar de tocar neste assunto, com o verdadeiro desejo que o sol volte logo a brilhar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Alexandre Fortes (et. al.). *Na luta por direitos – estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- \_\_\_\_\_. “Formação de classe e participação política: E.P. Thompson e o populismo”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 17, nº 31, julho 2010.
- Alex Ivo, *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo*, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Uma ‘revolução’ contra o ‘comuno-peleguismo’: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro”. In: Grimaldo Carneiro Zachariadhes (Org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*, Salvador: EDUFBA, 2009.
- André Kaysel. *Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964)*. São Paulo: Alameda, 2018.
- André Lara Resende. “Estabilização e reforma: 1964-1967”. In: Marcelo de Paiva Abreu [et. al.]. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, pp. 213-231.
- Angela de Castro Gomes. “Reflexões em torno de trabalhismo e populismo”. *Varia História*, nº 28, dezembro de 2002, pp. 55-68.
- \_\_\_\_\_; Jorge Ferreira. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.
- Angelissa Azevedo e Silva. “A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional”. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (Orgs.). *As esquerdas no Brasil (Vol 2) – Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Antonio Luigi Negro. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Paternalismo, populismo e história social”. In: *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 20/21, 2004, p. 9-37.

Antonio Maurício Freitas Brito. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

\_\_\_\_\_. [et. al.]. *Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta*. Salvador: CED UFBA, 1994.

Argelina Cheibub Figueiredo. “Intervencões sindicais e o ‘novo sindicalismo’”. In: *Dados*, Rio de Janeiro, nº 17, 1978.

Armando Boito Jr. *Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

Barbara Weinstein. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. “The model worker of the paulista industrialists: the ‘Operário Padrão’ Campaign, 1964-1985”. *Radical History Review*, nº 61, 1995.

Brasil. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Vol. II)*, Brasília, CNV, 2014.

Caio Prado Junior. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Carlos Alberto Lucena. *Aprendendo na luta: a história do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas: Editores Associados, Uberlândia, EDUFU, 2004.

Carlos Fico. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 2ª Ed.

\_\_\_\_\_. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. “1968: o ano que terminou mal”. In: Carlos Fico; Maria Paula Araújo (Orgs.). *1968: 40 anos depois – história e memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

- \_\_\_\_\_. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.
- Carolina Dellamore. “(Re)compondo as memórias de um operário padrão durante a Ditadura Militar”. In: Carolina Dellamore; Gabriel Amato; Natália Batista (orgs.). *A Ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- Célio Roberto de Araújo. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- Celso Martone. “Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) – 1964-1966”. In: Betty Mindlin Lafer. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- Cid Teixeira; Fernando Orbelaender; Daniel Rebouças. *História do petróleo na Bahia*. Salvador: EPP Publicações e Publicidade, 2010.
- Cláudio Batalha. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: Cláudio Batalha; Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- Daniela de Campos. *A campanha operário-padrão – como tornar-se um modelo de trabalhador (1970-1985)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- Danielle Franco Rocha. “As lutas dos trabalhadores bancários contra a Ditadura (1964-1985) no Brasil”. In: *OPSSIS*, Catalão-GO, vo. 14, nº1, pp. 225-243, jan/jun 2014.
- Daniel Aarão Reis; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Demian Bezerra de Melo. “O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: Demian Bezerra de Melo (Org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 157-188.

- Dionísio Dias Carneiro; Eduardo Modiano. “Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984”. In: Marcelo de Paiva Abreu [et. al.]. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, pp. 323-346.
- Edelmira del Carmen Alveal Contreras. *Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1994.
- Eder Sader. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Ediane Lopes de Santana. *Em nome da família, da moral e da propriedade: amém! – as mulheres baianas e a organização da marcha da família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2009.
- Edmilson Costa. *A política salarial no Brasil (1964-1985): 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- Eduardo Carnos Scaletsky. *O patrão e o petroleiro – um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- Eduardo José Afonso. *Olhos e ouvidos dos EUA – adidos trabalhistas e operários brasileiros*, São Paulo: Alameda, 2016.
- Edward Palmer Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Eliezer Rizzo de Oliveira. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*, Petrópolis: Editora Vozes, 2ª. Ed, 1976.
- Elina Gonçalves da Fonte Pessanha. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na indústria naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. “De operários navais e metalúrgicos: experiência de classe e identidade entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro”. In: Alice Abreu; Elina Pessanha (Orgs.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.
- Evergton Sales Souza. *Entre o religioso e o político: uma história do Círculo Operário da Bahia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

- Francisco de Oliveira. *O Elo Perdido – classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.
- Francisco Mangabeira. *O progresso econômico e a questão social*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.
- Francisco Weffort. *O populismo na política da brasileira*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª Edição, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Origens do sindicalismo populista no Brasil”. CEBRAP, São Paulo, nº 4, 1973, pp. 66-105.
- Franklin Martins. *Quem foi que inventou o Brasil – A música popular conta a história da república (Vol. 1 – de 1902 a 1964)*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.
- Franklin Oliveira Junior. *A usina dos sonhos – sindicalismo petroleiro (1954-1964)*. Salvador: EGBA, 1995.
- Frederico Lisbôa Romão. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995 – a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. Campinas: Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Campinas, 2006.
- Gabriel Cohn. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- George Philip. *Oil and politics in Latin America: nationalist movement and state companies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Gilvan Veiga Dockhorn. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.
- Hebe Matos; Tânia Bessone; Beatriz Mamigonian (Orgs.). *Historiadores pela democracia: o Golpe de 2016 – a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.
- Heliene Chaves Nagasava. “O sindicato que a ditadura queria”: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2015.
- Hélio da Costa. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

- \_\_\_\_\_. “O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidade e rupturas”. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. *Revolução e Democracia (1964-...)* – As esquerdas no Brasil (vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Ilmar Penna Marinho Junior. *Petróleo: política e poder*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.
- Ivonne Barragan. “‘Para el bien de La Nación’. Gestão militar de empresas estatales, prácticas de integración e represión de La fuerza de trabajo desde la perspectiva de caso. El astillero Río Santiago 1973-1976”. *X Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.
- Jair Cardoso dos Santos. *Candeias – história da terra do petróleo*, Salvador: Gráfica Salesiano, 2008.
- Janaína Martins Cordeiro. *A Ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, FAPERJ, 2015.
- Jessé Souza. *A radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- Jessie Jane Vieira de Souza. *Círculos operários – a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- John Lewis Gaddis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- John Wirth. *A política do desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.
- Jorge Ferreira. “O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964”. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs.). *O Brasil Republicano (Volume 3): o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs.). *O Brasil Republicano (Volume 3): o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- \_\_\_\_\_. “O último ato: sexta-feira 13 na Central do Brasil”. In: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 319-373.
- \_\_\_\_\_. “A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961”. In: Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- José Alberto Gueiros. *O último tenente (Juracy Magalhães em depoimento a JA Gueiros)*, Rio de Janeiro: Record, 1996.
- José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quagliano. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro: CPDOC – Petrobras, 1993.
- José Ricardo Ramalho. *Estado-patrão e luta operária – o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- José Sérgio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: Editora da UNB, 1988,
- Keneth Paul Erickson. *Sindicalismo no processo político brasileiro*, São Paulo: Brasiliense, 1979.
- Larissa Rosa Correia. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil - Estados Unidos na Ditadura Militar*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- \_\_\_\_\_; Paulo Fontes. “‘As falas de Jerônimo’: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da Ditadura Militar brasileira”. In: Alejandra Esteves [et. al.] (orgs.). *Mundos do trabalho e ditaduras no Cone sul (1964-1990)* Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, pp. 119-149.
- Leila Maria da Silva Blass. “Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade”. In: Iram Jacome Rodrigues (Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- Leonardo Augusto de Andrade Barbosa. *História constitucional brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós 1964*. Brasília: Câmara dos Deputados – Edições Câmara, 2012.



- Lucília de Almeida Neves Delgado. “Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Luís Flávio Reis Godinho. *Laços frágeis e identidades fragmentadas: interações, discriminações e conflitos entre trabalhadores da Refinaria Landulfo Alves Mataripe (1990-2006)*. Jundiaí, Paco Editorial, 2010.
- Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010, 8ª Edição revista e ampliada.
- Marcelo Badaró Mattos. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 1998.
- \_\_\_\_\_. [Et. Al.]. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Continuidades e rupturas do movimento sindical brasileiro: o impacto da Ditadura Militar”. In: Marcelo Badaró Mattos; Rubén Vega (Orgs). *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- Marcelo Rubens Paiva. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- Marcos Napolitano. *1964: história do Regime Militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- Marco Aurélio Santana. “Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática”. *Política e Sociedade*. S/l, nº 13, outubro de 2008.
- \_\_\_\_\_. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”. In: Jorge Ferreira; Lucília Almeida Neves Delgado (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – O Brasil Republicano (vol. 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 3º Ed., pp. 283-313.
- \_\_\_\_\_. “Política e história em disputa: o novo sindicalismo e a ideia de ruptura com o passado”. In: Iram Jacome Rodrigues (Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

- Maria Antonieta Antonacci, *A vitória da razão(?) – O Idort e a sociedade paulista*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1992.
- Maria Celina D’Araújo; Gláucio Ary Dillon Soares; Celso Castro (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Maria de Azevedo Brandão (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.
- Maria José Rezende. *A ditadura militar no Brasil – repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Editora da UEL, 2001.
- Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2001.
- Marionilde Dias Brepohl de Magalhães. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da Ditadura Militar no BRasil”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 17, nº 34, 1997.
- Maud Chirio. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- Michael Pollak. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.
- Michelle Perrot. “O olhar do outro: os padrões franceses vistos pelos operários (1880-1914)”. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4º Ed., 2006.
- Nilo Dias de Oliveira. *A configuração do Sistema Nacional de Repressão no governo JK (1956-1961)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- Octávio Ianni. *A formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Paulo Fábio Dantas Melo. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: EDUFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

- Paulo Sérgio da Costa Neves. *L'action syndicale des travailleurs du pétrole à Bahia, Brésil*. Lyon: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Université Lumière: Lyon 2, Lyon, 1999.
- \_\_\_\_\_. “Sindicalismo, populismo e nacionalismo: os sindicatos dos trabalhadores da indústria petrolífera na Bahia, Brasil, entre 1960 e 1990”. In: *Ponta de Lança: história, memória & cultura*. São Cristóvão, vol. 3, nº 5, out. 2009/abr. 2010, pp. 25-42.
- Peter Seaborn Smith. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Brasília: Editora da UNB, 1978.
- Pierre Costa. “A evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral”. In: Frédéric Monié; Jacob Binsztok (Orgs.). *Geografia e geopolítica do petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- Pierre Laborie. “1940-1944 – Os franceses do pensar duplo”. In: Denise Rollemberg, Samanta Viz Quadrat (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários – Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Regina Lúcia de Moraes Morel. *A ferro e fogo: construção e crise da 'família siderúrgica' – o caso de Volta Redonda*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- Renata Lemos. *Justiça fardada: o general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- Renato Rovai (Org.). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.
- René Dreyfuss. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- Ricardo Alaggio Ribeiro. *A Aliança para o progresso e a relação Brasil – Estados Unidos*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- Rogério Gesta Leal; Simone Andrea Schwinn. “Ascensão e queda do regime civil-militar brasileiro: história do autoritarismo nas constituições e a volta do Estado democrático a partir da Constituição da República de 1988”. In: Grimaldo Carneiro Zachariadhes. *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Aracaju, EDISE, 2015, pp. 549-579.

- Samantha Viz Quadrat. “A preparação dos agentes de informação e a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985)”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan/jun 2012.
- Sandra Regina Barbosa da Silva Souza. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*, Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- Sulamis Dain. “Empresa estatal e política econômica no Brasil”. In: Carlos Estevam Martins (Org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1977, pp. 141-165.
- Teresa E. de Sousa, Pablo E. Franco, Viven Ishaq (Orgs.). *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- Thiago Machado de Lima. “O Golpe de 1964 e o papel dos legislativos estaduais: uma leitura sobre a Bahia”. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: UNB, 2017.
- Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Ubiratan Castro de Araújo. “1968: o movimento estudantil na Bahia, um testemunho”. In: *Perspectiva Histórica*, vol. 2, nº 3, jul-dez 2012, pp. 85-96.
- Vera Lúcia Botta Ferrante. *FGTS: ideologia e repressão*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- Verena Alberti. “A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro: entrevistas com pioneiros e construtores da CSN”. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.
- Vinícius Caldeira Brant (Coord.). *Paulínia: petróleo e política*. São Paulo: CEBRAP, 1990.
- Vinícius de Rezende. *Vidas fabris: trabalho e conflito social no complexo coureiro calçadista de Franca-SP (1950-1981)*. São Paulo: Alameda, 2017.
- Wilma Mangabeira. *Os dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1993.
- Zuenir Ventura. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

**FONTES:****Arquivos, bibliotecas e instituições consultadas:**Arquivo Nacional

- Fundo: Divisão de Informações da Petrobras;
- Fundo: Sistema Nacional de Informações

Arquivo do Sindipetro-Ba

- Fichas de Filiação ao Sindipetro-Ba;
- Livro de atas de assembleia do Sindipetro-Ba;
- Livro de atas de reunião de diretoria do Sindipetro-Ba;
- Livro de registro de associados ao Stiep-Ba;

Arquivo Pessoal de Mário Soares Lima

- Documentos diversos relacionados à atividade sindical;
- Jornais e periódicos operários;

Biblioteca do Centro de Estudos Baianos (UFBA)

- Documentos pessoais de Pinto de Aguiar;

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

- Coleções de periódicos;

Biblioteca Rômulo Almeida (SEI-BA):

- Coleção de periódicos “Petrobras”;

CPDOC-FGV:

- Fundo Arthur Levy

Projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobras:

- Coleção de entrevistas com ex-funcionários da Petrobras

Projeto Opening Archives – Brown University e Universidade Estadual de Londrina

- Documentação da diplomacia norte-americana

**Livros de memória:**

- Eunápio Cavalcanti Costa. *No rio dos papagaios: histórias, casos e causos Mataripenses*. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1990.
- \_\_\_\_\_ . *O que a história não contou*. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1993.
- \_\_\_\_\_ . *O que não queriam que eu contasse*. Salvador: Memorial das Letras, 2000.

**Fontes Orais:**

- Luciano Monteiro Campos, dirigente sindical demitido em 1964.
- Mário Soares Lima, dirigente sindical e parlamentar, demitido em 1964;
- Marival Nogueira Caldas, dirigente sindical, demitido em 1968;
- Wilton Valença, dirigente sindical e parlamentar, demitido em 1964.